



**Universidade Federal do Amazonas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**  
**Mestrado em História**

**Vanessa Cristina da Silva Sampaio**

**Trabalho e Resistência: as greves do Distrito  
Industrial de Manaus (1985-1986)**

**Manaus -AM**

**2022**



**Universidade Federal do Amazonas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**  
**Mestrado em História**

**Vanessa Cristina da Silva Sampaio**

**Trabalho e Resistência: as greves do Distrito  
Industrial de Manaus (1985-1986)**

**Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós**

*Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como exigência para obtenção do título de Mestre em História.*

**Manaus -AM**

**2022**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S192t Sampaio, Vanessa Cristina da Silva  
Trabalho e resistência : as greves do Distrito Industrial de Manaus  
(1985-1986) / Vanessa Cristina da Silva Sampaio . 2022  
230 f.: il.; 31 cm.

Orientador: César Augusto Bubolz Queirós  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Greves. 2. Metalúrgicos . 3. Distrito Industrial de Manaus. 4.  
Sindicalismo. I. Queirós, César Augusto Bubolz. II. Universidade  
Federal do Amazonas III. Título

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós – Presidente**

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

**Prof. Dr. Antônio Luigi Negro – Membro**

Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

**Prof. Dra. Clarice Gontarski Speranza - Membro**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

**Prof. Dr. Anderson Vieira Moura - Suplente**

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

**Prof. Dr. Davi Avelino Leal - Suplente**

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais, Valdiza Ferreira da Silva e João dos Santos Sampaio (in memoriam), os maiores incentivadores da minha trajetória acadêmica, eu dedico cada página desta dissertação.*

*Sem vocês, nada disso seria possível.*

## AGRADECIMENTOS

---

Externo meus agradecimentos a todas as pessoas que direta ou indiretamente, contribuíram para que, o que um dia foi um sonho distante, hoje se tornasse realidade. À Universidade Federal do Amazonas, eu agradeço por ter me permitido viver, os melhores e mais intensos momentos da minha vida.

Ao meu orientador e amigo - César Augusto Bubolz Queirós, expresso a minha eterna gratidão. Obrigada pela confiança e apoio nos momentos dificuldades. Digo, sem receios, que sem ti eu jamais conseguiria. Teu companheirismo, generosidade e paciência foram essenciais no decorrer desta jornada. Mais do que um orientador, eu ganhei um grande parceiro.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFAM) fica o meu mais sincero e profundo agradecimento pela acolhida. Todas as aulas foram essenciais para que eu pudesse amadurecer academicamente.

À Pastoral Operária, ao Centro de Memória da Justiça do Trabalho (CEMEJ/TRT11) e a Biblioteca Pública do Amazonas, externo o meu mais sincero agradecimento. Sem as fontes encontradas nestes locais, seria impossível contar a trajetória dos metalúrgicos do Amazonas.

Aos trabalhadores que emprestaram suas memórias para a construção deste trabalho, recebam o meu agradecimento afetuoso.

Não posso deixar de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa. Certamente, sem este auxílio, o caminhar teria sido mais dificultoso.

À minha mãe, Valdiza Ferreira da Silva, minha companheira de vida e a verdadeira inspiração deste trabalho, eu agradeço todo o suporte, acolhimento e torcida ao longo dos últimos dois anos. A tua perseverança, determinação e coragem são os meus maiores exemplos. Está dissertação é mais sua do que minha.

Ao meu pai, João dos Santos Sampaio (in memoriam), eu lhe agradeço por ter sido o melhor pai que eu poderia ter. Mesmo sem sua presença física, eu te sinto sempre perto de mim. Amo-te além desta vida.

À Deus, por me permitir concluir mais uma etapa importante da minha vida. Mesmo quando tudo pareceu desmoronar, eu nunca perdi a fé.

## **RESUMO**

---

Este estudo trata das greves gerais no setor metalúrgico em Manaus no período de 1985-1986, enfatizando as lutas cotidianas e as condições de trabalho no chão das fábricas do Distrito Industrial. Diante disso, são analisadas as etapas na formação básica que introduziu a categoria no movimento sindical amazonense, ressaltando a importância da Pastoral Operária e da Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional (FASE). Desta forma, são explorados o processo organizativo em torno do Sindicato dos Metalúrgicos na expansão de núcleos e grupos formados dentro das empresas. Inseridos neste contexto de reorganização sindical, são analisadas as relações de conflitos entre patrões e empregados junto à Justiça do Trabalho, sobretudo, no plano das organizações coletivas e atuação da categoria metalúrgica durante as greves. A partir deste enfoque também são discutidas a participação da mulher operária na esfera grevista e sindical no Distrito, possibilitando o debate de temas como o direito reprodutivo, divisão sexual do trabalho e política sexista. Neste sentido, concentramo-nos no processo de organização e mobilização dos metalúrgicos em torno das greves e de sua relevância para o movimento operário amazonense.

**PALAVRAS-CHAVES:** Greves, Metalúrgicos, Distrito Industrial de Manaus

## **ABSTRACT**

---

This study deals with general strikes in the metallurgical sector in Manaus in the period 1985-1986, emphasizing the daily struggles and working conditions on the factory floor of the Industrial District. Therefore, the stages in basic training that introduced the category in the Amazon trade union movement are analyzed, emphasizing the importance of Pastoral Workers and the Federation of Orders for Social and Educational Assistance (FASE). In this way, the organizational process around the Metallurgist Union in the expansion of nuclei and groups formed within the companies is explored. Inserted in this context of union reorganization, the relations of conflicts between employers and employees at the Labor Court are analyzed, above all, in terms of collective organizations and the performance of the metallurgical category during strikes. Based on this approach, the participation of working women in the sphere of strikes and unions in the District is also discussed, enabling the debate on issues such as reproductive rights, sexual division of labor and sexist policy. In this sense, we focus on the process of organizing and mobilizing metalworkers around strikes and their relevance to the Amazonian labor movement.

**KEY WORDS:** Strikes, Metalworkers, Industrial District of Manaus.

## **LISTA DE SIGLAS**

---

ACB – Ação Católica Brasileira

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

ADUA – Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas

APPAM – Associação Profissional dos Professores do Amazonas

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CTA- Casa do Trabalhador Amazonense

CEB's – Comunidades Eclesiásticas de Base

CEBEMO – Catholic Organization for Joint Financing of Development Programmes

CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Político

CIP – Conselho Interministerial de Preços

CIPA's – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONCLAT – Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ENCLAT – Encontro das Classes Trabalhadoras do Amazonas

EPI's – Equipamentos de Proteção Individual

FASE – Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional

FIEAM – Federação das Indústrias do Amazonas

IAPETC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores e Cargas

INPS – Instituto Nacional de Previdência Nacional

JOC – Juventude Operária Católica

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OMS – Organização Mundial de Saúde

PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde

SESI – Serviço Social da Indústria

SIDERAMA – Companhia Siderúrgica da Amazônia Sociedade Anônima

SIAN – Sistema de Informação do Arquivo Nacional

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – EXPERIÊNCIAS FABRIS E A LUTA DO OPERARIADO AMAZONENSE: ESPAÇOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>24</b>
1.1. O movimento paredista em Manaus na década de 1980 .....	26
1.2. As condições de trabalho nas empresas do Distrito Industrial de Manaus .....	45
1.3. A Pastoral Operária: formação e tomada de consciência dos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus .....	60
<b>CAPÍTULO 2 – DISPUTAS SINDICAIS E AÇÃO COLETIVA: A REORGANIZAÇÃO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS E A GREVE GERAL DE 1985 .....</b>	<b>71</b>
2.1 – O Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas: entre eleições, entraves e conflitos .....	73
2.1.1 – A Chapa Puxirum e a construção da Oposição Sindical Metalúrgica Amazonense .....	81
2.1.2 – Resistência e disputas internas no Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas .....	88
2.2 – A greve dos 850: a investida metalúrgica na empresa Sanyo e os itinerários da luta sindical em Manaus .....	94
2.3 – Os metalúrgicos na Justiça do Trabalho: a greve geral de 1985 .....	104
<b>CAPÍTULO 3 – DOS TRIBUNAIS ÀS RUAS: A GREVE GERAL DE 1986 EM MANAUS .....</b>	<b>129</b>
3.1 – A greve da Moto Honda e a Justiça do Trabalho: uma vitória nos tribunais ...	129
3.2- A Convenção Coletiva de Trabalho da categoria metalúrgica em 1986.....	144
3.3 – Das mesas de negociações aos tribunais: os desdobramentos da greve geral de 1986.....	157
<b>CAPÍTULO 4 – AS LUTAS FEMININAS NO DISTRITO INDUSTRIAL: MACHISMO, EXPLORAÇÃO E POLÍTICA REPRODUTIVA .....</b>	<b>179</b>
4.1 – Sindicalismo, protagonismo feminino e combate à política sexista.....	179
4.2 – O machismo no sindicato e as lutas das operárias.....	193
4.3- Esterilização ou planejamento familiar? O Projeto <i>Pathfinder</i> como política de controle da natalidade no setor metalúrgico em Manaus .....	200
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>211</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>214</b>

FONTES CONSULTADAS .....	226
ANEXOS .....	229

## INTRODUÇÃO

---

Quando a onda de greves, a partir do ABC Paulista, espalha-se pelo Brasil no final da década de 1980, o país passa a observar os limites e as amarras do movimento sindical e do movimento operário brasileiro forjados nas manifestações de descontentamento da classe trabalhadora. Tais características colocaram em evidência as condições de vida do trabalhador, o perfil da força de trabalho e os aspectos do sindicalismo. Esse fenômeno também foi acompanhado pelo movimento operário amazonense, sobretudo, pela categoria metalúrgica a partir da década de 1980. Influenciados por essa agitação política e por esse *boom* contestatório, os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus se uniram em prol de um objetivo comum: o combate à exploração dentro e fora das empresas. Analisar os bastidores destas lutas operárias é um dos objetivos dessa dissertação.

Nosso interesse consiste em dar origem a novas interpretações e colaborar com a produção historiográfica, enfatizando as lutas cotidianas, a exploração e a deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Industrial de Manaus. Convém salientar que o interesse em enveredar pela História Social do Trabalho, especialmente sobre o sindicalismo e o movimento grevista, nasceu de uma conversa informal com uma das trabalhadoras do Distrito Industrial de Manaus que vivenciou de perto e participou dessas greves na década de 1980. Por uma feliz coincidência, essa operária foi a minha mãe, Valdiza Ferreira da Silva. Em grande parte, esta pesquisa se deve a ela. Costumo pensar que eu não escolhi o meu tema: em parte, foi ele que me escolheu. Essa proposta sustentou todo o percurso da pesquisa, possibilitando o reconhecimento dos processos organizativos e boa parte das reivindicações e demandas da categoria metalúrgica.

Na historiografia recente, a temática da classe operária no Brasil tem sido objeto de investigação de diversas áreas das ciências humanas e sociais, fazendo emergir os estudos que tratam das relações de trabalho, greves operárias e processos organizativos, incorporando experiências e lutas cotidianas no ambiente de trabalho. Diante disso, é importante destacar que a História do Movimento Operário é uma história de luta e resistência de segmentos marginalizados e subalternizados da sociedade. A partir dos anos 70, o movimento operário brasileiro começou a mostrar seu potencial de mobilização, desafiando a ditadura. Em 1978, alastram-se as greves no ABC paulista,

numa clara demonstração de insatisfação, fato que já vinha ocorrendo, desde as grandes paralisações em 1968 em Contagem e Osasco por aumento salarial, tornando-se marcos importantes na história de luta da classe operária brasileira.<sup>1</sup> Em 1979, a onda grevista proliferou para outras cidades paulistas com grande concentração industrial, como Osasco e Guarulhos, chegando ao restante do país. Além dos metalúrgicos, vários segmentos da sociedade também aderiram à greve. Até 1980, milhares de trabalhadores haviam participado dessas paralisações. A mais longa irrompeu em abril de 1980, em São Bernardo, com duração de 41 dias, mobilizando cerca de 300 mil metalúrgicos.

Em relação às mudanças que vinham ocorrendo no mundo do trabalho, tangenciando a atuação dos sindicatos, Marco Aurélio Santana estabelece as visões que consolidaram a construção das identidades políticas acerca do sindicalismo brasileiro. Para o autor, o Brasil, diferentemente de outros países, “viveu esse cenário mais tardiamente, a redefinição de formas de atuação sindical foi mais dura e mais sentida naqueles setores que, desde a virada dos anos 70 para anos 80, propugnavam por práticas mais “combativas” e “radicais” de ação”<sup>2</sup> Assim, conforme as palavras de Pierre Bourdieu, “no caso dos trabalhadores, a greve é um instrumento principal de luta porque uma das únicas armas de que dispõem é justamente a paralisação do trabalho”<sup>3</sup>. A greve se tornou, portanto, um mecanismo de resistência e um elemento potencializador de conflitos, sobretudo, pela recomposição da luta sindical.

A partir dessas lutas, no âmbito nacional, surgiram em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais tarde, duas importantes centrais sindicais: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986. A trajetória do trabalhador amazonense acompanhou o processo de mudanças, sobretudo, no que tange à organização da categoria metalúrgica. A militância destes operários foi essencial para adquirir novos aliados e fortalecer o movimento, conscientizando os trabalhadores da importância de sua união coletiva para denunciar os abusos sofridos no chão das fabricas. Diante disso, a década de 1980 foi, portanto, o

---

<sup>1</sup> Conforme destaca WEFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. Cadernos Cebrap, São Paulo, v. 5, 1972. NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

<sup>2</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical operário brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Minas Gerais, nº41 p.103-120, outubro,1999, p. 103.

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Greve e a Ação Política*. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 07.

período de grande efervescência social e política para a classe trabalhadora. Tais manifestações representavam o espírito de luta do operariado, indicando a partir deste momento, um novo caráter identitário para a categoria metalúrgica.

No contexto historiográfico regional, as abordagens voltaram-se para a composição do proletariado amazonense, especialmente, em relação aos mecanismos de controle e opressão. A partir deste momento, ampliou-se o debate sobre as condições de trabalho e a organização operária em Manaus, dando início aos primeiros protestos, mobilizações e greves na cidade. Em relação à categoria metalúrgica propriamente dita, os trabalhos de Marlene Ribeiro, Milton Melo dos Reis Filho e de Maria Célia Santiago são importantes para a compreensão da dominação e resistência em que se pese a atuação deste grupo. É importante frisar que no Amazonas, o tema do trabalho tem sido recorrente, estando entre as preocupações da produção historiográfica recente na região.<sup>4</sup>

Para Marlene Ribeiro, a história da classe operária é marcada pelas experiências pessoais dos trabalhadores, expressa pela categoria metalúrgica, forjando concepções de solidariedade e de sindicalismo independente, como instrumento de luta da classe trabalhadora. Além disso, a autora buscou compreender o processo de transformação dos agricultores caboclos em operários metalúrgicos, resultantes da implantação do modo capitalista de produção na região.<sup>5</sup> Na perspectiva de Milton Melo dos Reis Filho, o dinamismo dos trabalhadores do Distrito Industrial esteve na formação do fazer-se classe nos espaços fabris, através da memória coletiva, no surgimento novos sujeitos e os novos atores sociais da militância sindical. Em sua dissertação, Reis Filho analisou com muita sensibilidade, as tensões, conflitos e as lutas travadas pelos trabalhadores operários ocorridas no interior das fábricas do Distrito, recuperando a relevância social para o operariado amazonense.<sup>6</sup> Para Maria Célia Santiago, a necessidade de registrar a memória dos trabalhadores que participaram ativamente da organização do movimento e de revisitar o movimento paredista dos operários amazonenses, foi importante para compreender a capacidade de organização dos operários metalúrgicos na década de 1980.

---

<sup>4</sup> VER PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Histórias do trabalho no Amazonas: matrizes, estudos e tendências*. In: QUEIRÓS, César Augusto B. (Org). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020.

<sup>5</sup> RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*. Dissertação de mestrado em Educação apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

<sup>6</sup> FILHO, Milton Melo dos Reis. *Quem Vai Descer a Acará? Processo de Construção do Fazer-se Classe do Operariado do Parque Industrial de Manaus – anos 1980*. Dissertação de Mestrado do Programa Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

Em sua dissertação, a autora analisou a greve dos metalúrgicos ocorrida em agosto de 1985, compreendendo as formas de mobilização e organização dos operários amazonenses, protagonistas da mais importante greve registrada em Manaus.<sup>7</sup>

O cerne desta dissertação está em analisar as greves ocorridas no Distrito Industrial no período de 1985 e 1986 e sua contribuição para o movimento operário amazonense, compreendendo as condições de trabalho no chão das fábricas e o papel da Pastoral Operária e da Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional (FASE) na formação dos trabalhadores na efetivação das greves. Buscou-se também analisar como os operários metalúrgicos se insurgiram contra o patronato industrial local a partir 1985, desde os primeiros encaminhamentos do Sindicato dos Metalúrgicos às estratégias de organização nos dias de paralisação e de negociação junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), perpassando pelas lutas femininas e questões de gênero no espaço fabril e sindical.

No que concerne à bibliografia deste trabalho, ela também foi se modificando e se ampliando. Os conceitos de classe e experiência de Edward P. Thompson foram primordiais para analisarmos a categoria metalúrgica, decorrentes de relações humanas ligadas às experiências comuns. Além disso, a consciência de classe, segundo Thompson, permitiu a valorização de suas experiências, na revalorização de suas derrotas e vitória. Essa concepção nos permitiu vislumbrar a compreensão do processo organizativo dos trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Industrial de Manaus no contexto das greves de 1985-1986. Além disso, para subsidiar o entendimento sobre vivências cotidianas, greves, “Novo Sindicalismo”, negociações coletivas e estrutura sindical, utilizamos as abordagens de Marcel Van der Linden, Marcelo Badaró Mattos, Ricardo Antunes, Marco Aurélio Santana, Eduardo Noronha, Armando Boito Jr, Leôncio Martins Rodrigues, Fernando Teixeira da Silva, Clarice Gontarski Speranza Larissa Corrêa e Ângela de Castro Gomes.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> SANTIAGO, Maria Célia. *Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: A construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus* / Maria Célia Santiago, 2010.

<sup>8</sup> LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: Ensaios para uma história global do trabalho*. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2013. MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1ed. São Paulo: Expresso popular, 2009. SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (online) - Vol. 14 nº41. p.103-120, outubro de 1999. NORONHA, Eduardo. *A explosão das greves na década de 80*. In. BOITO, Armando. (Org). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no Tribunal. Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964*.

As contribuições de Marcel Van der Linden possibilitaram a compreensão da greve a partir das formas de luta, coesão e poder, voltadas para as condições de trabalho. As análises de Marcelo Badaró Mattos, postulou a compreensão do “Novo Sindicalismo”, pautado pela atuação classista e combativa operária a partir das bases, ou seja, enraizado nas empresas através das organizações nos locais de trabalho.<sup>9</sup> Já a perspectiva de Ricardo Antunes contribuiu para avaliar a realidade do trabalho, traçando o perfil metalúrgico industrial, especialmente no que tange o confronto operário.<sup>10</sup> Em relação às discussões trazidas por Marco Aurélio Santana nos proporcionaram refletir, a partir do conceito do “Novo Sindicalismo” que esta concepção representou a reedição de práticas já experimentadas na história do sindicalismo, ao mesmo tempo em que representava uma ruptura com o passado.<sup>11</sup>

Essa reflexão nos permite repensar, através do ponto de vista de Eduardo Noronha, que a explosão de greves na década de 1980, pode ser compreendida a partir dos processos de redemocratização e pela persistência da estrutura sindical corporativista. Assim como as contribuições de Armando Boito Jr e Leôncio Martins Rodrigues se detiveram na reorganização do movimento sindical e na formação de elementos essenciais para o exercício de poder sindical na vida política.<sup>12</sup> No que tange à Justiça do Trabalho, campo de pesquisa incorporado posteriormente, os trabalhos de Fernando Teixeira da Silva<sup>13</sup>, Clarice Gontarski Speranza<sup>14</sup>, Larissa Corrêa<sup>15</sup> e Ângela de Castro Gomes, apenas para citar alguns autores, foram importantes para compreender a construção da identidade dos

---

São Paulo:Alameda Editorial, 2016. SPERANZA, Clarice Gontarski. *Confluências e impasses na produção historiográfica recente sobre a Justiça do Trabalho*. 16º Encontro Nacional da ABET. UFBA, Salvador (BA). p.01-16, 2018. GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

<sup>9</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

<sup>10</sup> ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980*. São Paulo, Campinas. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

<sup>11</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 10/11, 1998, pp. 19-35.

<sup>12</sup> BOITO, Jr. Armando. *Reforma e persistência da estrutura sindical*. In. BOITO, Armando. (Org). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. RODRIGUES, Leôncio Martins. *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In. BOITO, Armando. (Org). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

<sup>13</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. *Entre o acordo e o acórdão: a Justiça do trabalho paulista na antevéspera do golpe de 1964*. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 203-261.

<sup>14</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre -1983-1984)*. (Dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

<sup>15</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: padrões e empregados na justiça do trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011.

trabalhadores nas mesas de negociações e nos tribunais, oferecendo uma significativa releitura do papel da Justiça do Trabalho no processo de organização e luta por direitos da classe trabalhadora.

Neste sentido, cabe salientar que, nas últimas três décadas no Brasil, a incorporação da Justiça do Trabalho como fonte de pesquisa tem se ampliado significativamente, especialmente na História Social do Trabalho, mudando a percepção sobre as fontes judiciais, “constituindo em um vasto repertório para os estudos sobre a história do cotidiano e da luta por direitos encetadas por homens e mulheres anônimos, escravos, indígenas e os chamados trabalhadores livre.”<sup>16</sup> Neste sentido, Clarice Speranza, Alisson Droppa e Marco Aurélio Vannuchi reforçam que “nos últimos anos, a história da Justiça do Trabalho tem sido revisitada por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.”<sup>17</sup> Desta nova perspectiva, emergem interpretações acerca dos direitos sociais, principalmente por compreender o espaço da Justiça do Trabalho como um lugar de mobilizações coletivas, de conflitos e de conciliações. Além disso, as questões jurídicas incidem diretamente nas relações sociais, extrapolando as lutas cotidianas, evidenciando o descontentamento generalizante da classe trabalhadora, em um contexto de desemprego, crise econômica e endurecimento nas negociações entre patrões e trabalhadores, principalmente na década de 1980.

Essa incidência de descontentamento também foi sentida no Amazonas, com o crescimento das reivindicações dos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus. Além de reajuste salarial e de tantos outros itens econômicos, havia questões relacionadas ao social, às atividades sindicais e a pautas políticas, o que pode ser observado nos dissídios coletivos. Além das questões salariais, pautas como estabilidade para as gestantes, direito a creche, garantias de sindicalização e formação de comissões de fábricas também estiveram entre as demandas dos trabalhadores metalúrgicos. É interessante pontuar que, para analisar tais reivindicações para além das fontes orais e da imprensa, as atas das audiências de conciliação no tribunal, as pautas da Convenção Coletivas e dos documentos encontrados no arquivo da Pastoral Operária e no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) foram de suma importância para compreender

---

<sup>16</sup> GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 26.

<sup>17</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio; SPERANZA, Clarice Gontarski; DROPPA, Alisson. Direito e Justiça social: a historiografia acerca da Justiça do Trabalho no Brasil. In: Fabiano Engelmann. (Org.). *Sociologia política das instituições judiciais*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2017, p. 151-174, p.152.

a construção política dos trabalhadores metalúrgicos, fazendo um panorama das disputas internas e na judicialização dos conflitos, sobretudo, na dinâmica dos tribunais. Neste contexto, os dissídios coletivos foram uma importante fonte documental, onde as narrativas construídas pelas partes envolvidas demonstraram a burocracia judicial, lançando luz sobre o campo de força judicial, trabalhando os processos de abertura, desdobramento e desfechos dos dissídios analisados para esta pesquisa.

Para além das experiências dos trabalhadores do Distrito Industrial, buscou-se na Justiça do Trabalho referências sobre o direito a greve, os conflitos e as conciliações entre trabalhadores e patrões. Como salienta Fernando Teixeira da Silva, “a importância das fontes judiciais é o resultado, entre outros fatores, de uma mudança radical na percepção sobre o lugar da legislação e sua aplicação na historiografia no Brasil e no mundo”<sup>18</sup> Realizou-se a partir destes objetivos, uma ampla discussão sobre as relações conflitantes de trabalho à luz da Justiça do Trabalho, nos encaminhamentos das greves do Distrito, uma perspectiva que conferiu aos operários metalúrgicos uma identidade de classe como forma de pressão contra os empresários.

Convém salientar que os percursos da dissertação foram se modificando no decorrer da pesquisa, auxiliando no aprofundamento das discussões em torno do processo de organização, mobilização, negociações, denúncias e demandas que levaram os encaminhamentos das greves de 1985 e 1986 no Distrito Industrial de Manaus. Além disso, a pandemia do COVID-19 redefiniu um novo formato para a pesquisa histórica, especialmente pelo fechamento dos arquivos nos quais estava em constante visita. Ainda assim, até o momento em que consegui acessar estes espaços, foi possível mapear um número considerável de fontes e documentos. Em relação a este momento excepcional, as pesquisas no Hemeroteca Digital e ao Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) foram imprescindíveis para dar continuidade às pesquisas na impossibilidade de acesso às fontes em decorrência da quarentena. Em relação às fontes orais, por questão de segurança, optei por realizar algumas entrevistas de modo remoto, utilizando o Google Meet. O que inicialmente seria um conjunto de 12 entrevistas, foi reduzido para 7. As entrevistas foram semiestruturadas, realizadas entre 2019 e 2021. O modelo de entrevista utilizado apresentou-se bastante adequado para a questão chave deste estudo: a análise das greves no Distrito. Mesmo em um contexto sem precedentes, foi possível captar,

---

<sup>18</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no tribunal: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964*. 2ed. rev. e ampl. São Paulo: Alameda, 2019, p. 41.

ainda que de maneira incipiente, a fala de alguns trabalhadores em relação aos conflitos grevistas e de reorganização interna no Sindicato dos Metalúrgicos. Procuramos no enquadramento da memória, nas dificuldades e nas contradições, preservar a história de vida dos entrevistados, compreendendo a História Oral como a interpretação da subjetividade, memória, discurso e diálogo, como destaca Alessandro Portelli<sup>19</sup>. Portanto, a “essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer a respeito das versões do passado, ou seja, da memória.”<sup>20</sup> Desse modo, a História Oral reconhece a importância das experiências pessoais, de sua relação com o passado e suas narrativas.<sup>21</sup> Neste sentido, compreendemos a memória como a reconstrução das experiências do passado, como salientam Maurice Halbwachs e Ecléa Bossi.<sup>22</sup>

No que tange aos processos judiciais, foram catalogados para o recorte da pesquisa 5 processos de dissídios coletivos, variando entre 150 e 370 páginas, cada processo, nos quais foram examinadas as atas de reuniões de instrução com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o mapeamento da Convenção Coletiva de Trabalho, as atas de reuniões no Tribunal Regional do Trabalho, as certidões de fiscalização emitidas pela DRT em que comprovavam o estado de greve das empresas, trazendo os quantitativos de trabalhadores que estavam paralisados, as atas das assembleias gerais extraordinárias do Sindicato dos Metalúrgicos, as solicitações relativas a instauração do Dissídio Coletivo, os pedidos de ilegalidade solicitadas pelo sindicato patronal, os relatórios de faturamento das empresas, os estudos de custo de vida realizado pelo DIEESE, os relatórios de perfil da categoria metalúrgica, os relatórios de comparação de salários entre os metalúrgicos de Manaus e São Paulo, os estudos de índices inflacionários em Manaus, os requerimentos de contestação do sindicato patronal relativos as reuniões e as audiências de instrução, as juntadas dos autos, os recursos ordinários e as certidões de julgamento. A análise de tais fontes nos auxiliou a operar uma noção do arcabouço jurídico constituído nos dias de paralisação, particularmente nos embates entre patrões e empregados. Através dos dissídios coletivos, foi possível acompanhar todos os passos dados junto à Justiça do Trabalho, observando o caráter intervencionista e conciliatório dos tribunais. Desta

---

<sup>19</sup> PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. Revista Projeto História. São Paulo, (15), abril, p.13-49, 1997.

<sup>20</sup> Idem, p. 16.

<sup>21</sup> PORTELLI, Alessandro. *Um trabalho de relação: observações sobre a história oral*. Tradução: Lila Cristina Xavier Luz Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.7, nº13 jul-dez, 2017. p.182-195.

<sup>22</sup> VER HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990. BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. 2. ed, São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

forma, a judicialização das questões trabalhistas e das tensões cotidianas puderam ser expostas mais claramente, demonstrando em certas ocasiões o triunfo patronal sobre os trabalhadores. Neste caso, me refiro aos desdobramentos da greve geral de 1986. Ainda assim, foi possível compreender a Justiça do Trabalho como um movimento de disputas e articulação política entre patrões e empregados.

No que concerne à utilização da imprensa, os jornais *A Crítica*, *Jornal do Commercio*, *A Notícia* e o jornal operário *O Parafuso* nos auxiliaram a entender ações que envolveram os dias de paralisação, as denúncias, as lutas cotidianas, os conflitos nos tribunais, instrumentalizando as representações do movimento paredista a partir da grande imprensa e também a imprensa operária. É pertinente pontuar que a imprensa como fonte pesquisa tem sido um valioso instrumento de análise na historiografia recente, nos quais os acontecimentos ganham dimensão pública e densidade política nas páginas dos jornais. No caso desta dissertação, os confrontos de representações apresentadas pelos jornais anteriormente mencionados nos deram a dimensão do enfrentamento entre os trabalhadores metalúrgicos e os empresários, redefinindo a singularidade operária no Distrito Industrial.

Faz se necessário destacar que o uso da imprensa como fonte não deve ser postulado como verdade absoluta, como relato fidedigno da realidade, como destaca Maria Helena Capelato.<sup>23</sup> Convém salientar ainda que a imprensa adquiriu, com o passar dos anos, uma força política relevante. De acordo com Capelato, no século XX, a imprensa no Brasil representou um significativo manancial de pesquisa, “oferecendo um vasto material para o estudo da vida cotidiana, dos costumes e das práticas sociais”<sup>24</sup>. Neste sentido, Nelson Werneck Sodré, ressalta que o próprio desenvolvimento da imprensa no Brasil está intimamente relacionado ao progresso do país e os antagonismos refletidos nas páginas de seus jornais.<sup>25</sup> No que diz respeito a imprensa operária, Maria de Nazareth Ferreira, ressalta que esta simbolizou a vanguarda dos trabalhadores e das relações de poder existentes dentro dos movimentos sociais.<sup>26</sup> Inseridos nessa contextualização, esse gênero de imprensa alcançou uma singular importância no debate sobre as classes subalternas. Superadas essas discussões, a utilização das fontes jornalísticas representou os aspectos da realidade operária que nem as fontes orais e nem

---

<sup>23</sup> CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. SP: Contexto/EDUSP, 1988, p. 10.

<sup>24</sup> Idem, p. 34.

<sup>25</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>26</sup> FERREIRA, Maria de Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

as fontes judiciais poderiam subjugar. Na historiografia regional, temos um vasto repertório de trabalhos que se dedicam ao estudo dos periódicos amazonenses, dentre os quais podemos mencionar as pesquisas de José Ribamar Bessa Freire, Maria Luiza Ugarte Pinheiro, Luiz Balkar Sá Peixoto Pinheiro, Luciano Everton Costa Telles, Hosenildo Gato Alves, Jordana Coutinho Caliri, dentre outros.<sup>27</sup>

Dialogando com esse conjunto de fontes, foram de igual relevância os documentos encontrados na sede da Pastoral Operária, principalmente no que diz respeito à formação político sindical dos trabalhadores, nas denúncias em que apontaram as condições precárias de trabalho no Distrito Industrial e na organização interna das greves metalúrgicas. É oportuno compartilhar que este arquivo em especial carece de organização e preservação, merecendo uma atenção excepcional de pesquisadores e pesquisadoras interessados na temática dos metalúrgicos do Amazonas. Muitos documentos encontram-se degradados pelo tempo, sobretudo, pelo espaço inadequado nos quais estão sendo acondicionados.

Esta pesquisa encontra-se dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda como se constituíram os enunciados da luta operária no Distrito Industrial de Manaus a partir da década de 1980, enfatizando as lutas cotidianas, a exploração e a deterioração da qualidade de vida desses trabalhadores. Procurou-se inicialmente tratar das influências externas ao movimento, uma apresentação mais geral do movimento paredista em Manaus na década de 1980, bem como, as condições de trabalho no chão das fábricas do Distrito Industrial e o papel da Pastoral Operária e da Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional (FASE) na formação dos trabalhadores na efetivação das greves.

O segundo capítulo busca analisar o modo como se processou a organização dos trabalhadores em torno do Sindicato dos Metalúrgicos, destacando a construção da Oposição Sindical Metalúrgica em 1984, explorando a investida dos trabalhadores na

---

<sup>27</sup> VER FARIA E SOUZA, João Batista de. *A Imprensa no Amazonas: 1851 a 1908. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial*, 1908. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3ed. Manaus: EDUA, 2015. TELES, Luciano Everton Costa. *Mundos do Trabalho e Imprensa. A vida operária em Manaus na década de 1920*. Manaus, UEA Edições, 2015. CALIRI, Jordana Coutinho. *Folhas da Província: a imprensa amazonense durante o período imperial (1851-1889)* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 2014. ALVES, Hosenildo Gato Alves. *Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Manaus: UFAM, 2009. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. *Imprensa e Sociedade nos Confins da Amazônia (1880-1920)*. Diálogos (Maringá. Online), v. 18, n.1, p. 297-323, jan.-abr./2014.

greve da Sanyo e da Moto Honda e os desafios da primeira geral no Distrito Industrial de Manaus em 1985. Também foram analisados, as relações de conflitos entre patrões e empregados junto a Justiça do Trabalho, especialmente no debate em torno do poder normativo que remonta o Poder Judiciário. No terceiro capítulo, são analisados os procedimentos adotados pela categoria metalúrgica na greve geral de 1986, a partir das experiências observadas na primeira greve geral, avaliando as distinções na condução das negociações e no desfecho negativo do movimento paredista para a categoria.

No quarto capítulo examina questão de gênero, exploração e política sexista praticada no chão das fábricas do Distrito Industrial, alinhadas ao processo de organização e amadurecimento da classe operária amazonense. Também são discutidas questões relacionadas aos direitos reprodutivos e sexuais na região amazônica, a partir da atuação do “Projeto *Pathfinder*”. Os temas abordados neste capítulo recaem, sobretudo, na ausência de políticas públicas de proteção à saúde da mulher trabalhadora nos espaços fabris. Em todos os capítulos, são enfatizados o descontentamento coletivo dos metalúrgicos, fazendo-os repensar suas práticas e opondo-se efetivamente ao controle rígido da classe patronal do Distrito Industrial de Manaus, reconhecendo as experiências dos trabalhadores e fornecendo um pano de fundo para novas interpretações do movimento sindical e operário no Amazonas.

## CAPÍTULO 1 – EXPERIÊNCIAS FABRIS E A LUTA DO OPERARIADO AMAZONENSE: ESPAÇOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A partir da década de 1970, o Brasil viveu um período de transformações políticas, econômicas e sociais que marcou a trajetória do movimento operário e sindical, fazendo ressurgir a classe trabalhadora no cenário político nacional, mesmo com toda a arbitrariedade imprimida pela ditadura civil-militar. Para o sociólogo Marco Aurélio Santana, esse período representou uma radicalização de “algumas tendências em termos da economia que produzirão uma intensa transformação na face do país como um todo, e principalmente de sua classe operária”<sup>28</sup>. Diante disso, é muito provável que a “história política do país no período de 1978 a 1985, fique marcada como um momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político”<sup>29</sup>. Neste sentido, essa transição possibilitou o crescimento dos movimentos sociais e de forma mais específica, do movimento sindical na cena pública brasileira a partir de novas formas e interesses diversos.

No entanto, como salienta o historiador Carlos Fico, “a velha noção de ‘crise moral’ foi um dos motores utilizados pelos golpistas de 64 para justificar sua ação.”<sup>30</sup> Juntamente com o combate à ‘subversão’ e ao comunismo”<sup>31</sup>, a repressão e a censura, tornou-se o esteiro da ditadura civil-militar. Partindo dessa perspectiva, o autor ressalta que a classe trabalhadora teve seus “sindicatos desorganizados após o golpe de 1964, embora tenham feito uma greve expressiva e relativamente vitoriosa em abril de 1968”<sup>32</sup>, citando como exemplo, a greve dos operários da siderúrgica de Belgo-Mineira em Contagem. Entretanto como apontou Fico, a tentativa de mobilização do movimento operário não apresentou o mesmo êxito, como ocorreu “na cidade paulista de Osasco

---

<sup>28</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática*. Revista Política e Sociedade. nº13 – outubro de 2008, p. 279 – 309, p. 280.

<sup>29</sup> SADER, Eder. *Quando novos personagens entram cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 26.

<sup>30</sup> Para Carlos Fico, essa expressão golpe civil militar é mais adequada para caracterizar o que realmente aconteceu, por que “o golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares, ainda que tenha sido posteriormente controlado inteiramente pelos militares. Apesar das várias nomenclaturas existentes, fica evidente nas palavras de Fico, que a denominação “civil-militar seria razoável por causa do apoio civil que o golpe e a ditadura tiveram.” O referido autor entende o ‘civil’ como sendo os empresários, a mídia, a Igreja e outros segmentos da sociedade como os responsáveis pela chegada dos militares ao poder. FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis. v. 9 n20, p. 05-70, jan/abr, 2017, p. 53.

<sup>31</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, Record, 2001, p.149.

<sup>32</sup> Idem, p. 57.

(julho do mesmo ano), e tampouco conseguiram deflagrar a greve geral programada para outubro”<sup>33</sup>.

Para Marco Aurélio Santana, o golpe civil-militar representou a interrupção do crescimento organizacional dos trabalhadores brasileiros e das atividades sindicais. Essa pausa significou para o movimento operário “a prisão de lideranças, a perseguição de militantes, bem como a desestruturação do trabalho nos sindicatos e nas fábricas, desbaratou atividades que levariam bastante tempo para serem recompostas”<sup>34</sup>, restando apenas um “trabalho pequeno e silencioso no chão de fábrica. Era preciso recompor forças e somar esforços para enfrentar a ditadura”<sup>35</sup>. O autor ressalta ainda que a mobilização nos locais de trabalho foi um mecanismo de enfrentamento ao regime e de reestruturação da vida sindical.

As greves do ABC Paulista ocorridas no final da década de 1970 são um exemplo desse reordenamento, permitindo a renovação interna do movimento operário brasileiro e influenciando direta ou indiretamente movimentos similares pelo país a fora. No estado do Amazonas, a luta operária vinha de constituindo ao longo de décadas de mobilização e resistência, mediante a práticas e estratégias organização que se delineavam desde a virada do século XIX para o XX<sup>36</sup>. Partindo desse pressuposto, este capítulo aborda como se constituíram os enunciados da luta operária no Distrito Industrial de Manaus a partir da década de 1980, enfatizando as lutas cotidianas, a exploração e a deterioração da qualidade de vida desses trabalhadores e trabalhadoras no chão das fábricas.

Desta forma, este capítulo tratará inicialmente das influências externas ao movimento, uma apresentação mais geral do movimento paredista em Manaus na década de 1980, discutindo brevemente algumas greves antecedentes à do Distrito Industrial, como por exemplo, a dos professores e dos trabalhadores do transporte coletivo. Em seguida, serão expostas as condições de trabalho, o cotidiano laboral nas empresas e as denúncias apresentadas pelos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus a partir de 1980, por meio da imprensa local, especificamente pelo *Jornal do Commercio* e o *Jornal A Crítica*, juntamente com o jornal operário *O Parafuso* para compreendermos as relações de conflitos que levaram às greves gerais a partir de 1985. E por fim, analisaremos o papel

---

<sup>33</sup> Idem, p. 57.

<sup>34</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Op. Cit., 2008, p. 279.

<sup>35</sup> Idem, p. 279.

<sup>36</sup> VER PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

da Pastoral Operária e da Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional (FASE) na formação político-sindical dos trabalhadores na efetivação das greves, especificamente no período de 1985 e 1986.

Cabe salientar que a tomada de consciência e o poder de articulação da classe trabalhadora em torno de reivindicações antigas e emergentes em um contexto de profundas transformações políticas e sociais foi o que impulsionou o movimento paredista em Manaus, não apenas na categoria dos trabalhadores do Distrito Industrial, mas também de outros segmentos da sociedade manauara. O processo de organização destes trabalhadores é o resultado de um forte engajamento sindical e político, marcado pela transição democrática e pela reestruturação dos sindicatos em todo o Brasil. Como destaca Marcelo Badaró Mattos, a compreensão do novo estágio de organização alcançado pelo movimento operário decorreu dentre outros fatores, pelo surgimento das centrais sindicais, como Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), assim como pela criação do Partido dos Trabalhadores (PT).<sup>37</sup> No Amazonas, o protagonismo dos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus consolidou as bases que legitimaram o movimento grevista e as lutas por melhores condições de trabalho e combate à exploração. É isto que veremos a seguir.

### **1.1. O movimento paredista em Manaus na década de 1980**

Ao longo de 21 anos, a ditadura civil-militar impactou a vida de milhares de brasileiros. No movimento sindical, esses efeitos foram sentidos duramente pelos trabalhadores, acentuando o caráter assistencialista dos sindicatos e ampliando os poderes do Estado. Assim, “tão logo o golpe consolida-se, o governo militar ordenou a intervenção de 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações)<sup>38</sup>. A tentativa de desmantelamento da organização sindical ainda contou com inúmeras prisões e cassações de direitos políticos de dirigentes sindicais em todo o Brasil. Esse intervencionismo significou no plano trabalhista “uma nova fórmula para os reajustes salariais, baseados na incorporação parcial da inflação passada, o que na prática significava um arrocho salarial”<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1ed. São Paulo: Expresso popular, 2009, p. 122-123.

<sup>38</sup> Idem, p. 101.

<sup>39</sup> NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p.158.

Ainda no campo trabalhista, a Lei Nº 4.330 de junho de 1964 limitou o direito à greve, sendo reconhecida “desde que fosse objeto de votação em Assembleia Geral organizada pelos sindicatos oficialmente reconhecido, obedecesse a um complicado processo decisório, burocratizado e esgotasse as possibilidades de conciliação”<sup>40</sup>, tornando o processo de negociação entre trabalhadores e patrões cada vez mais rígido, retraindo o número de greves, mas não as extinguindo totalmente. Na contramão do que foi imposto pelo Estado, as greves de Contagem e Osasco em 1968 foram a expressão mais notável do movimento operário no pós-1964.

Ao analisar ambas as greves, Francisco Weffort destaca que suas representações são desencontradas e contraditórias<sup>41</sup>. No entendimento do autor, as greves de Contagem e Osasco foram as formas mais rudimentares de organização da classe trabalhadora dentro e fora das empresas, embora ainda fossem insuficientes para enfrentar a estrutura do regime civil-militar.<sup>42</sup> Desta forma, com a intensa perseguição de lideranças e com a dissolução dos sindicatos, “o movimento operário entrou em refluxo e novas greves seriam organizadas apenas do final dos anos de 1970”<sup>43</sup>

Ao que se refere as greves do ABC Paulista a partir de 1978, notamos que a ação do operário metalúrgico empreendeu a função de vanguarda no interior do movimento operário. De acordo com Antunes,

O proletariado do ABC paulista representava a parcela mais desenvolvida, dentro da *heterogeneidade* que marca o proletariado brasileiro. Inserida numa região onde destacam-se unidades fabris com plantas industriais desenvolvidas e altamente mecanizadas, com alta composição orgânica de capital, forte concentração operária, características das indústrias do ramo automobilístico, a categoria metalúrgica do ABC paulista expressa realidade.<sup>44</sup>

Esse movimento vanguardista representou o fortalecimento do sindicalismo brasileiro, a partir das organizações de base, conduzindo a uma reação em massa da classe

---

<sup>40</sup> Ibidem, p. 158.

<sup>41</sup> O autor aponta para as diferenciações entre as duas greves. Para ele, enquanto Contagem foi um caso típico da erupção espontânea das massas sem a presença efetiva dos sindicatos, Osasco apresentou um grau mais elevado de organização no interior da estrutura sindical, embora tenha ressaltado ao longo de sua análise que eram, ainda, realidades embrionárias de organização, apesar de sua relevância para o reordenamento do movimento sindical e operário que viriam a ocorrer nas décadas seguintes, como veremos no ABC Paulista, por exemplo, no final da década de 1970 e início de 1980. VER WEFFORT, Francisco, 1972.

<sup>42</sup> WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. Cadernos Cebrap, São Paulo, v. 5, 1972, p.23-24.

<sup>43</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. JOFFILY, Mariana. *Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968)* In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida. (Org.) O Brasil Republicano 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais do século XX. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 40.

<sup>44</sup> ANTUNES. Ricardo. *A rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980*. São Paulo, Campinas. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 162.

trabalhadora em relação “a crítica à estrutura sindical e a defesa da livre negociação entre patrões e empregados sem a ingerência do Estado”<sup>45</sup> ao mesmo tempo que fortaleceu no interior das empresas do ABC Paulista, o trabalho das comissões de fábricas e de organização dos trabalhadores, como veremos mais adiante. Processo semelhante também ocorreu com o operariado do Distrito Industrial de Manaus, e assim como os metalúrgicos paulistas, reivindicavam melhores condições de trabalho e reparação salarial, não apenas entre os metalúrgicos, mas também de outras categorias operárias, dentre eles, destacaram-se os professores e os trabalhadores do transporte coletivo, apenas para citar alguns. Esse movimento dentro do Distrito Industrial de Manaus contou com o apoio da Igreja Católica, através da Pastoral Operaria Manaus e da Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional (FASE) e de diversos segmentos da sociedade civil manauara. O combate à exploração do trabalho foi um dos eixos centrais da luta operária em todo o Brasil na virada da década de 1970 para 1980, responsável pelo fortalecimento e radicalização dos movimentos sociais e no Amazonas não foi exceção.

Em relação ao ABC Paulista, as greves de 1978 foram oriundas de paralisações parciais e espontâneas, geralmente realizadas por fábricas. Em 1979, a ação do proletariado metalúrgico do ABC, no entanto, “assumiu uma feição de greve geral, cujo cotidiano foi marcado pela realização de assembleias gerais plebiscitárias, comportando um conteúdo acentuadamente ofensivo”<sup>46</sup> caracterizado pela participação de milhares de trabalhadores de diversas categorias. Entretanto, no ano seguinte, ação grevista apesar de ter conseguido o ensejo necessário para recompor as forças do movimento operário se viu acuado diante da necessidade de “aprofundar a organização do sindicato e dos trabalhadores dentro das fábricas, bem como contrapor-se ao despotismo fabril e às formas de racionalização capitalista do trabalho”<sup>47</sup>. Entretanto, apesar das dificuldades de homogeneização do movimento, a greve ainda era o mecanismo mais viável e reivindicatório válido no qual o trabalhador brasileiro dispunha. Ao apontar as estratégias da luta operária e seus campos de conflitos, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, salienta que, “no caso dos trabalhadores, a greve é o instrumento principal de luta porque uma das únicas armas de que dispõem é justamente a paralisação do trabalho”<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup> RODRIGUES, Iram J. 1995. “O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva”. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, v. 9, n. 3, p.117.

<sup>46</sup> ANTUNES, Ricardo. Op. Cit., 1988, p.168.

<sup>47</sup> Idem, p. 168.

<sup>48</sup> BOURDIEU, Pierre. *A greve e ação política*. In. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 270.

Em seu entendimento, a greve também é um mecanismo de força física e violência simbólica, pois “é um instrumento de violência real que tem efeitos simbólicos através da manifestação, da afirmação da coesão do grupo, da ruptura coletiva é com a ordem comum que ela produz, etc.”<sup>49</sup> A greve, neste sentido, tornou-se um dispositivo de resistência operária, a tradução mais evidente dos conflitos fabris existentes no interior das empresas ao longo dos anos. Ao que se refere as greves de 1978, 1979, 1980, o movimento operário ampliou o seu campo de atuação, incorporando em seu discurso uma dimensão eminentemente política, engajada no fortalecimento da classe trabalhadora, contrapondo-se a repressão empregada pela ditadura-civil militar ainda em vigor.

Desse modo, para Bourdieu, a luta operária seria mais forte à medida que sua mobilização fosse coletiva, “portanto, conscientes e metódicos, isto é, mediatizadas por uma organização encarregada de definir os objetivos e organizar a luta”<sup>50</sup>. Essa organização coletiva ficou expressa nas primeiras reivindicações no final da década de 1970 no ABC Paulista, como já foi mencionado anteriormente e pode ser vista mais intensamente no início da década de 1980, marcado de acordo com Marco Aurélio Santana, pelo “ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento dos trabalhadores, reintroduzindo este importante ator na cena política nacional”<sup>51</sup>.

No Amazonas, essas ações reivindicatórias estiveram presentes na vida do trabalhador, evidenciando a necessidade de uma organização operária. Em Manaus, esse processo embrionário de organização inicia-se no final do século XIX e início do XX, em grande parte pela expansão econômica da borracha, produzindo um aumento no contingente de trabalhadores na região sem as mínimas condições de trabalho. A partir disto, criam-se condições para “as primeiras insatisfações e demandas operárias, mas também para a abertura de campanhas em prol da unidade dos trabalhadores e de sua organização e agremiações operárias”<sup>52</sup>.

A capital amazonense se vê transformada pelas mazelas que impactavam o mundo do trabalho, nessa perspectiva, “boa parte das reivindicações e demandas da classe

---

<sup>49</sup> Idem, p. 271.

<sup>50</sup> Idem, p. 271.

<sup>51</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida. (Org.) *O Brasil Republicano 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais do século XX*. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 285.

<sup>52</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)* Rio de Janeiro: Gramma, 2017, p. 156.

trabalhadora em todo o país – e Manaus não foi exceção – foi direcionada para o Estado, não apenas para exigir dele efetivação de leis garantidoras do que lhe parecia de direito”<sup>53</sup>, mas também o de legitimidade enquanto classe.<sup>54</sup> Nessa perspectiva de análise, Maria Luiza Ugarte Pinheiro traz, em seu estudo sobre os estivadores no período de 1899-1925, as vivências cotidianas e os dilemas inerentes à categoria analisada, revelando o protagonismo do trabalhador manauara no pleito de suas reivindicações no período da expansão gomífera na região amazônica.<sup>55</sup> Aqui não nos cabe fazer um resgate histórico dos primórdios da luta operária amazonense<sup>56</sup>, pois este não é o foco da pesquisa. No entanto, é preciso ressaltar a importância desses primeiros passos dos trabalhadores e de suas ações de mobilizações para compreendermos as práticas e estratégias organizativas que aconteceriam nas décadas posteriores.

Avançando na discussão e reconhecendo que, no Amazonas, mais especificamente em relação a Manaus, embora existam estudos importantes acerca do processo de organização, luta e resistência dos trabalhadores manauaras, ainda é possível notar uma carência de trabalhos que nos permitam compreender a dinamização das estratégias de resistência utilizadas pelos trabalhadores. No entanto, há trabalhos que nos possibilitam, ainda que de maneira incipiente, visualizar as vivências e embates dos trabalhadores na região amazônica antes da instalação da ditadura civil-militar no Ama-

---

<sup>53</sup> Idem, p.258.

<sup>54</sup> Compreender o conceito de “classe” nos conduz as análises apresentadas por Edward P. Thompson em “A Formação da Classe Operária Inglesa”. O autor entende classe como um fenômeno histórico, um processo ativo, decorrentes de relações humanas ligadas às experiências comuns. O sentido de classe neste sentido, se constitui através das experiências, formando uma consciência de classe que para Thompson, surgia da mesma forma em tempos e lugares, mas nunca acontecendo da mesma maneira. O autor ainda considerava um equívoco classificar “classe” como uma coisa, se considerarmos que ela nasce de relações humanas. Para Thompson, não podemos entender o conceito de classe a menos que o vejamos como uma formação social e cultural. Segundo o autor, a classe não é formada apenas por fatores econômicos e sim por sua consciência de classe, tendo em vista, a valorização de suas experiências, na revalorização de suas derrotas e vitórias, que levaram a determinar que suas relações fossem adulteradas, nos quais segundo Thompson, os homens nascem e são enquadrados de forma involuntária. Esses conceitos de experiência e consciência de classe implica a análise de um “fazer-se” classe e de construções coletivas a partir da história de homens e mulheres inseridos na perspectiva de formação de classe e de interesses entre si, no qual os trabalhadores estavam cientes de suas lutas antigas e mais recentes. Essa discussão nos remete ao tema central desta dissertação: a compreensão do processo organizativo dos trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Industrial de Manaus no contexto das greves de 1985-1986, assentados em suas ações de resistência, mobilização, experiências em torno do movimento grevista, fundamentais para entendermos sua legitimidade enquanto classe. VER THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa, v. I, A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>55</sup> Sobre a greve dos estivadores VER PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: Trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. 2ed. Manaus: EDUA, 2003.

<sup>56</sup> Sobre isso VER PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

zonas. Destaco neste sentido, o artigo intitulado “*A casa do Trabalhador no Amazonas: o quartel general dos trabalhadores da terra cabocla (1944-1964)*”, de César Augusto Bubolz Queirós. Neste importante trabalho, o autor problematizou a atuação dos trabalhadores a partir das disputas políticas locais, priorizando a dinâmica do movimento sindical amazonense sob a ótica da Casa do Trabalhador.

Segundo o autor, a criação da Casa do Trabalhador do Amazonas ocorre em uma “conjuntura marcada de um lado pelo processo de reorganização do Partido Comunista do Brasil no Estado, e de outro lado, pelo fortalecimento e consolidação dos trabalhistas no Amazonas”<sup>57</sup>. A Casa do Trabalhador do Amazonas serviu, portanto, de sede para diversos sindicatos e associações<sup>58</sup>, com o intuito de reunir em um mesmo espaço, lideranças sindicais dispostas a discutir soluções viáveis às reivindicações dos trabalhadores amazonenses das mais diversas categorias.<sup>59</sup> Notamos a partir deste trabalho, uma articulação mais notável na década de 1960 do operariado manauara apesar do freio da “consolidação da Revolução Democrática no Amazonas”<sup>60</sup>. Para Queirós, é necessário romper com a concepção de que a repressão e a violência da ditadura militar ficaram aglutinadas somente nos grandes centros urbanos, levando a crer que o Amazonas não sofreu o autoritarismo, entretanto, é preciso destacar que “desde muito cedo, a região sofreu os efeitos da ditadura que se instalava”<sup>61</sup>.

O autor cita, dentre outros exemplos, a cassações de mandatos e de direitos políticos logo nos primeiros dias da instalação da ditadura militar na região, constando nomes como os do ex-governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo e do Deputado Federal Almino Monteiro Alvares Afonso, eleito pelo PTB, em 1962, na lista de cassações do Ato Institucional nº I, em 10 de abril de 1964. Fizeram parte dessa lista,

---

<sup>57</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *A casa do Trabalhador no Amazonas: o quartel general dos trabalhadores da terra cabocla (1944-1964)* In: Clarice Gontarski Speranza. (Org.). *História do Trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas*. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, v. p. 227-263, p. 236.

<sup>58</sup> De acordo com Queirós, em meados da década de 1940, a maioria das entidades não possuíam sede e partindo desta problemática, o Sindicato dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, solicitou junto a Álvaro Maia, o então interventor da época uma solução. Contando com o apoio do deputado José Cláudio de Souza foi cedido provisoriamente pelo Decreto-Lei n.1.251 de junho de 1944, um imóvel entregue às entidades sindicais pela Lei n.406 de agosto de 1947 pelo então governador Leopoldo Neves. Funcionando na Rua Marcílio Dias, n.256 até hoje, a CTA inicia seus trabalhos junto à sociedade civil a partir de junho de 1947.

<sup>59</sup> Ao longo do artigo, Queirós aponta as disputas entre as lideranças sindicais de viés trabalhistas e comunistas pela direção da Casa do Trabalhador do Amazonas, representando um racha no interior do movimento sindical amazonense ainda em processo de organização em meados da década de 1950 e virada de 1960.

<sup>60</sup> *Jornal do Commercio*, 03 de abril de 1964, p. 01.

<sup>61</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “*Que fizeram com meu pai?*”: *Sindicalismo e Ditadura no Amazonas*. Revista Escritas do Tempo – v. 2, n. 4, mar-jun/2020 – p. 183-206, p.189.

nomes como do Deputado Federal Arlindo Porto (PTB) e do o vereador Manoel Rodrigues da Silva, ex-dirigente do Sindicato dos Estivadores e seu suplente Othon Mendes, além do vereador Nathanael Rodrigues. Ainda em junho de 1964, o governador Plínio Ramos Coelho tem o seu mandato cassado e seus direitos políticos suspenso por um período de dez anos<sup>62</sup>, após uma ampla perseguição política e diante de várias acusações de corrupção envolvendo o seu governo, Plínio Ramos Coelho foi preso em agosto de 1964.<sup>63</sup> Além disso, houve o fechamento no mesmo período da Assembleia Legislativa e dos jornais *O Trabalhista* e *A Gazeta* do grupo Difusão, ordenado pelo então governador Arthur Cezar Ferreira Reis. Em carta dirigida ao presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, publicada em primeira página no *Jornal do Commercio*, Arthur Reis reafirmava o compromisso do estado do Amazonas com os princípios da ditadura militar e que seu governo iria cumprir a missão de ser um exemplo de combate à corrupção que há muito tempo assolava o estado.<sup>64</sup>

O jornal ainda destacava que a ocupação militar da Assembleia Legislativa foi determinada como uma advertência imposta pela ditadura no Amazonas. Logo, a repercussão foi imediata e vários veículos de comunicação, incluindo do Sul país, procuraram o governador Arthur Reis para dar maiores esclarecimentos acerca dos últimos acontecimentos.<sup>65</sup> Ao se dirigir ao povo amazonense através das emissoras locais, Arthur Reis reiterou o apoio recebido pelo presidente Castelo Branco e das Forças Armadas naquilo que ele chamou de “meta de limpeza moral à serviço do povo”<sup>66</sup> Esse fato destaca, sobretudo, os impactos da ditadura e do autoritarismo sobre o estado, relevando a perseguição sofrida em diversos seguimentos da sociedade manauara. Ao retornar à Manaus em 1979, após 16 anos afastado da vida política, Gilberto Mestrinho considerou o período da “Revolução de 31 de março” como uma “noite escura que caía sobre a nossa pátria, quando os direitos do povo foram golpeados e a vontade popular,

---

<sup>62</sup> \_\_\_\_\_ *O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas*. Revista Mundos do Trabalho. v. 8, p. 49-65, 2016.

<sup>63</sup> \_\_\_\_\_ “Papagaio que está trocando as penas não fala”: Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964. História Unisinos 23(1):73-83, janeiro/abril 2019.

<sup>64</sup> *Jornal do Commercio*, 11 de agosto de 1964, p. 01.

<sup>65</sup> *Jornal do Commercio*, 12 de agosto de 1964, p. 01.

<sup>66</sup> *Jornal do Commercio*, 14 de agosto de 1964, p. 01.

representada por mandatos legítimos e autênticos”<sup>67</sup> salientando terem sido arrancados, para que imperasse no Amazonas, a falta de consideração com o povo.

Essas perseguições atingiram igualmente as lideranças sindicais e a organização dos trabalhadores. Neste sentido, podemos destacar a atuação de Antogildo Pascoal Viana, presidente do Sindicato dos Estivadores do Amazonas desde 1954, assassinado no Rio de Janeiro logo após a deflagração da Ditadura Militar. De acordo com Queirós, “Antogildo exerceu forte influência no movimento sindical amazonense, participando ativamente das disputas políticas que atingiram o meio sindical naquele período”<sup>68</sup>. Na versão oficial, consta que Antogildo teria cometido suicídio ao jogar-se do 5º andar do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores e Cargas (IAPETC), versão comprovadamente negada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), no processo encaminhado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

De acordo com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), em certidão anexada ao processo apresentado junto à CEMDP, Antogildo Pascoal Viana já vinha sendo vigiado pelas autoridades brasileiras desde 1962. Em documentos localizados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro pelos pesquisadores da CNV indicam que, anos após a morte de Antogildo, os membros das comunidades de informação e repressão continuavam a referir-se a Antogildo como perigoso comunista e agitador social.<sup>69</sup> Segundo dados do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), as atividades sindicais no Amazonas foram intensamente vigiadas no decorrer da década de 1970. Nos relatórios que informavam sobre as infiltrações esquerdistas nas entidades representativas do estado é possível encontrar o monitoramento de alguns sindicatos nesse período como, por exemplo, do Sindicato dos Estivadores de Manaus, Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Gráficos, Sindicato dos Bancários, além de diretórios estudantis.<sup>70</sup>

As lideranças ou membros ligados aos sindicatos citados<sup>71</sup>, segundo o relatório, são denominados no meio sindical, como elementos comprometidos com a política

---

<sup>67</sup> Relatório: “Movimento com visita do Governador do Estado do Amazonas – Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo” – setembro de 1979, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 29.

<sup>68</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Op.Cit, 2020, p. 190.

<sup>69</sup> Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3), p. 133.

<sup>70</sup> Dossiê: “Infiltração Comunista na Amazônia Ocidental” de 31 de março de 1971, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

<sup>71</sup> As lideranças investigadas são: Sindicato dos Estivadores (Sebastião Romão de Oliveira, Edgar Anselmo Franco, Manuel Felix de Oliveira, Adrião Rabelo Seabra); Sindicato dos Jornalistas (Sinval de Andrade

subversiva no estado do Amazonas, contrariando às normas e princípios instituídos pela ditadura militar. Além disso, o relatório ainda tentou fazer o levantamento de atividades subversivas de sindicatos de outros estados da região Norte, como Acre e Rondônia, como intuito de identificar elementos comunistas em outras regiões, no entanto, obteve pouco êxito. Essa vigilância prosseguiu na década de 1980, entretanto, o processo de esgotamento da ditadura militar em todo o Brasil e a reorganização político-partidário no Amazonas encontraram terreno propício para um avanço significativo nas lutas operárias em Manaus na virada nos anos 80.

Uma tentativa desse reordenamento, ficou expresso nas comemorações de 1º de maio de 1980. Com o objetivo de criar um “ato unitário” no Dia do Trabalhador, o Partido dos Trabalhadores, decidiu comemorar a referida data fazendo um apelo às organizações, entidades e partidos de oposição do Amazonas para exigir melhores condições de vida e de trabalho, “lutando por melhores salários para os trabalhadores do Distrito Industrial e também para outras categorias de trabalhadores do Amazonas”<sup>72</sup>. Inicialmente, o ato contaria com o apoio de sindicatos, de movimentos estudantis, da igreja e de partidos políticos.<sup>73</sup> No entanto, apesar dos esforços de mobilização, nenhuma das entidades representativas de classe aceitou a liderança do Partido dos Trabalhadores à frente do movimento, alegando manobra política. Ainda assim, o ato ocorreu na praça da Igreja de São Sebastião, porém sem a repercussão desejada pela organização do evento.<sup>74</sup>

Outro exemplo de reorganização sindical foi a realização do I Encontro das Classes Trabalhadoras do Amazonas (ENCLAT)<sup>75</sup>, promovido pela Intersindical/AM

---

Gonçalves, Raimundo Franio de Almeida Lima, Guilherme dos Santos Gadelha, Ilson Guimaraes de Oliveira, Arlindo Augusto dos Santos Porto); Sindicato dos Gráficos (Walmir Gonçalves Barros); Sindicato dos Bancários (José Cardoso Dutra, Álvaro Gaia Nina, Raimundo Silva, Francisco Ribeiro Cruz, Carlos Gomes, Paulo Figueiredo, Fábio Pereira de Lucena Bittencourt); Diretórios estudantis (Carlos Washington de Lemos Botelho, Manoel Otavio Rodrigues de Souza, Raimundo Botinelly Assunção, Afonso Celso Maranhão Nina, Afrânio Sá, José Maria Pinto, Samir Mamed Assis, Agnelo Balbi, Carlos Farias de Carvalho).

<sup>72</sup> *Jornal do Commercio*, 16 de abril de 1980, p. 06.

<sup>73</sup> Destaque para o Sindicato dos Professores, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Sindicato dos Motoristas, Sindicato dos Metalúrgicos. Setores da Igreja como a Pastoral Operária. Setores estudantis, Diretórios Universitários e Centros Acadêmicos e UESA. E partidos políticos como PMDB, PTB e PP. *Jornal do Commercio*, 16 de abril de 1980, p. 06.

<sup>74</sup> Relatório sobre o “Ato Unitário do Trabalhador - 1980, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p.04.

<sup>75</sup> O ENCLAT é um desdobramento da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), realizado entre os dias 21 a 23 de agosto de 1981 na Praia Grande – São Paulo. A CONCLAT foi a primeira reunião ampla de categorias diversas desde o golpe de 1964, que desarticulou a organização dos trabalhadores. A Conferência se realizou num momento de ascensão do movimento sindical e de avanço da luta pela redemocratização do país. A principal decisão do encontro foi eleger a Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores (Pró-CUT), organização sindical nacional e independente. No entanto sua

frente do núcleo local do PC do B, ocorrido entre os dias 29 a 31 de julho de 1983 em Manaus. Neste encontro cujo objetivo foi discutir a conjuntura sócio-político-econômico do país, tendo entre as principais pautas, a política salarial, o desemprego, as liberdades políticas e sindicais, os principais sindicatos<sup>76</sup> que compunham a luta operária amazonense se fizeram presentes e deliberaram dentre outras demandas, uma proposta de fortalecimento das intersindicais em âmbito regional, reforço de organização e mobilização dos trabalhadores nas bases, organização e sindicalização dos trabalhadores independente da categoria e a criação de uma comissão de trabalhadores que fiscalizasse efetivamente o trabalho dos sindicatos junto a seus filiados e associados.<sup>77</sup>

O objetivo da ENCLAT era avançar nas formas de organização dos trabalhadores amazonenses, visando adequar o movimento sindical à realidade política, econômica e social vigentes na década de 1980, envolvendo a participação de Federações, Sindicatos e Associações Profissionais. Diante disso, os “fatores de ordem sindical e política desempenharam seu papel de recomposição das forças que disputavam a liderança do movimento que emergia”<sup>78</sup>. Essa recomposição fortaleceu as lutas sindicais em Manaus, permitindo a realização da II ENCLAT em 1984. Com o tema “Unidade na Luta”, o encontro contou com a participação de mais de 60 sindicatos, incluindo 15 do interior do estado do Amazonas,<sup>79</sup> demonstrando uma adesão significativa das entidades represen-

---

fundação somente se daria no ano de 1983. No Amazonas, o primeiro encontro ocorre dois anos após da I CONCLAT. Disponível no site: <http://memorialdademocracia.com.br>.

<sup>76</sup> O encontro contou com participação de 32 representantes de entidades diversas, dentre eles podemos destacar: Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato da Indústria de Panificação, Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus, Sindicato dos Marceneiros, Sindicato dos Assistentes Sociais, Sindicato dos Professores, Sindicato dos Portuários e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além da Associação dos Servidores da Secretária de Saúde, dos Servidores da Universidade do Amazonas, dos Enfermeiros, dos Odontólogos e Engenheiros Agrônomos. O encontro também teve a participação de representantes do Governo do Estado (Marisa Seroa da Mota), da Prefeitura (Francisco Braga de Souza) e do PT/AM (José Mario Frota Moreira). Relatório do I ENCLAT encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p.05.

<sup>77</sup> Relatório do I Encontro das Classes Trabalhadoras do Amazonas – ENCLAT – 1983, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p.12.

<sup>78</sup> SANTANA, Marco Aurélio. ANTUNES, Ricardo. *O PCB, os Trabalhadores e o Sindicalismo na História Recente do Brasil*. In: RIDENTI, Marcelo. REIS, Daniel Aarao. (Org.) História do Marxismo no Brasil – Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas – SP. Editora Unicamp, 2007, p. 391.

<sup>79</sup> Participaram da II ENCLAT: Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Amazonas, Federação dos Trabalhadores da Indústria de Manaus, Federação dos Trabalhadores da Construção Civil e Imobiliário, Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Sindicato dos Trabalhadores da Construção de Estradas, Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Vidros e Cristais de Manaus, Sindicato dos Carregadores do Porto de Manaus, Sindicato dos Empregados no Comércio de Manaus, Sindicato dos Estivadores de Manaus, Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Serraria, Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Manaus, Sindicato dos Radialistas de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia do Amazonas, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráficas de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores do Transporte

tativas dos trabalhadores em relação ao ano anterior. O comprometimento do encontro estava pautado no urgente aprofundamento das discussões sobre as formas de luta e organização do movimento sindical amazonense, com o intuito de dar respostas aos problemas<sup>80</sup> mais proeminentes da classe trabalhadora na década de 1980.

Neste sentido, a evidência dos movimentos grevista passa a ganhar cada vez mais vivacidade. Para Eduardo Garuti Noronha, as greves nos anos 80 evidenciaram a evolução dos embates trabalhistas, “driblando as circunstâncias desfavoráveis à mobilização dos trabalhadores no conflito grevista, a liderança sindical revalorizou a sua organização interna”<sup>81</sup>. Esse trabalho de valorização das bases foi sentido também em Manaus como estratégia de resistência, tornando a greve a expressão mais “duradoura, crescente e talvez mais eficaz do descontentamento social e político”<sup>82</sup>. O autor ainda destaca que a evolução dos conflitos trabalhistas pode ser classificada em três fases: “a primeira (1978-79) de crescimento, a segunda (1980-82) de retração e a terceira (1983-84) de retomada”<sup>83</sup>, indicando que “após 1985, o Brasil passa a se situar entre os países de maiores taxas de greves”<sup>84</sup> em diferentes categorias e regiões do país.

A força dos movimentos grevistas na região amazônica neste período foi destaque na imprensa local. O *Jornal do Commercio*, na edição de 01 de janeiro de 1986, destacou

---

Rodoviário de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Careiro, Sindicato dos Trabalhadores em Olaria de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Extrativista de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Derivados de Petróleo de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Borracha, Sindicato dos Assistentes Sociais, Sindicato dos Feirantes, Sindicato dos Professores de Manaus, Sindicato dos Barbeiros, Sindicato dos Médicos, Sindicato dos Vigias do Porto, Sindicato dos Conferentes, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química de Manaus, Sindicato dos Economistas, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Curtume de Couro e Peles, Assoc. dos Aposentados de Manaus, Assoc. Engenheiros Agrônomos, Assoc. dos Servidores da Universidade do Amazonas, Assoc. dos Servidores da Saúde, Assoc. dos Biólogos, Assoc. dos Vendedores Ambulantes, Assoc. dos Odontólogos, Conf. dos Trabalhadores, de Comunicação e Publicidade, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Joias, e Pedras Preciosas, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Urbana de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maués, Parintins, Tefé, Careiro, Urucurituba, Borba, Manicoré, Nova Olinda, Lábrea, Humaitá, Benjamim Constant, Carauari, Silves, Manacapuru e Anori). Relatório do II ENCLAT encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p.06-08.

<sup>80</sup> O encontro discutiu pautas relacionadas a grave crise enfrentada pelo Brasil na década de 1980, principalmente relacionadas à política econômica (questão salarial, desemprego, alto custo de vida, etc), o endividamento externo e os elevados índices inflacionários. Na questão sindical, o II ENCLAT firmava o compromisso em lutar pela liberdade democrática, defendendo a autonomia sindical, bem como, o direito legítimo a greve. Entre as demandas também estavam as eleições diretas para a Presidência da República e a discussão sobre a nova Constituinte.

<sup>81</sup> NORONHA, Eduardo. *A explosão das greves na década de 80*. In. BOITO, Armando. (Org). O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 107.

<sup>82</sup> Idem, p. 97.

<sup>83</sup> Idem, p. 121.

<sup>84</sup> Idem, p. 120.

que “o ano de 1985 foi marcado no Amazonas por diversificados acontecimentos, com destaque para os movimentos grevistas, principalmente a partir da instalação da Nova República”<sup>85</sup>. Nesta matéria, o jornal faz uma breve retrospectiva dos principais fatos ocorridos de janeiro a dezembro de 1985. Além dos movimentos grevistas, houve destaque para a realização das primeiras eleições para o Executivo Municipal em Manaus após a ditadura militar, quando Manoel Henriques Ribeiro<sup>86</sup> foi eleito pelo PMDB com o apoio de Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo e Amazonino Armando Mendes.

O aumento significativo no número de greves e a incorporação de categorias de trabalhadores que até então não tinham experimentado o confronto direto foram vivenciados pelos movimentos grevistas em Manaus a partir da década de 1980. Entre eles destacaram-se os trabalhadores do transporte coletivo, da construção civil, os profissionais da saúde, os portuários, os bancários, os professores e os metalúrgicos.<sup>87</sup> Esse momento é importante por que incorporou outras categorias, em um processo que ampliou e consolidou a classe trabalhadora em diversas regiões do Brasil.<sup>88</sup> A aproximação nas pautas das reivindicações entre os mais variados segmentos de trabalhadores em Manaus fortaleceu a explosão de greves, reflexo do descontentamento generalizado no seio da classe trabalhadora em âmbito nacional.

A alteração nas formas de articulação entre os trabalhadores, permitiu o surgimento de novos atores sociais, se adensando principalmente pela evidência do que se convencionou chamar de “Novo Sindicalismo”, processo de organização sindical ocorrido no Brasil no final da década de 1970, tendo como principais protagonistas os metalúrgicos do ABC paulista. Para Marcelo Badaró, o novo sindicalismo no Brasil simbolizou a ruptura com a “velha” estrutura sindical atrelada ao Estado. Na década de 1980, o crescimento do movimento grevista pode ser explicado pela “crise econômica do modelo econômico da ditadura, o endurecimento nas negociações e pelo acionamento de dos mecanismos repressivos da legislação sindical”<sup>89</sup>. Corroborando com o posicionamento de Badaró, Ricardo Antunes ressalta que “é por esse motivo que começam a ganhar expressão os movimentos sindicais alternativos, que questionam a

---

<sup>85</sup> *Jornal do Comercio*, 01 de janeiro de 1986, p. 02.

<sup>86</sup> Foi vice-governador do Amazonas pelo PMDB em 1982 na chapa de Gilberto Mestrinho. Como prefeito de Manaus permaneceu no cargo de 01 de janeiro de 1986 a 07 de julho de 1988.

<sup>87</sup> *Jornal do Comercio*, 01 de janeiro de 1986, p. 02.

<sup>88</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Op. Cit., 2007, p. 289.

<sup>89</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit., 2009, p. 120.

ação eminentemente defensiva, praticada pelo sindicalismo tradicional”<sup>90</sup>. Partindo desta perspectiva, o movimento operário atingiu um nível de ação diferente de décadas passadas. Isso fica evidente no caráter desprentencioso das manifestações operadas pela massa de trabalhadores a partir do contexto do novo sindicalismo.<sup>91</sup>

Para Marco Aurélio Santana, “o alcance de tais ações pela conquista de direitos sociais e políticos dos trabalhadores integrava o “novo sindicalismo” na luta democrática mais geral então em curso no país”<sup>92</sup>. Essa concepção de novo nasce, sobretudo, da ideia de um sindicato articulado nas bases e independente. Segundo o autor, o novo sindicalismo teria como principais características “a luta por liberdade e autonomia sindical e a crítica radical aos mecanismos de atrelamento do sindicato ao Estado”<sup>93</sup>. Um dos pilares apontados por esta concepção de “novo” seria uma organização articulado pelas bases, em oposição ao “velho” sindicalismo definido por interesse políticos, de caráter populista e distante das bases operárias.<sup>94</sup> De acordo com Santana, o “novo sindicalismo” “representou a reedição de práticas já experimentadas na história do sindicalismo por setores que, ao seu tempo, se identificavam com posições progressistas em relação à luta dos trabalhadores”<sup>95</sup>, ou seja, ao mesmo tempo em que representou uma ruptura com o passado, se tornou ainda que inconscientemente, uma continuidade da mesma.

Essa crítica trazida por Santana se baseia no discurso de “novidade” incorporado ao conceito de “novo sindicalismo”, “impedindo que desse a devida atenção às difi-

---

<sup>90</sup> ANTUNES, Ricardo. Op. Cit, 1988, p. 08.

<sup>91</sup> Neste sentido, Luiz Alberto Castro de Macedo, entende o “novo sindicalismo” como um rompimento com o ciclo corporativista que “anestesiou o operariado brasileiro desde a implantação da CLT e que tornou mais agudo a partir de 1964. Além da crise econômica, o autor sugere que a concentração em centros urbanos contribuiu para o crescimento das reivindicações populares, associado ao sindicalismo emergentes nas grandes cidades. VER MACEDO, Luiz Alberto Castro de. *O Novo Sindicalismo*. Porto Alegre: FEPLAM, 1986.

<sup>92</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (online) - Vol. 14 n°41. p.103-120, outubro de 1999, p. 108.

<sup>93</sup> \_\_\_\_\_. *O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 10/11, 1998, pp. 19-35, p. 28.

<sup>94</sup> Para Marco Aurélio Santana, as práticas propostas pelo “Novo Sindicalismo” deveriam ser entendidas como uma negação do que se havia feito no período anterior ao golpe militar de 1964. Essa negação a estrutura sindical corporativa fica evidente com a formação dos blocos dos chamados sindicalistas autênticos reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias do País, formando as chamadas Oposições Sindicais, compondo o autodenominado bloco combativo. E os formados pela Unidade Sindical que agrupavam lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitos deles vinculados aos setores denominados pelegos e os militantes de setores da esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8).

<sup>95</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Op. Cit., 1999, p.114.

culdades historicamente experimentadas pelo movimento dos trabalhadores no Brasil”<sup>96</sup>. Diante disso, esse “novo” acabou de certa maneira “reproduzindo práticas que tanto dizia combater”<sup>97</sup>, apontando para uma certa percepção de continuidades conforme salientou Marco Aurélio Santana. Entretanto, é inegável a sua contribuição no enfrentamento de práticas de restringiam o avanço do movimento sindical brasileiro sufocados pelo autoritarismo militar.<sup>98</sup> Neste sentido, o “Novo Sindicalismo” obteve avanços tanto no confronto direto com a estrutura sindical corporativa, como na relação “entre patrão, Estado e legislação, caracterizado pela radicalização que explicitava no caso dos patrões, o combate à intransigência dos empresários e as agruras e os sofrimentos no interior fabril”<sup>99</sup>. Em Manaus, esses conflitos ficaram mais latentes a partir de 1980 e estavam relacionadas diretamente à defasagem salarial e as condições de trabalho de diversas categorias de trabalhadores, embora o discurso propagado na imprensa local, a exemplo do *Jornal do Commercio*, fosse de que os trabalhadores deveriam fazer sacrifícios para garantir a paz social,<sup>100</sup> demonstrando uma certa preocupação do patronato local com o crescimento dos movimentos grevistas na região.

Havia muitas críticas aos trabalhadores que recorriam à greve, o tom era sempre se reprovação e indagação sobre se havia a necessidade de paralização. Na coluna “De

---

<sup>96</sup> Idem, p. 115.

<sup>97</sup> Idem, p. 115.

<sup>98</sup> É preciso destacar que o presente trabalho, não pretende “romantizar” o conceito de ‘Novo Sindicalismo’, incorporado por diversas vezes, no discurso das lutas travadas pelos trabalhadores brasileiros na década de 1980, sobretudo, a partir de lutas estabelecidas pelo presente, tendo o passado como referência, como destaca Marco Aurélio Santana. Nesta linha de interpretação, compreende-se que o limite entre o “novo” e o “velho” sindicalismo, permitiu a construção de identidades políticas e sindicais envoltos na prática organizativa da classe trabalhadora em meados dos anos 80. Entretanto, não esteve, como já mencionado anteriormente, isentos de cometer às mesmas práticas que tanto criticava, trazendo ao centro das discussões, o caráter inovador e de ruptura do sindicalismo corporativista do pré-1964. É necessário salientar que contrapondo, o certo “encantamento” de Ricardo Antunes pelo “novo sindicalismo”, Marco Aurélio Santana sugere uma reflexão mais ampliada sobre o novo sindicalismo na história do movimento operário do país, ressaltando que no campo da política, as reflexões e análises, nem sempre primaram pela objetividade, dificultando em certo sentido, a compreensão do movimento que reemergiu tão fortemente na década de 1980. Também refletindo sobre essa “era” no Novo Sindicalismo, Marcelo Badaró Mattos, considera que a manutenção da unicidade sindical, do monopólio de representação, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho, indicou que o “novo sindicalismo” não foi tão bem-sucedido como o esperado, herdando a estrutura oficial corporativista ainda sobre os sindicatos. O autor caracteriza esse movimento como complexo e contraditório, em um discurso carregado de novidades assentado em bases tradicionais da cúpula sindical. Neste sentido, o sindicalismo como instrumento de transformação social foi invocado para distinguir o velho do novo sindicalismo. Analisando a perspectiva desses autores, o “novo sindicalismo” trouxe como singular, a noção de organização dos trabalhadores no próprio local de trabalho, pautados a partir de uma atuação classista, mesmo que para isso, tenha enfrentado contradições e rupturas de dentro para fora. VER MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

<sup>99</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Op. Cit., 1998, p. 27.

<sup>100</sup> *Jornal do Commercio*, 21 de janeiro de 1979, p. 02.

frente e de perfil”<sup>101</sup> do *Jornal do Commercio* chegou a questionar se “os trabalhadores estavam dispostos a reduzir as greves”<sup>102</sup> em uma tentativa de deslegitimar perante a sociedade civil as reivindicações dos trabalhadores. Recorrendo à perspectiva de Marcel van der Linden, entendemos as greves como pressupondo “um conflito, uma situação de divergência de interesses, na qual uma das partes (um grupo de trabalhadores) coloca forte pressão para obter resultado favorável a si,”<sup>103</sup> compreendendo que todas as formas de paralisação, fossem temporárias ou mais duradouras, eram estratégias válidas de enfrentamento e resistência. Todas essas mobilizações eram, sobretudo, “para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesses dos trabalhadores”<sup>104</sup>

A expressão mais proeminente do avanço organizativo do operariado em Manaus se desenvolve a partir de 1985. Neste sentido, o *Jornal A Crítica* salientou que “movimentos históricos acordavam trabalhadores”<sup>105</sup> fazendo referência a uma série de greves<sup>106</sup> que vinham ocorrendo na cidade desde o primeiro semestre do referido ano, fato

---

<sup>101</sup> Coluna de autoria desconhecida que emitia opiniões dos mais variados temas.

<sup>102</sup> *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1984, p. 02.

<sup>103</sup> LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: Ensaios para uma história global do trabalho*. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2013, p. 203.

<sup>104</sup> Idem, p.203.

<sup>105</sup> *Jornal A Crítica*, 25 de agosto de 1985, p. 12.

<sup>106</sup> Em março de 1985, houve a greve na empresa Sanyo, localizada no Distrito Industrial de Manaus As reivindicações eram 120% de aumento, equiparação salarial e garantia de emprego a todos até o final do ano. Com duração de 4 dias, a greve chegou a um acordo satisfatório para os trabalhadores. Mais detalhes sobre esta greve, veremos no capítulo 2 deste trabalho. Em março de 1985, houve uma paralisação temporária dos motoristas de ônibus, cobradores e despachantes. Eles reivindicavam principalmente o pagamento de horas-extras, denunciando que chegavam a trabalhar mais de 16 horas/dia, sem alimentação e folgas. Entretanto, apesar da grande repercussão na imprensa e de denúncias na Delegacia Regional do Trabalho, não houve qualquer entendimento entre o Sindicato dos Rodoviários (que representava esses trabalhadores) e o sindicato naquele momento. Em agosto do mesmo ano, período da convenção coletiva da categoria dos rodoviários, os trabalhadores reivindicavam 69% de aumento salarial, incluindo nesta convenção, os trabalhadores de transporte especial, como por exemplo, aqueles que prestavam serviço para o Distrito Industrial. As negociações pouco avançaram em quase um mês. Houve paralizações temporárias neste período de agosto. Como não havia um consenso, o próprio Sindicato dos Rodoviários, sem consultar os trabalhadores, negociou um acordo de 25% de aumento salarial, dessagrando os categoria, levando-os a uma nova paralisação, duramente reprimida polícia militar. Neste mesmo período, houve a greve dos professores da Universidade do Amazonas, iniciada dia 19 de agosto. Eles reivindicavam 38,5% de aumento real e 50% de reposição salarial e dedicação exclusiva. Foi uma greve de adesão nacional. Após 25 dias de paralisação, o governo federal abriu as negociações. Ao todo, 16 universidades estavam em greve (entre elas: a de Viçosa (MG), Rio Grande do Sul (RS), Ouro Preto (MG), Cuiabá (MT), São Carlos (SP), Brasília, Piauí, Maranhão, Rondônia Acre, Amazonas. Com 42 dias, chegou ao fim a greve na Universidade do Amazonas, conseguindo apenas os 38,5% de aumento salarial inicialmente reivindicado. Se destacou também a greve do Estaleiro da Amazônia S/A - Estanave (o maior estaleiro do Norte e Nordeste do país). Os trabalhadores da Estanave reivindicavam o não pagamento das taxas de insalubridade, do FGTS e melhores condições na alimentação e aumento salarial equiparado ao dos metalúrgicos. Com duração de 5 dias, a greve chegou ao fim no dia 26 de agosto, com um aumento real de 5% semestral, 100% de reajuste trimestral, 50% de insalubridade e redução na jornada de trabalho. *Jornal do Commercio*, 20 de agosto 1985, p. 04.; 27 de agosto 1985, p.03; 29 de agosto 1985, p.02; 30 de agosto 1985, p.03. *Jornal A Crítica*, 19 de março de 1985, p.02; 03 de outubro de 1985, p.02.

considerado inédito na história do operariado amazonense. As greves, tanto dos trabalhadores do transporte coletivo urbano como dos professores e metalúrgicos, ocorreram quase que paralelamente e tiveram grandes repercussões na imprensa local. O artigo intitulado “De novo as greves”<sup>107</sup>, de autoria desconhecida e publicado no jornal *A Crítica*, enfatizou que a população estava apreensiva com os movimentos paredistas que agitavam a cidade e que “a exacerbação dos ânimos no caso das greves locais só serve para detonar o interesse dos que propagam a desestabilização do próprio regime democrático que começa a ser registrado em todos os setores”<sup>108</sup>. O mesmo artigo segue dizendo que os trabalhadores deveriam reivindicar em cima de coisas possíveis, ressaltando a todo momento que o empresariado local estava em dificuldades financeiras. Pedia-se fortemente a conscientização para os trabalhadores em relação aos impactos negativos que as greves ocasionariam à sociedade manauara, evitando-as fortemente.

A greve nesse discurso era um mal a ser combatido. Para Van der Linden, a luta dos trabalhadores é uma “batalha ininterrupta travada contra os empregadores e seus representantes, às vezes aberta e às vezes sub-reptícia, às vezes individual e às vezes coletiva”<sup>109</sup>. Nesse sentido, a greve era vista pelo patronato amazonense além de uma perturbação a ordem, um mecanismo de manobra política. Desta forma “a prática democrática deve ser tomada como um comprometimento aos direitos dos outros e não como um instrumento para fazer valer certos interesses”<sup>110</sup>, ou seja, predominava a concepção que a mobilização dos trabalhadores era influenciada por interesses externos.

Falava-se em “aproveitadores”<sup>111</sup> querendo se utilizar do movimento grevista para provocar o caos na cidade de Manaus. O temor por parte da classe patronal era que os trabalhadores se fortalecessem de forma que as mobilizações se generalizassem. O apelo direto aos líderes sindicais ficou evidente, quando se frisou que “cada liderança deveria observar que o país atravessava um momento delicado, com uma crise que atropela a

---

<sup>107</sup> Este artigo referia-se à eminente greve geral de agosto 1985 do Distrito Industrial de Manaus, concomitante ao período de paralisação dos motoristas de ônibus, cobradores e despachantes e em como esses movimentos paredistas poderiam afetar a população manauara.

<sup>108</sup> *Jornal A Crítica*, 26 de agosto de 1985, p. 04.

<sup>109</sup> LINDER, Marcel van der. Op. Cit., 2013, p. 195.

<sup>110</sup> *Jornal A Crítica*, 30 de agosto de 1985, p. 03.

<sup>111</sup> O *Jornal A Crítica* destacou que estavam sendo convocados o caos por certos setores sindicais (sem mencionais quais) mais interessados em criar um clima desordeiro, do que realmente tratar dos reais problemas dos trabalhadores. Outro ponto a ser destacado era o clima de generalização apontado pelo *Jornal A Crítica*, isto é, o alinhamento dos trabalhadores com outras categorias que não sejam as suas, sendo utilizados como instrumento de interesses escusos. *Jornal A Crítica*, 30 de agosto de 1985, p.03.

vontade de oferecer maiores vantagens ao trabalhador”<sup>112</sup>. Esse discurso apresentava um caráter dúbio, pois ao mesmo tempo que o patronato se mostrava disposto a negociar, também pedia bom do senso do trabalhador. A greve, portanto, deveria ser o último recurso do trabalhador quando as possibilidades de negociação estivessem esgotadas, sobretudo, “dentro dos aspectos legítimos previstos na Constituição, por que não se compreende o acionamento de uma greve sem que ocorra todo o esforço entre as partes envolvidas”<sup>113</sup> na busca por conciliação. É possível perceber esse entendimento por parte do Delegado Regional do Trabalho do Amazonas, Manoel Gomes Nogueira que, ao fazer um balanço sobre os movimentos grevistas amazonenses no primeiro semestre de 1985, “concluiu que estes não foram significativos e não chegaram a perturbar a sociedade”<sup>114</sup> por não terem sido organizados diretamente pelos trabalhadores.

Ainda de acordo com Manoel Gomes Nogueira, as greves antecederam o diálogo, ou seja, os trabalhadores estavam irredutíveis em suas pautas, fato que era condenado pela Delegacia Regional do Trabalho.<sup>115</sup> Algumas fases no movimento grevista devem ser consideradas para que não seja decretada a sua ilegalidade: como a apresentação formal da proposta de reivindicação, aprovação em Assembleia Geral pelo sindicato representante da categoria, autorização da diretoria do sindicato para negociar com os patrões, apresentação da diretoria para a contraproposta. Não sendo aceita pela Assembleia, o sindicato deve requerer ao Ministério do Trabalho uma reunião com o sindicato patronal e se em reunião não houver um acordo satisfatório para ambas as partes, se decide, como último recurso, a greve.<sup>116</sup> Essas fases, todavia, não estavam sendo levadas em consideração de acordo com a própria Delegacia Regional do Trabalho, o que demonstra uma certa ambiguidade em relação aos que deveriam defender os interesses da classe trabalhadora amazonense. Toda esta burocracia permitiria que os acordos fossem rea-

---

<sup>112</sup> Esse apelo direto aos líderes sindicais estava ligado à greve de agosto de 1985 dos motoristas de ônibus, cobradores e despachantes e ao presidente do Sindicato dos Rodoviários, Gilberto Maia Assunção e no receio de prejuízos estendidos aos empresários e também a população. *Jornal A Crítica*, 30 de agosto de 1985, p.03.

<sup>113</sup> *Jornal A Crítica*, 30 de agosto de 1985, p. 03.

<sup>114</sup> *Jornal do Comercio*, 04 de junho de 1985, p. 04.

<sup>115</sup> *Idem*, p. 04.

<sup>116</sup> Estas fases tinham como base, a Lei 4.330 de 1º de julho de 1964. Esta lei regulava o direito a greve na forma do art. 158, da Constituição Federal e estava vigente no período analisado da pesquisa. Como destaca Clarice Gontarski Speranza, a Lei 4.330, tornava praticamente impossível o enquadramento legal das paralizações no trabalho. Conhecida como lei antigreve, a 4.330 estabeleceu uma série de prazos e condições que dificultavam a vida do trabalhador, quase sempre levando a ilegalidade dos movimentos reivindicatórios. Ver: SPERANZA, Clarice Gontarski. *A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre -1983-1984)*. (Dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

lizados sem que houvesse a necessidade de paralisação, pois o rigor na legislação dificultava a atuação dos sindicatos que representavam os trabalhadores. Contudo, isso não os impediu de recorrerem às greves, muito pelo contrário. Foi o combustível que determinou os rumos na luta contra a exploração do trabalho nos mais diversos setores em Manaus.

Era o momento de união e fortalecimento das bases operárias, como ocorreu, por exemplo, com os professores da Educação Básica, que vinham reivindicando melhores condições salariais desde 1983 sem êxito e se intensificando em 1985. Nesta linha de análise, James da Costa Batista buscou compreender o processo organizativo da categoria dos professores a partir de 1983, a atuação de suas lideranças, bem como as forças repressivas que levam ao episódio conhecido como “a batalha do Igarapé de Manaus em 1985.”<sup>117</sup> A Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM) que representava os docentes alegava intransigência e autoritarismo por parte do governador Gilberto Mestrinho<sup>118</sup>. Segundo Aloysio Nogueira, presidente da APPAM, “o movimento era ordeiro e pacífico. Os professores não são marginais. Queremos dialogar e não brigar com a polícia. Queremos exercer o direito assegurado na Constituição”<sup>119</sup>. O objetivo era deixar claro, que os docentes estavam conscientes de seus direitos que gostariam de um “enfrentamento de ideias e não da força bruta. Quem apela para a violência é por que não possui argumentos para dialogar pacificamente”<sup>120</sup>. A falta de diálogo, intransigência e repressão não foi exclusivo ao movimento dos professores e representou boa parte dos conflitos laborais ocorridos em Manaus.<sup>121</sup>

---

<sup>117</sup> Sobre isso: ver BATISTA, James da Costa. *Da Lousa à Luta: Organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2018.

<sup>118</sup> Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo foi governador do Amazonas no período de 1983-1987 pelo PMDB.

<sup>119</sup> *Jornal do Commercio*, 28 de abril de 1985, p. 04.

<sup>120</sup> *Jornal do Commercio*, 04 de junho de 1985, p. 04.

<sup>121</sup> A presença da polícia militar era frequente nesses movimentos grevistas. Por exemplo, no caso da greve de agosto de 1985 dos motoristas de ônibus, cobradores e despachantes houver inúmeros casos de prisões e até de espancamento por parte da polícia contra os motoristas. Um dos episódios relatados pelo *Jornal do Commercio* retrata um tumulto generalizado entre cerca de 12 policiais e um grupo de trabalhadores na esquina da Leonardo Malcher. Os trabalhadores presos logo foram soltos e os que sofreram agressões mais graves foram encaminhados para o hospital. Caso semelhante também ocorreu na greve geral do Distrito Industrial de Manaus em agosto de 1985. O Sindicato dos Metalúrgicos também denunciou truculência da polícia e de diretores de algumas empresas (exemplo a CCE da Amazônia) durante os dias de paralisação. O *Jornal A Crítica* ainda destacou que as empresas de grande porte (Moto Honda, Yamaha, Sony) tinham um policiamento ostensivo, armados de baionetas. Havia neste sentido, um verdadeiro pelotão pronto para o combate com o objetivo de pôr fim à greve. *Jornal A Crítica*, 30 de agosto de 1985, p.03; *Jornal A Crítica*, 03 de agosto de 1985, p.08.

Para Antônio Luigi Negro, “se os trabalhadores regozijam, os patrões, por isso mesmo, estavam contrafeitos. Não só recorreriam da decisão judicial, como também demitiriam ou entrariam em locaute, o que evidenciaria a recorrência de conflitos fabris”<sup>122</sup>. Nesse sentido, o objetivo era atribuir aos trabalhadores a causa da desordem instalada na cidade Manaus, transformando-os em vilão perante a sociedade, criminalizando suas ações e penalizando cada vez mais o trabalhador amazonense que decidia romper com o silêncio da exploração. Isso ficou visível no artigo “Radicalismo das greves”, do jornal *A Crítica*, ao tentar deturpar as reivindicações dos trabalhadores ao ressaltar que os “grevistas partiam para o tudo ou nada”<sup>123</sup> em nome de um radicalismo que não interessava a democracia e nem tornaria possível a tão sonhada “paz social”<sup>124</sup>. Nesse contexto, também estavam envolvidos a categoria metalúrgica, que representava os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus. Suas denúncias, reivindicações e paralizações estiveram constantemente nos principais jornais locais. As ações destes trabalhadores assentaram-se nas transformações que vinham ocorrendo no mundo do trabalho e do amadurecimento do operariado e reordenamento dos sindicatos. Para Antunes, “impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é um desafio imperioso no mundo contemporâneo.”<sup>125</sup> Desafio ainda maior é combater a banalização da força humana de trabalho, que a longo prazo, potencializa exponencialmente o crescimento das desigualdades sociais, ao mesmo tempo, que amplia as fissuras entre o capital e o trabalho. Essas diferenças ficam mais evidentes, principalmente para a classe trabalhadora. Percebendo este panorama e tentando minimizar essas desigualdades, os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus se articularam em torno de demandas antigas e emergentes, demonstrando o seu potencial de mobilização, organização, no combate a todas às formas de opressão e controle rígido de trabalho.

---

<sup>122</sup> NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)* São Paulo: Boitempo, 2004, p.117.

<sup>123</sup> O radicalismo mencionado no artigo fazia referência ao contexto nacional, principalmente as greves da indústria automobilística do Rio de Janeiro e São Paulo e sua proximidade com os movimentos reivindicatórios na Região Norte, destacando que o contexto vivido não era mais uma questão econômica, mas sobretudo, social. *Jornal A Crítica*, 21 de abril de 1985, p.04.

<sup>124</sup> *Jornal A Crítica*, 21 de abril de 1985, p.04.

<sup>125</sup> ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC, Lula)*. 2ed. Campinas, São Paulo. Autores associados, 2005, p.118.

## 1.2. As condições de trabalho nas empresas do Distrito Industrial de Manaus

Quando o modelo de Zona Franca de Manaus é pensado, ainda nos anos 50, o Brasil passava por um processo instabilidade política, principalmente após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Nos meses seguintes, a crise se agravou e conforme previa a Constituição, uma nova eleição foi realizada. Em meio a um pleito tumultuado em 1955, Juscelino Kubistchek chega à presidência da República, prometendo realizar em cinco anos de mandato o que, segundo ele, outros presidentes levariam cinquenta anos para fazer. O chamado “Plano de Metas” foi um conjunto de medidas adotado com o objetivo de promover o desenvolvimento em âmbito global da economia brasileira.

Como parte de sua política desenvolvimentista, JK promoveu a ocupação e o desenvolvimento do interior e incentivou a produção industrial, principalmente no período conhecido como “Anos Dourados”. Ainda que posteriormente, essa política tenha sido ineficiente para conter o déficit nacional, colaborou para que naquele momento, se projetasse a Amazônia na cena econômica nacional e mundial. Seguindo o reflexo do contexto nacional, o Amazonas estava em situação econômica crítica, e isso fica claro na fala do governador Plínio Ramos Coelho<sup>126</sup>, em sua primeira mensagem à Assembleia Legislativa, após vencer as eleições em outubro de 1954. Nesse discurso ele “ressalta a situação precária das finanças e afirma que a situação do Estado é a de uma massa falida”.<sup>127</sup> Em muitas ocasiões, Plínio Coelho fez duras críticas ao seu antecessor, Álvaro Maia, como responsável pela estagnação do Estado. Para recuperar a economia, Plínio Coelho optou por estimular a industrialização e isso fica visível em muitas de suas mensagens enviadas a Assembleia. O importante é destacar:

O interesse em incentivar, por meio de políticas públicas, a instalação de estabelecimento de poderiam receber “favores constitucionais conferidos as indústrias nascentes que acaso fossem instaladas no Estado, em convite, destarte, aos capitais nacionais e estrangeiros que desejem imprimir novos rumos à nossa economia”<sup>128</sup>.

Tanto o governador Plínio Coelho, como o presidente da República Juscelino Kubistchek estavam interessados em recuperar a economia. Isto fica evidente no esforço empregado pelo presidente em regulamentar urgentemente a criação da Zona Franca de

---

<sup>126</sup> *Jornal do Commercio*, 08 de outubro de 1968, p.01.

<sup>127</sup> QUEIRÓS, César Augusto e UGARTE, Auxiliomar Silva (org). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana* – organizado por Auxiliomar Silva Ugarte; César Augusto Bubolz Queirós – Manaus: Editora Valer, 2019, p.91.

<sup>128</sup> *Idem*, p. 94.

Manaus. Meses após a aprovação da lei, JK nomeava Isaac Benaion Sabba, Sócrates Bonfim e Cosme Ferreira Silva, com indicação do deputado Pereira da Silva, para a formação de comissão que agilizaría este processo<sup>129</sup>. Todavia, apesar dos esforços empregados, a efetivação somente viria 10 anos depois, no auge da ditadura militar. Na década de 1960, o contexto político está em franca convulsão, refletindo diretamente na aceleração dos índices inflacionários e na queda brusca das taxas de desenvolvimento. “É importante mencionar que em 1962 praticamente se encerra um longo período de expansão econômica no Brasil”<sup>130</sup>, ocasionando nos anos seguintes, sucessivas crises políticas que agravariam ainda mais a economia nacional. Com a deflagração do golpe civil-militar em 1964, a política econômica privilegiou o capital estrangeiro e, assim, “venceu um regime político determinado pela dependência estrutural que já se vinha acentuando anteriormente”<sup>131</sup>, influenciado mundialmente pela polarização da Guerra Fria e por tensões que giravam em torno das democracias burguesas no Brasil.

Neste sentido, houve um amplo apoio do governo amazonense ao novo regime. Em entrevista ao *Jornal do Commercio*, Plínio Coelho ressalta a importância da ditadura militar, baseada em princípios morais que consideram a autoridade e a disciplina como mecanismo de segurança e progresso. Sua fala prossegue salientando a relevância desta “higienização administrativa”<sup>132</sup> que situava o Brasil em uma nova conjuntura econômico-financeira. Desta forma, o programa de trabalho do governo estadual, influenciado por esta política, passaria por uma reformulação, que segundo as afirmações de Coelho<sup>133</sup>, “o povo amazonense, para realizar o seu destino como partícula do povo brasileiro, precisa firmar-se no trabalho agro-industrial”.<sup>134</sup>

Esse projeto de desenvolvimento se consolidaria em 1967, com a criação da Zona Franca de Manaus e sua efetiva operacionalização, configurando ainda que em um regime autoritário, uma abertura a novos modelos e concepções de políticas públicas. Localmente, o governo se encontrava nas mãos de Danilo Duarte de Matos Areosa, que

---

<sup>129</sup> *Jornal do Commercio*, 30 de julho de 1957, p. 05.

<sup>130</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994 e Francisco Oliveira, *Elegia para una re(li)gión: Sudene, Nordeste. Planificación y conflictos de clases*, México, D. F., Fondo de Cultura Económica, 1982, p. 208.

<sup>131</sup> *Idem*, p.211.

<sup>132</sup> *Jornal do Commercio*, 30 de maio de 1964, p. 01.

<sup>133</sup> No entanto, desgastado e enfraquecido politicamente, Plínio Ramos Coelho é deposto 3 meses após o Golpe, sob acusação de corrupção administrativa. Indicado pelo presidente Castelo Branco e sendo eleito pela Assembleia Legislativa, em 27 de junho de 1964, Artur César Ferreira Reis assume o governo do Amazonas.

<sup>134</sup> *Jornal do Commercio*, 30 de maio de 1964, p. 01.

ao assumir em 31 de janeiro de 1967, se mostrou a serviço da ditadura militar, reafirmando o compromisso de desenvolvimento da região. Em seu discurso ao Palácio, Danilo Areosa salienta que seus objetivos “correspondem aos chamados da ‘Operação Amazônia’ criada pelo senhor Humberto de Alencar Castelo Branco, que desafiará a capacidade empreendedora de governantes no esforço da formação de uma infra-estrutura que possibilite o progresso”.<sup>135</sup> Criada em meados de 1966, a Operação Amazônia tinha como lema, “Integrar para não entregar” e delineava uma ação específica na Amazônia como uma etapa do desenvolvimento brasileiro, em face de uma política de valorização, liderado pelo governo federal.

As diretrizes da Operação Amazônia pautavam-se em programas governamentais, que tinham por objetivo romper com o atraso e as dificuldades enfrentadas na região. A Zona Franca significava uma inovação na política territorial, livre do onerado custo administrativo que ocorreu na experiência dos territórios federais<sup>136</sup>, incorporando esta proposta ao discurso nacionalista do militarismo. Quando assume a Presidência da República em 15 de março de 1967, Costa e Silva reafirma o compromisso de seu antecessor e, em mensagem ao povo amazonense, na ocasião da instalação do seu plano de governo para a região, ressalta que,

Os vestígios materiais daquele passado haverão de coexistir com as grandes realizações do presente e do futuro e não tenho dúvida de que a população amazônica haverá de concluir que o que agora, começa o seu esplendor, com a participação do Homem nos benefícios da civilização. Os resultados positivos do estabelecimento da Zona Franca de Manaus, representam uma antevisão da Amazônia sonhada por tantos durante anos sem conta, e só tornada possível pela Revolução de 1964.<sup>137</sup>

Nesse discurso, é possível perceber a importância da efetiva ocupação do território nacional, através da Amazônia como mecanismo de desenvolvimento e progresso brasileiro. Ademais, vale enfatizar que a Zona Franca de Manaus, como modelo de crescimento econômico, embora tenha promovido o crescimento industrial, a inserção do mercado brasileiro na ordem internacional e a ocupação da região amazônica, foi alvo de muitas críticas. Apesar das inúmeras vantagens arroladas por seus idealizadores, décadas após a sua efetiva implantação e consolidação, vemos que esse avanço beneficiou apenas uma parte da população amazonense. A Zona Franca de Manaus apresentou fases distintas

---

<sup>135</sup> *Jornal do Commercio*, 01 de fevereiro de 1967, p. 05.

<sup>136</sup> Relatório ministerial apresentado ao Presidente da República pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, disponível em [www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

<sup>137</sup> *Jornal do Commercio*, 08 de outubro de 1968, p. 01.

pautadas, sobretudo, pelas transformações na ordem econômica internacional. Essas etapas estão divididas em Comercial (1967-1975), Comercial e Industrial (1975-1991) e Industrial (1991-em vigor).<sup>138</sup> A conjuntura de desenvolvimento potencializou mudanças na ordem social, que a longo prazo, estabeleceu visões de consolidariam a construção de novas identidades a partir deste processo de industrialização emergente.<sup>139</sup> Em edição especial do dia 15 de agosto de 1980, o *Jornal do Commercio* destacou os benefícios da Zona Franca como polo de desenvolvimento regional.<sup>140</sup>

A meta estipulada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), para o período de 1979-1985 priorizou o desenvolvimento industrial e agropecuário da Amazônia Ocidental<sup>141</sup>, o que a médio prazo elevaria a geração de empregos, potenciando o crescimento regional como prática de investimento em larga escala. O objetivo era investir 15 milhões de cruzeiros em infraestrutura no Distrito Industrial<sup>142</sup>. Tais investimentos possibilitaram o crescimento de empregos, chegando a 50 mil novos postos de trabalho até meados de 1980, de acordo com a SUFRAMA. Isso representava o resultado mais significativo dos 13 anos de vigência da Zona Franca de Manaus.<sup>143</sup> Para Ruy Alberto Costa Lins, superintendente da Suframa em 1980, “o objetivo era desenvolver uma política no sentido de redirecionar os investimentos da Zona Franca, repartindo os benefícios gerados pelos incentivos”<sup>144</sup>. No entanto, esses resultados foram expressivos apenas para a classe empresarial, incentivada por uma “política de racionalização”<sup>145</sup>.

---

<sup>138</sup> CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. *O empresário local e a zona franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica* / Tese (Doutorado em Sociologia) - Porto Alegre, 2009, p.90.

<sup>139</sup> Para Santos, essas políticas governamentais se tornaram um “marco nas políticas do Estado brasileiro para a região, e que vão desaguar num aparato estatal mais amplo tendo em vista acentuar as transformações econômicas e sociais da região” considerando “o modelo dependente e subordinado ao capital monopolista”. Neste sentido, o Distrito Industrial de Manaus representava um passo decisivo na absorção da mão de obra local, pautado nessa política desenvolvimentista. SANTOS, Luiz Fernando de Souza. *Entre o mágico e o cruel: a Amazônia no pensamento marxista brasileiro*. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – São Paulo, 2018, p. 247.

<sup>140</sup> *Jornal do Commercio* destacou que a consolidação, expansão e interiorização da Zona Franca de Manaus convergiu para uma política de infraestrutura econômica e social nas áreas periférica de Manaus e na Amazônia Ocidental com vistas a minimizar as disparidades intrarregionais compartilhando harmonicamente as atividades industriais, comerciais e agropecuárias. A meta era redirecionar os investimentos da Zona Franca e repartir os benefícios gerados pelos incentivos através de políticas de educação e saúde pública, com melhoria nos transportes e abastecimento de Manaus.

<sup>141</sup> Corresponde aos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

<sup>142</sup> *Jornal do Commercio*. Edição documento em comemoração aos 13 anos de vigência da Zona Franca de Manaus, 15 de agosto de 1980, p. 03.

<sup>143</sup> Idem, p. 01.

<sup>144</sup> Idem, p. 02.

<sup>145</sup> Entender-se por política de racionalização, a máxima utilização de recursos financeiros, tecnológicos e industriais aliado ao esforço do empresariado, que buscava produzir dentro do país, desde a matéria prima

No entanto, de acordo com Marilene Corrêa da Silva, “o deslocamento do processo industrial e de matéria-prima, com suprimento da mão de obra local, caracterizou a Zona Franca de Manaus como indústria desmembrada e descentralizadora de produção”<sup>146</sup>, sobretudo, ao que se refere à expansão capitalista, assentado nas bases da internacionalização. Para Silva, a Zona Franca é o “resultado de um ajustamento da economia capitalista mundial”<sup>147</sup> De modo geral, essa perspectiva de desenvolvimento trouxe consigo o entusiasmo em relação à geração de empregos na região amazônica. A propaganda em torno do Distrito Industrial de Manaus<sup>148</sup> era realizada massivamente na imprensa local, como ficou evidente no jornal *A Crítica*, ao salientar que “Cinquenta mil empregos nascem do mato”<sup>149</sup>.

A propaganda projetava o Distrito Industrial como um empreendimento próspero, com um forte apelo expansionista. No entanto, em relação à criação de novos postos de trabalho, esse desenvolvimento não acompanhou a política que orientava o setor indus-

---

até os bens finais, evitando a importação. Ver *Racionalização: esforço do empresariado*. Edição documento em comemoração aos 13 anos de vigência da Zona Franca de Manaus, 15 de agosto de 1980, p.04.

<sup>146</sup> SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfozes da Amazônia*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1997, p. 37.

<sup>147</sup> SILVA, Patrícia Rodrigues. *Disputando espaços, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna – Manaus/AM – 1967-2010*. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2011, p.114.

<sup>148</sup> Os primeiros anos da Zona Franca de Manaus foram marcados por um forte comércio importador. A indústria não teve o mesmo impacto que o setor terciário no alvorecer do modelo de desenvolvimento. As primeiras fábricas da ZFM só começaram a se implantar em 1969. O marco do setor industrial, no entanto, é o ano de 1972, com a inauguração do Distrito Industrial. O lançamento da pedra fundamental do Distrito ocorreu em 30 de setembro de 1968, reunindo no ato o superintendente da Zona Franca de Manaus, Floriano Pacheco, e o governador do Amazonas, Danilo Duarte de Mattos Areosa. Esta data marcou também a aprovação do projeto da Beta S/A, fabricante de joias e relógios que entrou para a história como o primeiro projeto industrial aprovado para se instalar na Zona Franca de Manaus. A Beta não esperou pela inauguração do Distrito Industrial para se instalar e adquiriu um terreno na zona Centro-Sul de Manaus, onde funcionou até meados da década de 90. O Distrito Industrial foi implantado inicialmente em uma área de 16.974.824.00 m<sup>2</sup>, situado a 5km do centro de Manaus. Na década de 1980, a Zona Franca possuía um total de 212 projetos industriais que estavam em funcionamento, oferecendo 47 mil empregos diretos. Desse total, 77 empresas funcionavam ativamente, divididos entre os setores eletroeletrônico, principalmente. Seguidos do setor de relojoaria e polo de duas rodas. O setor eletroeletrônico foi responsável pelo abastecimento de 70% de produtos no mercado nacional. As principais fábricas neste período eram: Moto Honda, Evadin, Tecnocerio, CCE Eletrônica, CCE Componentes, Semp Toshiba, Caloi, Sedasa S/A, Toko, Philips, Douglas, Frata, Heolife, Dismac, Motoradio, Digiplay, Springer, Eletrodam, Sharp Eletronica, Sharp Compontes, Gradiente, Alfema, Gentex, Philco, Showa, Coelma, Cape, CIA, Sharp III, Telefunken, Rockwell, Bosh, Phillips, Sony, Wilson, Sanyo, Imbrima e Sonora. Informações retiradas do site: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/industria> e *Jornal do Commercio*. Edição documento em comemoração aos 13 anos de vigência da Zona Franca de Manaus, 15 de agosto de 1980, p.01.

<sup>149</sup> A reportagem destaca que o Distrito Industrial era o coração de Manaus, sendo a máquina que movimentava o desenvolvimento econômico da região, proporcionando bons empregos, “transporte adequado, refeições de qualidade superior a preços simbólicos, assistência médica e social e farmacológicas para a toda a família do trabalhador, assim como creches, programas de esporte e lazer”. O intuito era preservar a ideia de um bom lugar para trabalhar, onde poderia se usufruir de benefícios sociais e trabalhistas. A mão de obra empregada era predominantemente local, principalmente jovens vindos do interior do estado do Amazonas. *Jornal A Crítica*, 21 de agosto de 1985, p.05.

trial. De acordo com Nice Ipiranga Benevides de Araújo, não houve neste sentido, redução nas taxas de desemprego. Na realidade, ocorreu “um movimento migratório interno de trabalhadores, especialmente da força de trabalho juvenil, fazendo com que, não só o desemprego não se reduza, como ocasione um subdesenvolvimento acentuado nas áreas rurais”<sup>150</sup>. Na perspectiva de João Pinheiro Salazar, também não houve “comprovação que existiu uma maior agregação de valor na região, tampouco foram provocados quaisquer efeitos multiplicadores de renda e emprego”<sup>151</sup>.

Mesmo com os incentivos fiscais, o barateamento da produção via baixa remuneração do trabalhador era um atrativo às empresas que no Distrito Industrial de Manaus se instalaram. Dessa forma, as condições de trabalho eram, sobretudo, de exploração e precarização, expressão de um quadro crítico que impactou significativamente o mundo do trabalho. Isso repercutiu no prolongamento das jornadas de trabalho, no aumento da exploração em massa dos trabalhadores e na redução significativa nos direitos trabalhistas, mas também impulsionou o ressurgimento dos movimentos operários e das lutas sociais. Se referindo a outro contexto, mas também trazendo a condição proletária dos trabalhadores metalúrgicos em São Paulo em 1970 e 1980, Eder Sader procurou interpretar às experiências deste operariado, atribuindo-lhes novos significados, fazendo das condições cotidianas, o tema central de suas discussões, compreendendo as resistências e lutas travadas no dia a dia do chão das fábricas da Grande São Paulo.

Ao priorizar essa vertente de investigação, Sader reconstituiu como os trabalhadores paulistas se formaram e se transformaram no interior do próprio movimento operário, através novos padrões de ação coletiva e no acompanhamento da história dos movimentos sociais como um todo. Os indicadores dessas experiências apontadas por Sader, nos fazem refletir sobre o que o autor chamou de “novas configurações de trabalhadores” e o impacto destes novos personagens na cena política nacional. Ao

---

<sup>150</sup> ARAUJO, Nice Ipiranga Benevides de. *O milagre manauara: Zona Franca de Manaus. Uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da universidade como formadora de mão de obra especializada*. Dissertação apresentada a Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1985, p.217.

<sup>151</sup> SALAZAR, João Pinheiro. *O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis*. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo-USP, 1992, p.158. Crítica semelhante foi realizada por Renan Freitas Pinto, no artigo “Como se produzem as Zonas Francas. Nele o autor argumenta que o desenvolvimento deveria se estender as populações locais, se direcionando não apenas ao capital estrangeiro que dele se beneficiava. O desenvolvimento, segundo Pinto, deveria ser “tomado fundamentalmente como melhoria das condições salariais e de vida de um modo geral da população e de sua participação no processo econômico, social e político”. Entretanto, para o referido autor, o Distrito Industrial não passava de uma estratégia do sistema capitalista na ampliação de lucros, seguindo a lógica da divisão internacional do trabalho. *Jornal do Commercio*, 30 de março de 1986. Edição Suplemento, p.01.

examinar às práticas e as condições de existência dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, Sader se aproximou das vivências fabris e da condição de precariedade daquele operariado em específico.<sup>152</sup>

Essas experiências não ficaram restritas ao sul do país e se fizeram presente no operariado do Distrito Industrial de Manaus, como pode ser observado no relato de Raimundo Elson de Melo Pinto, trabalhador da empresa Philco e também ex-dirigente e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas durante a década de 1980. Segundo o sindicalista, “o contexto da condição de trabalho do operário no Distrito Industrial era horrível, a comida era ruim, o transporte era péssimo, o ambiente de trabalho era insalubre. Era muito calor, havia muita poeira”<sup>153</sup>, destacando que “você entrava numa fábrica, parecia que estava entrando numa selva”<sup>154</sup> e salientando que as condições desumanas de trabalho eram comuns a quase todas as empresas do Distrito Industrial de Manaus. Esse relato também ficou expresso no depoimento de Hamilton Madeira Macedo, trabalhador das empresas Philco e Philips e também ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, entre os períodos de 1982 a 1986. Para ele, essas pequenas reivindicações pautadas em melhores condições na alimentação ou mesmo contra o calor excessivo, impulsionaram o aumento no número de denúncias, o que indiretamente favoreceu o fortalecimento da luta operária dentro do Distrito Industrial, se tratando, portanto, de reivindicações imediatas que logo deram origem as grandes greves a partir de 1985.<sup>155</sup>

---

<sup>152</sup> Mesmo se utilizando o cotidiano como ferramenta de compreensão das experiências dos trabalhadores paulistas, Sader salienta que os movimentos sociais, como objeto de estudo deve estar atento ao “cotidiano” como uma, dentre tantas vertentes de investigação, não apenas como um espaço de resistência, mas como um espaço de múltiplas experiências inerente à condição proletária. Na perspectiva do movimento operário e sindical, o local de trabalho acabou ganhando uma dimensão ampliada e de experiências coletivas dos trabalhadores relacionadas às condições de trabalho. Para Eder Sader essa rede de solidariedade, favoreceu a concentração de operários, mesmo com todos os esquemas de controle e de processos de resistência informal. Cabe salientar que Sader destaca ao longo de sua obra que, a experiência do trabalho foi uma experiência de rígida disciplina e de ordenações despóticas contra as quais os trabalhadores se moveram. Essa noção abordada pelo autor, nos permite compreender, por exemplo, as novas matrizes discursivas que tanto Sader chama atenção em sua obra. Para ele, havia novos significados atribuídos à realidade do trabalhador e as novas relações estabelecidas a partir da nova conjuntura apresentada a classe trabalhadora na década de 1980. As lutas cotidianas deixam de ser um ato silencioso restrito às fábricas e passam a ganhar destaque político através do sindicato. Nessa conjuntura, Sader destaca que no caso do sindicalismo de São Bernardo, houve uma valorização da recuperação do sindicato como espaço público operário, e as greves e assembleias de massa como forma de afirmação política.

<sup>153</sup> Entrevista com Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 13 de abril de 2019, p. 02.

<sup>154</sup> Idem, p. 02.

<sup>155</sup> Entrevista com Hamilton Madeira Macedo, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 18 de dezembro de 2019, p. 01.

A alternativa encontrada pelos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus foi cruzar os braços, fosse mediante a algumas horas ou durante dias, como veremos mais adiante. As primeiras reivindicações foram motivadas pelas altas temperaturas no interior das empresas, assim como sucessivas reclamações com relação à alimentação servida aos trabalhadores. De acordo com Maria Célia Santiago, antes mesmo de 1985 havia protestos que denunciavam “as altas temperaturas nos galpões das fábricas, que não contavam com condicionadores de ar, também geraram alguns protestos e uma greve na Philco em 1979”<sup>156</sup>, conforme o relato de um dos trabalhadores entrevistado pela referida autora. Reclamações com relação ao calor excessivo nas fábricas, às péssimas condições do transporte, à má alimentação e ao ambiente de trabalho insalubre foram constantes, originando, sobretudo, “uma série de ocorrências internas e externas no local de trabalho.”<sup>157</sup> Essas reivindicações, cristalizam o estopim de acontecimentos específicos e traduzem fortemente o descontentamento dos trabalhadores no ambiente laboral.

Nessa perspectiva, Marlene Ribeiro Pardo salienta que essas lutas cotidianas no interior das empresas do Distrito Industrial eram frequentes e que as denúncias em relação à má alimentação eram frequentes, ocorrendo situações nas quais centenas de trabalhadores foram diagnosticados com sintomas de intoxicação. Diante disso, os problemas de comida estragada foram uma das causas de maior número de paralisações internas, “batalha de pratos e demissões por justa causa”<sup>158</sup>. No estudo de João Pinheiro Salazar acerca do novo proletariado industrial de Manaus, o autor também destacou as inúmeras denúncias referentes às condições de trabalho, traçando o perfil de exploração praticado pelas empresas do Distrito Industrial. Acerca dessas práticas abusivas, Cheywa Rojza Spindel ressalta que as instalações das empresas, em sua maioria, apresentavam “altas temperaturas, sobretudo, nos meses do verão. A poluição sonora e do ar eram insuportáveis. A poluição ambiental era total”<sup>159</sup>. Essas inúmeras denúncias também foram encontradas nos jornais locais, tornando públicas as práticas de exploração cometidas pelo patronato industrial regional.

---

<sup>156</sup> SANTIAGO, Maria Célia. *Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: A construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus* / Maria Célia Santiago, 2010, p. 80.

<sup>157</sup> LINDEN, Marcel van der. *Op.cit*, 2013, p. 207.

<sup>158</sup> RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*. Dissertação de mestrado em Educação apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 1987, p. 291.

<sup>159</sup> SPINDEL, Cheywa Rojza. *Formação de um novo proletariado: as operarias do Distrito Industrial de Manaus*. *Revista Brasileira sobre estudos de população*. São Paulo, v. 4 n.2 p.1-38, jul/dez, 1987, p.13.

Uma dessas denúncias era dos trabalhadores da empresa CCE da Amazônia que relataram ao Sindicato dos Metalúrgicos os frequentes casos de desmaios nas dependências da empresa em decorrência das péssimas condições do ambiente de trabalho, onde a concentração de calor aliado à manipulação de produtos químicos causavam reações das mais diversas ao trabalhador, que iam de tonturas, enjoos e desmaios a internações por problemas respiratórios.<sup>160</sup> Essas condições, segundo Iraildes Caldas Torres, ressaltam “a cadência do trabalho repetitivo, acelerado e pressionado tem fortes implicações na saúde do trabalhador,”<sup>161</sup> pondo em risco sua saúde física e psíquica.

No boletim operário *O Parafuso*<sup>162</sup>, que se denominava “Uma produção do trabalhador para o trabalhador de Manaus”, produzido em colaboração com a Pastoral Operária, eram nítidas as principais demandas do operariado do Distrito Industrial. Comparava-se a situação desse trabalhador análoga à de escravo, onde o “caboco era transformado em peças de máquinas, como foi dito por um supervisor de uma fábrica, a uma operária que teve a ousadia de reclamar da comida”<sup>163</sup>. O boletim fazia um esclarecimento sobre a importância do trabalhador defender os seus direitos, assim como se informar, sobretudo “ler jornais, conversar com os companheiros, discutir os seus problemas, pois enquanto o operário está distraído com banhos, olimpíadas e futebol, o patrão está sugando o seu salário e o alimento de sua família descaradamente”<sup>164</sup>.

Ainda segundo essa edição do *O Parafuso*, os trabalhadores necessitavam unir-se e organizar-se. Sem organização e adesão à causa operária, embora fossem maioria, os operários não poderiam lutar por direitos e tampouco por melhores condições de vida. Necessitavam, sobretudo, “estar por dentro de todas as leis que existem para nos proteger e que o patrão além de não cumpri-la, faz questão de que nós estejamos por fora dela para melhor nos enganar”<sup>165</sup>. De acordo com Queirós, “as estratégias dos trabalhadores só são eficazes se são coletivas, uma vez que as estratégias individuais de ascensão social são

---

<sup>160</sup> *Jornal do Commercio*, 19 de outubro de 1985, p. 02.

<sup>161</sup> TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazônidas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005, p. 179.

<sup>162</sup> *O Parafuso* iniciou a sua circulação no ano de 1980 em caráter mensal e posteriormente em períodos bimestrais. Era editado em colaboração com a Pastoral Operária de Manaus. As últimas edições datam o ano de 1990, somando um total de 23 edições catalogadas. Todas as edições encontradas estão na sede da Pastoral Operária, localizado no Bairro Compensa.

<sup>163</sup> *O Parafuso*, Ano I, Ed. 02, maio-junho de 1980, p. 02.

<sup>164</sup> *Idem*, p. 02.

<sup>165</sup> *Idem*, p.07.

limitadas e incertas”<sup>166</sup>. A despeito dessas considerações, Santiago destacou que essas estratégias eram ações involuntárias e que demonstravam uma “guerra pela sobrevivência física dentro das fábricas, sem qualquer conotação política ou mesmo qualquer outra pretensão a não ser garantir o direito a uma alimentação que os permitisse viver”<sup>167</sup>. Perspectiva semelhante é apresentada por Filho, ao destacar que havia uma distinção hierárquica nas refeições servidas. Para os “peões”, eram os bandejeiros, onde “a CCE chegou a servir galinha podre antes de o Sindicato ser uma direção combativa, a Philco chegou a servir galinha dura”<sup>168</sup>, enquanto a gerência tinha à sua disposição, serviços à lá carte.

*O Parafuso* denunciava que os operários deveriam estar bem alimentados para executar um bom trabalho. No entanto, “nas condições em que viviam, estavam sempre doentes e muitas vezes são chamados de preguiçosos e acomodados”<sup>169</sup> por seus supervisores. Em uma publicação intitulada “*Moto-Honda: um exemplo de exploração*”, se acentuou os “casos de acidentes, operários trabalhando e respirando solda e engolindo suor, debaixo dos berros dos supervisores que querem sempre mais produção. Não podem beber água, lavar as mãos ou ir ao banheiro. Salários eram baixos. Tudo era descontado”<sup>170</sup>. Na empresa Gradiente, por exemplo, as condições de trabalho eram semelhantes. Eram obrigados a cumprir metas diariamente. Quando não as atingiam, eram pressionados a “trabalhar até 15 minutos depois da batida para o almoço. Além disso, os chefes nos ameaçam sempre de demissão. Banheiro, era no máximo duas vezes ao dia. Um dos chefes teve a audácia de dizer que os nossos salários eram ótimos”<sup>171</sup>. Na Sharp, vemos igual descaso. Era uma das empresas mais recorrentes no número de denúncias por falta de higiene no trabalho, o que ocasionalmente provocava o aumento no número de doenças, acrescido de um “atendimento médico péssimo, interessado em não apontar as doenças existentes. E os remédios que são passados não curam, causam mais doenças”<sup>172</sup>.

---

<sup>166</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e Identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas greves da Primeira República em Porto Alegre (1917-1919)*. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012, p.139.

<sup>167</sup> SANTIAGO, Maria Célia. Op. Cit., 2010, p.75.

<sup>168</sup> FILHO, Milton Melo dos Reis. *Quem Vai Descer a Acará? Processo de Construção do Fazer-se Classe do Operariado do Parque Industrial de Manaus – anos 1980*. Dissertação de Mestrado do Programa Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, 2008, p.109.

<sup>169</sup> *O Parafuso*, Ano I, Ed. 01, abril de 1980, p. 02.

<sup>170</sup> Idem, p. 05.

<sup>171</sup> Idem, p. 06.

<sup>172</sup> *O Parafuso*, Ano II, Ed. 05, março de 1981, p. 03.

Ainda de acordo com *O Parafuso*, cerca de 70% dos funcionários do Distrito Industrial de Manaus sofrem com problemas de vista resultante da ausência de proteção contra as soldas. As caixas d'águas raramente eram limpas. Os banheiros sempre sujos e os chuveiros entupidos. Em relação à comida, “o feijão ficava em torno de uns 40 grãos. Para receber os outros 40 grãos eram mais 20 minutos na fila. E o trabalho não é pouco, não”<sup>173</sup>. Empresas como a Sharp, Moto Honda, Philips, Springer, apenas para citar algumas, tinham os seus refeitórios em pavilhões distantes e sem cobertura, ficando o trabalhador em dias de chuva, com duas alternativas: “não almoçar e ficar sequinho, ou ir almoçar e voltar ao trabalho todo molhado, correndo o risco de ficar doente”<sup>174</sup>. Essa prática é condizente com o relato da operária Valdiza Ferreira da Silva, trabalhadora da empresa Sony da Amazônia no ano de 1985. Segundo o seu depoimento, “a Sony não tinha refeitório dentro da empresa, era uma dificuldade imensa na hora do almoço. Era preciso correr para dar tempo de comer, ir ao banheiro e voltar ao posto de trabalho”<sup>175</sup>.

A adoção dessas práticas causou, a curto e a médio prazo, doenças ocasionadas pelo calor e o barulho excessivo. Gripes, sinusites, pneumonias e até tuberculoses eram registradas com frequência, assim como, diarreias e úlceras causadas pelos alimentos de péssima qualidade servidos aos trabalhadores.<sup>176</sup> Com a saúde comprometida, eram necessárias medidas que minimizassem os prejuízos gerados à vida do operariado amazonense. Neste sentido, os médicos que chefiavam os departamentos de saúde das empresas do Distrito Industrial de Manaus comprometeram-se a conversar com os empresários a fim de “sensibilizá-los” quanto à necessidade de melhorias nas ações preventivas contra as doenças que afetavam o trabalhador, consequência da negligência e ambição dos empresários.<sup>177</sup>

De acordo com José Maria Santana, coordenador da Secretária Estadual de Saúde, o órgão recebeu várias denúncias graves em relação às péssimas condições de saúde dos operários. O coordenador a classificou como “caótica”, citando os vários surtos de rubéola e difteria que atingiu os trabalhadores no início de 1986.<sup>178</sup> Além dos cuidados com a higiene e alimentação, era preciso uma forte campanha de imunização dentro das

---

<sup>173</sup> Idem, p. 03.

<sup>174</sup> *O Parafuso*, Ano II, Ed. 05, março de 1981, p. 07.

<sup>175</sup> Entrevista com Valdiza Ferreira da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 23 de março de 2019, p. 04.

<sup>176</sup> *O Parafuso*, Ano II, Ed. 05, março de 1981, p. 10.

<sup>177</sup> *Jornal do Commercio*, 20 de outubro de 1986, p. 10.

<sup>178</sup> *Jornal do Commercio*, 16 de outubro de 1986, p. 11.

empresas. No combate, a doenças infecciosas, por exemplo, a imunização era baixa, não atingia 20%.<sup>179</sup> Óbitos por tétano e difteria foram registrados no Distrito Industrial. Ainda segundo Santana, “uma jovem operária faleceu simplesmente pelo fato de um médico (sem citar o nome da empresa) ter dado uma orientação errada no tratamento de uma doença”<sup>180</sup>. Havia, portanto, o conhecimento por parte dos órgãos competentes, acerca das condições desumanas às quais estava sujeito o trabalhador, sem que houvesse qualquer interferência.

*O Parafuso* apontou várias denúncias em relação à empresa Springer, conhecida entre os funcionários como o “Reino da Imundice”. Havia muitos relatos concernentes à falta de higiene na empresa. Na hora do almoço, por exemplo, além das longas filas, recebiam “uma comida ruim e mal-feita, acompanhada de moscas, restos de barata ou com cabelos. Ficando o trabalhador, muitas vezes, com fome a ter que se submeter a tal humilhação”<sup>181</sup>. Outra questão levantada era a rigidez no disciplinamento da empresa, caracterizada pelas famigeradas “cartas de advertência”, tão temidas pelos operários. Os trabalhadores não poderiam transitar na empresa sem a devida identificação, assim como eram proibidos de ter contato com trabalhadores de outros setores, ficando suscetíveis às advertências e, conseqüentemente, aos descontos em seus salários no fim do mês.<sup>182</sup>

Outra reclamação arrolada pelo *O Parafuso*, era a superlotação nos ônibus do Distrito Industrial de Manaus. Segundo o boletim, “os trabalhadores vinham todos amontoados, os que corriam primeiro, tinham sorte e vinham sentados. O restante ia em pé mesmo, era pior que o transporte público”<sup>183</sup>. Essa situação ficou evidente no acidente envolvendo três coletivos que faziam o transporte dos trabalhadores das empresas Evadin e Di Gregório em 11 de janeiro de 1986. Ao todo, foram dezenove mortos e cerca de sessenta feridos. O Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, que representava estes trabalhadores, acusou o Detran-AM pela omissão em relação às denúncias que vinham sendo feitas desde 1985, em relação à superlotação e à falta de condições básicas desses veículos. Ainda de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos, os veículos apresentavam freios precários, assentos soltos e sem partida elétrica e extintores de incêndios, apon-

---

<sup>179</sup> Idem, p. 11.

<sup>180</sup> Idem, p. 11.

<sup>181</sup> *O Parafuso*, Ano I, Ed. 04, novembro de 1980, p. 03.

<sup>182</sup> *O Parafuso*, Ano I, Ed. 03, agosto de 1980, p. 06.

<sup>183</sup> Idem, p. 09.

tando como exemplo a Sharp que necessitava de quarenta ônibus e dispunha apenas de trinta, superlotando os coletivos.<sup>184</sup>

Segundo o jornal *A Crítica*, a imprudência aliada ao excesso de velocidade foi o que ocasionou o acidente. Os dois veículos da empresa Evadin estavam disputando corrida, segundo as testemunhas, quando se chocaram com o coletivo da Di Gregório, em frente à CCE, por volta das 7:00 da manhã, atingindo principalmente os trabalhadores que vinham em pé. “Com o choque frontal, o ônibus da Di Gregório ficou praticamente desintegrado e a maioria dos funcionários que nele era transportado foram projetados para a pista”<sup>185</sup>. Foi um acidente de grandes proporções, mobilizando diversos hospitais de Manaus devido à quantidade de vítimas lesionadas. O Instituto Médico Legal registrou uma movimentação atípica, necessitando do auxílio da Polícia Militar para conter a aglomeração familiares de vítimas que iam em busca de informações.<sup>186</sup>

Após o acidente, o Sindicato dos Metalúrgicos fez um levantamento das condições dos veículos e constatou que, dos duzentos ônibus vistoriados, sessenta apresentavam irregularidades, “circulando sem placas e faróis, proporcionando risco de vida aos operários”<sup>187</sup>. Os trabalhadores da empresa CCE também denunciaram que os ônibus apresentavam pane mecânica e que algumas vezes o trajeto foi interrompido por pequenos focos de incêndios nos motores.<sup>188</sup> Estes problemas demonstram o sucateamento da frota e a falta de fiscalização, associados à negligência das empresas, revelavam a precariedade nas condições de trabalho que estavam submetidos homens e mulheres dentro Distrito Industrial de Manaus. Para os trabalhadores, era necessário que “esses veículos saíssem de circulação, em nome da segurança e do respeito às vidas humanas. Sem prevenções mínimas, os acidentes continuariam a ceifar vidas inocentes.”<sup>189</sup>

Em um poema encontrado no jornal *A Crítica*, sem título e de autoria desconhecida, é possível notar o sentimento de consternação da população manauara naquele momento. Nele dizia que “os trabalhadores humildes na batalha pelo pão, deixam seus lares na condução às pressas. Muito azar e pouca sorte são arrebatados pela morte.

---

<sup>184</sup> *Jornal A Crítica*, 12 de janeiro de 1986, p. 15.

<sup>185</sup> *Jornal A Crítica*, 12 de janeiro de 1986, p. 15.

<sup>186</sup> *Jornal do Commercio*, 13 de janeiro de 1986, p. 14.

<sup>187</sup> *Jornal A Crítica*, 12 de janeiro de 1986, p. 15.

<sup>188</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>189</sup> *Jornal A Crítica*, 13 de janeiro de 1986, p.14.

Um símbolo de traição”<sup>190</sup>. Em outro trecho, destacou-se “os clamores, pranto e agonia no choque brusco e fatal. Corpos no chão em pedaços, inundando o local. E a cada condução precária, vai ceifando a classe operária do Distrito Industrial”<sup>191</sup>.

Ainda com relação à saúde do trabalhador, convém destacar os casos de doenças mentais entre os operários do Distrito Industrial de Manaus, causados por um ambiente de trabalho precário e hostil, contribuindo para o esgotamento físico e mental desse operariado. Para Fatima Medianeira Flôres de Vargas, “um modo de produção que busca a ampliação dos elementos capazes de agregar valores incansavelmente, leva o trabalhador a um sofrimento do corpo e da mente”<sup>192</sup>. Ao que se refere as indústrias, “há estudos que passaram a associar as doenças não somente às causas biológicas, mas a agentes externos e físicos, onde os trabalhadores ficavam expostos no decorrer de suas jornadas diárias”<sup>193</sup>, expressando que o adoecimento do trabalhador estava relacionado ao cotidiano laboral. Apesar de fazer menção a um contexto mais recente, a autora traz um contexto histórico acerca da ampliação das patologias físicas agravadas pelas condições psicossociais do trabalhador Distrito Industrial.

Para Christophe Dejours, a exploração do trabalho não cria, necessariamente, doenças mentais específicas. Ou seja, não há como comprovar a relação entre as patologias mentais associadas ao trabalho. Dessa forma, “somente o sofrimento físico pode ser reconhecido pela organização do trabalho, enquanto que o sofrimento mental e, em particular, a ansiedade, não têm o direito de existir no local de trabalho”<sup>194</sup>, negligenciando com isso, o adoecimento do trabalhador que excedia a sua capacidade física e mental, levando-o à exaustão. De acordo com o *Jornal do Commercio*, havia casos severos de distúrbios mentais entre os operários do Distrito Industrial. Casos estes que

---

<sup>190</sup> O poema na íntegra dizia: Uma das peças mais tristes que o destino escreveu. Apresentada no palco que a tristeza comoveu. O ser que dele é cativo. Num acidente coletivo muita gente pereceu. Trabalhadores humildes na batalha pelo pão. Deixando lares, saíram às pressas na condução. Muito azar e pouca sorte. Arrebatados pela morte, um símbolo de traição. Clamores, pranto e agonia no choque brusco e fatal. Corpos no chão em pedaços. Sangue inundando o local. Cada condução precária, ceifando a classe operária do Distrito Industrial. Corpos presos nas ferragens. O drama mais comovente. Os fantasmas do destino, agindo invisivelmente. Deixando gente enlutada, manhã de sábado marcada com o nefasto acidente. Tudo isso são reflexos de homens gananciosos. Ricos impondo aos pobres seus atos perniciosos. Ao final desta corrida, os pobres perdendo a vida. E os ricos mais poderosos. *Jornal A Crítica*, 20 de janeiro de 1986, p.04.

<sup>191</sup> *Jornal A Crítica*, 20 de janeiro de 1986, p. 04.

<sup>192</sup> VARGAS, Fatima Medianeira Flôres de. *Trabalho e Adoecimento no Setor de Duas Rodas do Polo Industrial de Manaus: o caso da Moto Honda da Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, 2016, p. 56.

<sup>193</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>194</sup> DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho*. (5. ed. ampliada). São Paulo: Cortez-Oboré, 1997, p. 124.

foram denunciados à Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas e confirmado pelo secretário, Euler Bentes Ribeiro. Para ele, “em determinadas indústrias de montagem, a rotina gera estafa mental, deixando sequelas em muitos operários”<sup>195</sup>. Segundo o secretário, os trabalhadores que estivessem sujeitos a esses problemas, deveriam estar protegidos por uma legislação específica, sobretudo, por ser um caso de saúde pública. Dessa forma, as ações preventivas também eram de responsabilidade dos empresários, apontou Euler Ribeiro.

Para o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, os distúrbios emocionais eram causados essencialmente pela exploração física, baixa remuneração e pela falta de estabilidade no trabalho. É importante destacar que esses problemas não se constituíam em uma novidade e ficavam perceptíveis nas “manifestações e greves, onde a sensibilidade do operário já adquiriu o ponto máximo em suportar as situações no ambiente de trabalho”<sup>196</sup>. No entanto, indo na contramão dessas informações, o superintendente regional do Instituto Nacional de Previdência Nacional (INPS), Aldo Salles, desmentiu publicamente as denúncias referentes aos distúrbios mentais entre os trabalhadores do Distrito Industrial.

Segundo o superintendente, foram confirmados em um levantamento geral, no período de janeiro a dezembro de 1985, que cerca de quarenta e um casos eram oriundos de distúrbios mentais. Porém, houve a ressalva que nem todos eram de trabalhadores do Distrito Industrial, afirmando não ser possível assegurar que “as atividades normais de trabalho tenham condições de provocar no operário doenças mentais”<sup>197</sup>. Ou seja, o que poderia existir era uma pré-disposição do indivíduo a distúrbios mentais, sem que a origem necessariamente pudesse ser a atividade laboral. Neste sentido, o sofrimento é vivenciado, mas não reconhecido, sendo em muitos casos, utilizado como mecanismo propício à produtividade.<sup>198</sup>

Salientou-se ainda que as condições de trabalho eram favoráveis e dentro dos parâmetros legais, como “luminosidade e ventilação adequada e alimentação saudável quatro vezes ao dia ao operário”<sup>199</sup>. Nas palavras do superintendente Aldo Salles, o desencadeamento de uma psicose seria constituído “por uma má alimentação, o uso de

---

<sup>195</sup> *Jornal do Commercio*, 07 de janeiro de 1986, p. 09.

<sup>196</sup> *Idem*, p. 09.

<sup>197</sup> *Jornal do Commercio*, 12 de janeiro de 1986, p. 11.

<sup>198</sup> DEJOURS, Christophe. Op. Cit., 1997, p.135-136.

<sup>199</sup> *Jornal do Commercio*, 12 de janeiro de 1986, p.11.

drogas e principalmente, se o operário já possuísse algum distúrbio e fraqueza mental”<sup>200</sup>, mas nada relativo as condições de trabalho. Pelo que se pode depreender da documentação analisada, os trabalhadores vinham denunciando constantemente a exploração no ambiente de trabalho nas empresas do Distrito Industrial de Manaus, em um período antecedente às grandes greves, ocorridas a partir de 1985.

Os relatos encontrados salientam principalmente reivindicações baseadas em princípios básicos da dignidade humana. As denúncias apontadas nas fontes jornalísticas eram quase sempre rebatidas pelo empresariado local, expressando a omissão do poder público e a intransigência da classe patronal. Através das lutas cotidianas, acentuou-se as demandas do trabalhador, fundamentados nas relações de exploração e no radicalismo existentes no ambiente laboral. Com isso, mostrou-se a intensidade da luta operária construída sob a égide da resistência e da ação coletiva. Para essa construção, foi primordial a colaboração da Igreja Católica, através da Pastoral Operária, no direcionamento organizativo das bases operárias, sobretudo, pelo amadurecimento dos trabalhadores enquanto classe, considerando o dinamismo do movimento operário a partir da década de 1980.

### **1.3. A Pastoral Operária: formação e tomada de consciência dos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus**

Para iniciar este tópico, convém destacar a importância da Igreja Católica da ampliação e articulação das bases da militância dos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus e nas greves por eles lideradas. Neste sentido, a presença da Igreja no cenário político “refletiu a autoconsciência histórica da Igreja no Brasil, resultado de um longo processo, que acompanha a própria história do Brasil”<sup>201</sup>. Diante disso, a Igreja buscava uma aproximação com os movimentos sociais e com a sociedade civil, em um engajamento que pretendia ser uma resposta mais efetiva aos problemas sociais, voltados principalmente para a vida do trabalhador brasileiro, sobretudo, na formação de uma consciência política entre si. Falar em movimentos sociais no Brasil é correlacionar a participação ativa da Igreja Católica, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, ao aprofundamento dos conflitos e do acirramento da luta de classes. No processo histórico,

---

<sup>200</sup> Idem, p. 11.

<sup>201</sup> AZEVEDO, Dermi. *A Igreja e o seu papel político no Brasil*. Revista Estudos Avançados. São Paulo, 18 (52), p.109-120, 2004, p.110.

Marx avalia que a luta de classe, “além de ser um grau de consciência, organização e disposição para a luta dos operários, são fatores fundamentais para arrancar do capitalista melhores salários”<sup>202</sup> e, por consequência, melhores condições de vida. Para José Ivo Follmann, a luta de classe passa “pelo interior das religiões constituídas em Igrejas. Ao mesmo tempo que são produto de conflitos, são também atuantes sobre os mesmos conflitos mediante as realizações teóricas e práticas”<sup>203</sup>

Em função disso, houve um trabalho de acompanhamento cristão envolvendo as bases, sobretudo, no que se refere ao surgimento das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB's), a partir da década de 1960. De acordo com Frei Betto, as CEB's reuniam pessoas que comungavam da fé e que moravam em uma mesma região. Viviam em “comum- união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras”<sup>204</sup>. O trabalho realizado nas bases foi essencial no que diz respeito à comunicação direta com as classes populares, auxiliando em movimentos autônomos como “clubes de mães, movimento custo-de-vida, loteamentos clandestinos, grupos de teatro, defesa dos posseiros e seringueiros, luta pela causa indígena, etc.”<sup>205</sup>

Dessas experiências emergiu um canal de expressão política perante a sociedade. Houve uma grande adesão das comunidades em relação a doutrina cristã, ligado aos preceitos de consciência de classe. As práticas das comunidades eclesiais de base se empenhavam na luta social, marcado pelo esforço de cristianização nos locais de trabalho, nos bairros e onde fosse possível alcançar os menos favorecidos. Ao que se refere ao mundo do trabalho, essas estratégias mostravam um amadurecimento, ao menos teórico, das lutas operárias, possibilitando a formação de uma consciência social. A aglutinação dessas lutas permitiu a discussão mais geral dos problemas envolvendo os trabalhadores, a partir de uma organização local que pudesse estabelecer alicerces sólidos à classe operária.<sup>206</sup>

---

<sup>202</sup> MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. Tradução: Eduardo Saló. Introdução: Elementos para a teoria da mais-valia: Edmilson Costa. Bauru, São Paulo: Edipro, 2004, p.13

<sup>203</sup> FOLLMANN, José Ivo. *Igreja, Ideologias e Classes Sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1985, p. 39.

<sup>204</sup> BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 07.

<sup>205</sup> Idem, p. 08.

<sup>206</sup> Para Clodovis Boff, o trabalho popular era uma experiência prática, que se articulava junto ao trabalho pastoral, procurando “favorecer toda forma de afirmação e promoção popular: educativa, sindical, partidária, etc”. Era um processo de conscientização coletiva que passava, primeiramente pela formação, fundamentais para “reforçar o poder do povo até que este atinja sua autonomia ou autogestão entendida

Aqui nos interessa analisar a relevância da Pastoral Operária no fortalecimento dos movimentos sociais intimamente relacionados a vida do trabalhador brasileiro, influenciado vigorosamente tanto pela Ação Católica Brasileira (ACB) como pela Juventude Operária Católica (JOC) no diálogo permanente com as bases. Neste sentido, a atuação da Pastoral Operária Nacional se iniciou na década de 1970, na cidade São Paulo, em plena ditadura militar, como um movimento eclesialístico social integrado às Pastorais Sociais da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).<sup>207</sup> O objetivo era estar a serviço da classe trabalhadora, “no resgate da cidadania plena e no protagonismo dos/as empregados/as formais, informais e desempregados/as, na construção da sociedade justa e solidária, tendo como chave, a questão do trabalho”<sup>208</sup>, como um de seus principais desafios.

A partir dessas experiências nas comunidades, foi possível formar militantes cristãos engajados na luta operária. O impulso adquirido levou a Arquidiocese de São Paulo a oficializar a Pastoral Operária na “celebração da Missa pelo Salário Justo, no dia 18 de outubro de 1970, na catedral da Sé, pelo então Cardeal Agnelo Rossi”<sup>209</sup>. A missão era orientar o trabalhador na luta por uma vida digna, priorizando uma formação política consciente de seus direitos, reunindo esforços para a conscientização de uma nova identidade operária brasileira a partir dos ensinamentos da Bíblia e de uma reflexão “acerca do passado de lutas e conquistas e sobre um futuro possível, de nova sociedade, com nova cultura do trabalho, da qual todos e todas são responsáveis pela construção e poderão usufruir dela”<sup>210</sup>. Diante disso, o propósito da Pastoral Operária era difundir esses ensinamentos entre os trabalhadores, captando suas demandas com o intuito de incentivar a participação popular na luta contra todas as formas de precarização e intensificação do trabalho vinculados à Teologia da Libertação<sup>211</sup>, procurando “formas alternativas para

---

como controle de suas próprias condições de vida”. Ao que se refere as estratégias de recrutamento e formação de pessoal conduzidos pela Igreja Católica, houve movimentos que antecederam as CEBs e que desempenharam um papel fundamental na articulação entre a comunidade e os preceitos cristãos. Dentre eles, podemos destacar o trabalho realizado pela Ação Católica Brasileira – ACB, a Juventude Estudantil Católica – JEC, a Juventude Universitária Católica – JUC e a Juventude Operária Católica – JOC. Sobre isso VER BOFF, Clodovis. *Como trabalhar com o povo*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1984, p.04. ALVES, Márcio Moreira. *Igreja e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época da transição*. São Paulo: Loyola, 1974. MURANO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>207</sup> FILHO, Milton Melo dos Reis. Op. Cit., 2008, p. 25.

<sup>208</sup> Disponível no site: [pastoraloperaria.org.br](http://pastoraloperaria.org.br)

<sup>209</sup> Disponível no site: [cnbb.org.br](http://cnbb.org.br)

<sup>210</sup> Disponível no site: [pastoraloperaria.org.br](http://pastoraloperaria.org.br)

<sup>211</sup> Movimento que objetivava trabalhar os conceitos de igualdade e dignidade humana nos grupos de operários e estudantes, enfatizando o compromisso da Igreja Católica com as classes populares, desen-

intervir na realidade e colaborar no sentido da transformação social, através de um discurso politizado de esquerda.<sup>212</sup>

No Amazonas, a Pastoral Operária<sup>213</sup> foi fundada em dezembro de 1979, segundo os registros encontrados na própria instituição. Destacou-se no processo de conscientização e formação dos trabalhadores manuais, principalmente do Distrito Industrial de Manaus. Também havia uma coordenação no município de Itacoatiara, de acordo com alguns documentos encontrados na sede da Pastoral. As primeiras reuniões ocorreram na Igreja de Nossa Senhora de Aparecida<sup>214</sup>, no bairro de mesmo nome, enfatizando a importância da formação operária e da aglutinação de trabalhadores cristãos. É importante destacar que a relação da fé com as lutas cotidianas foi fundamental no resgate dos movimentos populares, das associações de moradores e na constituição dos sindicatos. Todas essas ações possuíam um “caráter básico de conscientização, fazendo com que os trabalhadores percebessem a existência de classes sociais diferenciadas. Isto foi o que deu engajamento à Pastoral Operária do Amazonas”<sup>215</sup>.

---

volvido a partir do Concílio do Vaticano II. VER SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. Teologia da Libertação: revolução e reação interiorizada na Igreja. Dissertação. Universidade Federal Fluminense – UFF, 2006.

<sup>212</sup> A Pastoral Operária se tornou um ambiente para a liderança católica, constituindo-se como um esteio na formação de líderes emergentes como Santo Dias, operário metalúrgico, engajado nos movimentos sociais paulistas ligados à Igreja Católica. É descrito como “católico praticante, que acompanhou e contribuiu para a renovação da Igreja Católica. Como participante das lutas por melhorias nos bairros, conviveu com os quadros da esquerda de matriz marxista, pregando a tolerância e a convivência.”.

Foi peça chave na constituição da Oposição Sindical Metalúrgica, ao posicionar-se contra o patronato na retomada da estrutura sindical. Foi assassinado pela Polícia Militar quando liderava uma manifestação pacífica no dia 30 de outubro de 1979, em frente da fábrica Sylvânia. Sua morte se tornou um símbolo de luta e resistência dentro do movimento operário, o que o levou a ser considerado o patrono da Pastoral Operária pelos serviços prestados a comunidade e a classe trabalhadora. VER DIAS, Luciana. *Santo Dias: quando o passado se transforma em história* / Luciana Dias, Jô Azevedo, Nair Benedicto. – 2.ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2019, p.125-126.

<sup>213</sup> Operando diretamente nas comunidades, a Pastoral Operária atualmente está presente em 14 estados brasileiros, distribuído em 61 dioceses, se concentrando principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste. Na região Norte, possui bases no Amazonas e no Pará. Hoje, com sede própria no Bairro Compensa, desde 1986, o trabalho se concentra principalmente na organização e incentivo de geração de trabalho e renda, através da economia solidária e na formação de grupos de trabalho alternativo. A articulação nacional com as bases tem sido essencial no desenvolvimento de projetos de sustentabilidade financeira baseado nos princípios de cooperação, direitos humanos e preservação ambiental. Além da manutenção dos direitos dos trabalhadores, a Pastoral Operária tem como bandeira de luta, o combate a todas as formas de discriminação e respeito as diferenças.

<sup>214</sup> Há algumas informações desconhecidas sobre essas primeiras reuniões. Algumas dão conta que as primeiras aconteceram na Igreja de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro e somente posteriormente teriam ocorrido na Igreja de Nossa Senhora de Aparecida, de acordo com os documentos encontrados na sede da Pastoral Operária.

<sup>215</sup> Documento intitulado “Relatório da P.O” sem identificação de data e autoria, encontrado no arquivo da Pastoral Operária. p. 13.

Com base nessas premissas, se formou, ainda em meados de 1979, a primeira diretoria<sup>216</sup> da Pastoral Operária, composta por Aniceto Barroso da Paróquia de Aparecida, Renato, membro do PC do B, e pela professora Marlene Ribeiro<sup>217</sup>, da Universidade Federal do Amazonas.<sup>218</sup> Houve ainda a colaboração efetiva do Padre Renato Roque Barth neste primeiro momento, na função de “assessor eclesiástico”, denominação encontrada em muitos documentos oficiais da instituição. A participação ativa destes dois últimos foi essencial para efetivar a pastoral na região norte como um ambiente de assessoramento aos trabalhadores. Para Marlene Ribeiro, a Pastoral Operária foi encarada como um “pronto socorro” onde os trabalhadores recorriam em momentos de dificuldades<sup>219</sup>, refletindo-se na erupção de diversos movimentos grevistas a partir da década de 1980.

Em dezembro de 1979, em eleição ocorrida no “porão” da Cúria Arquidiocesana, localizado na Avenida Joaquim Nabuco, centro de Manaus, foi eleita a segunda diretoria da Pastoral Operária, que passou a representar os anseios da causa operária e era composta por Adonay Sabba, Silvestre Soares de Paiva, Carlos Rebouças, Publio Caio, Aldemir, Jackson Castro, Cleide Mota, Maria Auxiliadora e Ricardo Moraes.<sup>220</sup> Com a diretoria formada, iniciou-se uma intensa rotina de estudos referentes à condição operária brasileira, partindo de questões mais generalizantes, como a exploração compreendida sob a ótica do capitalismo, a análise das relações econômicas, políticas e sociais como

---

<sup>216</sup> Em relação a formação da primeira diretoria, houve algumas divergências quanto a sua composição. Alegava-se que as decisões da Pastoral Operária não partiam dos trabalhadores e sim de intelectuais, professores e outros membros que não necessariamente estavam ligados a causa operária, contrariando o princípio de uma base formada por trabalhadores operários essencialmente. VER RIBEIRO, Marlene. De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses. Dissertação de mestrado em Educação apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

<sup>217</sup> Marlene Ribeiro foi uma importante figura no processo de organização dos trabalhadores do Distrito Industrial através da Pastoral Operária. Sua relevância se dá principalmente no apoio à formação da Oposição Sindical Metalúrgica nas eleições para presidente do Sindicato dos Metalúrgicos em 1984. Suas experiências na Comissão Pastoral da Terra – CPT, na Central Única dos Trabalhadores – CUT e no Partido dos Trabalhadores – PT foram essenciais no desenvolvimento de sua militância e na sua contribuição para o movimento sindical amazonense. Era professora da Universidade do Amazonas e foi candidata ao senado pelo PT Amazonas nas eleições de 1986.

<sup>218</sup> Documento intitulado “Relatório da P.O.” sem identificação de data e autoria, encontrado no arquivo da Pastoral Operária. p.08.

<sup>219</sup> RIBEIRO, Marlene. Op. Cit., p. 301.

<sup>220</sup> Ricardo Moraes de Souza foi membro da Pastoral Operária do Amazonas, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos por dois mandatos. O primeiro em 1984, sendo reeleito em 1987. Nas eleições municipais de 1988, foi candidato a vereador com a segunda maior votação pelo Partido dos Trabalhadores – PT. No entanto, não conseguiu assumir ao cargo no Legislativo Municipal por falta de legenda. A atuação deste importante personagem para o Sindicato dos Metalúrgicos e para os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus aparecerá de forma mais significativa no capítulo seguinte desta dissertação.

influenciadores diretos na realidade proletária, assim como, os estudos que examinavam as especificidades operárias da região amazônica.

Em um documento datado de 09 de julho de 1979 e intitulado “Capitalismo: o assassino de milhões de latino-americanos”, o padre Renato Barth apresentou brevemente os traços da estrutura capitalista como um modelo de dominação dos povos do Terceiro Mundo. Nesse estudo, usou-se uma linguagem clara para representar a sociedade dividida em classes, a partir de uma análise da pirâmide social do capitalismo.<sup>221</sup> Partindo dessas reflexões é possível notar que, antes mesmo da oficialização da Pastoral Operária, em dezembro de 1979, houve reuniões que discutiam a necessidade de uma formação sindical de base no seio da classe operária amazonense. A partir dos conceitos de conscientização, formação, conhecimento, denúncia e união, a Pastoral Operária promoveu cursos, encontros estaduais, retiros e uma infinidade de reuniões como mecanismos para aproximar o trabalhador cristão das causas operárias. A confecção de panfletos distribuídos nos bairros, a exibição de filmes na sede da instituição e inúmeras caminhadas pelos bairros de Manaus também reforçaram as estratégias de aproximação e diálogo entre o trabalhador e a Igreja.<sup>222</sup>

A Pastoral Operária explicitava em seus boletins informativos que não era um órgão representativo de classe, como os sindicatos, por exemplo. No entanto, alicerçada nas doutrinas cristãs, estava a serviço da classe operária. Portanto, “não se tratava de a partir de organizações existentes, formar grupos paralelos, mas de incentivar a mudança de uma mentalidade individualista para uma mentalidade de classe”<sup>223</sup>. Essa mediação da Igreja é compreendida por Follmann como um “trabalho silencioso” construído paulatinamente em um esforço de aproximação e mudança de posicionamento ideológico que destacou a situação de extrema exploração e opressão vivida pelas classes dominadas.<sup>224</sup>

---

<sup>221</sup> Documento “Capitalismo: o assassino de milhões de latino-americanos” encontrado no arquivo da Pastoral Operária do Amazonas.

<sup>222</sup> Na sede da Pastoral Operária foram encontrados alguns documentos referentes a esses cursos e encontros. Um desses cursos tratava-se dos “Princípios do Sindicalismo”, ministrado pela Marlene Ribeiro, Ricardo Moraes, Nilton Massulo e Carlos Barroso. O objetivo era discutir a estrutura do sindicato no Amazonas e a sua importância para a luta dos trabalhadores, bem como, a efetiva participação do operariado no fortalecimento de suas reivindicações. Este documento data apenas o ano de 1980, p. 22.

<sup>223</sup> Folhetim denominado “Operário em Construção” datado apenas com o ano de 1980, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

<sup>224</sup> FOLLMANN, José Ivo. Op. Cit., 1985, p. 75.

O objetivo da Pastoral Operária era articular entre os trabalhadores amazonenses um movimento reivindicatório que fosse possível de ser realizado. Para colaborar nesta missão, o jornal *O Parafuso* foi um grande aliado na captação de denúncias realizadas por diversas categorias, como por exemplo, os madeireiros, os trabalhadores da construção civil e, principalmente, dos metalúrgicos. Era genuinamente operário, escrito e distribuído pelos próprios trabalhadores, apresentando denúncias pertinentes ao cotidiano laboral.<sup>225</sup> Entre os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus, houve uma intensa mobilização nas portas das fábricas e clandestinamente no interior delas. Para exemplificar, em 17 de julho de 1980, Geraldo Antônio de Paula, supervisor técnico da empresa Semp Toshiba, foi denunciado junto à polícia por ter, “através de notícias inverídicas, mobilizar grande parte do operariado da Semp Toshiba – AM. Também distribuiu um jornaleco “O Parafuso” entre os funcionários da empresa que é de responsabilidade da Pastoral Operária”<sup>226</sup>, no qual o referido denunciado era integrante.

Como o trabalho da Pastoral Operária despontava-se gradativamente, nem sempre o processo de mobilização ocorria como o esperado, revelando ainda a inexperiência do trabalhador atuando coletivamente como no caso acima. Na avaliação de Marlene Ribeiro, uma das falhas iniciais da Pastoral foi preparar o trabalhador militante sem que houvesse uma estratégia eficaz que os resguardassem. De acordo com um dos trabalhadores da Philco, “o pessoal chegava na fábrica denunciando tudo e logo pegava a conta. Faltava uma preparação para essa nova militância”<sup>227</sup>. Com o intuito de dar suporte a essa formação, a Pastoral Operária solicitou, em 1981, junto à Catholic Organization for Joint Financing of Development Programmes (CEBEMO), agência internacional de financiamento de origem holandesa ligada à Igreja Católica, apoio para custear cursos de especialização.

A CEBEMO financiava projetos de alcance social e de conscientização política em países africanos, asiáticos e, em sua maioria, nos latino-americanos, destacando seus recursos principalmente para o Brasil, Peru, Nicarágua, Colômbia, Chile, Argentina e

---

<sup>225</sup> Apesar de se denominar um jornal genuinamente operário, não é possível identificar no *O Parafuso*, por exemplo, quem eram os seus editores. A linguagem fácil, com diversos desenhos para auxiliar no entendimento e as poucas páginas, supõe que não eram pessoas especializadas as responsáveis pelo editorial do jornal. Uma das razões desse anonimato, se daria em grande parte, pelo risco de represálias ou risco eminente de demissões desses trabalhadores, que em sua maioria, eram do Distrito Industrial de Manaus, levando em consideração que a maioria das denúncias eram referentes ao setor metalúrgico.

<sup>226</sup> Relatório sobre a atividade de Geraldo Antônio de Paula, supervisor técnico da Semp Toshiba, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, 27 de agosto de 1980, p. 02.

<sup>227</sup> RIBEIRO, Marlene. Op. Cit., 1987, p. 298.

Bolívia, colaborando na organização de movimentos políticos, associações de bairro e formação de sindicatos e apoio a diversas igrejas.<sup>228</sup> Por se tratar de um trabalho voluntário, onde os recursos eram escassos e, muitas vezes, custeados pelos próprios trabalhadores, a Pastoral Operária, através do financiamento da CEBEMO, tornou o trabalho de formação e organização operária, sobretudo da classe industrial, mais profissional. Para isso, contratou um funcionário externo pelo período de 2 anos, sem identificação, para executar na sede do Amazonas um trabalho mais especializado. A ajuda solicitada foi destinada para o pagamento salarial deste funcionário, custos de deslocamento e demais despesas.<sup>229</sup>

A atuação da Pastoral Operária envolvia uma doutrina predominantemente cristã que levasse os trabalhadores a uma tomada de consciência enquanto classe. Ainda que sutilmente, as formações oferecidas aos trabalhadores os encaminharam para a militância política e sindical, despontando uma transformação na estrutura e nos meios de ação, reforçando o surgimento dos movimentos grevistas a partir de 1980. O trabalho desenvolvido pela Pastoral Operária junto aos trabalhadores do Distrito Industrial foi bastante atuante no período de 1980 a 1983, embora seja possível encontrar registros de atividades envolvendo essa categoria de trabalhadores até meados de 1986.<sup>230</sup> Nesses registros, encontram-se o ano, data dos encontros, a quantidade de participantes e os assuntos abordados nessas reuniões. Em 1980, a Pastoral voltou-se para um trabalho de reflexão e debate sobre a realidade dos trabalhadores amazonenses, trazendo para o centro das discussões a questão da Zona Franca de Manaus e os impactos causados na vida desse operariado industrial. Nota-se um forte engajamento nas atividades nos bairros e no acompanhamento da situação nas fabricas.

Em 1981, a Pastoral esteve diretamente envolvida na composição de grupos dentro das empresas com o objetivo de esclarecer a importância do sindicato nas reuniões ocorridas naquele ano. No ano de 1982, as atividades da Pastoral estiveram voltadas basicamente para as campanhas de porta em porta nas empresas do Distrito Industrial e para a composição de uma oposição sindical metalúrgica. Em 1984, foram discutidas

---

<sup>228</sup> Relatório de projetos e recursos destinados ao Brasil através da CEBEMO, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p.20

<sup>229</sup> Ofício de solicitação de financiamento ao “Programa de formação e organização de operários”, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p.34.

<sup>230</sup> O registro dessas atividades encontra-se na sede da Pastoral Operária, no documento intitulado “Comissão da Pastoral Operária” Nele constam as reuniões e atividades desenvolvidas no período de 1979 a 1986.

pautas como: processo eleitoral, formação sindical e quais os passos necessários para a inscrição da chapa metalúrgica na eleição presidente do Sindicato dos Metalúrgicos no referido ano. Durante 1985 e 1986, a ação da Pastoral se voltou para uma análise da conjuntura local e nacional, a partir de aspectos que consideraram as greves sucedidas no Distrito Industrial nesses respectivos anos.<sup>231</sup>

Nesse contexto, a colaboração da Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional (FASE) foi de igual importância, assim como a Pastoral Operária, no trabalho de formação associativa tanto de trabalhadores rurais como urbanos em Manaus. A FASE era uma entidade civil, de doutrina cristã, sem fins lucrativos e de âmbito nacional, reconhecida pelo Decreto nº 62.891/68, com sede no Rio de Janeiro. Foi fundada em 30 de novembro de 1961, por iniciativa do Padre Edmundo Nelson Leizing do Serviço Católico de Assistência (SCA), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos Norte-americanos (CNBN). Com isso, a CNBN canalizou para os programas de assistência e educação de suas organizações federadas as vantagens proporcionadas pelo Programa de Ajuda Externa dos Estados Unidos e outras entidades beneficentes internacionais. Assim, dentro de um processo evolutivo, a FASE deixou de ser uma entidade que angariava recursos financeiros e passou a desenvolver a promoção e integração com a comunidade. Fomentados pelo trabalho cooperativo, a FASE promoveu, nas parcelas das populações com as quais trabalhou, a criação de movimentos, organismo e associações.<sup>232</sup>

A FASE passou a intervir no assessoramento educacional de questões ligadas à organização sindical, legislação urbana, trabalhista e agrária, como uma adequação às necessidades expressas nos grupos marginalizados. De acordo com a documentação analisada, sua atuação foi marcada pela avaliação dos principais problemas sentidos pelos trabalhadores e de onde se originavam, partindo para um debate que analisava a conjuntura nacional, tangenciando o aprofundamento de visões quanto às possibilidades e limites que as organizações locais poderiam contribuir para reorientar a categoria operária. Além de capacitação, a FASE também produzia cartilhas e materiais au-

---

<sup>231</sup> Todas essas informações estão detalhadamente no relatório intitulado “Comissão da Pastoral Operária”. Essas reuniões e encontros aconteciam de 3 a 4 vezes ao mês, dependendo da demanda. Segundo o relatório, geralmente contavam com participação de 25 a 40 pessoas.

<sup>232</sup> Relatório “Histórico da Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional (FASE) – janeiro de 1983, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 06.

diovisuais, facilitando a comunicação social ao desenvolver atividades junto aos operários, lavradores e com a comunidade.<sup>233</sup>

Com o objetivo de facilitar a comunicação entre as regiões onde FASE atuava, a partir de 1982 passou a circular internamente a *Revista Proposta*, de periodicidade trimestral tendo como público-alvo os agentes de base, principalmente os pastorais, as instituições educacionais e os líderes locais. Em termos de conteúdo, a revista estava voltada para o debate de questões que emergem no processo de luta e organização da classe trabalhadora.<sup>234</sup> Alguns exemplares ainda podem ser encontrados na sede da Pastoral Operária em Manaus. Administrativamente, a FASE possuía a sede no Rio de Janeiro e coordenadorias no Pará, Maranhão, Recife, Fortaleza, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Porto Alegre. Na região Norte, teve expressiva atuação na sede do Pará. Em 1982, sua atividade esteve voltada no apoio ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e à criação do Partido dos Trabalhadores (PT) na região.<sup>235</sup> Atuou de forma semelhante ao que aconteceu em Manaus no Sindicato dos Metalúrgico e ao surgimento do PT no Amazonas.

Em abril de 1984, após desavenças com alguns setores da Igreja Católica<sup>236</sup>, a FASE/PA transfere o seu escritório para Manaus, localizado primeiramente na Avenida Boulevard Álvaro Maia, e posteriormente fixando sede na Avenida Getúlio Vargas, centro de Manaus. A mesma equipe que atuava em Santarém passou a coordenar os trabalhos em Manaus, sob o comando de Paulo Roberto Demer, Todd Robison Brem, Antônio Viera Santos, Maria Luiza Oliveira Gomes e Maria da Conceição Oliveira Gomes.<sup>237</sup> Tanto a Pastoral Operária como a FASE colaboraram para o surgimento embrionário da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) na região norte, no início da década de 1980. Ainda que existam poucos registros da FASE em Manaus e dos escassos documentos encontrados na sede da Pastoral Operária, o apoio técnico-jurídico de ambas foi responsável por assessorar o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas nos encaminhamentos que resultaram na eleição da nova diretoria em 1984, como veremos no capítulo seguinte. Como ressalta Torres, a intenção

---

<sup>233</sup> Idem, p.11-12.

<sup>234</sup> Relatório “Histórico da Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional (FASE) – janeiro de 1983, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 13.

<sup>235</sup> Idem, p. 16.

<sup>236</sup> Na documentação analisada não foi possível identificar as causas dessas desavenças.

<sup>237</sup> Relatório intitulado “Atividade da FASE” – abril de 1984, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 01-02.

era unir-se em torno de uma oposição sindical, despontando lideranças como Marlene Ribeiro Pardo, Cirino Bessa, Marilene Corrêa, José Ribamar Bessa Freire, Adonay Sabba, Marcus Barros, Arminda Mourão e Aloysio Nogueira de Melo como um importante bloco combativo, estabelecendo o avanço organizativo do movimento operário amazonense.<sup>238</sup>

Tanto a Pastoral Operária como a FASE reconheceram a necessidade de uma organização político-partidário voltada para os trabalhadores como resposta aos desafios enfrentados pelo operariado amazonense. Neste sentido, ambas foram responsáveis por dar suporte a uma formação profissional, trabalhista e sindical aos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus que, em contato com as experiências de lutas de outros estados, proporcionou o preparo de novas manifestações classistas. Nesse contexto, é preciso salientar que a atuação da Pastoral Operária e da FASE foram complementares neste processo de organização e militância do operariado do Distrito Industrial e reforçam o reconhecimento de ações práticas no que se refere às suas vivências cotidianas e aos conflitos laborais a eles pertencentes. A partir da documentação analisada, é reforçado o impacto colaborativo da Igreja Católica nas formas de mobilização dos trabalhadores para além de reivindicações mais imediatas. A formação aplicada a este operariado os direcionou para a militância sindical, capacitando-os para o enfrentamento junto ao patronato local como estratégia de luta e resistência.

Neste capítulo, foram examinadas as experiências fabris e as condições de trabalho do operariado do Distrito Industrial de Manaus na década de 1980, a partir de um contexto reivindicatório e contestador nos anos finais da ditadura civil-militar. Vimos que o advento de outros movimentos semelhantes revelou que o trabalhador manauara soube se articular em torno do crescimento das mobilizações e greves no período analisado, em um cenário marcado por transformações econômicas, políticas e sociais em âmbito nacional. Além disso, a colaboração dada pela Igreja Católica através da Pastoral Operária foi primordial na formação básica que os introduziu no movimento sindical. Esse preparo nas bases operárias e o ensejo dado à construção de uma categoria organizada colaborou efetivamente para as greves de 1985 e 1986 como veremos nos capítulos seguintes.

---

<sup>238</sup> TORRES, Iraildes Caldas. Op. Cit., 2005, p. 229.

## CAPÍTULO 2 – DISPUTAS SINDICAIS E AÇÃO COLETIVA: A REORGANIZAÇÃO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS E A GREVE GERAL DE 1985

Como vimos no capítulo anterior, as condições de precariedade no ambiente laboral do Distrito Industrial de Manaus foram o estopim para as primeiras manifestações de insatisfação e descontentamento dos metalúrgicos na década de 1980. Neste sentido, a colaboração direta da Pastoral Operária e da Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional (FASE) foi essencial para aproximar as bases operárias das lutas sindicais, inserindo-as em uma formação que priorizava a luta coletiva. Tais transformações ocorreram em um momento de renovação do sindicalismo no Brasil e o Amazonas não foi exceção. Em âmbito nacional, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, demarca a institucionalização do que se convencionou chamar de “Novo Sindicalismo”<sup>239</sup>.

A década de 1980 também foi marcada pela forte recessão econômica, provocando a curto prazo, altas taxas de desemprego, crescimento dos índices inflacionários e arrocho salarial aos trabalhadores brasileiros. As consequências deste contexto nacional de reorganização política e sindical do país nos derradeiros anos da ditadura militar, a crise econômica instaurada e a difícil situação enfrentada pelas trabalhadoras e trabalhadores e brasileiros impulsionaram a deflagração e adesão às greves, que já vinham ocorrendo pelo menos desde o final da década de 1970. Com a ampliação dos conflitos, o sindicato passou a mediar mais intensamente o enfrentamento entre os trabalhadores e os patrões, assim como entre os trabalhadores e o governo, adquirindo um cunho político importante na luta encabeçada pela classe trabalhadora. Segundo Eduardo Noronha, “a greve foi também a forma básica de ação sindical e não apenas de reação”<sup>240</sup>. Para o autor, a greve possibilitou, em certo sentido, a reconstrução do meio sindical e, de modo mais direto, um mecanismo de reaproximação com bases operárias.

Ao analisar os movimentos grevistas de 1955-1988 no Rio de Janeiro, Marcelo Badaró Mattos destaca que embaladas pelo ressurgimento dos sindicatos, diversas cate-

---

<sup>239</sup> No primeiro capítulo, discutimos o conceito de Novo Sindicalismo, a partir da perspectiva de Marcelo Badaró Mattos, Ricardo Antunes e Marco Aurélio Santana como uma reedição de práticas já experimentadas na história do sindicalismo brasileiro na delimitação dos limites entre o “novo” e o “velho” sindicalismo, permitiu a construção de identidades políticas e sindicais envoltos na prática organizativa da classe trabalhadora em meados da década de 1980.

<sup>240</sup> NORONHA, Eduardo. *A explosão das greves na década de 80*. In. BOITO, Armando. (Org). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 122.

gorias de trabalhadores passaram a ganhar notoriedade entre as entidades sindicais cariocas, entre elas, os metalúrgicos, metroviários e bancários. Embora impactados por esse discurso de renovação, os sindicatos ainda funcionavam dentro da estrutura sindical oficial. No entanto ainda assim foi possível “criar instâncias de organização dos trabalhadores nos locais de fábricas, mobilização com ampla participação das bases e encaminhamento de novas demandas como o contrato coletivo de trabalho”<sup>241</sup>. Devemos, contudo, salientar que dentro do processo de reorganização do sindicalismo brasileiro, os movimentos reivindicatórios nem sempre refletiam a homogeneidade que tanto pregavam.

Ao discutir as tendências políticas na formação das centrais sindicais, Leôncio Martins Rodrigues ressalta que “a força do sindicalismo (e das lideranças sindicais) e todo o grande trabalho organizatório efetuado são prejudicados pelas profundas rivalidades existentes no meio sindical”<sup>242</sup>. Sabemos que essa fragmentação não ficou restrita às centrais sindicais e esteve também presente nos próprios sindicatos. Partindo deste pressuposto, este capítulo aborda como se constituíram os conflitos internos no Sindicato dos Metalúrgicos Amazonas em meados de 1984, bem como, a investida dos trabalhadores na greve da Sanyo e os desafios e conquistas da primeira geral no Distrito Industrial de Manaus em 1985.

Diante disso, este capítulo inicia fazendo uma sucinta trajetória do Sindicato dos Metalúrgico em Manaus para compreender o trabalho desenvolvido junto ao operariado do Distrito Industrial, destacando a construção da oposição sindical metalúrgica em Manaus e os problemas enfrentados pela nova diretoria ao assumir em 1984. Logo em seguida, será analisada a greve na empresa Sanyo, ocorrida em março de 1985, vista como o ensaio da luta operária entre os metalúrgicos. Por fim, serão discutidos os avanços e recuos no processo que levou à primeira greve geral em 1985, através da imprensa local, do depoimento de trabalhadores ligados diretamente ou não a esse movimento e dos dissídios coletivos encontrados no Centro de Memória da Justiça do Trabalho (CEMEJ/TRT11).

---

<sup>241</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 166.

<sup>242</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In. BOITO, Armando. (Org). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 40.

Vale ressaltar que o objetivo deste capítulo é percorrer os caminhos que levaram os trabalhadores a se insurgirem contra o patronato industrial local em 1985, desde os primeiros encaminhamentos do sindicato às estratégias de organização nos dias de paralisação e negociação junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Pensar neste movimento como um momento de articulação sindical em franca ascensão é refletir também sobre os impactos que a exploração tivera sobre a vida dos trabalhadores metalúrgicos em Manaus e os motivos que os levaram a se mobilizarem contra as empresas. Refletir a partir desses aspectos é o que buscaremos nas páginas seguintes.

## **2.1 – O Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas: entre eleições, entraves e conflitos**

O sindicato é por natureza um catalizador de conflitos embora nem sempre estivesse à frente dos primeiros indicativos de greves e manifestações de insatisfação, é incontestável sua ativa participação dentro do movimento operário brasileiro. De acordo com Antônio David Cattani, a partir do século XIX, “a força concentrada e institucionalizada nos sindicatos alterou profundamente as condições de relacionamento das elites com a massa trabalhadora”<sup>243</sup>. No Brasil, essa relação ampliou a importância da ação coletiva dos trabalhadores em termos estratégicos e organizativos. Embora, tradicionalmente a historiografia privilegie o eixo Rio-São Paulo na análise sobre o movimento operário e sindical, é importante ressaltar que outras importantes cidades também fizeram parte desse cenário de efervescência política e social em meados dos década de 1980.

Não é o objetivo deste capítulo, retomar as discussões acerca do papel desempenhado pelas greves do ABC Paulista dentro movimento sindical. Tais reflexões foram realizadas no capítulo anterior. A intenção é apenas salientar que existiram para além de São Bernardo, por exemplo, outros polos de conflitos que demarcaram o permanente enfrentamento entre a classe trabalhadora e o patronato, expandindo movimentos grevistas para outras regiões. Nessa perspectiva, Cattani, ao analisar criticamente o sindicalismo no Rio Grande do Sul entre 1979-1990, destaca como principais empecilhos ao avanço das lutas operárias as limitações e divergências no interior do “Novo Sindicalismo”<sup>244</sup>, o baixo índice de sindicalização, a pouca adesão na

---

<sup>243</sup> CATTANI, Antônio David. *Movimento sindical – o permanente desafio da renovação*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.14 n°2, p. 667-686, 1993, p. 667.

<sup>244</sup> Ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

questão relativa à organização nos locais de trabalho, as divergências ideológicas ou partidárias no próprio sindicato, a herança corporativista forjada pela tutela do Estado, citando a capacidade normativa da Justiça do Trabalho, como fatores que limitaram a atuação do sindicato na defesa dos interesses coletivos.

Tais questões foram observadas por Armando Boito Jr ao examinar a estrutura sindical nos anos 80. Para o autor, “a ação sindical de massa tem se atritado de modo prático, espontâneo, contraditório e inconsciente com a estrutura sindical”<sup>245</sup>. Na avaliação de Boito, o sindicalismo se encontrava em relativo atraso e disperso das bases, fragmentando a luta operária e abrindo margem para as lideranças pelegas na direção dos sindicatos. Tal estratégia levou o peleguismo, através do assistencialismo propiciado pelas “contribuições sindicais obrigatórias, a formar grandes clientes eleitorais. Essa clientela, tem permitido, com o seu voto cativo, a permanência de diretorias pelegas em importantes sindicatos oficiais”<sup>246</sup>. Neste sentido, Marcelo Badaró Mattos ao analisar os traços de continuidade no sindicalismo brasileiro e as práticas pouco inovadoras na estrutura sindical, ressalta que há dois aspectos a serem observados: “a opção consciente das lideranças por um trabalho por dentro da estrutura que conduzia ao interior do próprio Estado e/ou peso regulador da legislação que cria uma estrutura auto reproduzível”<sup>247</sup>. Para o autor, esses aspectos demonstram o caráter complexo das avaliações realizadas acerca do sindicalismo e de sua “velha” estrutura, dos quais mereciam ser relativizadas enfatizando que as lições do passado poderiam ter sido melhor aproveitadas pelos líderes sindicais mais combativos. Tais características também puderam ser notados no movimento sindical amazonense, mas especificamente ligado aos metalúrgicos de Manaus, principalmente ao que se refere aos embates internos no sindicato e críticas à estrutura sindical.

Contudo, antes de adentrar as questões pertinentes às divergências políticas no interior do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, é necessário fazer uma breve exposição de sua trajetória para melhor situar o leitor. Partindo desta perspectiva, o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas foi instalado em 17 de agosto de 1933, sendo reconhecido apenas em 10 de outubro de 1934. No entanto, somente no dia 04 de agosto de 1953, com a assinatura da carta sindical, passou oficialmente a representar a categoria

---

<sup>245</sup> BOITO, Jr. Armando. *Reforma e persistência da estrutura sindical*. In. BOITO, Armando. (Org). O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 66.

<sup>246</sup> Idem, p. 89.

<sup>247</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit., 1998, p. 165.

metalúrgica administrativa e judicialmente.<sup>248</sup> Desde sua criação, o Sindicato dos Metalúrgicos atuou em defesa dos direitos dos trabalhadores no Amazonas, participando efetivamente no enfrentamento contra a classe patronal. Vale sublinhar que não é objeto deste estudo realizar o levantamento histórico do sindicato, ainda que necessário, as informações disponíveis são incipientes para tal objetivo. Considero oportuno frisar que não houve por parte do Sindicato dos Metalúrgicos uma efetiva preocupação com a preservação de sua história, levando em consideração o longo tempo de atuação no estado do Amazonas.<sup>249</sup>

Na década de 1980, o Sindicato dos Metalúrgicos foi fortemente atuante no Distrito Industrial de Manaus, representando os trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e material elétrico de Manaus, filiado à Federação das Indústrias do Amazonas (FIEAM). Como não possuía sede própria, o Sindicato dos Metalúrgicos funcionou durante muitos anos na Casa do Trabalhador Amazonense (CTA). O projeto de construção de uma sede para os metalúrgicos, nasceu em 1977, na gestão de Francisco Fernandes Vieira<sup>250</sup>, então presidente do sindicato. Segundo o *Jornal do Commercio*, uma das principais demandas daquele ano era melhorar as condições de trabalho dos associados e da diretoria nos encaminhamentos das reivindicações. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada na Casa do Trabalhador no mês de janeiro de 1977, entre a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e os associados, foi anunciada a compra de um terreno, localizado na Rua Duque de Caxias, onde futuramente passaria a funcionar a sede da entidade representativa dos trabalhadores metalúrgicos.<sup>251</sup>

Com o crescimento do órgão, a emergência de um espaço adequado para atender aos trabalhadores se tornou prioridade para a diretoria dos metalúrgicos. Entretanto, com os recursos escassos, a construção teve início apenas no final de 1978, com previsão de conclusão em 1979.<sup>252</sup> Após quase três anos, a sede do Sindicato dos Metalúrgicos foi

---

<sup>248</sup> Informações retiradas do site: <https://www.sindmetal-am.org.br>

<sup>249</sup> Em 2020, o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas completou 87 anos de existência. Contudo, não há qualquer acervo documental referentes às origens do sindicato. De acordo com o atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana, muitos documentos e registros foram perdidos ou jogados fora ao longo dos anos. É possível encontrar apenas documentos relacionados aos acordos coletivos e fotos dos anos 2000 até os dias atuais.

<sup>250</sup> Francisco Fernandes Vieira foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas de 1972-1983. No ano de 1984, tentou a reeleição, mas foi derrotado por Ricardo Moraes de Souza. Pelo tempo exíguo de pesquisa, pela insuficiência de dados e carência de fontes disponíveis, não foi possível coletar informações pertinentes a vida e a atuação de Francisco Fernandes Vieira nos anos que esteve à frente do sindicato.

<sup>251</sup> *Jornal do Commercio*, 02 de janeiro de 1977, p. 03.

<sup>252</sup> O lançamento da pedra fundamental do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas ocorreu em 22 de agosto de 1978. Para dar continuidade a construção, contou com a colaboração da Superintendência da

inaugurada no dia 17 de agosto de 1980, contando com a presença de mais de mil pessoas, entre associados e convidados para a solenidade.<sup>253</sup> Em seu discurso de agradecimento, o presidente do sindicato, Francisco Vieira, enfatizou a importância do novo local para a classe trabalhadora metalúrgica amazonense e destacou os esforços que vinham sendo estabelecidos para melhorar as condições de trabalho do operariado do Distrito Industrial de Manaus.<sup>254</sup>

Francisco Fernandes Vieira – mais conhecido como “Chiquinho” – foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas de 1972 a 1983. No ano de 1984, tentou a reeleição, mas foi derrotado por Ricardo Moraes de Souza. Em janeiro de 1975, “Chiquinho” foi reconduzido para um segundo mandato de três anos, tendo sido o único candidato a concorrer naquele pleito.<sup>255</sup> Ao tomar posse, o sindicalista destacou o trabalho realizado no triênio correspondente a 1972-1974, enfatizando o aumento no número de associados, passando de 322 para 1139. Destacou a formalização de contratos com dentistas e médicos para o atendimento dos associados e seus dependentes, convênio com Comunidade Intersindical, acordo coletivo proporcionando férias de 25 dias e modificação na estrutura do órgão com a compra de imóveis novos.<sup>256</sup>

Na ocasião da posse, é notável a aproximação entre o sindicalista e Isaias Gomes Sobrinho, delegado substituto da Delegacia Regional do Trabalho do Amazonas. O delegado reforçou que o cargo de presidente era um exercício de desprendimento e abnegação. Um trabalho árduo e sem remuneração, movido apenas pelo desejo de servir a uma causa. Ressaltou que poucas eram as entidades sindicais que possuíam condições de remunerar seu presidente, dando-lhe a oportunidade de se afastar do emprego para dedicar-se ao sindicato e que a incompreensão de alguns empregadores servia para aumentar o desprestígio dos representantes classistas perante os associados. O delegado Isaias Sobrinho ainda ressaltou que “Chiquinho” era incansável na batalha em favor dos

---

Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de várias indústrias e dos mais de 5.456 associados até aquele momento. *Jornal do Commercio*, 19 de agosto de 1980, p. 05.

<sup>253</sup> Estiveram presentes na solenidade de inauguração, o Governador do Amazonas José Lindoso, o secretário Vinicius Gama, a Delegada Regional do Trabalho, Eneida Macuri, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Ary Campista, representante da SUFRAMA, Raimundo Nonato, Presidente da Federação das Indústrias do Amazonas, Manoel Gomes Nogueira e vários representantes de empresas do Distrito Industrial de Manaus. *Jornal do Commercio*, 19 de agosto de 1980, p. 05.

<sup>254</sup> A sede possuía 2 andares. Contando com uma sala de reunião, secretaria, biblioteca, departamento jurídico e pessoal, farmácia, sala de radiologia, odontologia e oftalmologia. Auditório com capacidade para 420 pessoas e salas recreativas. *Jornal do Commercio*, 16 de agosto de 1980, p. 02.

<sup>255</sup> *Jornal do Commercio*, 10 de janeiro de 1975, p. 04.

<sup>256</sup> *Jornal do Commercio*, 19 de fevereiro de 1975, p. 06.

direitos de seus associados e que diariamente era possível encontrá-lo na DRT, pedindo fiscalização onde existia descumprimento das normas de legislação trabalhista.<sup>257</sup>

Ainda em 1975, Francisco Vieira foi convidado a participar entre os dias 18 e 21 de fevereiro, em Porto Alegre, do IX Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e Material Elétrico, promovido pelo Departamento Profissional dos Metalúrgicos do Brasil. Na ocasião, foram discutidos temas como: Direito do Trabalhador, Sindicalismo, Previdência Social e Economia Brasileira. Essas pautas foram divididas em cinco grupos de trabalho responsáveis por estabelecer princípios que deveriam nortear o movimento sindical em todo o país. No entanto, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas não participou do evento, alegando motivos pessoais.<sup>258</sup> Essa atitude foi encarada pelos trabalhadores como um desrespeito à categoria, considerando que o objetivo do evento era o fortalecimento o movimento operário e aproximação com os metalúrgicos de diversas regiões do Brasil. Em uma nota de repúdio, os metalúrgicos declararam “ser totalmente inadmissível que um presidente de uma categoria tão importante tenha se ausentado de um evento de tamanha magnitude”<sup>259</sup>

É possível notar que a reputação de Vieira junto aos metalúrgicos a cada ano ficou mais abalada. Segundo o *Jornal do Commercio*, na campanha salarial de 1976, o sindicato obteve 43% de reajuste concedido aos trabalhadores em acordo com o Sindicato da Industria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus, representante legal das empresas do Distrito Industrial.<sup>260</sup> Neste acordo, as negociações ocorreram a portas fechadas, sem a participação do trabalhador, ficando expressa a relação de proximidade entre as duas entidades.<sup>261</sup> A falta de diálogo com as bases, sem ouvir suas necessidades e reivindicações foi um dos principais motivos de atrito entre o sindicalista e categoria metalúrgica. Essa ausência de comunicação com a base operária com o passar dos anos, foi alvo de críticas e desentendimentos entre os associados e a diretoria, tendo em vista o forte poder centralizador perfilhado pelo sindicato. Essa desaprovação ficou explícita em

---

<sup>257</sup> *Jornal do Commercio*, 21 de fevereiro de 1975, p. 03.

<sup>258</sup> *Jornal do Commercio*, 25 de janeiro de 1975, p. 04.

<sup>259</sup> *Jornal do Commercio*, 29 de janeiro de 1975, p. 07.

<sup>260</sup> *Jornal do Commercio*, 20 de outubro de 1976, p. 02.

<sup>261</sup> Segundo o *Jornal do Commercio*, o acordo foi publicado no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 1976 e possuía 9 cláusulas. Não foi possível pela ausência de informações, saber com exatidão quais as pautas de reivindicações aprovadas, mas o sindicato deu destaque, sobretudo, para os 43% de aumento salarial dos metalúrgicos. *Jornal do Commercio*, 20 de outubro de 1976, p. 02.

inúmeras declarações feitas pelos trabalhadores aos jornais locais, dentre as quais se destacavam a de intransigência e austeridade como uma característica atribuída ao sindicalista Francisco Vieira.

Tamanho era o distanciamento que se instalava entre o presidente do sindicato e seus associados que, quando alguns trabalhadores iam até a diretoria manifestar seu descontentamento em relação às empresas do Distrito, “Chiquinho” logo os acusava de serem comunistas. Segundo relato dos trabalhadores ao jornal *O Parafuso*, “Primeiro, que ele nem sabe o que é ser comunista. Segundo ele não entende a fome e a miséria do operário, porque está numa boa. Há muito tempo não trabalha numa fábrica”<sup>262</sup>.

À frente do Sindicato dos Metalúrgicos desde 1972, Vieira passou a ser alvo de críticas por parte dos associados, principalmente após 1980, sendo tachado de “pelego” entre os trabalhadores. A condução dos acordos coletivos era considerada insatisfatória aos anseios do operariado do Distrito Industrial, levando-os a questionar a idoneidade do sindicalista. Em certa ocasião, Vieira viajou para o estado do Acre para acompanhar uma solenidade de honrarias junto a figuras importantes do empresariado manauara, o que na visão dos trabalhadores, demonstrou um certo grau de aproximação do sindicalista com a classe patronal.<sup>263</sup> O clima de descontentamento com a diretoria do sindicato era generalizado entre os metalúrgicos manauaras. A ação empreendida por estes trabalhadores no combate ao que consideravam ser peleguismo saiu da retaguarda para assumir uma posição de enfrentamento a uma tendência tida como mais conservadora da diretoria do sindicato.

Por meio do jornal *O Parafuso*, é possível verificar que o sindicalista já vinha sendo acusado de conluio com o patronato local. Neste sentido, *O Parafuso* direcionou ferrenhas críticas à Vieira e denunciava que o “Sindicato dos Metalúrgicos estava entregue ao pelego “Chiquinho” que de lá não saia mais, estando mais interessado em

---

<sup>262</sup> *O Parafuso*, Ano III, Ed. 07, junho de 1982, p. 04.

<sup>263</sup> A referida solenidade ocorreu em Rio Branco/ AC nos dias 07 e 08 de outubro de 1981. Na ocasião, o superintendente da SUFRAMA, Ruy Alberto Costa Lins recebeu da Assembleia Legislativa, o título de cidadão acreano, por indicação do Deputado Estadual Carlos Alberto Simão Antônio. Além de Francisco Fernandes Vieira, o evento contou com participação dos Deputados José Belo Ferreira e Jurandir Cleuter. Dos empresários, Francisco Garcia, vice-presidente da Federação das Indústrias do Amazonas – FIEAM, Fernando Franco, Presidente do Centro das Indústrias do Amazonas – CIEAM, José Moura Teixeira, Diretor da Associação Comercial do Amazonas, Marcílio Dias de Avelar Junior, Diretor da CCE da Amazônia e Manoel Henrique Ribeiro, Presidente da Associação dos Exportadores da Zona Franca de Manaus. Todas as despesas dessa viagem foram custeadas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus. Informações retiradas do Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN. Documento intitulado “Utilização do cargo para promoção pessoal”, p. 02-04.

defender o lucro dos patrões, ajudando-o a manter o seu gordo salário”<sup>264</sup>. Esse discurso é uma pequena amostra da ineficiência do sindicato em atender as demandas mais urgentes dos metalúrgicos, principalmente aquelas ligadas ao cotidiano laboral. Havia uma ampla ausência de participação dos trabalhadores, sobretudo, na composição da diretoria. A grande maioria, era formada por pessoas vinculadas a “Chiquinho”, o que facilitava as estratégias de manobras dentro do sindicato. Segundo Vieira, “só fazia parte da diretoria, pessoas da minha inteira confiança. Jamais permitiria pessoas desconhecidas ao meu lado e principalmente no sindicato.”<sup>265</sup>

No final da década de 1970, ainda foi possível averiguar nos jornais o desagrado dos metalúrgicos com a fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores das Indústrias, instituição criada com o objetivo de desafogar o crescente número de demandas no Sindicato dos Metalúrgicos. Na alegação dos trabalhadores, a referida associação não teria sido fundada por operários, mas por chefes dos Departamentos Pessoais das empresas do Distrito Industrial. Chefes das empresas Springer, Phillips, Sharp e CCE, estiveram entre os diretores da nova associação, mas como não houve adesão dos metalúrgicos, foi dissipada pouco tempo depois.<sup>266</sup> Neste episódio, notamos que os trabalhadores não mais admitiam a interferência de pessoas de fora da categoria, barrando toda e qualquer ação que fragmentasse a organização do operariado do Distrito que despontava no alvorecer da década de 1980.

Com o avanço o movimento operário e das primeiras manifestações de descontentamento nos anos 80, o presidente dos metalúrgicos enviou uma carta circular às diretorias das empresas do Distrito Industrial e à Superintendência Regional da Polícia Federal do Amazonas, datando 21 de março de 1981, sugerindo que as pessoas que distribuía panfletos nas portas das fábricas mereciam ser punidas com o rigor da lei. A circular seguiu dizendo que a “Polícia Federal deveria tomar providências a respeito de pessoas com ideologias abstratas, das quais muitas não fazem parte da categoria metalúrgica, estão agitando e influenciando os trabalhadores”<sup>267</sup> e que a qualquer indício de tumulto, a polícia deveria ser comunicada imediatamente.

---

<sup>264</sup> *O Parafuso*, Ano III, Ed. 07, junho de 1982, p. 05.

<sup>265</sup> *Idem*, p. 04.

<sup>266</sup> Associação Profissional dos Trabalhadores das Indústrias foi fundada em janeiro de 1976 e teve curta atuação, funcionando até meados de junho do mesmo ano. Estiveram entre a diretoria: Idemar Furtado Paiva (Springer), Celso Magnani (Philips), Silvestre Bello e Ferreira Neto (Sharp) e Francisco Edir B. Queirós (CCE). *Jornal do Comercio*, 27 de outubro de 1976, p. 04.

<sup>267</sup> *O Parafuso*, Ano II, Ed. 05, março de 1981, p. 04.

Esta atitude expõe o comprometimento da diretoria do sindicato com a classe patronal e o apoio à repressão sofrida pelos trabalhadores pelo órgão que deveria ser um aliado na luta contra a exploração dentro e fora das empresas. Ao considerar que haveria intenções escusas por detrás das panfletagens e manifestações de descontentamento, o presidente dos metalúrgicos deslegitimava as reivindicações vindas da categoria perante os empresários e a sociedade. Ainda em relação à carta circular, “Chiquinho” exaltou que a sede do Sindicato dos Metalúrgicos era a melhor da Região Norte, equipada com materiais de primeira qualidade para dar assistência aos trabalhadores. Retrucando essa afirmação, os metalúrgicos afirmaram que, “fazendo do sindicato um belo posto de assistência médica e odontológica, cumpriu o seu papel. Mas para servir aos interesses da categoria estava muito aquém”<sup>268</sup>.

Havia, neste período, um forte apelo assistencialista por parte do sindicato. Exaltava-se o fornecimento de serviços médicos aos associados e seus dependentes como mecanismo de manobra para manter a diretoria nas mãos do mesmo grupo que ocupava os cargos desde 1972. Isso asseguraria, em tese, os benefícios que vinham sendo adquiridos, principalmente após a inauguração da sede do sindicato. Para Waldemar Rossi, essa espécie de mecanismo garantia aos dirigentes sindicais que dela se utilizassem favorecimento pessoal em troca de vantagens. Segundo o autor, essa manobra “priva os trabalhadores dos instrumentos necessários para se defenderem”<sup>269</sup>. Diante deste contexto, era necessária a intervenção dos próprios trabalhadores e união entre a categoria metalúrgica para retomar as rédeas da luta operária dentro Distrito Industrial. Contudo, embora esse caráter assistencial do sindicato tenha sido utilizado como um mecanismo de controle dos trabalhadores, não devemos ignorar o fato de que tais benefícios são, sobretudo, uma estratégia complementar da atividade sindical

Partindo da concepção que “desunidos, os operários não conseguem nem o que lei diz. E unidos conseguem isso e muito mais”<sup>270</sup>, cada vez mais se tornou insustentável a relação entre o presidente do sindicato e os metalúrgicos. Com um discurso intransigente e manipulador, valendo-se da condição de representante da categoria metalúrgica, Francisco Vieira viu o seu “reinado” ruir na eleição para presidência da entidade em 1984.

---

<sup>268</sup> *O Parafuso*, Ano II, Ed. 05, março de 1981, p. 05.

<sup>269</sup> ROSSI, Waldemar. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. Waldemar Rossi, William Jorge Gerab. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 90.

<sup>270</sup> *O Parafuso*, Ano I, Ed. 04, novembro de 1980, p. 03.

Além da forte pressão que vinha sofrendo desde o início de 1980, da inércia do sindicato em relação às denúncias que constantemente estampavam os jornais locais e principalmente do jornal *O Parafuso*, os trabalhadores buscaram alternativas para sanar os conflitos fabris existentes no cotidiano laboral do Distrito Industrial de Manaus. Um desses caminhos foi fazer oposição ao atual presidente do sindicato nas eleições de 1984, trazendo, como veremos a seguir, confrontos e discordâncias que afetaram diretamente o operariado industrial metalúrgico na década de 1980.

### **2.1.1 – A Chapa Puxirum e a construção da Oposição Sindical Metalúrgica Amazonense**

Para entender a postura adotada pelos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus, deve-se novamente considerar a conjuntura do movimento sindical como um movimento de massa em plena efervescência na década de 1980. Neste sentido, não há dúvidas sobre o papel decisivo das Oposições Sindicais no avanço do movimento operário tanto no Amazonas, como em outras regiões do Brasil, com forte tradição sindical. No caso dos metalúrgicos em Manaus, o trabalho de assessoramento político-sindical da Pastoral Operária permitiu o surgimento de comissões de fábricas, como mecanismo responsável pelo avanço de uma auto-organização e gerenciamento dos organismos próprios da classe operária dentro do Distrito, evocando, mesmo na clandestinidade, pressões que se dariam mais fortemente nas eleições sindicais de 1984, resultado como vimos no tópico anterior, dos reveses do controle operado pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas ainda na década de 1970, sustentado pelo assistencialismo e pela burocratização.

Partindo desta perspectiva, o papel das comissões de fábricas – e, posteriormente, da Oposição Sindical Metalúrgica – foi de criar condições para que os trabalhadores que se encontravam dispersos, se aglutinassem em torno de novas lideranças que pudessem derrubar as alianças ‘pelegas’ da direção do sindicato. Essa representação nos locais de trabalho foi um importante catalizador de demandas, sobretudo, em relação a uma maior participação operária no controle das condições de trabalho. É importante frisar que a luta dos trabalhadores ia muito além das questões cotidianas. Neste sentido, Iram Jácome Rodrigues destaca que as comissões de fábrica ao mesmo tempo que discutiam pautas do dia a dia, “participa[m] ainda que indiretamente, da vida dos trabalhadores e de suas

famílias para além do local de trabalho”<sup>271</sup>. Em relação aos metalúrgicos em Manaus, essa atuação foi sentida no decorrer da construção da Oposição Sindical, quando se estruturava a proposta sindical dos trabalhadores, consequência, como já vimos, das experiências vividas ainda na Pastoral Operária.

A experiência de preparação para participar das eleições sindicais em 1984 foi o primeiro trabalho organizado pelos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus. Ainda em 1980, houve uma tentativa de montar uma chapa de oposição, contudo, sem obter êxito, conforme o relato de Elson Melo, sindicalista e ex-operário do Distrito. Segundo o sindicalista, “nós conseguimos já naquela época, tentar concorrer à direção do sindicato. Ele (Ricardo Moraes) ligado à Pastoral Operária, e eu na Pastoral da Juventude Descobrimos que o sindicato era a ferramenta de luta do trabalhador naquela época”<sup>272</sup>. Acerca desse momento, ele ainda destacou que “ninguém entendia de sindicato, fomos escrever a chapa, saber como inscrever uma, aí saiu o edital de eleição. Tinha só três ou quatro que eram sindicalizados, aí ninguém podia concorrer ao sindicato”<sup>273</sup>

Desse episódio, os trabalhadores notaram que ainda faltava adquirir os conhecimentos básicos para que pudessem desenvolver uma atividade de oposição. Elson Melo recorda que, após essa investida, “nós um grupo de jovens da classe operária, passamos a nos reunir sábado à noite para estudar leis trabalhistas e como funcionava a eleição do sindicato. Continuamos a luta, quando veio o edital do sindicato, fomos bem estruturados”<sup>274</sup>. Os trabalhadores estavam empenhados em aprender, sobretudo, para não cometer os mesmos erros do passado, por falta de experiência ou maturidade para dar prosseguimento a um movimento ainda em processo de construção. Com o intuito de fortalecer as bases operárias, Elson Melo destaca que, “para você ter uma ideia, a gente fazia “vaquinha” quando tinha eleição fora, para mandar um de nós ir lá para acompanhar de perto, para saber como se dava a eleição”<sup>275</sup>. Este acompanhamento foi importante para que os jovens operários do Distrito pudessem se aproximar da parcela mais desenvolvida do sindicalismo brasileiro, pondo em prática uma articulação fabril e sindical em Manaus.

---

<sup>271</sup> RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. Cortez: Rio de Janeiro: FASE, 1990, p. 101.

<sup>272</sup> Entrevista com Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 13 de abril de 2019, p. 01.

<sup>273</sup> Idem, p. 02.

<sup>274</sup> Idem, p. 02.

<sup>275</sup> Idem, p. 02.

Ao apontar para os reais problemas enfrentados pelo operariado do Distrito Industrial nasce a chapa *Puxirum* composta por Ricardo Moraes de Souza, para presidente e Simão da Silva Pessoa, para vice-presidente em meados de 1982.<sup>276</sup> Segundo os líderes da Oposição Sindical Metalúrgica, a proposta de luta junto à categoria se baseou fundamentalmente na organização e ação conjunta, expresso no tema da campanha: “*Puxirum* trabalho e união, sem interesse de remuneração”. *Puxirum*, nome dado à chapa, significa o mesmo que mutirão, ou *ajuri*, e representa a ação do caboclo regional, em que pessoas se reúnem para executar determinados trabalhos visando o bem de todos.<sup>277</sup> Já estruturados sindicalmente, os representantes da Oposição Metalúrgica manifestavam maior organicidade, diferentemente dos anos anteriores. A atuação da oposição esteve voltada prioritariamente para o trabalho nas portas das fábricas e para a organização e retomada do sindicato das mãos dos pelegos. Este cenário no início da década de 1980 coincide, como afirma Maria Célia Santiago, “em um contexto de reflexões, com a participação da sociedade civil e da Igreja, nascendo o Partido dos Trabalhadores a nível nacional e no Amazonas”<sup>278</sup>, o que em certas ocasiões se configura em uma “proximidade da luta dentro da fábrica, a participação da Pastoral Operária e no Partido”<sup>279</sup>

Ainda que houvesse uma certa relutância partidária por parte dos trabalhadores, Santiago esclarece que, mesmo com um viés religioso, “a oposição sindical que compôs a chapa *Puxirum* era formada por pessoas filiadas ao PMDB, ao PDT, ao PT e algumas sem qualquer filiação partidária”<sup>280</sup>. Diante disso, é necessário ressaltar que a história do movimento sindical e operário amazonense na década de 1980 esteve ligada à criação do Partidos dos Trabalhadores (PT) no Amazonas, à constituição da Oposição Sindical Metalúrgica e ao surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.<sup>281</sup> Segundo Marlene Ribeiro, em 1981, os trabalhadores munidos de uma ideia ainda primária iniciam a organização de uma chapa de oposição sindical. “A formalização da

---

<sup>276</sup> O conselho efetivo da chapa 2 era composto por Ricardo Moraes de Souza (Philco), Simão da Silva Pessoa (Philco), Alberto Manoel Borges Cardoso (Philco), Jose Lopes Frazão (Moto Honda), Francisco Fernandes de Almeida (Philco), Raimundo Elson de Melo Pinto (Philco) e Ana Maria Barros de Souza (Gradiente). O conselho fiscal era formado por Hiraldo Felix de Andrade (Springer), Francisca Reis Cunha (Philips) e Elias Cândido de Oliveira (Moto Honda). Documento: “Situação na área de trabalho” - novembro de 1983, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 27.

<sup>277</sup> Relatório especial de informações – Documento: “Situação na área de trabalho” - novembro de 1983, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 06.

<sup>278</sup> SANTIAGO, Maria Célia. Op. Cit, 2010, p. 89.

<sup>279</sup> Idem, p. 90.

<sup>280</sup> Idem, p. 90.

<sup>281</sup> Com fomento da Pastoral Operária, os trabalhadores tiveram acesso a formações, cursos e congressos até fora do estado do Amazonas, principalmente na sede, em São Paulo. Também estiveram presentes no 1º Congresso que deu origem a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

proposta de trabalho surgiu na sede do PT, onde regularmente se reuniam de 30 a 50 pessoas para discutir os problemas das fábricas”<sup>282</sup>. A possível vitória da chapa *Puxirum* se configurava como um mecanismo de politização das bases sindicais, “permitindo a abertura de um grande flanco no Distrito Industrial, na manipulação de uma categoria legitimamente de trabalhadores, que se encontra desmobilizada do ponto de vista político-ideológico”<sup>283</sup>. Neste sentido, a diretoria composta por “Chiquinho” apostou na improvável vitória da chapa *Puxirum*, confiando no trabalho assistencialista executado pelo sindicato sob sua gestão ao longo de mais de uma década. Durante a campanha, a chapa *Puxirum* promoveu panfletagem na porta das fábricas, encontros, reuniões e um trabalho intenso nas bases. Na chapa contrária, estava a candidatura de Francisco Vieira, para presidente e Alcides Pereira da Silva para vice-presidente.<sup>284</sup>

Com as eleições marcadas para o dia 16 de janeiro de 1984, o clima entre as duas chapas ficou mais acirrado. De acordo com o *Jornal do Commercio*, Vieira se referindo à chapa *Puxirum* “acreditava que a palavra “fraude” serviria para justificar a derrota dos que não tem apoio popular e no caso de eleições sindicais, os que não contam com a confiança dos trabalhadores”<sup>285</sup>. Notamos com isso, a tentativa de deslegitimar a oposição sindical perante os trabalhadores, insistindo no discurso de que a chapa *Puxirum* poderia trapacear na contagem dos votos, sem apresentar qualquer alegação contundente para tal afirmação. Além de não acreditar na vitória da oposição, estavam seguros de que os metalúrgicos não transformariam “a sede construída com todo o seu suor, em sua administração, em um pardieiro sem qualquer utilidade”<sup>286</sup>. A grande aposta durante toda a campanha foi preservar a imagem de boa gestão ao longo dos 12 anos em que esteve à frente do sindicato, priorizando, principalmente, a construção da sede em 1980.

Ao considerar os benefícios trazidos ao trabalhador em sua gestão, o sindicalista candidato à reeleição enfatizou que os associados beneficiados com os serviços dis-

---

<sup>282</sup> RIBEIRO, Marlene. Op. Cit, 1987, p. 302.

<sup>283</sup> Relatório especial de informações – Documento: “Situação na área de trabalho” - novembro de 1983, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p.06.

<sup>284</sup> O conselho efetivo da chapa 1 era composto por Francisco Vieira, Alcides Pereira da Silva, Maria das Graças M. da Silva, João Tomé Rodrigues, Elias Felix de Freitas, Paulo Anastácio Carvalho, Stones da Costa Machado. O conselho fiscal era formado por Goeth de Souza Martins Adão, Fernando César Rodrigues Souza, Mauro Pinheiro Bezerra, Antônio Gomes de Souza, Washington Luiz A. Coelho e Edson dos Santos Godin. Documento: “Movimento Sindical – eleições para o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e Material Elétrico de Manaus” – fevereiro de 1984, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 01-02.

<sup>285</sup> *Jornal do Commercio*, 15 de janeiro de 1984, p. 04.

<sup>286</sup> Idem, p. 04

ponibilizados pelo sindicato não deveriam renunciar às vantagens adquiridas até aquele momento. Ao fazer uma breve retrospectiva acerca de sua administração, quando o sindicato funcionava ainda no exíguo espaço da Casa do Trabalhador do Amazonas (CTA), ocasião em que os associados não chegavam a 300, Francisco Vieira aponta para “a batalha que foi a sindicalização, a luta por melhores condições de trabalho com a aquisição de equipamentos, os convênios oferecidos, a construção da sede e do anexo”<sup>287</sup>. É notável o esforço em expor a qualidade dos serviços prestados, mas em nenhum momento é dado destaque à situação dos trabalhadores no cotidiano das fábricas, à exploração desenfreada da força de trabalho e às denúncias negligenciadas pelo sindicato.

Essas limitações deixaram a classe trabalhadora à mercê do controle do sindicato. Pretendendo dar continuidade ao trabalho que vinha executando, Vieira encerra a entrevista ao *Jornal do Commercio* dizendo que pretendia construir uma Colônia de Férias e uma Cooperativa de Consumo, caso “os metalúrgicos façam um exame de consciência e concluam que demos tudo de nós para transformar o sindicato num órgão atuante, com todos os benefícios oferecidos aos associados”<sup>288</sup>. Apesar das particularidades que caracterizavam as eleições sindicais, o objeto central sobre o qual incidiu a ação dos antigos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos foi, sem dúvidas, o assistencialismo, ainda que outras propostas estivessem presentes. Neste contexto de radicalismo e disputas acirradas, as eleições de 1984 pôs em xeque um dos pontos mais nevrálgicos da política sindical executada naquele momento: a omissão do sindicato perante a classe operária. Desta forma, dada a ausência do sindicato, as representações postas pela Oposição Sindical Metalúrgica em Manaus despontaram com forte potencial junto à parcela do operariado do Distrito Industrial.

Em 16 de janeiro de 1984, dia do pleito, mais de 6 mil trabalhadores estiveram aptos a votar, em 116 urnas distribuídas entre as fábricas do Distrito, levadas por componentes de mesas receptoras, acompanhadas de fiscais das chapas inscritas. A apuração ficou a cargo de funcionários do setor sindical da Delegacia Regional do Trabalho.<sup>289</sup> No dia da votação, o clima foi de agitação e alvoroço, considerando que era a primeira vez que se realizavam eleições diretas para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos. No decorrer daquele dia, as duas chapas travaram uma luta incessante no

---

<sup>287</sup> Idem, p. 04.

<sup>288</sup> Idem, p. 04.

<sup>289</sup> Idem, p. 04.

Distrito, havendo inclusive incidentes que necessitaram da interposição do Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho.

Segundo o *Jornal do Commercio*, um dos incidentes teria começado quando cabos eleitorais da chapa *Puxirum*, concentrados na frente do sindicato, impediam que os fiscais da chapa de Vieira acompanhassem as urnas itinerantes que seriam fixadas em algumas empresas do Distrito. Diante do impasse, “foi preciso a Delegacia Regional do Trabalho intervir e dar permissão para que um fiscal da chapa 1 (Chiquinho) acompanhasse o trabalho nas urnas, junto com mais quatro fiscais da chapa 2 (Ricardo Moraes)”<sup>290</sup>. Levando em consideração a importância deste pleito para os trabalhadores, era óbvia a preocupação da chapa *Puxirum* com uma possível fraude. Em face disso, Ricardo Moraes mobilizou mais de 130 cabos eleitorais e membros da chapa para acompanhar de perto a votação.

Dois pontos importantes foram levantados pelo *Jornal do Commercio*: primeiro, o acirramento entre as duas chapas e a pressão que ambas exerceram sobre os trabalhadores. O eleitor era abordado e posto em situações de coação e constrangimento. Cada voto foi disputado incansavelmente durante todo o dia de votação. O segundo ponto a ser destacado e que não foi observado antecipadamente pelos coordenadores da eleição era a situação dos trabalhadores em período de férias. Estes trabalhadores não estavam aptos a votar, o que em certo sentido poderia alterar o resultado do pleito. Não foi possível saber com exatidão quantos estiveram nesta condição, mas pode significar uma variação considerável dentre os mais de 6 mil associados do sindicato.<sup>291</sup> Com o fim da apuração dos votos, a Delegacia Regional Trabalho anunciou que não houve quórum necessário para eleger nenhuma das chapas, sendo esta remarcada para o dia 31 de janeiro de 1984, iniciando uma nova disputa entre Francisco Vieira e Ricardo Moraes.<sup>292</sup>

No decorrer da nova campanha, a chapa *Puxirum* acusou a chapa adversária de manipular o resultado, sabendo que a Lei 6.386/76 determinava a validade do pleito com 2/3 dos presentes. Percebendo que perderia na contagem dos votos, Francisco Vieira recorreu a várias manobras para não alcançar o quórum, como por exemplo, dando instruções aos dirigentes das empresas para impedir o voto de quantos sindicalizados

---

<sup>290</sup> *Jornal do Commercio*, 17 de janeiro de 1984, p. 04.

<sup>291</sup> *Idem*, p. 04.

<sup>292</sup> O pleito não foi decido no dia 16 de janeiro de 1984. Dos quase 6 mil associados aptos a votar, apenas 3.016 compareceu as urnas, sendo necessário 2/3 dos votos para validar as eleições. *Jornal do Commercio*, 18 de janeiro de 1984, p. 04.

fosse possível, urnas foram impedidas de chegar às empresas de pequeno porte, exigindo que o voto fosse feito apenas no sindicato, condição inviável considerando que a empresa não liberaria os trabalhadores, alterando o número de sindicalizados aptos a votar.<sup>293</sup> Ao convocar os trabalhadores para retornar às urnas, a chapa *Puxirum* destacou que “era necessário apenas metade dos sindicalizados. Se o Chiquinho não boicotar, tudo dará certo e a chapa 2 assumirá”<sup>294</sup>. Deste modo, observamos que a atual diretoria se via ameaçada pela prática da *Puxirum*, adquirida sobretudo, na experiência de resistência clandestina, legitimando o poder de articulação entre os trabalhadores.

Assim como na eleição anterior, os ânimos se mantiveram exaltados durante a nova campanha. As trocas de acusações de ambas as partes foram constantes. Ainda assim, a chapa *Puxirum* saiu vitoriosa com uma diferença de 474 votos em relação à chapa adversária em meio a uma apuração tensa e acalorada.<sup>295</sup> Após o anúncio, Ricardo Moraes, presidente eleito, definiu o momento como “O fim de uma Era”, acabando com uma hegemonia que perdurava 12 anos. Segundo o advogado trabalhista, Gelson José de Oliveira, de São Bernardo do Campo, que veio a Manaus para trabalhar na chapa *Puxirum*, “foi a primeira vez na história do sindicalismo brasileiro que uma chapa de oposição, ganha na sua primeira investida. Isso demonstra o trabalho maduro e de organização da chapa 2”<sup>296</sup>. A vitória da *Puxirum* foi encarada pelo setor empresarial com certa surpresa e uma dose de preocupação, constituindo-se indiscutivelmente, como um relevante conquista para o sindicalismo amazonense na década de 1980. O triunfo da Oposição Metalúrgica se configurou como uma força intrínseca ao movimento operário, nascente nas bases e nos locais de trabalho.

O êxito da *Puxirum* se deveu ao intenso esforço empregado desde 1982, a partir de uma incessante ação de propaganda durante as campanhas, encampando bandeiras reivindicatórias, a exploração de temas relativos à chapa oponente e críticas referente ao aviltamento e miséria do trabalhador. Também estiveram atentos à dinâmica nacional,

---

<sup>293</sup> Documento: “Movimento Sindical – eleições para o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e Material Elétrico de Manaus” – fevereiro de 1984, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 07.

<sup>294</sup> Idem, p. 08.

<sup>295</sup> Para as eleições ocorridas em 31 de janeiro de 1984, cerca de 3.228 foram as urnas, dos quais 1.377 votaram na Chapa 1 (Francisco Vieira) e 1.851 na Chapa 2 (Ricardo Moraes). Documento: “Movimento Sindical – eleições para o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e Material Elétrico de Manaus” – fevereiro de 1984, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 12.

<sup>296</sup> *Jornal do Commercio*, 01 de fevereiro de 1984, p. 04.

como a luta pelo fim do arrocho salarial, estabilidade no emprego, liberdade de organização sindical nas fabricas e autonomia nas decisões. Além desses fatores, também contou com o apoio da Igreja e de partidos políticos.<sup>297</sup> Na posse da nova diretoria, marcada para o dia 15 de fevereiro de 1984, Ricardo Moraes agradeceu o voto de confiança dado à chapa *Puxirum* e às propostas de melhoria na vida do trabalhador metalúrgico defendidas por ele.<sup>298</sup> Esclareceu que a vitória da oposição sindical era um marco no movimento sindical, podendo abrir precedentes para outros sindicatos, reforçando pressões e estimulando a confrontação com o patronato local, especialmente do setor metalúrgico. Concluiu dizendo que o comportamento da classe metalúrgica de Manaus mudaria daquele momento em diante e que estavam preparados para lutar seja em qualquer circunstância.<sup>299</sup> Essa vitória foi resultante das causalidades presentes na incapacidade do sindicato em representar o operariado metalúrgico, posteriormente transformado em entraves e disputas como veremos a seguir.

### **2.1.2 – Resistência e disputas internas no Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas**

Ao assumirem o sindicato em fevereiro de 1984, o discurso adotado por Ricardo Moraes, novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, foi de união entre a categoria, destacando que não era apenas a chapa *Puxirum* que a partir daquele momento conduziria o sindicato, mas toda classe trabalhadora metalúrgica. Durante a solenidade de posse, o ex-presidente Francisco Vieira fez um breve retrospecto de seu trabalho na entidade, ressaltando que foram anos difíceis de reconstrução da luta operária. Em suas últimas palavras, frisou que “para dirigir bem o sindicato, há duas alternativas: ou se

---

<sup>297</sup> Além do apoio da Pastoral Operária, a *Puxirum* contou com colaboração da Arquidiocese de Manaus, do Partido dos Trabalhadores – PT/AM, PC do B, Alicerce da Juventude Socialista, União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas – UESA, Diretório Universitário da Universidade do Amazonas – DU/AM, do Deputado José Mário Frota Moreira, Deputado Arthur Virgílio Neto e do Deputado João Pedro Gonçalves. E também apoio do PT/SP, através da assessoria do advogado Gelson José de Oliveira. Documento: “Movimento Sindical – eleições para o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e Material Elétrico de Manaus” – fevereiro de 1984, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 04-05.

<sup>298</sup> Contando com a presença de mais de 500 pessoas, dentre lideranças sindicais, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e do Presidente do Sindicato das Indústrias, Fernando Bonfim, Ricardo Moraes reafirmou o seu compromisso com os metalúrgicos e dizendo que não era a chapa *Puxirum* que estava assumindo, mas todos os trabalhadores. Francisco Fernandes, em um breve discurso, proferiu palavras de otimismo a nova diretoria e desejou uma boa gestão aos novos membros do sindicato. *Jornal do Commercio*, 17 de fevereiro de 1984, p. 04.

<sup>299</sup> *Jornal do Commercio*, 15 de fevereiro de 1984, p. 05.

abraça o trabalho com amor ou nada se faz”<sup>300</sup>. Encerrou desejando otimismo à nova diretoria, esperando que alcançassem os objetivos as quais se propuseram.

Sob o novo comando, os esforços de reconstituição do sindicato estiveram voltados majoritariamente para aproximar os trabalhadores da entidade, considerando a condição ultrajante deixada pela direção anterior. Acerca disso, Marlene Ribeiro sublinha que “Chiquinho deixou inúmeros débitos de água, luz e telefone. Ficando o sindicato na penúria, atrasando inclusive, o pagamento de seus funcionários”<sup>301</sup>. Diante disso, a diretoria eleita ingressou na justiça comum com um processo contra Francisco Vieira por crime de peculato, conforme ampla documentação enviada à Delegacia Regional do Trabalho.<sup>302</sup> Embora entusiasmados, os primeiros meses foram desafiadores para os jovens metalúrgicos. Ricardo Moraes recorda que “nós assumimos já em 84 e com uma falta de experiência grande. Uma falta de preparação para dirigir. Víamos o sindicato como uma arma nas mãos dos trabalhadores, mas não sabíamos atirar”<sup>303</sup>. Em decorrência da descrença do sindicato com a categoria, o trabalho inicialmente foi estabelecer uma relação apaziguadora com os metalúrgicos.

Na ocasião da primeira assembleia, a nova diretoria notou pouca adesão dos trabalhadores. A partir dali, nasceu a preocupação em estreitar os laços, levando-os a frequentar regularmente a porta das fábricas no intuito de ampliar o quantitativo de associados. Iniciava naquele momento, uma forte campanha de sindicalização. Ricardo Moraes ressalta que, “quando nós começando a nos organizar neste sentido, nos deparamos com divisão da categoria por parte dos empresários, dos pelegos que tinham perdido a eleição e do Ministério do Trabalho”<sup>304</sup>. Embora tenha sido festejada com euforia pelos trabalhadores, a nova diretoria enfrentaria a oposição de membros da antiga gestão, mesmo após vencerem as eleições. Inconformados com a derrota para a chapa *Puxirum*, a ex-diretoria decidiu criar um sindicato alternativo para representar uma parcela da categoria dos metalúrgicos: O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Similares de Manaus, reconhecido em 08 de julho de 1984,

---

<sup>300</sup> *Jornal do Commercio*, 17 de fevereiro de 1984, p. 04.

<sup>301</sup> RIBEIRO, Marlene. Op. Cit., 1987, p. 310.

<sup>302</sup> O processo se baseou no Art. 552 da CLT, que versava sobre: “Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio das associações ou entidades sindicais ficam equiparados ao crime de peculato julgado e punido na conformidade da legislação penal”. *Jornal A Crítica*, 14 de maio de 1984, p.12.

<sup>303</sup> Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 04 de fevereiro de 2021, p. 02.

<sup>304</sup> Idem, p. 02.

pelo Ministério do Trabalho e pela Delegacia Regional do Trabalho, através da expedição da carta sindical.

Contrariados com o resultado, a maioria dos integrantes da chapa de Francisco Vieira decidiu deliberadamente criar um sindicato onde pudessem continuar desenvolvendo atividades de diretores sindicais<sup>305</sup>. Tal fato ocorreu um dia após as eleições, onde foi solicitada a carta de registro à Delegacia Regional do Trabalho. Logo após, foi realizada uma assembleia de investidura sindical, contando com a presença de 258 associados, formalizando os dispositivos legais em vigência. Apesar de ter sido oficializada em 1984, a existência deste sindicato era conhecida desde 13 de setembro de 1976, com o nome de Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Similares de Manaus. Com a posse da nova diretoria, o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Francisco Vieira, encampando aspirações e interesses de lideranças do setor, passou veladamente a manobrar com bases legais a divisão da categoria metalúrgica. Essa tática, no entanto, não surpreendeu os novos dirigentes, provocando reações de indignação e revolta. Em nota publicada no jornal *A Crítica*, Ricardo Moraes repudiou a tentativa de divisão da classe trabalhadora, destacando que “os sindicalistas que estão por trás dessa associação são os mesmos que passaram 12 anos à frente do sindicato dos metalúrgicos de forma pelega e que foram derrotados nas últimas eleições sindicais”<sup>306</sup>.

Acerca da referida associação, Stones Costa Machado, representante legal da entidade e ex-membro do conselho fiscal na chapa de Francisco Vieira nas eleições, refutou as acusações proferidas por Ricardo Moraes ao jornal *A Crítica*. De acordo com Stones, a associação não foi “recriada” por Vieira, descartando a investida de dupla representatividade, reforçando que os trabalhadores da indústria eletrônica, não se classificariam na categoria dos metalúrgicos e, portanto, não estariam infringindo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Na mesma nota de esclarecimento, Stones ressaltou que Vieira não fazia parte da associação e que “as pessoas (e não sindicalistas) que estão à frente da associação são trabalhadores da indústria eletroeletrônica, des-

---

<sup>305</sup> Na composição deste novo sindicato estiveram presentes: Elias Felix de Freitas, Paulo Anastácio Carvalho, Stones da Costa Machado, Raimundo Nonato Vieira, Hilda Bittar Ruas, Roberto Dácio do Nascimento, Luiz Ferreira Lima, Valdecir Fragata M. da Silva, Rosivaldo Corrêa e Fernando César Rodrigues de Souza. Todos foram integrantes da chapa 01, liderada por Francisco Vieira. Processo TRT Nº DC03/84. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 91.

<sup>306</sup> Jornal *A Crítica*, 25 de março de 1984, p. 07.

vinculados de qualquer compromisso ideológico e político”<sup>307</sup>. Deste modo, é notável a tentativa de desvinculação dos antigos membros do sindicato como integrantes da nova associação, forjados ainda pelo sentimento de posse e descontentamento com a expressiva e singular vitória da *Puxirum*.

A despeito disso, a condução do processo de transformação de associação para sindicato foi tramitada rapidamente.<sup>308</sup> Tanto a Delegacia Regional do Trabalho como o Ministério do Trabalho, desde o princípio, emitiu parecer favorável para a expedição da carta de reconhecimento necessário ao seu pleno funcionamento legal. Tal atitude se justificava como uma tentativa de esvaziamento e redução de poder da categoria metalúrgica, o que comprometeu o trabalho de conscientização político-ideológico alcançado pela chapa *Puxirum* desde o princípio das campanhas sindicais. Acerca desse episódio, o sindicalista Elson Melo pontua que

Então, veio a eleição em janeiro de 84. Ganhamos a eleição e quando assumimos a direção do sindicato, sofremos o primeiro golpe, que foi criar um outro sindicato na mesma base. Tivemos que passar quase um ano brigando para recompor a categoria, unificar a categoria e isso nos custou um período grande de não conseguir mobilizar a categoria. Então, nós tínhamos que acordar às 5:00 da manhã e íamos dormir depois de meia noite, porque de manhã, de tarde e de noite, a gente tava na porta de fábrica falando com os trabalhadores.<sup>309</sup>

A partir deste depoimento, observamos a dimensão alcançada pela cisão no próprio sindicato e de como as forças foram vagarosamente recompostas. O que a princípio poderia ter sido motivo de união entre a categoria, resultou em desavenças que atrapalharam o processo organizativo dos metalúrgicos. Acerca da nova associação, após ser legalmente reconhecida como Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Similares de Manaus, em julho de 1984, aproximadamente 30 entidades sindicais – representando milhares de trabalhadores rurais e urbanos do estado do Amazonas, dentre os quais, estavam sindicatos nacionais<sup>310</sup> – assinaram um manifesto de apoio ao Sindicato dos Metalúrgicos.

---

<sup>307</sup> Jornal *A Crítica*, 02 de abril de 1984, p. 05.

<sup>308</sup> Segundo o processo TRT N° DC03/84, no dia 02 de fevereiro de 1984, um dia após a divulgação do resultado das eleições, a Delegacia Regional do Trabalho no Amazonas, expediu o certificado de registro da associação. O pedido foi encaminhado para o Ministério do Trabalho no dia 30 de março de 1984 e formalmente oficializada em 08 de julho de 1984. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 91.

<sup>309</sup> Entrevista com Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 13 de abril de 2019, p. 03.

<sup>310</sup> O manifesto de apoio contou com a participação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, Niterói, São Bernardo do Campo, Betim, Santo André, São José dos Campos, Santos, Novo Hamburgo, Volta Redonda etc. Documento “Movimento sindical – mobilizações contra a criação do Sindicato dos Trabalhadores da

O manifesto chamou a entidade representativa de “sindicato fantasma”, repudiando a interferência da Delegacia Regional do Trabalho no processo de organização dos trabalhadores que buscavam o livre direito à sindicalização. As entidades que assinaram o protesto se comprometiam em realizar assembleias em seus respectivos sindicatos com o objetivo de denunciar a ilegalidade do Sindicato da Indústria Eletrônica.<sup>311</sup> De acordo com Stones, o desmembramento do Sindicato dos Metalúrgicos representava um “salto positivo, sendo desta forma, discutidos os problemas dos eletrônicos e não mais dos metalúrgicos”<sup>312</sup>. As bases, que se encontravam em franca expansão, tiveram a sua unidade estremecida, sobretudo, do ponto de vista legal. O momento exigiu radicalidade e necessidade de luta por reconhecimento, projetando na dimensão da representatividade da chapa *Puxirum*, a potência do movimento operário dentro Distrito.

Diante dos fatos, Ricardo Moraes entrou com um mandado de segurança, impetrado no dia 14 de julho na Justiça Federal, contra a Delegacia Regional do Trabalho do Amazonas, por ter autorizado a investidura sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Eletrônica, pelo qual foi concedida liminar no dia 25 de julho, determinado a suspensão da eleição para a diretoria e de todos os atos do sindicato.<sup>313</sup> Entretanto, o mandado de segurando foi anulado no dia 31 de agosto. No centro desse impasse estava a ocorrência da Convenção Coletiva daquele ano.<sup>314</sup> Como não houve consenso, prevaleceu o acordo firmado em 1983, ainda na gestão de Francisco Vieira. O Tribunal Regional do Trabalho reconheceu a legalidade do Sindicato dos Metalúrgicos como legítimo representante da categoria, no entanto, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Eletrônica se recusava a aceitar, impetrando diversos recursos. Mesmo com o processo em tramitação na Justiça Federal, foi celebrado o acordo na Convenção Coletiva

---

Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Similares de Manaus” – outubro de 1984, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 03.

<sup>311</sup> Jornal *A Crítica*, 19 de julho de 1984, p. 04.

<sup>312</sup> Jornal *A Notícia*, 30 de julho de 1984, p. 07.

<sup>313</sup> As eleições para compor a diretoria Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Similares de Manaus era necessário para deliberar o pedido de reconhecimento do sindicato, assim como para a aprovação de seu estatuto e a escolha dos conselheiros fiscais e seus suplentes. *Jornal do Commercio*, 15 de julho de 1984, p. 04.

<sup>314</sup> Convém salientar que conforme a Consolidação das Leis do Trabalho - (CLT), Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967). Informações retiradas do site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)

entre a classe patronal e o Sindicato dos Metalúrgico, tendo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Eletrônica que acatar a decisão.<sup>315</sup>

Em um dos mandados de segurança enviados ao Ministério do Trabalho, o Sindicato dos Metalúrgicos alegou que, além das irregularidades cometidas para se institucionalizar o novo sindicato – como falsas assembleias, relações fraudulentas de associados, ausência de representatividade de 1/3 da categoria e descumprimento dos prazos para os recursos –, o sindicato se viu prejudicado pelo esvaziamento de 80% dos associados em detrimento da dual representação da categoria. Além disso, foi argumentado que houve um dano incalculável nas verbas correspondentes às mensalidades e à contribuição sindical, exigindo imediata extinção do sindicato.

Reafirmando a ilegalidade do novo sindicato com base na Consolidação das Leis Trabalhistas, art. 516<sup>316</sup>, o Sindicato dos Metalúrgico entrou com nova liminar na Justiça Federal, protocolado no dia 10 de setembro de 1984, obtendo parecer favorável no dia 28 do mesmo mês, impedindo a representatividade do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Similares de Manaus, junto à categoria. O sindicato tentou anular a decisão por diversas vezes, recursos que foram indeferidos em todas as instâncias da justiça. Diante da constatação de ilegalidade, o Ministério do Trabalho cassou a carta sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Similares de Manaus, no dia 04 de fevereiro de 1985<sup>317</sup>, ficando o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico de Manaus, como o único representante dos metalúrgicos no Distrito Industrial de Manaus. Considerando a legitimidade do sindicato, o Tribunal Regional do Trabalho arquivou o processo por ausência de amparo legal somente no dia 30 de maio de 1986.

Desta forma, a batalha judicial empregada por ambos os sindicatos foi, sobretudo, uma batalha interna. Tal disputa pelo poder converteu a justiça em um campo de guerra de sucessivas liminares e mandados de segurança. O processo prolongou-se até meados de 1985, o que levou a nova diretoria a empenhar-se impreterivelmente no primeiro ano

---

<sup>315</sup> A Convenção Coletiva de 1984, possuía 30 cláusulas que versavam além das questões salariais, sobre admissões após a data-base, abono emergencial, uniformes, promoções, horas-extras, creche, atestado médico, contribuição assistencial, dentre outras pautas de reivindicação. Processo TRT N° DC03/84. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11.

<sup>316</sup> De acordo com a CLT: art. 516 “Não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional liberal em uma dada base territorial”.

<sup>317</sup> Processo TRT N° DC03/84. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p.148.

de mandato, a defender a licitude de sua representação perante a lei. A intervenção da justiça nesta conjuntura implicou em um certo entrave ao fortalecimento organizativo da classe trabalhadora metalúrgica, sobretudo, após um árduo trabalho para assumir o Sindicato dos Metalúrgicos. Mesmo diante de tantos conflitos e divergências, o mérito dos trabalhadores é inquestionável, indicando o amadurecimento do operariado metalúrgico e no ímpeto em romper com o sindicalismo assistencialista e corporativista. Superada essa etapa singular, os trabalhadores se encaminhavam para experimentar os primeiros embates da luta operária dentro do Distrito Industrial de Manaus.

## **2.2 – A greve dos 850: a investida metalúrgica na empresa Sanyo e os itinerários da luta sindical em Manaus**

Como discutimos anteriormente, embora o retardo em assumir definitivamente o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas tenha prejudicado o processo de fortalecimento do movimento operário após as eleições sindicais de 1984, os metalúrgicos do Distrito Industrial de Manaus necessitavam se mobilizar em torno do sindicato, mantendo o compromisso de luta com a classe trabalhadora, dando à nova diretoria a primazia legal para reafirmar os direitos de seus associados. Após uma acirrada disputa, em um momento de “mobilização-desmobilização”<sup>318</sup> e reorganização a partir de 1985, o eixo da categoria metalúrgica esteve voltado para as campanhas salariais, calcado em estudos que tiveram como base os reajustes que consideravam a queda do poder aquisitivo do trabalhador amazonense, marcada por um contexto de profunda crise econômica e abertura política. Para Marco Aurélio Santana, a política salarial a nível nacional serviu de faísca para um “estopim já curto que levaria a classe trabalhadora, sob a pressão do arrocho, de relações de trabalho autoritárias e indignas, da falta de liberdade política a entrar em combustão, fazendo incandescer todo o corpo social”<sup>319</sup>. Para o autor, essa política favoreceu o

---

<sup>318</sup> A esse momento de “mobilização-desmobilização”, me refiro a configuração posta a classe trabalhadora do Distrito Industrial desde os primeiros procedimentos de mobilização – a partir da Pastoral Operária – ainda no início da década de 1980 e de retomada do Sindicato dos Metalúrgicos com a chapa Puxirum e posteriormente no enfrentamento com a antiga diretoria para garantir a legitimidade de sua representação. Entendo esse momento como decisivo para o operariado metalúrgico, inclusive destacando a estratégia sindical desses trabalhadores no seio desses conflitos. Neste sentido, a ofensiva dos antigos dirigentes do sindicato, não esmoreceu o ânimo dos metalúrgicos, revelando momentos de construção da identidade da categoria e da classe operária.

<sup>319</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Classe trabalhadora, confronto político e democracia: o ciclo de greves do abc paulista e os desafios do sindicalismo atual*. Revista Lua Nova, São Paulo, 104: 19-65, 2018, p. 20.

questionamento de pilares importantes do sistema fabril – trabalhadores, patronato e Estado – e das relações de trabalho, regidos por demandas econômicas, políticas e sociais.

Nesta linha, Eder Sader, ao analisar os mecanismos políticos instituídos nos movimentos sociais – em especial, do movimento operário –, destaca que “os fatores que aceleraram essa crise, apontam para um sentido de transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política”<sup>320</sup>. Como o próprio autor sugere, a ascensão de “novos atores” constituiu a experiência coletiva dos trabalhadores. Tanto Santana como Sader concordam que essas práticas contestatórias garantiram à classe trabalhadora uma alternativa fundamental de representação e de encaminhamentos de demandas. Ao discutir o caráter reativo do movimento sindical e as instabilidades frente às conjunturas econômicas, Eduardo Noronha aponta para as transformações ocorridas na década de 1980, sobretudo, o contínuo crescimento do movimento grevista. O autor argumenta que os conflitos trabalhistas acompanharam o processo de transição democrática, revelando padrões diferenciados nos setores públicos e privados.

Segundo Noronha, no setor industrial, após uma resistência inicial, as greves passaram a ser vistas por “parcelas do empresariado como elemento natural de conflito e das negociações coletivas e acordos muitas vezes abandonaram as leis salariais federais restritivas como forma de adaptação aos surtos inflacionários<sup>321</sup>. Ao avaliar as relações entre os sindicatos, o governo e as estratégias de ação dos trabalhadores, Noronha traça a evolução dos conflitos trabalhistas desde 1964 até 1989. Aqui nos interessa abordar a partir de 1985, onde o movimento grevista se manteve em acentuado crescimento. Vale salientar que, no plano político-econômico, o Brasil encontrava-se impactado pela morte de Tancredo Neves e a passagem do governo para o vice, José Sarney, promovendo uma reorientação na conjuntura nacional. A “Nova República” se viu diante de uma forte aceleração inflacionária e estagnação econômica, afetando principalmente o setor industrial, sobretudo, pela desestabilização das políticas econômicas e da correção salarial que atingiu a grande massa da população.<sup>322</sup>

---

<sup>320</sup> SADER, Eder. Op. Cit., 1988, p. 313.

<sup>321</sup> NORONHA, Eduardo. Op. Cit, 1991, p. 101.

<sup>322</sup> Para compreender o contexto do movimento grevista nesse período é preciso de voltar-se para as questões econômicas. Embora fatores derivados de uma consciência de classe tenham sido decisivos para o crescimento das paralisações. Do ponto de vista das reivindicações, as perdas salariais foram as causas da maioria das paralizações em diversas categorias no Brasil, sobretudo, a partir de 1985, representando um marco no comportamento tanto de trabalhadores, como de empresários e do governo. A estratégia adotada através dos Planos Cruzados I e II, e posteriormente do Plano Bresser era reaquecer a economia ao mesmo

O achatamento nos salários teve um feito danoso na vida do trabalhador brasileiro, resultando neste período na intensificação das paralisações e dos conflitos. Observamos tais repercussões nas greves de diversas categorias apontadas no capítulo anterior. Ainda que os fatores econômicos tenham sido determinantes nessa conjuntura, não podemos ignorar o fato de que a classe trabalhadora já vinha de um processo gradual de mobilização e organização forjadas pelo sindicato. Partindo dessa perspectiva, Kátia Rodrigues Paranhos, ao analisar a identidade operária, em especial, dos metalúrgicos paulistas, estabeleceu que os enunciados do discurso sindical ocorreram nos chamados “lugares de luta”, que no entendimento da autora irrompeu nos sindicatos, nas fábricas, nas greves e na cidade.<sup>323</sup> Mesmo se referindo a um período antecedente à expansão grevista, nitidamente observada a partir de 1985, Paranhos argumenta que o eixo da mobilização da categoria metalúrgica se deu via campanha salarial, reivindicando reajustes que consideravam o custo de vida do trabalhador. Entretanto a Justiça do Trabalho geralmente se amparava nos índices oficiais do governo. Além disso, “o esforço de mobilização nas campanhas gerais e na própria exploração de possibilidades legais, constituíram em um leque precioso de reforçar os laços entre sindicato e a base operária”<sup>324</sup>. Tal circunstância se assemelhou ao que ocorreu no Distrito Industrial em março de 1985, na greve dos 850<sup>325</sup>, onde a empresa Sanyo entra em embate com o sindicato patronal, dando início a investida grevista no setor industrial manauara.

---

tempo que continha a crise política e social (desemprego, congelamento de preços, queda do poder aquisitivo e evidente descontentamento de boa parcela da população). De acordo com a Revista do Instituto francamente desfavorável. Uma inflação mensal de 15% e impasses nas negociações da dívida externa marcam o período, que culmina com uma moratória no início de 1986. VER MARANGONI, Gilberto. *Anos 80: década perdida ou ganha*. Revista de informações de debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Edição 72, Ano 9, 2012. Neste sentido, Eduardo Noronha ao analisar tais impactos nos trabalhadores da indústria (metalúrgicos), o autor aponta para um crescimento de 22, 1% (1985) e 30,6% (1986) no número de greves de setores de grande porte. Sobre a análise desses indicadores VER NORONHA, Eduardo. *A explosão das greves na década de 80*. In. BOITO, Armando. (Org). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Para uma análise do pacto social deste período, VER ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (Org). *Pacto Social na Nova República*. In: Mercado de Trabalho Brasileiro – Estrutura e Conjuntura, MTb – Instituto de Economia Industrial – UFRJ, 1978.

<sup>323</sup> Mesmo Kátia Paranhos se referindo ao discurso sindical dos metalúrgicos de São Bernardo de 1971-1982, a autora enfatiza o desenvolvimento de estratégias de luta e de organização como decisivos nos enunciados e na força do dinamismo imagéticos, de múltiplas figuras que compõem, segundo Paranhos, o mosaico operário. Esse movimento é importante para compreender a ação dos metalúrgicos nos anos seguintes e nos passos dado pela categoria em busca de autonomia sindical. VER PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982)*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

<sup>324</sup> PARANHOS, Kátia Rodrigues. Op. Cit., 2011, p. 66.

<sup>325</sup> Utilizo o termo “greve dos 850” para designar a greve na empresa Sanyo, fazendo referência as manchetes veiculadas no jornal *A Crítica* que destacou que mais de 850 operários haviam paralisado suas

Envolto nesse cenário de crise e instabilidade econômica, o desafio dos metalúrgicos era recompor-se enquanto categoria. Superada a crise interna no Sindicato dos Metalúrgicos, o trabalho de renovação da recém-empossada diretoria foi afetado na greve da Sanyo. Composto o setor de eletroeletrônico, a japonesa Sanyo da Amazônia Ltda<sup>326</sup> esteve entre as primeiras empresas instaladas no Distrito Industrial em meados da década de 1970. Em 1985, a Sanyo se viu envolvida em uma das principais mobilizações operárias até então registradas. De acordo com o jornal *A Crítica*, “a empresa estava sendo denunciada por promover os funcionários, mas não os seus salários. Além disso, estavam pagando menos que outras multinacionais do ramo”<sup>327</sup>. A greve teve início às 9:00 do dia 25 de março, registrando a adesão de mais de 850 operários. Entre as principais reivindicações estavam o aumento real de 120%, equiparação salarial, estabilidade de um ano e reajuste nos salários após as promoções. Mesmo sob forte tensão, a diretoria da empresa se recusou a negociar em um primeiro momento, negando a presença da comissão formada por funcionários e diretores do Sindicato dos Metalúrgicos no interior da fábrica.<sup>328</sup>

Segundo Carlos Lacerda, diretor do sindicato e técnico na empresa, “a gota d’água que deflagrou a greve foi a equiparação salarial. A Sanyo paga o menor salário do Distrito Industrial, principalmente da mão de obra especializada”<sup>329</sup>. De acordo com as denúncias apontadas nos jornais, esses problemas vinham ocorrendo há vários meses. A comissão de negociação apontava que a Sanyo optava por contratar mão de obra especializada fora de Manaus a ter que aumentar os salários daqueles que já compunham o quadro de funcionários. Ao expor a situação da empresa, um dos operários em greve destaca que “existem companheiros que foram promovidos a mais de um ano como chefe de linha e continua ganhando como montador”<sup>330</sup>. Além do aumento real de 120%, uma das pautas mais importante das reivindicações era estabilidade no emprego, tendo em vista que desde

---

atividades em março de 1985. Outros jornais como o *A Notícia* e o *Jornal do Commercio* também deram notoriedade ao movimento grevista. *Jornal A Crítica*, 26 de março de 1985.

<sup>326</sup> A Sanyo da Amazônia Ltda foi fundada no dia 20 de dezembro de 1972, atuando na fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo. Foi integrada ao grupo Panasonic do Brasil Ltda em 02 de abril de 2012. Informações retiradas de <http://www.sanyo.com.br/>

<sup>327</sup> *Jornal A Crítica*, 01 de abril de 1985, p. 07.

<sup>328</sup> A comissão de negociação era formada pelo presidente dos metalúrgicos, Ricardo Moraes, o vice, Simão Pessoa, o secretário da CUT-AM, Adonay Sabba e os funcionários da Sanyo, Elias Sereno, Silvestre Paiva, Carlos Lacerda, Renato Ferreira, Osorio Lazaro e Marcos Barros.

<sup>329</sup> *Jornal A Crítica*, 26 de março de 1985, p. 07.

<sup>330</sup> *Idem*, p. 07.

as primeiras horas da greve, as ameaças de demissões foram constantes, causando preocupação entre os trabalhadores.

Ao paralisar as atividades, os trabalhadores permaneceram na área externa da Sanyo, se recusando a deixar o local enquanto a empresa não se manifestasse publicamente. A primeira tratativa com o sindicato ocorreu apenas no final do dia 25 de março, onde o presidente da Sanyo em Manaus, Felliciano Hasegawa, alegou ser impossível naquele momento conceder qualquer aumento salarial ou atender às demais reivindicações considerando as dificuldades financeiras que a empresa vinha enfrentando. O presidente da empresa ainda salientou que o primeiro dia de greve causou um prejuízo de 400 milhões de cruzeiros.<sup>331</sup> Além da justificativa de crise, a Sanyo também declarou que o Sindicato dos Metalúrgicos estava descumprindo o acordo salarial realizado no início de 1985.<sup>332</sup> Após a negativa, os trabalhadores decidiram em assembleia permanecer em greve e seguir em direção à sede do sindicato para deliberar os próximos encaminhamentos. Era a primeira vez que a Sanyo registrava uma paralisação de tal porte.

No segundo dia de greve, não houve avanços. Conforme articulado pelo sindicato, os trabalhadores adentraram a empresa, mas se recusaram a trabalhar, ocupando novamente a área externa. Mesmo paralisados, a Sanyo serviu a alimentação normalmente, colocando os ônibus à disposição dos trabalhadores, ainda que houvesse clara rejeição em negociar diretamente com os grevistas. Sob um forte discurso de união e resistência, o presidente dos metalúrgicos, Ricardo Moraes, garantiu que todos os passos das negociações seriam transmitidos com lisura e responsabilidade aos trabalhadores e que nenhuma decisão seria tomada sem ampla discussão. No dia 27 de março, o terceiro dia paralisação alcança uma enorme proporção, conquistando o apoio de outras categorias e entidades importantes, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM). A exemplo da Sanyo, as empresas Moto Honda e Springer ensaiaram uma paralisação em solidariedade aos operários em greve. O temor da classe patronal era que a “greve dos 850” pudesse espalhar-se por outras empresas. Com isso, interromperam o fornecimento de alimentação, em uma tentativa de forçar os grevistas a retornar ao trabalho. Em resposta, entidades, sindicatos, movimento estudantis, a Igreja e a sociedade

---

<sup>331</sup> Idem, p. 07.

<sup>332</sup> Com a disputa entre o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Similares de Manaus, ambos os sindicatos celebraram uma Convenção Coletiva em 11 de fevereiro de 1985, com vigência de 6 meses e teria duração até o dia 31 de julho de 1985.

civil se uniram para organizar um fundo de greve para cobrir eventuais despesas e um possível prolongamento do movimento paredista.<sup>333</sup> Ao ser questionado pela imprensa acerca da intransigência da diretoria da Sanyo, Ricardo Moraes destacou que, se fosse convocada uma paralisação geral no Distrito Industrial, certamente haveria uma expressiva anuência das empresas, mas que a princípio não era o intento dos grevistas.

Embora o movimento tenha transcorrido sem nenhum incidente, a Polícia Militar acompanhou de perto o movimento grevista. A irredutibilidade dos operários foi destaque nos jornais locais. O jornal *A Crítica* chegou a frisar que “Os trabalhadores só ouviam o sindicato”<sup>334</sup>, obedecendo as ordens dos líderes sindicais, principalmente do Ricardo Moraes. Como permaneceram irredutíveis, a diretoria da Sanyo recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho com o objetivo de decretar a ilegalidade da greve. Em resposta, o líder dos metalúrgicos retrucou dizendo que “ilegal era o salário pago pela Sanyo. E não vamos aceitar os patrões jogando os trabalhadores contra a opinião pública”<sup>335</sup>. Foi possível observar na grande imprensa, o empenho em deslegitimar a greve da Sanyo, situando por diversas vezes, os trabalhadores como agitadores influenciados pelo sindicato.

A partir dessa perspectiva, devemos recordar que, empenhado em unificar a categoria, o Sindicato dos Metalúrgicos esteve à frente das negociações desde as primeiras horas da greve, embora a iniciativa tenha partido impreterivelmente dos operários da Sanyo. É preciso salientar que o sindicato assumiu a dianteira do movimento, desafiando o empresariado local e pondo em prática a importância do “fazer-se classe”<sup>336</sup>. Retomando a análise de Paranhos acerca do discurso sindical metalúrgico, a autora focaliza na ação de vanguarda do sindicato como diretamente ligado à força organizativa dos trabalhadores, reforçando a imagem do sindicato como lugar de discurso e a fábrica como prática.<sup>337</sup> Neste sentido, concordamos que essa representação significou o afu-

---

<sup>333</sup> Estiveram presentes na organização do fundo de greve: Oposição Sindical dos Vidros e Cristais, Pastoral Operária, Comissão Indigenista Missionária – (CIMI), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – (CNBB), União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas – (UESA), Central Única dos Trabalhadores – (CUT), Sindicato dos Assistentes Sociais, *Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM)*. Além disso, foram arrecadados donativos que foram recolhidos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Todas as entidades envolvidas pediram sensibilidade da população, alertando para a importância da greve da Sanyo. *Jornal A Crítica*, 27 de março de 1985, p. 07.

<sup>334</sup> *Jornal A Crítica*, 27 de março de 1985, p. 07.

<sup>335</sup> *Idem*, p. 07.

<sup>336</sup> A compreensão do “fazer-se classe”, analisado por Edward P. Thompson, no prefácio da *Formação da Classe Operária Inglesa I* foi discutido no primeiro capítulo.

<sup>337</sup> PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Op. Cit.*, 2011, p. 82.

nilamento nas relações entre as fábricas e o sindicato, no qual os trabalhadores puderam buscar soluções coletivas para os impasses cotidianos, tornando-se um recurso de orientação e defesa legal. Notamos esse esforço de aproximação a partir da greve da Sanyo.

Diante da ausência de diálogo entre a diretoria da Sanyo e o Sindicato dos Metalúrgicos, as negociações passaram a ser mediadas pela Delegacia Regional do Trabalho juntamente com os representantes do governo do Amazonas, José Cardoso Dutra, e do Sindicato Patronal, Fernando Bomfim. Em audiência de conciliação ainda no dia 27 de março, a Sanyo, mesmo após sucessivas alegações de dificuldades financeiras e adotando uma postura rígida, se comprometeu em conceder a todos os funcionários estabilidade temporária de 5 meses, a efetivar a promoção dos servidores após o período de experiência e propôs a criação de uma comissão paritária, constituída por 3 membros tanto do sindicato dos metalúrgicos como do sindicato patronal, para estudar a situação financeira e a política salarial da Sanyo e das demais empresas do Distrito Industrial com a finalidade de equiparar os salários. Também houve o compromisso em reajustar os vencimentos de calibradores, reservas e revisores. Entretanto, o aumento de 120%, uma das principais reivindicações, sequer foi cogitado pela diretoria da Sanyo.

A proposta foi levada aos trabalhadores e foi veementemente negada. E, por unanimidade, foi decidida pela continuidade da greve. Com os ânimos acalorados, a assembleia encerrou sob os gritos de “120% já”<sup>338</sup>. O vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Simão Pessoa, ao manifestar apoio à decisão dos grevistas, ressaltou que “até onde nós poderemos aguentar essa briga? Isso é importante de ser colocado, pois o crescimento do Sindicalismo no Amazonas está nas mãos de vocês”<sup>339</sup>. Nessa fala do sindicalista, notamos que, apesar do apoio aos trabalhadores da Sanyo, havia uma preocupação com o prolongamento da greve e com os possíveis riscos de demissões posteriormente. Mesmo sem uma definição e cedendo a pressões, alguns trabalhadores abandonaram o movimento e retornaram ao trabalho, mas em número insuficiente para dar pleno funcionamento à Sanyo. Entretanto, esse regresso começou a preocupar a comissão à frente das negociações, temendo a possibilidade de esvaziamento

---

<sup>338</sup> *Jornal A Crítica*, 28 de março de 1985, p. 07.

<sup>339</sup> *Idem*, p. 07.

do movimento. Mesmo mantendo o ímpeto de resistência, a greve dos 850 começou a dar sinais de esgotamento.

Em nova audiência no dia 28 de março, quarto dia de greve, sem obter avanços significativos e sem lograr êxito nas principais reivindicações, o Sindicato dos Metalúrgicos aceitou levar a proposta obtida no dia anterior novamente para apreciação dos grevistas. Considerando a possibilidade de decretação da ilegalidade da greve, acarretando prisões e repressão de todos os níveis, a maioria dos trabalhadores optou por aprovar o acordo. Ao jornal *A Crítica*, um dos membros da comissão destacou que a reunião de conciliação teve momentos de exaltação e elevado nível de tensão, mas que o bom senso prevaleceu dadas as circunstâncias. Com o desfecho, os grevistas se comprometeram em repor os dias parados, mediante um cronograma elaborado, em comum acordo, entre os operários e diretores da empresa.<sup>340</sup>

Para José Dutra, mediador e representante do governo do Amazonas nas negociações, o amadurecimento de ambos os sindicatos e da própria mobilização dos trabalhadores pôde ser comprovado durante a greve na Sanyo, preservando o interesse dos envolvidos. Mesmo desagradando uma parcela dos trabalhadores, a conquista da instabilidade no emprego de 5 meses, efetivação das promoções e promessa de equiparação salarial foi considerada uma “conquista para o operariado da Sanyo”, nas palavras de Ricardo Moraes. A comissão de negociação ponderou que, “mesmo sem obter 100% das reivindicações, a experiência adquirida foi o mais importante. Foi na verdade, uma vitória política”<sup>341</sup>.

Com a ampla repercussão, o fim da greve foi anunciado pelo presidente dos metalúrgicos na Assembleia Legislativa do Amazonas no dia de 29 de março. Contando com a presença de alguns membros da comissão de negociação, o comunicado provocou um extenso debate político sobre o sindicalismo brasileiro e a relação entre capital e trabalho. A discussão girou em torno principalmente das condições de trabalho oferecidas aos operários do Distrito Industrial e da legitimidade da greve enquanto dispositivo de contestação. Alguns parlamentares, como João Pedro, Waldir Barros e Enéas Gonçalves, endossaram o discurso de apoio aos operários da Sanyo, repudiando o tratamento dado pela diretoria da empresa nos dias de paralisação. A manifestação mais efusiva partiu do

---

<sup>340</sup> Processo TRT N° DC05/85. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 26.

<sup>341</sup> Jornal *A Crítica*, 29 de março de 1985, p. 07.

deputado Felix Valois Coelho, que atribuiu a greve ao momento de crise no Brasil, condenando totalmente a atitude dos trabalhadores e se solidarizando com a Sanyo.<sup>342</sup>

Ao rememorar a greve da Sanyo, Ricardo Moraes reforçou que “esse episódio apesar do resultado, inaugurou realmente o movimento sindical no Distrito, por que foi a primeira vez que nos sentamos numa mesa de negociação”<sup>343</sup>. Pensamento semelhante é apresentado por Elson Melo, um dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos. Para ele, “a Sanyo foi um aprendizado. A eleição foi importante para conseguirmos o aparelho do sindicato, mas aquela greve foi um laboratório. Pudemos avaliar, qual era a nossa fragilidade e deficiência, mas também o nosso nível de preparo e organização”<sup>344</sup>. Embora de maneira parcial, essa vitória representou a inserção dos trabalhadores nos espaços de negociação, ainda que modestamente. Como primeira experiência, o saldo foi positivo e se ajustou conforme o operariado foi adquirindo maturidade e vivência sindical.

Após o retorno ao trabalho, a comissão paritária responsável por analisar a situação financeira da Sanyo se reuniu por algumas ocasiões, conforme estabelecido no acordo que pôs fim à greve. Entre discussões e avaliações, a comissão chegou à conclusão de que a situação econômico-financeiro da Sanyo era de fato precária, impedindo-a de conceder qualquer aumento salarial além do estipulado na Convenção Coletiva. O Sindicato dos Metalúrgicos, por sua vez, duvidou da documentação apresentada pela diretoria da empresa, de modo que a expectativa de aumento salarial não foi solucionada, tendo ciência que tais problemas eram decorrentes de perda nas vendas, sem qualquer relação com o custo da mão de obra.<sup>345</sup> A partir da deflagração da greve da Sanyo foi possível observar a investida sistemática do Sindicato dos Metalúrgicos nas demais empresas do Distrito Industrial, insistindo na participação dos trabalhadores nas assembleias e, ao mesmo tempo, promovendo pressões sobre o patronato. As atenções se voltaram principalmente para as empresas de grande porte, como a Gradiente, Moto Honda, Sharp, Evadin e Philips. Através de panfletagens e comícios relâmpagos dia-

---

<sup>342</sup> Idem, p. 05.

<sup>343</sup> Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 04 de fevereiro de 2021, p. 03.

<sup>344</sup> Entrevista com Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 13 de abril de 2019, p. 04.

<sup>345</sup> Documento intitulado “Atividade do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos em Manaus/AM (1985)”, encontrado no arquivo da Pastoral Operária, p. 03.

riamente na porta das fábricas, o sindicato já sugeria a possibilidade de paralisação geral entre os metalúrgicos em Manaus.<sup>346</sup>

Ainda descontentes com o desfecho da greve de março, os operários da Sanyo voltaram a paralisar suas atividades no dia 07 de maio. Dessa vez, apenas por um dia. A principal reivindicação retomava a questão salarial, questionando a veracidade de crise financeira e buscavam impedir o remanejamento para outra unidade da empresa de onze trabalhadores que tiveram papel de destaque na greve de março. Em resposta a esse breve rompimento, a Sanyo decidiu descontar as horas paradas. Com o intuito de evitar uma nova greve, no dia 27 de maio, a Delegacia Regional do Trabalho decidiu reunir os representantes do sindicato patronal e do sindicato dos metalúrgicos para entrarem em um consenso, entretanto, a audiência não obteve o êxito desejado<sup>347</sup>. Na verdade, essa intensa movimentação do sindicato teve como propósito, chamar a atenção dos setores eletroeletrônicos para a proximidade das negociações da Convenção Coletiva previstas para o mês de julho de 1985. Entre as reivindicações a serem solicitadas, estavam a criação das comissões de fábrica, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e o aumento do piso salarial da categoria. Apesar da influência exercida por Ricardo Moraes junto à categoria, o sindicato patronal considerava improváveis as chances de paralisação total em caso de conflito entre as partes, embora não descartasse tal possibilidade, considerando a nova postura adotada pelos trabalhadores diante das negociações e dos acordos firmados.

Através da documentação analisada, notamos a exímia habilidade do sindicato na mobilização do operariado do Distrito Industrial, surpreendendo o sindicato patronal habituado a não ter suas contrapropostas contestadas. Essas primeiras iniciativas se concentraram no reconhecimento da greve como um direito legítimo do trabalhador, dando-lhe a prerrogativa de negociar diretamente com o empregador. Tais manifestações representaram um marco para a regulação laboral dos metalúrgicos em Manaus, instituindo proteções e garantias mais amplas ao operariado, fortalecendo o diálogo com as bases e reforçando o compromisso de luta com a categoria. Somados a experiência da Sanyo como precursora do movimento grevista e na disposição do Sindicato dos Meta-

---

<sup>346</sup> Idem, p. 04.

<sup>347</sup> Mesmo em condições arbitrárias, a Sanyo manteve o desconto das horas de paralisação sem que o Sindicato dos Metalúrgicos conseguisse reverter a situação. Sem acordo na Delegacia Regional do Trabalho, os trabalhadores se viram novamente prejudicados. Apenas a decisão de remanejar os principais líderes da greve de março foi reconsiderada.

lúrgicos em mobilizar os setores de eletroeletrônico, o Distrito Industrial enfrentaria, ainda em meados de 1985, uma das maiores greves registrada nas últimas décadas. Seus desdobramentos, avanços e recuos é o que veremos a seguir.

### 2.3 – Os metalúrgicos na Justiça do Trabalho: a greve geral de 1985

A redemocratização esteve longe de significar o fim dos entraves à luta operária, mas certamente foi um dos períodos de maior mobilização do movimento sindical e operário brasileiro. Partindo desta perspectiva, Ângela de Castro Gomes, ao analisar a questão social e historiográfica no pós-1980, evidencia a existência de um movimento mais dinâmico e complexo que “se relaciona com o empresariado, com os partidos políticos e com setores da burocracia governamental, além, é claro, da Justiça do Trabalho”<sup>348</sup>. Como vimos anteriormente, a luta por direitos atuou “por dentro” da organização sindical, utilizando a legislação trabalhista como mecanismo de combate à exploração e a deflagração da greve como um direito fundamental,<sup>349</sup> superando as limitações de representação sindical nos locais de trabalho. Nesse viés, Alexandre Fortes ao discutir as transformações na estrutura sindical, ressaltou que a “política sindical passava, cada vez mais, a ecoar nas lutas de base, abandonando o colaboracionismo e assumindo a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores.”<sup>350</sup> No caso dos metalúrgicos em Manaus, a luta por melhores condições de trabalho foi o fio condutor do movimento grevista no Distrito Industrial. Encerrados os conflitos internos pelo controle do Sindicato dos Metalúrgicos, como já discutido anterior-

---

<sup>348</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157-186, jul.-dez. 2004, p. 182.

<sup>349</sup> Ao analisar a deflagração das greves no Distrito Industrial a partir das condições de trabalho é possível nos remetemos a “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, discutida por Edward P. Thompson em *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. O autor através de configurações sociais, procurou compreender as noções de direito articulado à economia de livre mercado do século XIX. Por meio dos motins de fome na Inglaterra do século XVII, Thompson procurou compreender a ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros. Os motins apontados pelo autor, destacam a insurreição popular estabelecidas a partir da espontaneidade, consideradas pelas autoridades uma calamidade que deveria ser eliminada logo nos primeiros estágios como medida de prevenção. O intuito de Thompson era examinar o protesto social derivado de um consenso a respeito da economia moral de bem-estar público. Mesmo em outro contexto, tais considerações se assemelham as ações de resistência e mobilização dos trabalhadores do Distrito Industrial, nos quais culminaram as greves gerais de 1985 e 1986, nos permitindo avaliar o comportamento do operariado metalúrgico face a reorganização do sindicalismo no Amazonas. VER THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>350</sup> FORTES, Alexandre. *Reverendo a legalização dos sindicatos: Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)*. In: *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho / Alexandre Fortes*, Campinas, SP. Editora Unicamp, 1999, p. 22.

mente, a prioridade da diretoria se voltou para a campanha de sindicalização, interrompida ainda no início de 1984.

Especificamente nessa conjuntura, o crescimento nas taxas de sindicalização se constituiu em um forte indicador da capacidade organizativa dos trabalhadores e, de modo mais direto, da extensão do poder sindical. Ao relembrar esse processo, Ricardo Moraes destacou que

Organizamos a partir daí, a campanha de sindicalização. Que foi muito boa porque a gente fez forma mobilizatória. Que motivasse os trabalhadores a participar do sindicato e já se preparando para a campanha salarial que vinha logo em seguida. Nós conseguimos organizar a campanha com todos os segmentos da categoria.<sup>351</sup>

Recordação semelhante é apontada por Elias Sereno de Souza, trabalhador da empresa Philips e ex-dirigente do sindicato. Para ele, a presença do sindicato na porta das fábricas foi essencial para se reaproximar da base. A campanha de sindicalização de 1985 entusiasmou o trabalhador e, portanto, “deu um impulso, foi um negócio diferente. Apesar de ter espaço para entrar na fábrica para fazer sindicalização, nós preferimos ficar fora da empresa. Chamava mais atenção.”<sup>352</sup> É importante frisar que a estratégia adotada pelo sindicato consistiu na fixação de faixas na frente das empresas, na distribuição de boletins informativos e na contínua presença no Distrito. Ao fim do expediente, o operário recebia uma ficha-modelo que deveria ser preenchida e posteriormente recolhida por um representante do sindicato.<sup>353</sup> Acerca deste processo, Elias Sereno relembra que :

A carteirinha de sindicalização era entregue na porta das fábricas, sem a necessidade de ter que se dirigir ao sindicato para se associar. Nisso foi um grande impulso na sindicalização dos companheiros metalúrgicos. Foi um grande salto quantitativo.<sup>354</sup>

A estimativa do sindicato era expandir o número de associados de 13 mil para 30 mil operários efetivamente sindicalizados. Foi instituído nesta campanha, um fundo de greve que serviria de sustentação dos movimentos grevistas que poderiam ser deflagrados pela categoria, a exemplo do que já havia ocorrido na

---

<sup>351</sup> Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 04 de fevereiro de 2021, p. 03.

<sup>352</sup> Entrevista com Elias Sereno de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 20 de fevereiro de 2021, p. 01.

<sup>353</sup> Documento “Campanha de Sindicalização – Sindicato dos Metalúrgicos/ Manaus-AM”, encontrado no arquivo da Pastoral Operária, p. 02.

<sup>354</sup> Entrevista com Elias Sereno de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 20 de fevereiro de 2021, p. 01.

Sanyo.<sup>355</sup> Como podemos observar, os metalúrgicos já se precavam para um possível enfrentamento com o patronato, reforçando o pacto de mobilização entre a base operária e o sindicato. No entanto, não devemos considerar que o aumento nas taxas de sindicalização significou necessariamente o aumento no número de greves no Distrito, mas evidenciou a inclusão e permanência dos trabalhadores no processo decisório. A partir de um contexto mais abrangente, Leôncio Martins Rodrigues compreende que “as taxas de sindicalização são um indicador, ainda que não o único, da força dos trabalhadores.”<sup>356</sup> Obviamente, este cenário favoreceu o sindicato, e em termos organizacionais, na expressão do descontentamento social e políticos dos trabalhadores.

Diante dessa conjuntura de insatisfação, as primeiras reuniões entre os metalúrgicos tiveram início ainda no mês de maio de 1985, se estendendo até junho do mesmo ano. Nesses encontros, foi discutida a formalização das reivindicações dos trabalhadores a serem negociadas na Convenção Coletiva. As negociações com a classe patronal começaram efetivamente no dia 15 de julho, no hotel Novotel. No boletim informativo distribuído aos operários denominado “Começam hoje as negociações”, foi reforçada a importância da comissão formada essencialmente por trabalhadores, composta naquela conjuntura por 3 diretores do sindicato e 5 operários da base, eleitos em Assembleia. A partir de uma linguagem acessível, o boletim apontou, por exemplo, que o salário-mínimo vigente era insuficiente para atender às necessidades do operariado metalúrgico, indicando o alto custo de vida em Manaus como um fator relevante a ser considerado no reajuste salarial da categoria. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIESSE), entre o período de 1983-1985, Manaus teve um aumento de 33,8% no custo de vida em comparação com outras regiões metropolitanas, o que levou, conseqüentemente, à redução do poder de compra do trabalhador manauara.<sup>357</sup>

---

<sup>355</sup> Documento intitulado “Campanha de Sindicalização – Sindicato dos Metalúrgicos/ Manaus-AM”, encontrado no arquivo da Pastoral Operária, p. 03.

<sup>356</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. O declínio das taxas de sindicalização: a década de 80. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 13 Nº36, p.1-31, 1998, p. 03.

<sup>357</sup> De acordo com os dados do DIESSE, o salário-mínimo vigente em 1985 era de Cr\$ 333. 120 e o piso da categoria metalúrgica era de 459.00, salário totalmente incompatível com altos índices inflacionários. Ainda segundo o DIESSE, o salário-mínimo que atenderia as necessidades do trabalhador brasileiro deveria ser por volta de Cr\$1.141.85. Tais informações foram expostas no boletim informativo, como forma de

Após a primeira rodada de negociações iniciada no dia de 15 de julho, houve, entre os dias 17, 18, 22, 24 e 26 do mesmo mês, exaustivas reuniões entre os representantes do Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas para discutir as 45 cláusulas de reivindicações contidas na Convenção Coletiva de 1985. A questão econômica foi o principal entrave durante as negociações. Além do alto custo de vida em Manaus, o sindicato declarou que as empresas no Distrito Industrial apresentavam boas condições financeiras, através de análise do balanço patrimonial de 37 empresas, no qual foi constatado um lucro de Cr\$ 281.9 bilhões, rebatendo o sindicato patronal que alegou veementemente, uma crise no setor metalúrgico e eletroeletrônico em Manaus. Contrariando tais informações, o sindicato apurou que as empresas lucraram 274,5% entre os anos de 1983 e 1984, enquanto os metalúrgicos sofriam duramente com as perdas salariais decorrentes, sobretudo, dos elevados índices inflacionários e do quadro de instabilidade econômica.<sup>358</sup>

A principal reivindicação dos trabalhadores era um reajuste salarial de 100% para toda a categoria e um aumento real de 20% e 30% variando conforme o quantitativo de funcionários por empresa. Além do pagamento de horas extras, promoções, creche para menores de 3 anos, redução da jornada de trabalho para 40 horas, garantia de emprego para as gestantes, terem assegurados o direito de organizarem comissões de fábrica em cada setor, limpeza nos locais de trabalho, alimentação e transporte adequados, eleições para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPAS), garantias sindicais, estabilidade no emprego e adicional de insalubridade foram algumas das demandas apresentadas pelos trabalhadores.<sup>359</sup>

Logo nas primeiras reuniões, o Sindicato dos Metalúrgicos alegou morosidade na condução das negociações, principalmente em relação ao sindicato patronal que pedia cautela para analisar as pautas de reivindicações em razão de sua

---

alertar os metalúrgicos para as disparidades concernentes ao piso salarial da categoria. Documento intitulado “Começam hoje as negociações” encontrado no arquivo da Pastoral Operária, p. 03.

<sup>358</sup> O detalhamento da situação financeira das 37 empresas citadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos foi anexado junto ao processo de Dissídio Coletivo TRT 08/85, encontrado no Centro de Memória da Justiça do Trabalho - CEMEJ/TRT11

<sup>359</sup> Demandas concernente a férias, um plano de carreira, assistência médica e odontológica, descanso semanal remunerado, treinamentos e desconto assistencial também foram pautas que compuseram as negociações. Processo de Dissídio Coletivo TRT 08/85, encontrado no Centro de Memória da Justiça do Trabalho - CEMEJ/TRT11, p. 16-34.

complexidade. Comparando a Convenção Coletiva de 1985 com a de 1984, que possuía 30 pautas de reivindicações, notamos uma ampliação de 15 cláusulas na convenção de 1985, versando principalmente sobre o quesito econômico, estabilidade, preocupação com a rotatividade e questões concernentes ao cotidiano laboral, como intervalos para repouso, alimentação e higiene nas empresas. Essas últimas pautas, como vimos no capítulo anterior, foram as principais causas das primeiras paralisações no Distrito Industrial. Conforme a análise das atas de reuniões entre os representantes dos sindicatos, até o dia 28 de julho, 30 cláusulas haviam sido aprovadas. No entanto, as tratativas no tocante ao aumento salarial da categoria pouco avançaram desde a primeira reunião ocorrida no dia 15, confirmando o caráter austero do patronato local.<sup>360</sup> Ao final de cada reunião, a comissão realizava uma Assembleia Geral na sede dos metalúrgicos para repassar aos trabalhadores o andamento das negociações, deliberando quais procedimentos seriam seguidos, caso a intransigência dos empresários persistisse.

A Assembleia do dia 26 de julho, por exemplo, contou com a presença de 2.000 trabalhadores, e pelo espaço limitado do auditório do sindicato, teve que ser realocada para a rua para comportar a todos. O próprio Ricardo Moraes se mostrou surpreso com a ampla participação e comprometimento dos metalúrgicos na discussão. Durante a leitura das reivindicações aprovadas, os trabalhadores contestaram as mudanças ocorridas em algumas cláusulas e se mostraram indignados com a recusa dos empresários em negociar as questões econômicas e sociais, considerando que haveria pouco tempo até a data-base da categoria, que estipulava o dia 1º de agosto como o período destinado à correção salarial. Ao dar continuidade à Assembleia, Ricardo Moraes chegou a declarar que os patrões não estavam levando a sério as reivindicações dos trabalhadores, sendo interrompido inúmeras vezes com pedidos de “Greve Já”.<sup>361</sup>

---

<sup>360</sup> Além do aumento salarial, questões como reajuste trimestral, 14º salário, estabilidade, redução da jornada para 40 horas, comissão de fábrica, descanso semanal remunerado, dias pontes (ponto facultativo), garantias sindicais, atribuição por função e experiência em função de nível elevado, foram as pautas consideradas inegociáveis para o sindicato patronal, encaminhando as negociações para uma possível paralisação como de fato aconteceu. Processo de Dissídio Coletivo TRT 08/85, encontrado no Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 106-114.

<sup>361</sup> Ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de julho de 1985, encontrada encontrado no Centro de Memória da Justiça do Trabalho - CEMEJ/TRT11, p.01-02.

Mesmo em clima de euforia, o representante dos metalúrgicos pediu cautela dos trabalhadores e alertando que tal decisão deveria ser considerada quando todos os recursos tivessem sido esgotados. É possível observar nas atas das assembleias a participação dos trabalhadores em discursos proferidos após a explanação da diretoria e da comissão de negociação. Nessas ocasiões, eram denunciados, além das péssimas condições de trabalho, os constantes ataques, as ameaças de demissões e a repressão direcionadas aos operários, assim como, a infiltração de membros do sindicato patronal nas assembleias. Como ainda estavam agendadas mais duas reuniões entre os representantes dos sindicatos, Ricardo Moraes propôs que se aguardasse até o dia 31 de julho e, caso não houvesse nenhuma contraproposta que atendesse às necessidades dos operários, todas as fábricas iriam paralisar suas atividades no dia 1º de agosto. A proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Como a possibilidade da greve ultrapassava os limites do discurso, os empresários ameaçaram suspender as negociações caso alguma fábrica efetivamente paralisasse.

Para demonstrar as perdas salariais dos últimos anos, o Sindicato dos Metalúrgicos apresentou um estudo minucioso em colaboração com o DIEESE acerca da situação salarial dos trabalhadores do setor industrial de Manaus.<sup>362</sup> Neste levantamento, foi incluída a distribuição de emprego e a média salarial por ramo econômico. O estudo analisou 63 empresas e concluiu que 90% da categoria metalúrgica recebia o menor salário em comparação a outros setores industriais e, desse percentual, 72% dos homens possuíam uma média salarial superior ao das mulheres.<sup>363</sup> Tais dados eram uma tentativa de reforçar aquilo que os trabalhadores já sabiam há muito tempo: os salários estavam defasados e necessitavam ser reajus-

---

<sup>362</sup> Os setores analisados foram: Metalúrgico, Mecânica, Material Elétrico-Eletrônico, Material de Transporte e Construção Naval.

<sup>363</sup> De acordo com o estudo, o ramo que apresentou a média salarial mais baixa foi a metalúrgica. Em março de 1985, o salário desse ramo era de Cr\$ 546.671. O salário mais alto constatado nesse levantamento foi no setor mecânico com Cr\$ 741.642. No setor eletrônico, onde se concentrava cerca de 80% da categoria industrial, a média salarial em 1985, não ultrapassava os Cr\$ 589.619. Em relação a distribuição da faixa salarial dos setores metalúrgicos e eletrônico, foi concluído que 50% destas categorias recebiam menos de 3 salários-mínimos, cerca de Cr\$ 499.680, segundo os dados do DIEESE. Em relação a distribuição salarial por sexo foi verificado que os homens tinham até março de 1985, um salário médio de Cr\$ 704.944, enquanto as mulheres recebiam Cr\$ 441.290. Também foram analisados, a distribuição de empregos por tamanho de empresa, concluindo-se que a maior parte dos trabalhadores do Distrito Industrial estavam empregados em empresas de grande porte, multinacionais ou líderes nacionais no mercado eletrônico de bens de consumo, que apresentavam capacidade econômico-financeira estável. Documento sobre a análise da situação salarial dos trabalhadores metalúrgicos e eletrônicos de Manaus, encontrado no Centro de Memória da Justiça do Trabalho - CEMEJ/TRT11, p. 134-146.

tados, principalmente após a análise do balanço patrimonial das empresas, que indicou alta rentabilidade nos anos de 1983 -1984. Alicerçado nos estudos sobre o aumento do custo de vida em Manaus, o Sindicato dos Metalúrgicos argumentou nas últimas reuniões ocorridas nos dias 29 e 31 de julho que o patronato do Distrito Industrial dispunha de condições para conceder o reajuste pleiteado pelos trabalhadores.

Em linhas gerais, o posicionamento do sindicato patronal se manteve irreduzível até a última reunião. Segundo o sindicato, a intenção dos empresários era pleitear o dissídio coletivo. A julgar pelo conteúdo das contrapropostas que balizaram o rumo das negociações, a tendência se encaminhou efetivamente para a deflagração da greve. Houve neste sentido um forte apelo do sindicato para a ampla participação dos trabalhadores, convocando-os a estarem presentes nas assembleias. Nos boletins informativos do sindicato, é possível observar que a greve como último recurso de reivindicação adquiria cada vez mais ímpeto entre a massa operária. Segundo o boletim denominado Alerta Geral, “os patrões só sabiam dizer NÃO. Agora a nossa resposta é uma só: GREVE”<sup>364</sup>. Apesar de tantos indícios, os empresários descartavam qualquer probabilidade de greve geral no Distrito Industrial.

Notando a eminência de greve, a Delegacia Regional do Trabalho, através do delegado Manoel Nogueira, se pronunciou pedindo bom senso, tanto dos empresários, como dos trabalhadores, pontuando que “a greve em nada iria contribuir para beneficiar o trabalhador e até que aquele momento, o setor metalúrgico havia conseguido conquistas importantes”<sup>365</sup>. Destacou ainda que a DRT-AM, estava à disposição para qualquer impasse. Observando a resistência operária, rapidamente os empresários mudaram o discurso, admitindo a possibilidade da greve, confirmando estarem preparados para tal eventualidade, ressaltado que “entendiam a necessidade de conquistas sociais, mas dentro daquilo que determinava o governo federal: a concessão de salários não pode ser feita de uma só vez, pois afetaria a economia”<sup>366</sup>. Segundo o representante do sindicato patronal, Fernando Bonfim, a greve acarretaria prejuízos ao Estado, às empresas e principalmente aos trabalhadores, que poderiam perder seus

---

<sup>364</sup> Documento intitulado “Alerta Geral”, encontrado no arquivo da Pastoral Operária, p. 03.

<sup>365</sup> *Jornal A Crítica*, 27 de julho de 1985, p. 07.

<sup>366</sup> *Jornal A Crítica*, 31 de julho de 1985, p. 07.

empregos. O temor dos empresários era que o Distrito Industrial se transformasse em um novo ABC Paulista.<sup>367</sup>

Em entrevista ao jornal *A Crítica*, Ricardo Moraes defendeu a legalidade das reivindicações, esclarecendo que, caso houvesse greve, as grandes empresas seriam as primeiras afetadas, como a Moto Honda, Evadin, Gradiente, Sharp e CCE. E que as demais, iriam paralisar em solidariedade, tendo em vista a própria situação de penúria dos trabalhadores. Ao ser questionado sobre a expectativa de contraproposta dos empresários e arriscando um prognóstico, o sindicalista afirmou que “não dá para fazer uma avaliação. Não sabemos se a contraproposta vai satisfazer os trabalhadores. Só saberemos quando a colocarmos em votação”<sup>368</sup>. Com a aproximação da assembleia que deliberaria pela deflagração ou não da greve, o sindicato intensificou sua presença na porta das fábricas, em atos relâmpagos que serviram de termômetro para avaliar o quão organizados estavam os trabalhadores para mobilizar toda a categoria metalúrgica.

Como o espaço do Sindicato dos Metalúrgicos tornou-se limitado para abrigar todos os trabalhadores, a Assembleia Geral Extraordinária que decidiu pela greve ocorreu no campo de recreação do Colégio Domingo Sávio, no dia 31 de julho de 1985. Conforme a ata da reunião, estiveram presentes mais de 7.000 operários, estimativa que poderia variar para 10.000 segundo alguns jornais locais. Segundo o líder dos metalúrgicos, Ricardo Moraes, o momento exigia moderação. Ao se dirigir aos operários, o sindicalista agradeceu o apoio da sociedade amazonense, de entidades sindicais e de partidos políticos, declarando que, no decorrer das negociações, os trabalhadores sofreram perseguições, ameaças e retaliações. Tais condutas, na avaliação da comissão, atrapalharam o processo democrático da Convenção Coletiva. Diante dessas intercorrências, o clamor pela greve ficou mais uníssono. Havia nesta conjuntura duas propostas a serem votadas: a primeira, determinava a deflagração da greve para o dia 01 de agosto, segunda-feira. E a segunda, a retomada da comissão à mesa de negociação. Por unanimidade foi a provada a primeira proposta.

Após o fim da Assembleia, foram formadas as comissões de fábricas responsáveis por traçar juntamente com o sindicato as estratégias para o primeiro dia de greve. Inicialmente, cada comissão foi composta por 5 pessoas que ficaram encarregadas de

---

<sup>367</sup> Jornal *A Crítica*, 30 de julho de 1985, p. 06.

<sup>368</sup> Jornal *A Crítica*, 31 de julho de 1985, p. 07.

repassar as informações pertinentes à paralisação aos demais trabalhadores. Ricardo Moraes recorda que a intenção era paralisar no máximo 5 empresas, as mais mobilizadas e atuantes naquela conjuntura, mas no primeiro dia, mais de 10 empresas interromperam as suas atividades, surpreendendo até mesmo as comissões de fábrica à frente do movimento.<sup>369</sup> Ao se referir à decisão dos trabalhadores de deflagrarem a greve, o jornal *A Crítica* chamou a atenção para o que denominou de “dia histórico” para o sindicalismo amazonense, ressaltando que “nunca em todo o movimento tantos trabalhadores foram às ruas reivindicar seus direitos”<sup>370</sup>. O jornal *A Notícia*, por outro lado, destacou que o impasse nas negociações ameaçava a sobrevivência das empresas, salientando que a contraproposta oferecida pelo sindicato patronal estava dentro dos limites do empresariado.<sup>371</sup> O discurso predominante era de manter a paz social, sem que se recorresse à greve para obter as reivindicações desejadas pela categoria metalúrgica. O *Jornal do Commercio* frisou que a falta de diálogo e a rigidez nas negociações foram os fatores determinantes para o desencadeamento da greve.<sup>372</sup>

Nas primeiras horas do dia 01 de agosto de 1985, cerca de 18 empresas responderam ao chamado do sindicato, somando um total de 12 mil trabalhadores de braços cruzados, causando perplexidade no sindicato patronal, que subestimava o movimento grevista. Segundo o jornal *A Crítica*, o objetivo naquele dia era paralisar a maior fábrica de eletrônica do Distrito Industrial, a Gradiente, e a maior multinacional da América Latina, a Sharp.<sup>373</sup> Mesmo com a presença da polícia, os grevistas permaneceram nas empresas de forma pacífica e até mesmo festiva. Ao sintetizar esse primeiro dia, Ricardo Moraes relembra que “eles pensavam que a gente ia quebrar as fábricas deles, mas tudo o que nós queríamos era quebrar a fome em que vivíamos.”<sup>374</sup> As empresas CCE, Semp Toshiba, Moto Honda, Evadin, Philips, Douglas, Springer, Caloi, Neo Life, Motorádio, Toko, Dismac, Digiplay, Eletrodar e Tecnocério foram as primeiras a paralisar no primeiro dia. Notando a ampla anuência dos trabalhadores, as comissões de fábrica se direcionaram para as grandes empresas que ainda não haviam aderido ao movimento, como a Gradiente, Philco e Sharp. As empresas que funcionaram par-

---

<sup>369</sup> Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 04 de fevereiro de 2021, p. 04.

<sup>370</sup> *Jornal A Crítica*, 01 de agosto de 1985, p. 02.

<sup>371</sup> *Jornal A Notícia*, 01 de agosto de 1985, p. 05.

<sup>372</sup> *Jornal do Commercio*, 01 de agosto de 1985, p. 04.

<sup>373</sup> *Jornal A Crítica*, 01 de agosto de 1985, p. 02.

<sup>374</sup> Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 04 de fevereiro de 2021, p. 03.

cialmente foram pressionadas duramente pelos grevistas, exigindo a liberação daqueles operários que desejavam participar da paralisação. Mesmo sem grandes incidentes, foi registrado um tumulto na Semp Toshiba, no qual foi denunciado que os supervisores estavam impedindo os trabalhadores de saírem das dependências da empresa, sendo necessária a intervenção do sindicato para retirá-los dos seus locais de trabalho e encaminhá-los junto aos grevistas.<sup>375</sup>

Para Elson Melo, esse primeiro dia foi memorável. Ele recorda que, ao se dirigir para a Moto Honda, os operários já se encontravam mobilizados. “Eles pararam a Honda, desceram a rua e por onde foram passando, as empresas iam parando. Mais tarde, nós o chamamos de o “Exército de Branco”, fazendo referência ao fardamento”.<sup>376</sup> Caso semelhante ocorreu na CCE: sem qualquer comando de greve, a empresa paralisou todos os setores. Tais acontecimentos nos sugerem que a greve foi um caso singular oriundo da massa operária, liderada por jovens trabalhadores e trabalhadoras que almejavam melhores condições de trabalho. Pela ausência de experiência, alguns erros foram cometidos nesse primeiro momento, a exemplo da falta de planejamento para abastecer os operários com água e comida durante a greve. Incidentes que logo foram resolvidos pelas comissões de fábrica que representaram a homogeneidade do movimento e o elo de comunicação direta com os trabalhadores.

Aguardando um posicionamento dos representantes do sindicato patronal e prevendo que a paralisação poderia se estender por mais alguns dias, o comando de greve decidiu organizar os trabalhadores em setores para facilitar a interlocução entre o sindicato e os grevistas. Os grupos se dividiram em equipes: de coordenação, de panfletagem, de som, de imprensa, de datilografia, de transportes, de alimentação e de hospedagem. Nessa divisão, os erros e acertos ficaram evidentes, sendo na medida do possível, corrigidos segundo as necessidades dos trabalhadores. Conforme a avaliação do setor de mobilização, a execução dessas funções apresentou falhas concernentes à falta de organização entre os setores, escassez de trabalhadores em determinadas atribuições, deficiência de comunicação com a comissão de negociação, informações desconstruídas que confundiram e muitas vezes atrapalharam o andamento da organização da greve, concentração excessiva de atividades sobre determinados diretores, carência de pla-

---

<sup>375</sup> *Jornal do Commercio*, 02 de agosto de 1985, p. 03.

<sup>376</sup> Entrevista com Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 13 de abril de 2019, p. 07.

nejamento para executar os encaminhamentos estabelecidos pelo sindicato, recursos financeiros escassos para cobrir todos os gastos e a ocorrência de muitos imprevistos que exigiram dos grevistas ponderação e sensatez para que não expusessem as suas fragilidades diante do patronato e nem travancassem as negociações já interrompidas.<sup>377</sup>

Mesmo diante dessas circunstâncias, os grevistas se mantiveram determinados, tendo o sindicato patronal que recorrer à Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Tal solicitação foi uma determinação do Ministro do Trabalho, Almir Paziannotto, a fim que se evitasse ir a julgamento na Justiça do Trabalho. Na presença de Ricardo Moraes e sob a mediação de Manoel Gomes Nogueira, delegado regional, Fernando Bomfim, representante do empresariado do Distrito Industrial assumiu apenas uma posição: somente voltariam a negociar se os operários retornassem ao trabalho. Perante esse contexto, a DRT propôs para ambos os sindicatos um piso salarial escalonado, o qual foi veementemente rejeitado.<sup>378</sup> Segundo Ricardo Moraes, a postura adotada pelos patrões foi taxada como vergonhosa pela categoria, resultando na manutenção da greve por tempo indeterminado. Em resposta, Bomfim ressaltou que não negociava sob coação ou ameaça, estando aberto ao diálogo após o retorno ao trabalho. Ainda frisou que os prejuízos causados no primeiro dia eram incalculáveis e que manter o caráter pacífico nas negociações era o objetivo dos empresários.<sup>379</sup>

Ainda no primeiro dia de greve, os metalúrgicos promoveram ao final do dia uma passeata pelas ruas do Distrito Industrial com cerca de 8.000 mil operários. Nesse ato, que se converteu em uma Assembleia Geral na Bola Suframa, local que marcou o movimento paredista, o sindicato conseguiu atrair uma multidão para lhes informar que a greve iria continuar. Com discursos inflamados, pequenos tumultos e manifestação de solidariedade de diversas entidades sindicais e de partidos políticos, os trabalhadores prosseguiram firmes com o movimento. Diante da enorme proporção de trabalhadores e trabalhadoras presentes, a polícia foi chamada para acompanhar a assembleia com a justificativa de resguardar a segurança dos grevistas, bem como, preservar o patrimônio

---

<sup>377</sup> Analisando tais avaliações foi possível mapear o detalhamento de cada setor de mobilização antes e depois da greve, enfatizando principalmente os pontos negativos e ressaltando o que poderia ser melhorado para que novos erros não fossem cometidos. Informações retiradas do documento intitulado “Avaliação do comando de greve - setor de mobilização”, encontrado no arquivo da Pastoral Operária, p.04-07.

<sup>378</sup> A proposta da DRT consistiu em um piso salarial de Cr\$ 580 mil para empresas com até 30 funcionários, Cr\$ 650 entre 30 e 300 funcionários e Cr\$ 900 para acima de 300 funcionários. *Jornal A Crítica*, 02 de agosto de 1985, p. 02.

<sup>379</sup> *Jornal A Crítica*, 02 de agosto de 1985, p. 03.

privado.<sup>380</sup> O balanço geral do primeiro dia de greve pode ser considerado positivo pela ampla participação dos trabalhadores, apesar das dificuldades enfrentadas e da inflexibilidade patronal nas negociações.

Permanecendo o impasse, foi necessária a interferência da Justiça do Trabalho para minimizar os impactos causados pela greve. Acerca do aparato jurídico e institucional de intervenção estatal nas relações de trabalho, Ângela de Castro Gomes pontua que “os processos envolvendo conflitos individuais ou coletivos têm considerado a diversidade de situações e expectativas que motivaram trabalhadores, empresários e sindicatos recorrer à Justiça do Trabalho como um espaço de conflitos e negociações.”<sup>381</sup> Essa afirmação indica que os conflitos fabris extrapolaram a esfera cotidiana nos locais de trabalho, passando a invocar a luta por direitos básicos e a preservação da dignidade humana. Cabe salientar que o poder normativo da Justiça do Trabalho, uma de suas características essenciais, é mediar os conflitos com a finalidade de evitar as greves. Segundo Gomes, “quando não se chegava a um acordo, havia a prerrogativa da instauração de dissídio coletivo nos Tribunais Regionais para conciliar ou arbitrar os conflitos em caso de greve.”<sup>382</sup> Compreendendo que a conciliação é um dos pilares da Justiça do Trabalho, Clarice Gontarski Speranza destaca que uma decisão por via de sentença “seria um caminho para a harmonia entre os interesses díspares de trabalhador e patrão e não implicaria derrota ou vitória, mas consenso.”<sup>383</sup> Percebemos estas características nas relações conflitivas entre os metalúrgicos do Distrito Industrial e o patronato, sobretudo, após a deflagração da greve e na relutância dos empresários nas negociações, especialmente após a instauração do dissídio coletivo.<sup>384</sup> É nítida a inter-

---

<sup>380</sup> *Jornal do Commercio*, 02 de agosto de 1985, p. 03.

<sup>381</sup> GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 33.

<sup>382</sup> *Idem*, p. 39.

<sup>383</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Nos termos das conciliações: os acordos entre mineiros de carvão do Rio Grande do Sul e seus patrões na Justiça do Trabalho entre 1946 e 1954*. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 52.

<sup>384</sup> Convém destacar que conforme a Consolidação das Leis do Trabalho - (CLT), dissídio coletivo, oriundos das relações entre empregados e empregadores bem como de trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços, em atividades reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente Título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho. (Redação dada pela Lei nº 7.494, de 17.6.1986). Informações retiradas do site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del15452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del15452.htm). De acordo com Fernando Teixeira da Silva, dissídios coletivos são processos em que qualquer uma das partes recorre à Justiça do Trabalho, por não haver acordo prévio, seja no espaço privado ou no DRT. VER SILVA, Fernando Teixeira da. *Entre o acordo e o acordão: a Justiça do trabalho paulista na antevéspera do golpe de 1964*. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

venção tanto da Delegacia Regional do Trabalho como do Tribunal Regional do Trabalho no campo da livre negociação entre patrões e empregados. Pela primeira vez, os metalúrgicos eram levados a recorrer a uma instância superior, sobretudo, como um mecanismo de reação à exploração das condições de trabalho e às tentativas do patronato industrial de burlar as normas legais vigentes, vendo na Justiça do Trabalho um aliado na defesa de seus direitos.

Partindo desta perspectiva, Fernando Teixeira da Silva, ao analisar o contraste entre os processos trabalhistas que sofreram a intervenção da Justiça e aqueles que resultaram em acordos diretos entre as partes, salientou que “os empresários buscaram, de maneira consertada, minar o poder de barganha dos trabalhadores na Justiça do Trabalho.”<sup>385</sup> No caso do Distrito Industrial, o ajuizamento dos conflitos por meio da DRT pressionou o empresariado a voltar à mesa de negociações, temendo que os reajustes salariais fossem mais vantajosos aos trabalhadores via decisão judicial. Mesmo após exaustivas discussões, o sindicato patronal acreditava no recuo dos trabalhadores, uma vez que, em seus argumentos, consideravam as reivindicações improcedentes e absurdas, apontando que o Sindicato dos Metalúrgicos não cumpriu os preceitos estabelecidos na Lei 4.330/64. Sem qualquer acordo, o delegado regional do trabalho, Manoel Nogueira, encaminhou o processo ao TRT para a instauração de dissídio coletivo.

Em um período de crescente inflação, recorrer à Justiça do Trabalho acelerou o trâmite judicial das reivindicações trabalhistas. Segundo a análise de Silva a respeito da eclosão de greves, a partir da proporção de direitos conquistados com ou sem greves nos dissídios, no período antecedente ao golpe de 1964, o autor pontua que “uma Justiça que viera a lume para evitar greves tornara-se ela própria um fator de sua eclosão, aspecto que tem passado completamente despercebido na literatura especializada.”<sup>386</sup> Esse enfoque também foi notado nos metalúrgicos em Manaus, onde foi constatado que, após as greves gerais de 1985 e 1986, houve um aumento expressivo de processos trabalhistas encaminhados ao TRT. Essa percepção foi confirmada por Elson Melo, ao reconhecer que, após esse período, a estratégia adotada pelo sindicato foi optar por greves por empresas. Segundo ele:

---

<sup>385</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. *Entre o acordo e o acordão: a Justiça do trabalho paulista na antevéspera do golpe de 1964*. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.203-261, p. 211.

<sup>386</sup> Idem, p. 249.

A nossa campanha salarial não era mais aquela de mobilizar toda a categoria, a gente mobilizava empresa por empresa. Começávamos em julho, mobilizava a Philips, por exemplo, se parava a Philips para fazer o acordo. Esse foi o período que eu mais frequentei o tribunal, porque quase todo dia tinha greve e todo dia tinha julgamento, também foi o período que eu mais acumulei vitória na minha história de dirigente sindical. Nós conquistamos todas as greves, todas foram legais. Eu acho que se alguém fizer um trabalho no Tribunal Regional do Trabalho e fizer a nível nacional, não vai encontrar nenhum referencial de outra categoria que teve tanta greve julgada legal, como a categoria dos metalúrgicos nesse período de 87 a 90.<sup>387</sup>

A partir deste depoimento, temos a dimensão do impacto da Justiça do Trabalho como árbitro dos conflitos fabris no Distrito Industrial. Sem a pretensão de analisar tais dados, considerando o tempo exíguo de pesquisa, é impossível de antemão ignorar o papel desempenhado por essa instância do Poder Judiciário na política do movimento sindical metalúrgico em Manaus.<sup>388</sup> Neste sentido, a questão do direito do trabalho perpassou o espaço fabril e não pode ser compreendida sem pressupor a intervenção legal do Estado através das relações cotidianas de trabalho, de modo a constituir-se como um horizonte das demandas dos trabalhadores. Conforme assinala Silva, “os papéis históricos que a legislação e a Justiça do Trabalho exerceram na vida dos trabalhadores conferiram a estes identidade de classe.”<sup>389</sup> Para Larissa Rosa Corrêa, além da questão da identidade, a justiça, na perspectiva da experiência coletiva, “possibilitava os trabalhadores elaborar estratégias que lhes permitiam negociar com os patrões dentro dos limites do mundo legal.”<sup>390</sup> A autora focaliza principalmente no aspecto de uma consciência jurídica dos trabalhadores e na confiança atribuída aos tribunais, sem abandonar é claro outras estratégias de lutas travadas no chão das fábricas.

Retomando a questão dos metalúrgicos do Distrito Industrial sob o enfoque da Justiça do Trabalho, o dia 02 de agosto, sexta-feira, foi marcado pelo pedido junto ao TRT pela ilegalidade da greve. Neste segundo dia de greve, a adesão ao movimento foi superior ao dia anterior. De acordo com o *Jornal do Commercio*, a paralisação atingiu 37

---

<sup>387</sup> Entrevista com Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 13 de abril de 2019, p. 04.

<sup>388</sup> Não é objeto desta pesquisa analisar os processos trabalhistas após 1986. No entanto, durante a coleta de fontes do Centro de Memória da Justiça do Trabalho - CEMEJ/TRT11, foram encontrados inúmeros processos que confirmam a intervenção da Justiça do Trabalho no setor metalúrgico. Seria um objetivo secundário mapear essas reclamationárias por empresas, para verificar quais as mudanças ocorridas após as greves gerais, entretanto, o fechamento do Centro de Memória em decorrência da pandemia do Covid-19 inviabilizou esse objetivo.

<sup>389</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no Tribunal. Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964*. São Paulo:Alameda Editorial, 2016, p. 19.

<sup>390</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na justiça do trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011, p. 216.

empresas, causando um prejuízo de 40 bilhões<sup>391</sup>, o que correspondeu a um aumento de 20% de adesão, somando um total de 21 mil operários. A partir deste momento, a greve foi marcada por repressões tanto da polícia como por parte das empresas. Milhares de trabalhadores que não haviam aderido à greve ficaram retidos dentro das empresas para não se unirem aos demais operários. Além disso, tiveram o fornecimento de alimento e água suspensos. Neste sentido, houve inúmeras denúncias de violência policial e intimidações na maioria das empresas, em uma tentativa de forçá-los a retornar ao trabalho.<sup>392</sup>

Se reunindo novamente com os grevistas ao final do dia, na Bola da Suframa, Ricardo Moraes pediu disposição e força dos trabalhadores tendo em vista que o movimento iria continuar. Essa retórica do líder dos metalúrgicos se fez necessária devido ao final de semana, quando se temia que a greve pudesse ser enfraquecida e perder o vigor dos dias anteriores. Ele pediu que todos descansassem e retornassem na segunda-feira, dia 05 de agosto, orientando-os a trazerem sua própria alimentação e água. Sob um discurso de incentivo, ficou patente que a forte participação dos trabalhadores e a colaboração de entidades sindicais incentivou a permanência da greve até mesmo no fim de semana. Um fundo de greve foi levantado por entidades e partidos políticos dando sustentabilidade ao movimento, ficando sob a responsabilidade da ADUA, APPAM, CUT-AM, PT-AM, PC do B e outros sindicatos profissionais, a arrecadação de recursos financeiros e donativos.<sup>393</sup> Durante esse intervalo, as comissões de fábricas se reuniram na sede do sindicato para traçar as estratégias que seriam adotadas na segunda-feira. Contudo, na avaliação do comando de greve, a direção do sindicato falhou ao não planejar detalhadamente os informes e orientações a serem seguidas no retorno ao movimento. Tanto na fala de alguns trabalhadores como na documentação analisada, é possível notar o caráter espontâneo das ações adotadas pelo sindicato, gerando em alguns momentos conflitos e desavenças entre as próprias comissões de fábricas.

Apesar da espontaneidade, o movimento paredista foi bem assessorado, tanto pelo DIEESE, como pela FASE durante os dias de greve e mesmo no decorrer das discussões da Convenção Coletiva, ainda na fase inicial. É importante frisar a participação de

---

<sup>391</sup> No segundo dia, as empresas em greve eram: Moto Honda, Evadin, Tecnocério, CCE Eletronica, CCE Componente, Semp Toshiba, Caloi, Sedasa, Toko, Philips, Douglas Mitsumi, Frata, Heolife, Dismac, Motorádio, Digiplay, Springer, Eletrodam, Sharp Eletronica, Sharp Componente, Alfema, Gentex, Philco, Showa, Coelma, Cape, Sharp III, Telefunken, Rockewell, Bosh, Sony, Wilson, Sanyo, Imbrima e Sonora.

<sup>392</sup> *Jornal do Commercio*, 03 de agosto de 1985, p. 03.

<sup>393</sup> *Jornal A Crítica*, 02 de agosto de 1985, p. 03.

advogados do Sindicato de São Bernardo do Campo nesse processo de negociação. Essa colaboração foi de suma importância nas argumentações apresentadas pelo sindicato na mesa de negociações, evitando que os trabalhadores saíssem em desvantagem em um possível acordo. Entretanto, para alguns políticos locais, dentre os quais se destacaram o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho e o Senador Fábio Lucena, as razões por detrás da greve seriam escusas e atenderiam os interesses de pessoas de fora de Manaus. Segundo o jornal *A Crítica*, “a infiltração de elementos estranhos e considerados suspeitos na greve foi levantada pelo governador, embora não tenha definido o porquê da suspeita. Apenas afirmou que eram paulistas”<sup>394</sup>. Para o governador, os trabalhadores seriam incapazes de se articularem sozinhos, sendo apenas uma massa de manobra de pessoas interessadas em prejudicar a economia local. Pensamento semelhante foi apresentado pelo Senador Fábio Lucena<sup>395</sup> um mês antes da greve. Durante o longo processo de negociação da Convenção Coletiva, Lucena concedeu uma entrevista ao jornal *A Crítica*, afirmando que estava convencido que empresas de São Paulo estavam interessadas em levar os trabalhadores à greve.

Com a manchete de “Dedo Paulista na Greve do Distrito”, o senador argumentou que houve interesse de empresas do ramo da indústria de informática, ligadas às suas matrizes paulistas no incentivo da greve.<sup>396</sup> Mesmo considerando justas as reivindicações, o propósito da greve seria transformá-la em um instrumento que permitisse de uma vez por todas dinamizar a Zona Franca de Manaus. Do ponto de vista de Lucena, não era de interesse das grandes empresas paulistas, a implantação do diálogo e da harmonia entre patrões e empregados. O principal motivo se daria em razão do falso alarde em torno da instalação de uma indústria de computadores em Manaus, concorrendo com produtores de outras regiões do país, atraindo para o Amazonas a quase totalidade do ramo industrial desse setor.<sup>397</sup> Neste contexto, a greve seria utilizada pelas empresas paulistas como pretexto para demonstrar que o Distrito Industrial apresentava instabilidade, falta de garantias para os investimentos e ausência de segurança. Essa concepção também teve o apoio do então Deputado Federal Arthur Virgílio Neto. Logo após a deflagração da greve,

---

<sup>394</sup> *Jornal do Commercio*, 03 de agosto de 1985, p. 04.

<sup>395</sup> VER AMARAL, Giovanny. Fábio Lucena um senador Amazônida (1940-1987). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017.

<sup>396</sup> *Jornal A Crítica*, 16 de julho de 1985, p. 06.

<sup>397</sup> *Idem*, p. 06.

Fábio Lucena apresentou um posicionamento controverso e pediu apoio aos grevistas mesmo sem acreditar no poder de mobilização dos trabalhadores.

Houve um intenso debate político acerca das ‘verdadeiras’ razões que levaram os metalúrgicos à greve. Se analisarmos sob uma perspectiva mais geral, a greve teve características bem específicas, versando principalmente pela manutenção de direitos já conquistados e melhores condições de trabalho. Apresentando um discurso inverso aos de Gilberto Mestrinho, Fábio Lucena e Arthur Neto, o economista e hoje Deputado Federal Serafim Corrêa<sup>398</sup>, que na época da greve era colunista do jornal *A Crítica*, deu irrestrito apoio aos trabalhadores. No artigo intitulado “Mandem o trem pagador”, ele destacou que a greve era um recurso natural disponível da classe trabalhadora, servindo como mecanismo de pressão e que grevista não devia ser visto como sinônimo de bandido, tendo em vista que “a Nova República não poderia cometer os mesmos equívocos do regime anterior. O governo sempre agiu contra os trabalhadores como se eles fossem inimigos da Nação.”<sup>399</sup> Serafim Corrêa condenou todas as atrocidades cometidas contra o movimento sindical e operário no Amazonas durante a ditadura militar e esperava o bom senso e diálogo entre o sindicato patronal e os trabalhadores.

Com o apoio da sociedade civil e de entidades sindicais, os metalúrgicos seguiram se articulando. No dia 03 de agosto, sábado, houve uma intensa movimentação entre as comissões de fábrica e o sindicato. Segundo o *Jornal do Commercio*, nesse mesmo dia houve uma reunião na DRT entre os trabalhadores e o sindicato patronal, com o intuito de encerrar a greve, mas não houve qualquer entendimento entre as partes.<sup>400</sup> O principal objetivo do comando de greve no final de semana foi a consolidação do Comitê de Apoio e Solidariedade à Greve, responsável por arrecadar recursos financeiros e donativos com o objetivo de manter a unidade do movimento e dar segurança aos grevistas. Neste sentido, a Igreja Católica foi bastante atuante, se tornando um dos principais pontos de arrecadação. Durante as missas, as ofertas foram revertidas para o fundo de greve. De acordo com o Arcebispo D. Clóvis Frainer, a igreja não poderia ficar à margem da greve, pedindo apoio da população e respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana,

---

<sup>398</sup> Serafim Corrêa pertencia ao Partido Socialista Brasileiro - PSB

<sup>399</sup> *Jornal A Crítica*, 29 de julho de 1985, p. 06.

<sup>400</sup> *Jornal do Commercio*, 03 de agosto de 1985, p. 04.

condenando toda e qualquer forma de violência, repressão e intimidações praticadas contra os trabalhadores.<sup>401</sup>

No entanto, a Polícia Militar foi acionada para atuar dentro do Distrito Industrial no dia 05 de agosto, segunda-feira. Foram deslocados mais de mil policiais para impedir a entrada de dirigentes sindicais nas empresas. Uma operação foi montada para criar bloqueios e corredores de policiais para dispersar os trabalhadores.<sup>402</sup> Outro mecanismo utilizado e denunciado pelo sindicato foi a oferta de Cr\$ 20 mil a mais no salário de cada trabalhador que não participasse mais da greve e 50% de aumento salarial para o supervisor que conseguisse impedir os operários de abandonarem seu setor de trabalho.<sup>403</sup> Todas essas estratégias tiveram como único objetivo forçar o retorno dos trabalhadores sem a necessidade de negociar diretamente com o sindicato.

Sob as orientações do sindicato de não aceitarem provocações e nem de fazerem acordos separadamente, os trabalhadores permaneceram de braços cruzados no dia 05 de agosto, teoricamente o terceiro dia de greve, desconsiderando o final de semana. Segundo dados do sindicato, a estimativa era que 70% de todo o Distrito estava paralisado. Segundo Miracelma Silva Souza, ex-trabalhadora da empresa Evadin, a maior parte destes trabalhadores era composta por mulheres, “ficamos no sol, na chuva, praticamente acampamos na Evadin, inclusive com participação de grávidas que não abandonaram o movimento. Fomos muito perseguidas durante os dias de greve”<sup>404</sup>. A partir desta fala, observamos a importância das operárias no setor de mobilização e sustentabilidade da greve, principalmente articulando entre as linhas montagem onde se concentravam a maioria dos trabalhadores.<sup>405</sup> O cerco policial, a vigilância e a pressão psicológica praticados contra essas mulheres foram permanentes no decorrer e mesmo após o fim do movimento. Além de terem sofrido com violências físicas, não foram poupadas de humilhações e constrangimentos, sendo ameaçadas mesmo fora da empresa. A participação no sindicato e o envolvimento nas greves geralmente lhes causaram demissões sumárias e a inclusão de seus nomes nas listas negras. Sobre as mobilizações em torno da greve, Luzanira Varela da Silva, também ex trabalhadora da Evadin, recorda

---

<sup>401</sup> Jornal *A Notícia*, 04 de agosto de 1985, p. 05.

<sup>402</sup> Jornal *A Notícia*, 04 de agosto de 1985, p. 05.

<sup>403</sup> Jornal *A Crítica*, 04 de agosto de 1985, p. 06.

<sup>404</sup> Entrevista com Mirecelma Silva Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 20 de março de 2021, p. 06.

<sup>405</sup> Sobre isso VER SAMPAIO, Vanessa Cristina da Silva. Distrito Industrial de Manaus: a história de luta das mulheres grevistas na década de 1980. Revista *Ars Histórica*. n°19, vol. 2, jan-jun 2020, p.125-141.

que o Distrito conseguiu paralisar não apenas o setor metalúrgico, mas também fábricas de relógio e de brinquedos, conquistando a confiança de outros setores.<sup>406</sup> Luzanira se tornou uma das principais vozes dentro do Sindicato dos Metalúrgicos, principalmente na defesa dos direitos da trabalhadora metalúrgica. Assim como ela, muitas foram presas e sofreram violência da polícia. Pela causa operária, muitas trabalhadoras abandonavam seus lares, família e filhos para seguirem na militância sindical, intensificando sua presença no movimento grevista.

Enquanto isso, os dirigentes sindicais e os integrantes da comissão de negociação se reuniam em nova audiência com o sindicato patronal no TRT para conciliar e instruir o processo de dissídio coletivo. Nesta reunião, ocorrida às 09:00 do dia 05 de agosto, o sindicato patronal apresentou uma proposta de reajuste salarial escalonado, tendo um acréscimo sugerido pelo juiz Eduardo Barbosa Pena Ribeiro de 30% sobre sua proposta.<sup>407</sup> Ambos os sindicatos solicitaram que a fase de conciliação permanecesse aberta por mais algumas horas, a fim de que se pudesse voltar a negociar diretamente entre as duas categorias dissidentes. Atendendo ao pedido, o TRT determinou a suspensão da audiência, estipulando que sua continuação ocorresse às 15:00 do mesmo dia. No longo processo de dissídio coletivo, constam as denúncias do Sindicato dos Metalúrgicos em relação à inflexibilidade do sindicato patronal mesmo após o terceiro dia efetivo de greve, violando os preceitos legais e esgotando as tentativas de conciliação na esfera administrativa. A argumentação dos trabalhadores perante o TRT foi embasada na radicalidade do empresariado em não negociar as questões econômicas, consideradas justas e necessárias à categoria metalúrgica, reafirmando a legalidade da greve e das reivindicações apresentadas na Convenção Coletiva. Em certo ponto das alegações apresentadas, o sindicato questionou: vivia-se sob uma democracia ou ainda na escuridão do autoritarismo, baseadas em leis que dificultavam o direito do trabalhador.<sup>408</sup> A partir desse questionamento, observamos que as relações entre a cultura política da classe trabalhadora e a democracia dividiam espaço com múltiplas interpretações, frequentemente contraditórias e antagônicas.

---

<sup>406</sup> Entrevista com Luzanira Varela da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 24 de março de 2021, p. 04.

<sup>407</sup> A proposta patronal se deu da seguinte forma: empresas com até 20 funcionários pagariam um piso de Cr\$ 580 mil, de 21 a 300 Cr\$ 614 mil, de 300 a 1.300 Cr\$ 630 mil e com mais de 1.300 Cr\$ 670 mil.

<sup>408</sup> Processo TRT N° DC08/85. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p.115-122.

Retornando às 15:00, o TRT concedeu a palavra aos sindicatos para que se manifestassem sobre a possibilidade de acordo. O Sindicato dos Metalúrgicos estava disposto a negociar, mas o sindicato patronal recusou o acréscimo de 30% proposto pelo TRT. Mesmo sem um acordo, os sindicatos se comprometeram a prosseguir as negociações no âmbito extrajudicial, trazendo os resultados de um eventual acordo para o tribunal. Como naquela conjuntura não houve a possibilidade de um entendimento, o TRT deu prosseguimento ao processo de dissídio coletivo. Diante desses fatos, uma nova audiência foi marcada para o dia 07 de agosto, quarta-feira, para instruir mais uma conciliação. Embora sem um acordo, em um primeiro momento, a reabertura das negociações foi considerada uma vitória para os trabalhadores. O jornal *A Crítica* destacou a importância do retorno das negociações, mesmo sem uma proposta formalizada. A estratégia adotada pelo sindicato patronal foi de conceder algumas reivindicações sociais em troca de cláusulas econômicas, com o intuito de encerrar a greve, tendo em vista os prejuízos causados até aquele momento. Segundo Fernando Bonfim, representante das empresas, essa retomada significou “a prova que numa negociação, não existe posição definitiva. O ato de negociar é uma dinâmica.”<sup>409</sup> As pressões exercidas pelos trabalhadores refletiram nesse recuo dos empresários. O tom era pacífico e conciliador, diferentemente do primeiro dia de greve, onde prevaleceu o autoritarismo e a intransigência. Mesmo com o total de 39 empresas paralisadas, os jornais começaram a noticiar o retorno de alguns trabalhadores. Esse possível esvaziamento da greve preocupou as lideranças e a própria estrutura da greve, embora já houvesse a sinalização de um possível acordo.

O jornal *A Crítica* também destacou um mutirão solidário realizado pela Igreja Católica e por vários artistas amazonenses na porta das fábricas para evitar a desmobilização dos trabalhadores devido ao prolongamento da greve. No meio artístico, a principal articulação veio do poeta Dori Carvalho, destacando que os artistas tiveram papel importante na implantação da democracia naquela conjuntura e que não poderia ser diferente durante a greve.<sup>410</sup> Esse apoio de vários setores da sociedade civil foi o que deu sustentação aos trabalhadores, sobretudo, quando as negociações ainda pareciam indefinidas. Na Assembleia Geral marcada para às 19:00, Ricardo Moraes informou aos trabalhadores que as negociações foram reabertas, considerando uma pequena vitória para

---

<sup>409</sup> Jornal *A Crítica*, 06 de agosto de 1985, p. 08.

<sup>410</sup> Jornal *A Crítica*, 05 de agosto de 1985, p. 04.

a categoria. Entretanto, frisou que essa flexibilização não deveria ser comemorada até que todas as reivindicações fossem atendidas. Uma nova assembleia foi convocada para às 09:00 da manhã do dia 06 de agosto, para repassar as novas informações sobre uma contraproposta ou não dos empresários.

Da Assembleia, o Sindicato dos Metalúrgicos voltou a se reunir com o sindicato patronal, dessa vez no hotel Novotel, sem intermediações do governo ou do TRT. Entre impasses, recuos e conquistas, uma proposta foi oferecida pelos patrões ainda na madrugada do dia 06 de agosto, após longas horas de discussões. A proposta foi levada novamente à Assembleia Geral e, desta vez, aprovada pelos trabalhadores. Vale destacar que, inicialmente, os grevistas recusaram a proposta, exigindo a continuidade da greve. Diante da recusa, a comissão de negociação teve que intervir durante a assembleia para esclarecer cada item discutido durante as negociações, pedindo a colaboração e o bom senso dos trabalhadores. Sob protesto e vaias de alguns operários, a proposta patronal foi aprovada por unanimidade. Os trabalhadores retornaram ao trabalho ainda no dia 06 de agosto, logo após a assembleia.

Conforme ficou acertado entre os sindicatos, o piso salarial dos trabalhadores ficou escalonado de acordo com o número de funcionários.<sup>411</sup> Os salários foram reajustados trimestralmente segundo os índices do INPC, obedecendo a seguinte escala: 100 % para até 3 salários-mínimos e 80% para as demais faixas salariais. O aumento real conquistado foi de 6%, dos 30% iniciais reivindicado. Nas questões sociais, os patrões concordaram em conceder promoções para os empregados de nível superior em um prazo de 60 dias. Para os cargos de chefia e supervisão, os prazos não ultrapassariam os 90 dias. Os funcionários admitidos entre os reajustes salariais passaram a receber o salário integral e não mais proporcional ao tempo de serviço. As gestantes passaram a ter garantias de emprego e salário a partir do início da gestação até 60 dias após o afastamento legal. As empresas com mais de 30 funcionários firmaram o compromisso de manter creches próprias ou conveniadas para funcionárias com filhos de até 3 anos de idade. Conquistaram o pagamento de horas extras, de 50% em dias úteis e 100% para finais de semana e feriados. No final das negociações, o Sindicato dos Metalúrgicos se comprometeu em repor os dias de paralisação.<sup>412</sup>

---

<sup>411</sup> Para as empresas com até 20 funcionários o piso salarial foi de Cr\$ 580 mil, de 21 a 200 Cr\$ 620 mil, de 201 a 500 Cr\$ 660 mil e com mais de 500 Cr\$ 700 mil.

<sup>412</sup> *Jornal A Crítica*, 07 de agosto de 1985, p. 07.

Para Ricardo Moraes, alguns itens reivindicados não puderam ser conquistados pela categoria, como a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais, cláusulas que não chegaram a sequer ser cogitadas pelos empresários. Durante a assembleia, Moraes reconheceu que não era uma proposta justa aos trabalhadores, mas, naquele atual cenário político, foi o melhor acordo a ser conquistado. Ao jornal *A Crítica*, ele declarou que, mesmo negada a estabilidade, a greve foi válida por que houve um avanço político para a categoria, destacando que gostaria de prosseguir com o movimento, mas tinha consciência de que não teria condições de mantê-la por muito tempo, tendo em vista o retorno de alguns trabalhadores e uma possível decretação de ilegalidade do movimento. Do ponto de vista do sindicalista, a greve foi um avanço para luta sindical amazonense, mesmo sem experiência no campo da livre negociação.<sup>413</sup> Em sua avaliação, o movimento paredista demonstrou força e o poder de mobilização da categoria metalúrgica em Manaus.

A partir dessa paralisação, os metalúrgicos se comprometeram a participar de todas as reuniões promovidas pelo sindicato, se envolvendo nas campanhas salariais e nas discussões de novas reivindicações. Se sentindo mais maduros politicamente e mobilizados internamente, os trabalhadores começaram a planejar futuras greves, em uma demonstração de organização e sintonia entre os trabalhadores e o sindicato. Moraes encerrou a assembleia dizendo que “Era só o começo. Logo, estaremos dentro das fábricas.”<sup>414</sup> Para os empresários, a celebração de um acordo foi favorável para ambos os sindicatos, embora os prejuízos causados durante os 4 dias úteis de paralisação não pudessem ser contabilizados naquele instante. Os representantes dos sindicatos se apresentaram ao TRT, conforme a audiência de conciliação agendada previamente para o dia 07 de agosto, pedindo o adiamento do dissídio coletivo e declarando terem chegado a um acordo extrajudicial, o que resultou no cessamento da greve e na volta ao trabalho. Esse adiamento teve como objetivo apenas formalizar o acordo, do qual foi instruído uma nova audiência de conciliação para o dia 13 agosto, a decisão final sobre o encerramento do processo de dissídio coletivo da categoria metalúrgica. Nessa última audiência, os sindicatos solicitaram a desistência da ação de dissídio coletivo. O processo foi arquivado no dia 29 de agosto de 1985.<sup>415</sup>

---

<sup>413</sup> Jornal *A Crítica*, 07 de agosto de 1985, p. 07.

<sup>414</sup> Idem, p. 07.

<sup>415</sup> Processo TRT N° DC08/85. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 178.

Na memória dos trabalhadores, o êxito da greve teve um significado mais ideológico do que propriamente econômico. Para Ricardo Moraes:

A greve de 85 tem um sentido importante: tornou o Sindicato dos Metalúrgicos como o setor mais avançado na luta dos trabalhadores no Amazonas, além do setor mais avançado, uma referência, por que todas as categorias que entravam em greve, não procuravam o seu sindicato, passou a procurar os metalúrgicos.<sup>416</sup>

Na perspectiva de Elson Melo, “na greve de 85 nós aprendemos a fazer sindicalismo e a negociar. E vimos também, como se dava a relação entre o Distrito e a sociedade. Aquilo nos colocou uma responsabilidade enorme nas costas.”<sup>417</sup> Sobre um caráter mais abrangente do movimento, ele ressalta que:

Mudou a relação do Distrito, das empresas em si. Elas foram obrigadas a se organizar, a ter uma outra relação de 85 para cá. Mudou muito o Distrito, não só a questão salarial, mas também do ambiente de trabalho. Hoje, o Distrito dificilmente tem reclamação de alimentação. Talvez tenha uma ou outra empresa. A maioria tem auxílio saúde, naquela época não existia nada. Não existia nenhum benefício.<sup>418</sup>

Os efeitos da greve a longo prazo foram além das mudanças estruturais. Regulou de modo significativo, as condições de trabalho e as lutas cotidianas no Distrito Industrial, agregando à representação sindical metalúrgica a aproximação com os trabalhadores de chão de fábrica. Acerca do poder de organização e resistência dos operários, Hamilton Macedo ressalta que “o grande ganho foi de elevar o patamar de consciência do operariado no Amazonas, abrindo precedente para outros trabalhadores periféricos. Depois disso vieram outras reivindicações e greves”<sup>419</sup>. A elevação no nível de consciência é um discurso predominante no depoimento de todos os trabalhadores participantes desta pesquisa. A ressalva sempre recai sobre o questionamento da estrutura corporativa dentro da própria direção do sindicato, fazendo emergir ações de resistência, forçando a abertura de canais de negociações entre patrões e empregados. Podemos concluir que foi um movimento instintivo, organizado e encerrado no momento apropriado pelos próprios trabalhadores.

Decorrida a fase de acordos e o retorno ao trabalho, os operários sofreram inúmeras represálias e retaliações, dentre as quais, a mais imediata foram as demissões,

---

<sup>416</sup> Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 04 de fevereiro de 2021, p. 05.

<sup>417</sup> Entrevista com Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 13 de abril de 2019, p. 02.

<sup>418</sup> Idem, p.07.

<sup>419</sup> Entrevista com Hamilton Macedo Madeira, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 18 de dezembro de 2019, p. 07.

apesar do compromisso firmado entre os sindicatos. A perseguição atingiu principalmente as lideranças da greve, como foi o caso de Hamilton Macedo que trabalhava na empresa Philco e, logo após o regresso das atividades, foi demitido. Segundo ele, foi dispensado por ser grevista e por estar ligado ao sindicato, sendo boicotado em testes e seleções por mais de cinco anos no Distrito, retornando apenas em meados de 1990, onde trabalhou na empresa Verbatim, fabricante de fitas de gravador.<sup>420</sup> A estratégia dos empresários foi demitir gradativamente, em pequenos grupos por empresa. Dessa forma, não chamavam a atenção do sindicato, que prometeu uma nova paralisação, caso os trabalhadores fossem punidos. No mês de dezembro de 1985, o Sindicato dos Metalúrgicos registrou mais de 1.500 demissões, alertando para a gravidade da situação e apontando a greve geral de agosto, como a principal responsável pelos altos índices de demissão. Como resposta, o sindicato intensificou as mobilizações na porta das fábricas, promovendo assembleias e reuniões com o intuito de reverter esse quadro.<sup>421</sup>

Em um ato de protesto, no dia 20 de dezembro, o sindicato foi às ruas manifestar seu repúdio contra a demissão de mais 1.500 operários, permanecendo por mais de 3 horas no cruzamento das ruas Marechal Deodoro com Quintino Bocaiuva, denunciando as arbitrariedades cometidas contra os metalúrgicos do Distrito. Segundo o sindicato, as empresas Semp Toshiba, Gradiente e Sanyo foram as recordistas no número de demissões sem apresentar qualquer justificativa, utilizando inclusive, de aparato policial para inibir qualquer manifestação contrária dos trabalhadores. Ricardo Moraes destacou nesse protesto que cerca de 80% dos funcionários demitidos eram lideranças sindicais e pessoas ligadas às comissões de fábricas.<sup>422</sup> Esse ato serviu para alertar a população quanto às represálias sofridas pelos trabalhadores, com o objetivo de pressionar os empresários a reconsiderarem o seu posicionamento hostil e autoritário. Assim como a greve, o protesto foi acompanhado pela Polícia Militar com a finalidade de dispersar e intimidar os trabalhadores. Considerando a intransigência e o radicalismo adotado pelos empresários, o Sindicato dos Metalúrgicos prenunciava novas demissões para o ano de 1986, como veremos no próximo capítulo.

Pela documentação consultada, mediante a utilização da imprensa local e da Justiça do Trabalho como mediadora dos conflitos, reforçado pelo depoimento de alguns

---

<sup>420</sup> Idem, p. 02.

<sup>421</sup> *Jornal do Commercio*, 21 de dezembro de 1985, p. 04.

<sup>422</sup> Idem, p.04

trabalhadores, vimos que a greve geral de 1985 demonstrou força, coesão e unidade. Embora, os operários tenham saído parcialmente vitoriosos, demonstraram ao longo do movimento, capacidade organizativa e evolução sindical, marcando a história do operariado amazonense. Surpreendendo os empresários e superando as expectativas da própria categoria, os metalúrgicos souberam se articular internamente, mobilizando toda a sociedade a seu favor, onde nem mesmo a repressão policial freou o ímpeto dos trabalhadores. Pela primeira vez, os operários sentaram-se à mesa de negociações e puderam expor as principais necessidades da classe trabalhadora do Distrito Industrial. A falta de experiência, é claro, pode ser considerada um fator de recuo nas negociações, mas não diminui o mérito dos trabalhadores. Ao contrário, demonstraram o fortalecimento da base operária junto ao sindicato e o amadurecimento da categoria metalúrgica como polo aglutinador de oposição e resistência aos resquícios da ditadura militar. Como veremos a seguir, os embates entre patrões e empregados viveriam episódios mais obscuros e repressivos que o ano de 1985. Reverberar sobre esses aspectos na greve geral de 1986 é o objetivo do próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 3 – DOS TRIBUNAIS ÀS RUAS: A GREVE GERAL DE 1986 EM MANAUS**

No capítulo anterior, analisamos o processo de reorganização política do Sindicato dos Metalúrgicos, com ênfase nas acirradas disputas pelos postos de liderança desta associação, e buscamos compreender as dinâmicas da primeira greve geral ocorrida no Distrito Industrial de Manaus: a greve de 1985. Nesta conjuntura, observamos as relações de conflitos estabelecidas entre patrões e empregadores durante os dias de paralisação, compreendendo as lutas individuais e coletivas da categoria metalúrgica, através de suas demandas frente à Justiça do Trabalho e de suas vitórias parcialmente conquistadas. No ano seguinte, em virtude do agravamento das condições sociais e de trabalho e dos processos próprios de organização da categoria, os metalúrgicos de Manaus novamente deflagraram greve e novas agitações levaram a uma profunda contestação operária.

Neste capítulo, analisaremos as estratégias adotadas pelos metalúrgicos na greve geral de 1986, a partir das experiências vivenciadas na greve anterior, avaliando as especificidades na condução das negociações de um ano para o outro e o desfecho considerado negativo da greve para a categoria metalúrgica naquele ano. Para tanto, serão abordadas as ações de mobilização em torno da campanha salarial de 1986, que foram a base das reivindicações dos metalúrgicos, bem como os acontecimentos e incidentes ocorridos durante a greve, noticiados na imprensa local. O desfecho negativo, como dito anteriormente, levou a categoria a se retrair nos anos seguintes e a repensar as suas estratégias de luta frente ao aparato legal da justiça trabalhista. Cabe salientar que a análise não recai somente sobre o potencial de mobilização dos trabalhadores, mas sobretudo, sobre a dinâmica própria da segunda maior paralisação do setor metalúrgico na cidade de Manaus. Avaliar a radicalização adotada pelo empresariado local e as consequências desta postura para trabalhadores é o que buscaremos compreender a seguir.

### **3.1 – A greve da Moto Honda e a Justiça do Trabalho: uma vitória nos tribunais**

O crescimento no número de greves em 1985 no Brasil indicou – entre outros fatores – o descontentamento generalizado da classe trabalhadora no país, em um contexto que, se do ponto de vista político vivenciava um processo de redemocratização para a chamada “Nova República”, do ponto de vista econômico enfrentava uma gravíssima

crise econômica herdada dos militares<sup>423</sup>. Tal insatisfação persistiu no ano de 1986, sobretudo, pela permanência da crise econômica e dos altos índices inflacionários que impactaram a vida do trabalhador brasileiro. Com o objetivo de estabilizar e minimizar os impactos na economia, o presidente José Sarney (1985-1990) criou, em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado que, dentre outras medidas, estabeleceu uma reforma monetária, transformando o Cruzeiro em Cruzado, fixou o congelamento dos preços e definiu o congelamento e a correção automática dos salários<sup>424</sup>. Tal plano se colocava como “uma esperança para a população brasileira que, na época, se defrontava com uma trajetória ascendente da inflação, que atingiu uma taxa anual de 517% nos meses de janeiro e fevereiro de 1986.”<sup>425</sup> No entanto, meses depois, o plano fracassou e a inflação novamente voltou a crescer, com uma taxa anual de mais de 300% no início de 1987. Partindo desta perspectiva, Salvador Sandoval destaca que, após um período de onda de greves em 1985, “em 1986 as paralisações cresceram em frequência, mas decresceram tanto no tamanho médio quanto na duração.”<sup>426</sup> Para Sandoval, o declínio das atividades grevistas se deve à redução das taxas inflacionárias com a introdução do Plano Cruzado, reduzindo a força média de paralisações, embora não tenha cessado os conflitos.

Segundo Eduardo Noronha, no campo das lutas sindicais, o Plano Cruzado serviu a princípio para acalmar os conflitos sindicais e trabalhistas. De acordo com o autor, “em 1986, o crescimento das greves em relação a 1985 expressa apenas o pipocar de paralisações curtas e localizadas”<sup>427</sup>, ou seja, “de fato, o conflito diminuiu, se medindo em jornadas perdidas, onde o movimento sindical só recobrou as forças quando tornou-se evidente o fracasso do plano”<sup>428</sup>. Noronha observou também que esses indicadores, nas mesas negociações, refletiu em um empresariado mais condescendente, tendo em vista que a escassez de mão de obra, fazia com que “o custo de uma paralisação longa fosse

---

<sup>423</sup> FERREIRA, Jorge. “*O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática*”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.); O Brasil Republicano. O tempo da Nova República: Da transição democrática à crise política de 2016. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<sup>424</sup> Sobre o Plano Cruzado VER MODIANO, Eduardo Marco. *A ópera dos Três Cruzados*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990; MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiás, 2008.

<sup>425</sup> Informações retiradas do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cruzado>

<sup>426</sup> SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social 1945-1990*. Editora Ática, São Paulo, 1994, p. 180.

<sup>427</sup> NORONHA, Eduardo. Op. Cit., 1991, p. 114.

<sup>428</sup> Idem, p. 114.

maior que uma concessão de benefícios”<sup>429</sup>. Para Marcelo Badaró Mattos, nesta conjuntura, a negociação se tornou “um facilitador das estratégias patronais de cooptação dos trabalhadores e exclusão dos sindicatos.”<sup>430</sup> Esta afirmação enfatiza não a importância do processo de negociação em si, mas a negação das propostas apresentadas pelos trabalhadores, cujos desdobramentos ocasionariam, a partir dos anos 90, em um acentuado e considerável refluxo do movimento operário e sindical brasileiro. Este recuo também foi notado na categoria metalúrgica em Manaus, pouco tempo depois da primeira greve geral no Distrito Industrial, embora os trabalhadores ainda estivessem otimistas com os resultados obtidos na greve de 1985. Possivelmente, o excesso de autoconfiança tenha comprometido a ascensão de um movimento que parecia tão promissor e que vinha alcançando projeção nas lutas operárias amazonenses.

Em relação às medidas do Plano Cruzado<sup>431</sup>, lançadas em fevereiro de 1986, a categoria metalúrgica manauara já se preparava para tempos difíceis e de incertezas. Os impactos do plano pareciam ser desconhecidos pela maioria dos trabalhadores e em Manaus esse quadro foi similar. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Ricardo Moraes, os operários eram os maiores interessados nos possíveis desdobramentos provocados pelo pacote econômico implantado pelo governo federal, mesmo sem mensurar a amplitude destas medidas na vida dos operários amazonenses. De acordo com Moraes, de um fato não havia dúvidas, “nós não vamos parar com a nossa luta em momento nenhum. Vamos lutar pela recomposição salarial e para aumentar o poder de compra do trabalhador.”<sup>432</sup>, sobretudo, por compreender que o pacote econômico beneficiaria somente aos empresários. O sindicalista também se mostrou surpreso com a divulgação do plano naquele momento, “esperando que o governo tomasse medidas arbitrárias para controlar a inflação, mas não agora. Esperávamos tais medidas para abril, no final da data-base do dissídio dos metalúrgicos do ABC paulista.”<sup>433</sup>

Diante desta surpresa e sem o conhecimento detalhado do plano, Moraes sinalizou dois pontos fundamentais: primeiro em relação ao congelamento dos preços, conside-

---

<sup>429</sup> Idem, p. 114.

<sup>430</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit., 2009, p.139.

<sup>431</sup> O Plano Cruzado teve como base, o decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986 que dispôs sobre a instituição da nova unidade de sistema monetário brasileiro, do seguro-desemprego e outras providências. Considerando que o Decreto-lei nº 2.283, de 28 de fevereiro de 1986, foi publicado com algumas incorreções e que houve adesão unânime do povo brasileiro ao plano monetário de combate à inflação, foram realizadas sugestões para o aperfeiçoamento das medidas nos quais foram publicadas no dia 10 de março de 1986, através do decreto-lei nº 2.284, alterando a redação do texto anterior. Informações retiradas do site: <http://www.planalto.gov.br/>

<sup>432</sup> Jornal *A Crítica*, 01 de março de 1986, p. 07.

<sup>433</sup> Idem, p. 07.

rando-o benéfico, mas ressaltando que deveria vir acompanhado de outras medidas, como a estabilidade no emprego, tendo em vista que o congelamento poderia ser perigoso, uma vez que as indústrias impedidas de remarcar seus produtos poderiam optar por reduzir a produção e, conseqüentemente, demitir seus funcionários, alegando dificuldades financeiras. Outro aspecto observado foi referente ao seguro-desemprego. Pela nova medida, somente teriam direito ao seguro, os trabalhadores que permanecessem em uma determinada empresa por 3 anos consecutivos e não era o caso da maioria dos operários do Distrito, cuja rotatividade girava em torno de 86%.<sup>434</sup>

Sofrendo com os impactos do Plano Cruzado, entre os dias 20 e 26 de março de 1986, os trabalhadores da empresa Moto Honda paralisaram suas atividades em virtude da redução de seus salários pela aplicação do decreto-lei nº 2.284. Os trabalhadores pediam que a empresa recuasse na decisão, fazendo a conversão dos salários diretamente do Cruzeiro para o Cruzado, sem se basear na média salarial. Este contexto de crise generalizada como salienta Silvio Caccia Bava, fez com que “as lutas do movimento operário e sindical fossem contra a perda do poder aquisitivo de muitas categorias com o congelamento dos salários.”<sup>435</sup> No que se refere aos metalúrgicos de Manaus, a desconfiança com novo pacote econômico do governo, levou a categoria a neutralizar as tentativas de redução dos salários arbitrariamente imposta pelos empresários do Distrito. Diante deste cenário e com a decretação da greve na Moto Honda, no dia 20 de março, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Moraes, esteve com a diretoria da empresa para tentar negociar, sendo rebatido com a justificativa de estarem cumprindo o que determinava a lei. No final deste primeiro dia, os trabalhadores e o sindicato organizaram uma assembleia no portão de entrada da empresa e, como não obtiveram nenhuma proposta, decidiram manter a greve.<sup>436</sup> Mesmo sem obter uma resposta, o sindicato permaneceu tentando negociar. Os trabalhadores da Honda se reuniram com a diretoria do sindicato para discutir os encaminhamentos da greve, pedindo a possibilidade de acrescentar à reivindicação uma recomposição de seus salários em torno de 8% perdidos com a decretação do pacote econômico, citando o exemplo das empresas Sharp e Sanyo, que fizeram a conversão diretamente dos salários.<sup>437</sup>

---

<sup>434</sup> Idem, p. 07.

<sup>435</sup> BAVA, Silvio Caccia. *A Nova República e o movimento dos trabalhadores*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, Volume: 3, Número, p. 51-55, 1987, p. 53.

<sup>436</sup> *Jornal A Crítica*, 21 de março de 1986, p. 05.

<sup>437</sup> Idem, p. 05.

Neste primeiro momento, a adesão foi de cerca de 90% dos operários, ou seja, aproximadamente 1.500 trabalhadores da empresa cruzaram os braços em forma de protesto. A conversão estava sendo retardada pela empresa, quando as chefias se precipitaram ao divulgar o teor da nova tabela de salários, provocando indignação entre os metalúrgicos. Ao saberem da notícia ainda no início do dia 20 de março, logo os trabalhadores paralisaram as atividades no retorno do almoço, de forma pacífica e ordeira.<sup>438</sup> A tática dos trabalhadores da Honda foi semelhante à adotada durante a greve geral de 1985: entrar na fábrica, bater o cartão de ponto, seguir para os seus respectivos setores, mas sem trabalhar. Em princípio, a Moto Honda adotou uma postura intransigente, ameaçando que poderia haver demissões caso os operários não retornassem ao trabalho. Na argumentação da empresa, os trabalhadores haviam recebido aumento salarial no mês de fevereiro, momento em que a Honda contava com a promessa do Conselho Interministerial de Preços (CIP) no sentido de conceder um aumento no preço das motos a partir do dia 1º de março. No entanto, com o congelamento dos preços, a empresa teria ficado defasada, implicando em uma despesa elevada para uma receita pequena.<sup>439</sup>

No dia 21 de março, com a persistência da greve, foi realizada uma reunião entre a diretoria da Honda e o Sindicato dos Metalúrgicos, ocasião em que empresa alegou impossibilidade de atender às reivindicações dos trabalhadores, tendo em vista que estavam cumprindo a determinação do decreto-lei nº 2.284, argumento este que não foi aceito pelo representante dos metalúrgicos.<sup>440</sup> De acordo com o *Jornal do Commercio*, neste dia, a Honda paralisou em quase 100% suas atividades, levando a diretoria da empresa a encaminhar junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) o pedido de decretação da ilegalidade do movimento. O pedido foi encaminhado ao Ministério do Trabalho, sendo direcionado para representação para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), no mesmo momento em que os operários se reuniram em assembleia geral nas dependências externas da empresa.<sup>441</sup> Sem chegarem a um acordo com os representantes da empresa, os trabalhadores decidiram por unanimidade pela continuidade do movimento, mesmo sob pressão e ameaças de desconto nos salários, suspensões e até demissões em massa. Este período demarca a força operária em Manaus, assim como em

---

<sup>438</sup> Idem, p.05.

<sup>439</sup> Idem, p.05.

<sup>440</sup> Relatório sobre a Greve na Moto Honda – abril de 1986, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 02.

<sup>441</sup> *Jornal do Commercio*, 22 de março de 1986, p. 04.

outras categorias Brasil a fora, a exemplo dos trabalhadores dos setores químicos e plásticos<sup>442</sup> e dos bancários<sup>443</sup> de São Paulo, em uma clara demonstração de oposição ao governo, conforme as análises apresentadas por de Paulo Fontes e Dainis Karepovs.

Retomando a greve metalúrgica, no dia 24 de março, uma nova reunião entre a Moto Honda e o Sindicato dos Metalúrgicos foi realizada, sob a mediação da DRT visando solucionar o impasse. No entanto, devido à intransigência dos patrões, não houve acordo. Sem uma solução definida, o TRT designou uma audiência de conciliação e instrução, marcada para o dia 25 de março. Desde o primeiro momento da greve, a Honda emitiu um discurso no qual estava cumprindo à risca o que determinava a lei, sob o pretexto de estar auxiliando no combate à inflação.<sup>444</sup> Segundo a empresa, o único objetivo do movimento paredista era desestabilizar o equilíbrio social, contribuindo para o fracasso do pacote econômico. Outra afirmação feita pela Honda foi de que a greve teria também um cunho político, no sentido de confrontar as determinações do governo federal.

Assim como na greve geral de 1985, o objetivo da diretoria da Moto Honda através do sindicato patronal foi de deslegitimar as reivindicações dos metalúrgicos, exigindo que o Tribunal Regional do Trabalho decretasse com celeridade a ilegalidade da greve, afirmando que a paralisação, além de desnecessária, teria causado prejuízos severos à empresa, que apenas estaria cumprindo fielmente as medidas estabelecidas pelo governo federal. Essa tendência em relação aos salários e o recrudescimento inflacionário, a nível nacional, de acordo com Wagner Leal Arienti, “fazia do trabalhador um grande ‘perdedor’ no movimento da economia brasileira, sucumbindo seu poder de compra.”<sup>445</sup> A situação resultante deste movimento foi uma drástica redução da média salarial e um claro prejuízo aos trabalhadores, a exemplo do que ocorreu com os trabalhadores na Moto Honda.

Além de considerar a greve descabida, a empresa também confrontava os trabalhadores em relação ao ajuste salarial semestral que havia sido concedido um mês antes para os operários, previsto no acordo coletivo de trabalho de 1985. Por esta razão,

---

<sup>442</sup> VER FONTES, Paulo. (Org) *A química da cidadania. Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo: 20 anos de lutas, democracia e conquistas.* São Paulo: Viramundo, 2002.

<sup>443</sup> VER KAREPOVS, Dainis. *A história dos bancários: lutas e conquistas, 1923- 1993.* São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, 1994.

<sup>444</sup> Essa questão da majoração salarial com base na meta inflacionária e da elevação dos custos de vida foi objeto de estudo de Cid Jose Sitrângulo, ao analisar os dissídios coletivos dos anos de 1953 a 1976 em São Paulo. VER SITRÂNGULO, Cid José. *Conteúdo dos dissídios coletivos (1947 1 1976).* São Paulo: LTr, 1978.

<sup>445</sup> ARIENTI, Wagner Leal. *O pacote e os salários.* Revista Textos de Economia. UFSC, Florianópolis, SC, v.1, nº1, p.45-48, 1986, p. 46.

não haveria motivos para a greve, levando a empresa a solicitar ao TRT sua ilegalidade nos termos da Lei nº 4.330/ 64, art 22, item III<sup>446</sup>, que considerava ilegal uma greve que fosse deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, sem quaisquer reivindicações que interessem, direta ou legitimamente, à categoria profissional.<sup>447</sup> Segundo o argumento da Moto Honda junto ao TRT, a reconversão dos salários não causou prejuízo aos trabalhadores, ao contrário, lhes trouxe um aumento real, concluindo que a afirmação de que a conversão para o cruzado diminuiu o poder de compra do trabalhador seria falaciosa. O que de fato aconteceria, na perspectiva da empresa, seria a manutenção do poder aquisitivo e, a longo prazo, o poder de compra seria aumentado. A partir desta interpretação, tentou contrapor as afirmações dos operários, sobretudo, para pressioná-los a retornar ao trabalho. Neste sentido a correlação de forças indicadas nos decretos-lei nº 2.283 e 2.284, expressam como salienta Gerônimo Wanderley Machado, “a forma de edição autocrática e não democrática, sugerindo nos seus objetivos, a exploração da força de trabalho no Brasil, gerando altas taxas de lucro.”<sup>448</sup> Esta conjuntura, portanto, favoreceu a ampliação do confronto entre patrões e empregados, especialmente na Justiça do Trabalho, aprofundando as pressões de setores populares organizado.

Em relação à greve na Moto Honda, na audiência de conciliação do dia 25 de março, o Sindicato dos Metalúrgicos foi munido de argumentações bem consolidadas como: o direito de greve ser reconhecido pelo art. 158 da Constituição Federal, bem como, a alteração unilateral do contrato do trabalho ser considerada ilegal, tendo em vista que seria protegido contra modificações. Neste sentido, a irredutibilidade dos salários figurou como medida de proteção contra os abusos do empregador, sobretudo, por ser assegurada constitucionalmente na ordem econômica e social. Nas alegações do sindicato, “a atitude da empresa em descontar, reduzir e alterar os salários foi unilateral e arbitrária”.<sup>449</sup> Ademais, vale ressaltar que, para o sindicato, as leis trabalhistas foram desprezadas, lançando uma cortina de fumaça sobre o desvirtuamento da lei tutelar laboral, em benefício dos empresários, causando prejuízo aos trabalhadores. Em uma

---

<sup>446</sup> Processo TRT N° DC02/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 04.

<sup>447</sup> Lei nº 4.330 de 1º de junho de 1964. Informações retiradas do site : <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/>

<sup>448</sup> MACHADO, Gerônimo Wanderley. *O Plano Cruzado como tentativa de congelamento da luta de classe*. Revista Textos de Economia. UFSC, Florianópolis, SC, v.1, nº1, p.35-38, 1986, p. 36.

<sup>449</sup> Processo TRT N° DC02/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 58.

dimensão mais ampla, é preciso compreender as medidas implementadas pelo Plano Cruzado, “em relação ao congelamento dos preços, salário-desemprego e o fim da especulação financeira”<sup>450</sup>, como destaca Armando de Melo Lisboa, são reivindicações históricas dos trabalhadores, portanto, são conquistas da classe trabalhadora. Recuar nestas demandas seria limitar o poder de mobilização dos trabalhadores, significando um retrocesso social aos operários.

No que diz respeito à Moto Honda e ao princípio de inalterabilidade do contrato de trabalho, o Sindicato dos Metalúrgicos afirmou que somente poderia ser modificado caso houvesse concordância entre as partes envolvidas ou quando a lei autorizava o empregador a modificar livremente a mudança na função, salário e lugar de prestação de serviço, o que não se aplicou ao caso da Honda. Tendo em vista a ausência de fundamentos argumentado pela empresa, o sindicato pediu a improcedência do pedido de ilegalidade da greve, considerando a paralisação legítima e pacífica dentro dos termos da lei. De acordo com a documentação analisada no dissídio coletivo, o Sindicato dos Metalúrgicos comparou a média salarial dos últimos 6 meses, referente aos meses de setembro de 1985 a fevereiro de 1986, e constatou que o percentual de perda salarial foi de 14,36%. Em relação à perda do poder aquisitivo, esse número ficou em torno de 17,23%.<sup>451</sup> Diante destes dados, observamos que as perdas não foram apenas salariais, mas também impactaram os direitos trabalhistas, como o pagamento de horas extras, adicional noturno, FGTS, 13º salário e férias, o que atingiria diretamente o orçamento familiar desses trabalhadores.

Neste sentido, Lavínia Castro, ao analisar o conjunto de experiências malsucedidas de estabilização inflacionária na Nova República, salientou que “o congelamento dos salários e dos preços provocou desequilíbrio e que definitivamente não era uma estratégia eficiente.”<sup>452</sup> Esta instabilidade econômica foi bastante sentida pelos trabalhadores do Distrito Industrial, agravando os conflitos entre patrões e empregados nos tribunais, principalmente após a greve geral de 1985, sobretudo, pela repercussão adquirida com a greve da Honda na instância jurídica. No que se refere à arguição realizada pelos representantes do Sindicato dos Metalúrgicos na audiência de concii-

---

<sup>450</sup> LISBOA, Armando de Melo. *O pacote econômico e a transição para a democracia*. Revista Textos de Economia. UFSC, Florianópolis, SC, v.1, nº1, p.18-24, 1986, p.21.

<sup>451</sup> Processo TRT N° DC02/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 75.

<sup>452</sup> CASTRO, Lavinia. *Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985- 1989)*. In: GIAMBIAGI, Fábio. (Org). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 116-140, 2005, p.136.

liação, foi exposto que a reconversão feria o princípio de irredutibilidade dos salários presente na Constituição Federal. Para rebater esta afirmação, o sindicato patronal alegou que o decreto-lei do governo federal teria a natureza de lei complementar, podendo modificar ou revogar leis ordinárias, seguindo o princípio hierárquico das legislações, considerando o movimento desencadeado pela Moto Honda sem amparo legal, atribuindo à manifestação dos trabalhadores um caráter extemporâneo. No entanto, o sindicato patronal não conseguiu suporte jurídico para dar prosseguimento a argumentação de que o decreto nº 2.284 teria um cunho complementar, levando o TRT a decidir pela procedência das contestações apresentadas pelos trabalhadores, mesmo considerando que a greve não seria o mecanismo mais eficaz para corrigir essas distorções salariais. Sem chegar a nenhum acordo, foi marcada uma nova audiência para a tarde ainda do dia de 25 de março, tendo em vista a urgência do dissídio da categoria metalúrgica em estado de greve.

Esta nova audiência teve como objetivo decretar ou não a ilegalidade da greve, julgando o mérito da reconversão realizada pela Moto Honda, tendo em vista que as partes envolvidas já tinham apresentado suas alegações. Nesta reunião, o TRT, pela maioria dos votos, rejeitou o pedido de ilegalidade da greve solicitada pelo sindicato patronal, considerando procedente as argumentações expostas pelos trabalhadores em relação à redução salarial estabelecida com o pacote imposto pelo governo federal. No entendimento dos juízes, “não seria política, a greve de trabalhadores contra o dispositivo legal que lhe reduziu o salário nominal”<sup>453</sup>. Desta forma, o TRT rejeitou todas as justificativas apresentadas pela diretoria da empresa, sobretudo, por entender que a decretação da ilegalidade da greve não necessariamente acarretaria a cessação dos conflitos. Ainda segundo o que foi exposto pelo TRT, caso a greve prosseguisse, mesmo com a decretação da ilegalidade, um ponto importante deveria ser analisado: a impotência do tribunal para solucionar o litígio. Portanto, para o judiciário, determinar a ilegalidade da greve não levaria a nada em termos de apaziguamento entre os trabalhadores e a empresa, bem como demonstraria uma debilidade da Justiça do Trabalho na sua missão de dirimir os conflitos. Porém, como observa, Clarice Speranza, as conciliações representam algum ganho para o trabalhador, mesmo que parcial e incompleto.<sup>454</sup>

---

<sup>453</sup> Processo TRT Nº DC02/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 90.

<sup>454</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. Op. Cit., 2013, p. 75.

No caso da greve da Moto Honda, a decisão dos juízes em dar parecer favorável aos trabalhadores teve como amparo legal, uma decisão semelhante ocorrida no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região do Estado do Paraná em maio de 1985, em um caso de greve considerada legal.<sup>455</sup> No dissídio coletivo, constam o posicionamento dos juízes que participaram do julgamento do Paraná e que foi utilizado como fundamento para a decisão dos juízes do Amazonas. Conforme constam nas documentações do dissídio coletivo, o TRT do Amazonas entendeu que a “decisão do tribunal paranaense estampou uma tarefa inovadora na jurisprudência da trajetória construtiva do Direito”<sup>456</sup>, do mesmo modo que a decisão do judiciário amazonense foi um marco vitorioso para a categoria metalúrgica na greve da Moto Honda em 1986. Outro ponto que deve ser considerado fundamental nesta audiência de conciliação, foi o tribunal admitir que, antes de ser um fato jurídico, a greve seria um fato social, “meio político de pressão que deve ser encarado sem subterfúgio”.<sup>457</sup>

Esta interpretação sugere que a decretação da ilegalidade da greve não faria com que os trabalhadores retornassem ao trabalho, assim como não resolveria suas causas. Pelo contrário, protelaria ainda mais os conflitos entre patrões e empregados. O TRT também rejeitou a argumentação de que o movimento paredista teria um cunho político, entendendo que a aplicação do decreto lei provocou uma violação dos direitos trabalhistas dos operários da Honda, compreendendo que reconversão nada tem a ver com redução salarial. No âmbito jurídico, ao analisar a luta por direitos e a questão da cidadania, Ângela de Castro Gomes ressalta que “o movimento sindical soube se utilizar tanto dos direitos consagrados pela CLT quanto da instituição da Justiça do Trabalho para afirmar sua presença.”<sup>458</sup> Essa reafirmação foi vista nos trabalhadores da Moto Honda, considerando a interpretação inédita do tribunal no julgamento da greve, a partir de uma ótica social e não apenas econômica.

Nos jornais locais, a notícia do julgamento foi amplamente divulgada. Vale ressaltar que, segundo o jornal *A Notícia*, a greve da Moto Honda foi a primeira ocorrida no país em razão da reforma econômica imposta pelo Plano Cruzado, ganhando ainda

---

<sup>455</sup> De acordo com o dissídio coletivo, a decisão dos juízes amazonenses tomou como base, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região do Paraná, que em decisão pioneira foi declarada uma greve legal (sem especificar qual categoria), sob o principal argumento que quando o fato é público e notório, não existe a obrigatoriedade formal de comunicação prévia à classe patronal da greve. Processo TRT N° DC02/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 94.

<sup>456</sup> Idem, p. 95.

<sup>457</sup> Idem, p. 96.

<sup>458</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 49.

mais notoriedade pela legalidade conquistada por unanimidade no tribunal. O jornal ainda destacou o repúdio do Sindicato Patronal e da diretoria da empresa ao anunciar a decisão do TRT, considerada pela diretoria da empresa como totalmente fora da realidade e sem qualquer fundamentação plausível.<sup>459</sup> O jornal *A Crítica*, por sua vez, enfatizou a vitória dos trabalhadores da Moto Honda, sobretudo, pelo mérito da greve e não por sua ilegalidade, destacando o posicionamento dos juízes amazonenses no cumprimento do que determina a legislação brasileira. O destaque nesse julgamento foi a atuação do juiz Benedito Cruz Lira, que dentre outros argumentos, salientou que o salário do trabalhador era um direito adquirido constitucionalmente e que a conversão feria esse princípio, sobretudo, por compreender que a “greve seria um ponto social que deveria ser enfrentado com realismo”<sup>460</sup>. Para o ex-dirigente sindical Elson Melo, “Benedito Lira era simpático ao movimento, ele era um juiz muito justo. E ele fez um voto belíssimo. Isso mostra a importância do movimento, eles começam pequenos e vai criando uma rede e vai se disseminando”<sup>461</sup>. Com essa vitória inédita para a categoria metalúrgica e principalmente para os trabalhadores da Moto Honda, a greve teve fim no dia de 26 de março após uma Assembleia Geral no Sindicato dos Metalúrgicos, onde foi decidido que os operários retornariam aos seus postos de trabalho.

Essa decisão repercutiu na imprensa local e principalmente no meio jurídico. Para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a sentença da Moto Honda abriria precedentes para outras decisões trabalhistas, comprovando que o pacote econômico do governo federal apresentava falhas que serviriam de base para outras categorias de trabalhadores que se sentissem prejudicadas, sobretudo, por analisar a abrangência constitucional referente aos salários.<sup>462</sup> Neste sentido, foi a primeira vez que um tribunal discutiu a legalidade ou não de uma greve avaliando as perdas salariais que os trabalhadores vinham sofrendo nos últimos anos, contribuindo para a defasagem de seu poder aquisitivo, afetando um direito assegurado constitucionalmente. Com a legalidade conquistada, o fim da greve adquiriu projeção nacional, levando sindicatos de outros estados a procurar o Sindicato dos Metalúrgicos para pedir maiores informações sobre o processo da Moto

---

<sup>459</sup> Jornal *A Notícia*, 26 de março de 1986, p. 04.

<sup>460</sup> Jornal *A Crítica*, 26 de março de 1986, p. 05.

<sup>461</sup> Entrevista com Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 13 de abril de 2019, p. 07.

<sup>462</sup> Jornal *A Notícia*, 27 de março de 1986, p. 06.

Honda. Segundo Ricardo Moraes, “nossa greve deu impulso para outras categorias se mobilizarem contra as medidas do pacote, como os sapateiros de Franca, em São Paulo.”<sup>463</sup>

No caso dos trabalhadores de Franca, a greve foi realizada fora da data-base. De acordo com Vinicius Donizete de Rezende, “a greve foi deflagrada após a decretação do

Plano Cruzado, que causou redução salarial aos trabalhadores.”<sup>464</sup> Assim como os trabalhadores da Honda, os sapateiros de Franca exigiram reposição salarial capaz de manter o valor real dos salários que tinham antes da decretação do plano econômico. Como destaca Rezende, “a novidade desse movimento grevista foi a realização de greves por empresa, a negociação direta entre operários e patrões, com a intervenção e participação dos dirigentes sindicais e de conquistar a redução da jornada de trabalho.”<sup>465</sup>

Não restam dúvidas que as mobilizações contra as medidas do pacote econômico, representou um avanço significativo na luta operária, principalmente por ter afetado diretamente os direitos trabalhistas de diversas categorias.<sup>466</sup>

No que concerne ao veredito do TRT em relação à Honda, Ricardo Moraes ainda destacou que ficou surpreendido com o entendimento dos juízes em considerar a legalidade da greve, sobretudo, pelo apoio que o pacote econômico vinha recebendo da opinião pública. Reverter esse quadro foi um “passo de coragem”, conforme destacou o *Jornal do Commercio*<sup>467</sup>. Na visão do Sindicato dos Metalúrgicos, o tribunal surpreendeu ao discutir a constitucionalidade do pacote e também da lei antigreve. Essa atitude demonstrou o nível de consciência dos trabalhadores ao resistir à pressão exercida pela empresa, dando reconhecimento e legitimidade para as reivindicações apresentadas pelos operários da Moto Honda. Na perspectiva de Eduardo Noronha, o fracasso do Plano

---

<sup>463</sup> *Jornal do Commercio*, 27 de março de 1986, p. 07.

<sup>464</sup> REZENDE, Vinicius Donizete de. *A experiência de sapateiros no Sindicato dos Trabalhadores na indústria de calçados de Franca nos anos 1980*. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. São Paulo, nº 1, Ano I, 2007, 152.

<sup>465</sup> Idem, p.152.

<sup>466</sup> No início de 1986, o governo lançou o Plano Cruzado, que, com o congelamento de preços, atenuou em muito a potência do conflito social. Embora tenha reduzido o número de greves, o Plano não evitou a deflagração de movimentos, que foram se intensificando de acordo com a falência do pacote econômico. Dois importantes movimentos foram o dos ferroviários e o dos bancários. No primeiro grande enfrentamento do Cruzado, em maio, os cerca de 20 mil ferroviários da Central do Brasil paralisam suas atividades reivindicando a recuperação das perdas geradas pelo Plano, em ato seguido em Porto Alegre, onde os trens municipais foram parados por 24 horas; e em Florianópolis, onde pararam os cobradores e os motoristas de ônibus. O segundo, em setembro, foi a greve nacional dos bancários. Embora organizada pelas duas centrais sindicais — a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) —, e decidida em assembleias realizadas em 22 estados, a greve não obteve o sucesso da realizada no ano anterior. Informações retiradas do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/greve>

<sup>467</sup> *Jornal do Commercio*, 28 de março de 1986, p. 06.

Cruzado “recolocou na pauta do dia o esforço de articulação de um pacto social”<sup>468</sup>, ou seja, a evolução dos conflitos nos tribunais seguiu de perto as etapas da transição política, especialmente em um período em que a rigidez nas negociações se acirrou.

Neste sentido, para a diretoria da Honda, o julgamento representou uma derrota do governo e das medidas de combate à inflação, abrindo segundo eles, “um precedente perigoso, pois, daquele momento em diante, qualquer greve deflagrada poderia ser considerada legal.”<sup>469</sup> O receio era que essa onda grevista ocasionasse uma paralisação geral, como já havia ocorrido no Distrito Industrial no ano de 1985. Notícia semelhante foi divulgada no jornal *A Crítica*, onde a manchete dizia que o TRT causou impacto e a diretoria da Honda se declara surpresa. Além do prejuízo financeiro, a empresa alegava também um prejuízo moral, se sentindo ridicularizada perante o tribunal e a sociedade.<sup>470</sup> Por esse motivo, o sindicato patronal entrou com um recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), tentando anular a decisão, alegando que um dos juízes presentes no dia da audiência não tinha competência para julgar o caso por ser da 1ª instância, o que feria o regimento interno do tribunal, no qual dizia que a convocação de juízes de primeira instância se daria apenas para completar quórum, sem, contudo, ter poder de voto. Além disso, declararam que o Sindicato dos Metalúrgicos não cumpriu os requisitos obrigatório para a deflagração da greve, por esse motivo deveria ser considerada ilegal.

Em relação à conversão, o motivo principal para a greve na Moto Honda, o sindicato patronal voltou a dizer que não houve redução salarial e que o poder de compra do trabalhador se manteve o mesmo, apresentando dados estatísticos e projeções inflacionárias que demonstravam que o ganho real teve inclusive aumento, considerando os meses anteriores da implantação do Plano Cruzado. Ao final do recurso, ainda ressaltaram que o decreto-lei nº 2.284 vinha sendo amplamente aceito em vários tribunais e que nenhum deles tinha decidido por algo semelhante ao ocorrido no Amazonas.<sup>471</sup> Cabe salientar que, mesmo com a vitória, até a tramitação do recurso, os trabalhadores receberam o salário convertido. Somente após a decisão do TST as perdas salariais foram recompostas.<sup>472</sup> O que chama atenção no caso da Honda foram as inúmeras tentativas de anular a vitória dos operários nos tribunais, mostrando uma tendência que

---

<sup>468</sup> NORONHA, Eduardo. Op. Cit, 1991, p. 115.

<sup>469</sup> *Jornal do Commercio*, 27 de março de 1986, p. 07.

<sup>470</sup> *Jornal A Crítica*, 27 de março de 1986, p. 06.

<sup>471</sup> Processo TRT N° DC02/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 109-117.

<sup>472</sup> *Jornal A Crítica*, 27 de março de 1986, p. 06.

seria seguida pelo sindicato patronal sempre que os trabalhadores recorressem à Justiça do Trabalho.

Mesmo assim, essa conquista na Moto Honda entusiasmou a categoria metalúrgica para a preparação para a campanha salarial que iniciava no mês de maio e que tinha como meta para o ano de 1986, a redução da jornada de trabalho e estabilidade no emprego. Mesmo com uma “vitória da democracia”, como destacou o *Jornal A Crítica*, a greve na Honda ainda teria desdobramentos, e a empresa seguiria uma longa batalha para reverter a decisão do TRT. Embora, a sentença tenha sido acatada pela empresa, os jornais locais fizeram questão de frisar que o Ministério Público e a Procuradoria do Trabalho iriam recorrer do veredito por considerar que o TRT violou o decreto nº 2.284 e a Lei de Greve. Pelo discurso proferido, a preocupação era que a vitória metalúrgica se transformasse em jurisprudência, onde segundo o MP, “a solução seria humanizar sem que houvesse prejuízo nem para os trabalhadores e nem para o empregador, por isso estamos pensando muito em cada ponto da greve e de suas consequências.”<sup>473</sup> Apesar da fala apaziguadora, o posicionamento do MP e da Procuradoria foi favorável a Moto Honda em uma clara tentativa de anular uma reivindicação legítima dos trabalhadores.

No entanto, no entendimento do TST, as alegações apresentadas pelo MP e pela Procuradoria, em defesa da Moto Honda não tiveram legitimidade e por esse motivo foram rejeitadas. O primeiro recurso foi impetrado em maio de 1986 e o segundo em setembro do mesmo ano. Ambos foram considerados improcedentes. Em um desses recursos, o TST argumentou que, em relação à ilegalidade da greve, mesmo que fosse “certa ou errada, justa ou injusta, é um instrumento legal de que dispõe o julgador para fazer valer o exercício do direito a greve. Não cabe o Judiciário olvidá-la, como fez o Regional, mas sim buscar interpretações mais suaves.”<sup>474</sup> Vale ressaltar que, durante todo este processo, o Sindicato dos Metalúrgicos esteve assessorado por advogados de Brasília e São Paulo que acompanharam o desenrolar dos recursos e seus desdobramentos. No parecer final do TST, é surpreendente a compreensão dos juízes em relação ao contexto de crise vivida pela país em 1986, considerando a questão social como um fator irrefutável ao conceder o parecer favorável à causa operária. Segundo o tribunal, “voluntária ou involuntariamente, pouco importa, o reconhecimento é geral que o Plano Cruzado pro-

---

<sup>473</sup> *Jornal A Crítica*, 01 de abril de 1986, p. 04.

<sup>474</sup> Processo TRT N° DC02/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 173.

vocou o aumento do poder aquisitivo, um aumento que foi além dos limites permitidos pela estrutura econômica, e está é uma das razões de sua falha.”<sup>475</sup>

Desta forma, não restam dúvidas que o entendimento do tribunal foi uma vitória não apenas dos trabalhadores da Moto Honda, mas da categoria metalúrgica como um todo, sobretudo, por ser uma conquista dos trabalhadores amazonenses, que se tornaram, a partir desta greve, uma referência de luta e resistência perante os tribunais.<sup>476</sup> Neste sentido, o ato de reclamar ultrapassou os muros da fábrica, alcançando a esfera pública, por percorrer um terreno ainda desconhecido e pouco explorado. Tratou-se de um momento de aprendizado e construção para ambas as partes, tendo os trabalhadores, como vimos, alcançado uma projeção surpreendente. Como ressaltou Rinaldo José Varussa, ao analisar as práticas que expressam os processos trabalhistas entre as décadas de 1990 a 2000, devemos perceber a Justiça do Trabalho como um lugar estratégico na luta entre as classes, pautadas num “horizonte de indeterminações a partir do qual os trabalhadores constituem suas ações – as quais por vezes forçam os dominantes rever suas práticas, a reformular suas ações e seus projetos”<sup>477</sup> Esta dimensão também pôde ser notada na greve

---

<sup>475</sup> Idem, p. 191.

<sup>476</sup> Neste sentido, convém salientar que o entrelaçamento entre a Justiça do Trabalho e a classe trabalhadora foram objetos de investigação de diversos pesquisadores, dentre os quais podemos destacar: John French, que em “Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros”, analisa ineficácia das leis de proteção ao trabalhador, através da burocratização do Ministério do Trabalho. Antônio Luigi Negro e Edinaldo Souza em “Que “fosse procurar os seus direitos” – Justiça do Trabalho e poder disciplinar na Bahia: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948)” estudam o poder disciplinar na Bahia entre as décadas de 1940 e 1950 e a subordinação à Justiça do Trabalho por meio de 50 processos trabalhistas. Na tese de doutorado, intitulada “Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950)”, Edinaldo Souza se debruça sobre as estratégias de mobilização dos trabalhadores baianos no final do Estado Novo e durante o governo do presidente Eurico Dutra, atreves de dissídios coletivos e processos individuais, especialmente sobre as pautas em relação assiduidade, acidentes de trabalho e disciplina. Na tese de doutorado de Maria Sângela Silva, intitulada “A Justiça do Trabalho e os trabalhadores em Fortaleza (1946-1964)”, a autora examina reclusões individuais que tramitaram na 1ª instância da Justiça do Trabalho da capital cearense e dissídios coletivos instaurados no TRT da 7ª Região (TRT-7). Ao todo foram analisados 674 reclusões individuais e 31 dissídios coletivos instaurados entre 1946 e 1964. No artigo “Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil-militar”, Antônio Montenegro discute a atuação da Justiça do Trabalho em Pernambuco após o golpe civil-militar de 1964, por meio de dois processos trabalhistas, analisando as Juntas de Conciliação no meio rural pernambucano e as relações trabalhistas no campo. Na tese de doutorado de Alisson Droppa intitulada “Direitos trabalhistas: legislação, Justiça do Trabalho e trabalhadores no Rio Grande do Sul (1958-1964)”, o autor analisa ações impetradas na Justiça do Trabalho por sindicatos patronais e de trabalhadores de Porto Alegre, no período de 1958 e 1964, através de 5.123 processos individuais e 419 reclusões coletivas. No caso dos dissídios coletivos, Droppa examina os acordos extrajudiciais negociados com os patrões e nas reclamações individuais, o aumento de ajuizamentos no período entre 1958 e 1964. Destacam-se também os trabalhos de Rinaldo Varussa, Vinícius Rezende, Clifford Welch, Samuel Fernando de Souza, Ângelo Priori, dentre outros.

<sup>477</sup> VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalhadores e frigoríficos na Justiça do Trabalho Oeste do Paraná, décadas de 1990 e 2000*. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 115.

da Moto Honda, conferindo uma articulação de mobilização coletiva dentro da empresa, produzidas por um conjunto de relações sociais ambíguas e de interpretações jurídicas inéditas.

### 3.2- A Convenção Coletiva de Trabalho da categoria metalúrgica em 1986

Com a vitória obtida pelos trabalhadores da Moto Honda, a categoria metalúrgica encontrava-se entusiasmada com os êxitos logrados, sobretudo, a partir de 1985. Após o triunfo alcançado nos tribunais em 1986, os trabalhadores se voltaram para a discussão da Convenção Coletiva daquele ano. Como já foi mencionado do capítulo anterior, a Convenção Coletiva de Trabalho é um acordo entre os sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, pelo qual se estipulam condições de trabalho. A celebração de um acordo justo, era uma das etapas mais importantes e aguardadas pela classe trabalhadora. No caso dos metalúrgicos do Distrito Industrial, foi a fase em que eram discutidas as pautas de reivindicação dos operários, expondo aos empresários as principais demandas e conflitos existentes no chão das fábricas, principalmente em um período recessão econômica e de congelamento de salários.

No que tange à questão da distribuição de renda e da política salarial neste período no Brasil, Rodolfo Hoffmann pontua que, “considerando o índice de custo de vida do DIEESE, verifica-se que o valor real do salário mínimo sofreu uma redução de 33,6% nos seis primeiros meses de 1986.”<sup>478</sup> Posicionamento semelhante é apontado por Silvia Horst Campos, ao destacar que “as estimativas de defasagem salarial variavam de acordo com a data-base e com as instituições ou agentes econômicos responsáveis por elas, refletindo o uso de critérios de cálculos diferentes.”<sup>479</sup> Neste sentido, podemos entender que a interferência do governo federal nas regras do reajuste salarial, aprofundou as desigualdades no Brasil. De acordo com João Saboia, ao longo dos últimos anos, o “governo teve um papel central na orientação da política salarial prescindindo na maior parte do tempo da participação direta de trabalhadores e empregados na definição das

---

<sup>478</sup> HOFFMANN, Rodolfo. *A distribuição de renda no Brasil em 1985, 1986 e 1987*. Revista de Economia Política. São Paulo, Brasiliense, (9)2 p.121-126, abr/jun, 1989, p. 121.

<sup>479</sup> CAMPOS, Silvia Horst. *Salários e política salarial no final dos anos 80: uma discussão*. Indicadores Econômicos – FEE, Porto Alegre, v17, p.157-175, 1990, p. 165.

regras para os reajustes.”<sup>480</sup> Diante disso, observamos um impacto direto nos salários, principalmente no setor industrial, confirmando o efeito pernicioso do Plano Cruzado.<sup>481</sup>

No que concerne à discussão das pautas reivindicatórias metalúrgicas, diferentemente de 1985, a Convenção Coletiva iniciou suas atividades no mês de julho, onde patrões e empregados reuniam-se para discutir as 45 pautas de reivindicações apresentadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos. O slogan da campanha salarial foi “Vamos quebrar o gelo do nosso salário”<sup>482</sup>, onde os metalúrgicos pretendiam minimizar os impactos causados pelos planos de estabilidade econômica, como foi o caso do Plano Cruzado em 1986. A primeira reunião ocorreu no dia 15 de julho e a última no dia 31 do mesmo mês, realizando no decorrer deste período 6 reuniões ao todo. No plano de campanha dos metalúrgicos, as questões sociais, como direito a creche, melhoria na alimentação e nos transportes e fornecimento de equipamentos de segurança, apenas para citar alguns exemplos, foram tratadas logo nas primeiras reuniões por serem consideradas as pautas mais habituais, diante das pautas econômicas que geralmente suscitavam entraves e desavenças entre as partes envolvidas.

Na pauta econômica, os metalúrgicos reivindicavam um reajuste de 76,35% para toda a categoria, reajuste semestral de 6% e 4%, compensação salarial e admissão entre os reajustes, ou seja, os trabalhadores contratados no período entre os reajustes estariam garantidos pelo mesmo percentual de reajuste aplicado aos admitidos anteriormente. Além disso, o piso salarial iria variar conforme a quantidade de funcionários<sup>483</sup>, tomando como base territorial, a categoria metalúrgica, mecânica e material elétrico, correspon-

---

<sup>480</sup> SABOIA, João. *Salário e produtividade na indústria brasileira os efeitos da política salarial a longo prazo*. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 20, nº3, p.581-599, 1990, p.582.

<sup>481</sup> De acordo com David Maciel, em termos de médio e longo prazo, o congelamento prejudicou diretamente o conjunto dos trabalhadores, pois apagou da memória inflacionária todo o histórico de arrocho salarial herdado da Ditadura Militar e interrompeu um movimento de recuperação da renda salarial que se desdobrava desde o ano anterior como resultado da luta grevista e sindical. Além disso, confiscou do cálculo da média salarial parte do índice inflacionário de fevereiro, prejudicou categorias de trabalhadores que teriam reajuste em março e maio pelo valor inflacionário de pico ou que conseguiram reajustes em dezembro e janeiro, mas que tiveram o valor de seus salários reduzido pela média dos últimos meses. O operariado dos setores de ponta da indústria, justamente os mais mobilizados sindicalmente, foi o mais afetado. VER MACIEL, David. De Sarney a Collor [manuscrito]: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.

<sup>482</sup> Este slogan fazia referência e uma crítica as perdas salariais sofridas com a implantação do Plano Cruzado. Os metalúrgicos desejavam garantias de condições mais humanas de emprego no Distrito Industrial. *Jornal do Comercio*, 21 de julho de 1986, p. 05.

<sup>483</sup> Na proposta da Convenção Coletiva apresentada pelos metalúrgicos, empresas com até 20 funcionários o piso salarial foi de Cr\$ 580 mil, de 21 a 200 Cr\$ 620 mil, de 201 a 500 Cr\$ 660 mil e com mais de 500 Cr\$ 700 mil. Vale ressaltar que essa proposta de piso salarial foi o mesmo apresentado na Convenção Coletiva de 1985.

endo a um piso equivalente a 4,5 salários-mínimos. Horas extras, férias e promoções também estavam inclusas nas pautas mais espinhosa da convenção coletiva. Em relação as horas extras, os metalúrgicos pediam adicional de 50% de segunda a sábado, 100% nos domingos, feriados e horários noturnos. Nas férias, os trabalhadores solicitavam que as empresas confirmassem as férias com 15 dias de antecedência, iniciando no primeiro dia útil da semana e as férias coletivas não deveriam ser iniciadas no final de semana. No tocante às promoções, elas não deveriam ultrapassar 90 dias pra os cargos de chefias e supervisão, garantindo um reajuste de no mínimo 10%.<sup>484</sup>

Além disso, os trabalhadores também pleiteavam garantias de emprego e salário para as gestantes. Caso a gestante fosse dispensada, a empresa seria obrigada a reintegrar a trabalhadora. Havendo recusa, a empresa deveria pagar o equivalente a 84 dias de salário, valor correspondente à licença maternidade prevista no art.392 da CLT, e mais 60 dias adicionais. Outra pauta solicitada era referente à implementação de creches para crianças menores de 3 anos.<sup>485</sup> Neste contexto, a ex-trabalhadora Luzanira Varela relembra que “esse era um mundo novo que as trabalhadoras estavam descobrindo, em relação aos seus direitos trabalhistas, a CLT e principalmente na questão política.”<sup>486</sup> Para Luzanira, foi o momento do despertar para a causa operária, sobretudo, na questão de gênero, na política sexista e na exploração das trabalhadoras do Distrito<sup>487</sup>.

Na convenção também constava a solicitação de medidas de proteção que visassem à ordem coletiva em relação às condições de trabalho e à segurança dos trabalhadores, no qual a empresa forneceria os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) gratuitamente, bem como a realização de treinamentos para os trabalhadores que atuassem nas áreas perigosas e insalubres, informando os riscos dos eventuais agentes agressivos em seus postos de trabalho. Por ocasião das rescisões de contrato de trabalho de empregados que exerciam funções em áreas consideradas de alta periculosidade, a empresa deveria fornecer uma declaração médica em que afirmava que o trabalhador não era portador de sequelas incapacitantes decorrentes de acidentes de trabalho ou mesmo de doenças adquiridas ou agravadas pelo exercício profissional na empresa.<sup>488</sup> Tais

---

<sup>484</sup> Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 06-11.

<sup>485</sup> Essa questão das creches será discutida mais detalhadamente no próximo capítulo.

<sup>486</sup> Entrevista com Luzanira Varela da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 24 de março de 2021, p. 05.

<sup>487</sup> Analisaremos mais detidamente a participação de Luzanira Varela e das mulheres nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Industrial no próximo capítulo.

<sup>488</sup> Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 14.

ponderações foram realizadas pelo sindicato pelas constantes denúncias realizadas pelos trabalhadores no tocante a inúmeros acidentes de trabalho no Distrito, conforme alguns casos apontados pelo jornal operário *O Parafuso*.<sup>489</sup> Essa preocupação cristalizou uma luta antiga dos metalúrgicos, que denunciavam as péssimas condições de trabalho oferecidas nas empresas, sobretudo, pela alta incidência de acidentes ocasionados pela escassez de equipamentos de segurança.<sup>490</sup>

Uma necessidade bastante requisitada pelos trabalhadores foi referente à criação de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). A nível nacional, a questão em torno das CIPAs não tinha possibilidade real de intervenção nas condições e processos de trabalho, como aponta Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, ao analisar a prevenção voltada prioritariamente para o trabalhador no período de 1964-1985. Segundo a autora, o estabelecimento das CIPAs “reduziu os encargos e a responsabilidade do empresariado no tocante aos acidentes e adoecimentos provocados pelas condições e processos de trabalho, sob seu controle.”<sup>491</sup> Ainda segundo Silva, com o franco crescimento industrial que o Brasil atravessava, “as novas técnicas e métodos de trabalho vinham acompanhados, quase sempre dos correspondentes riscos de insalubridade, de periculosidade e agressividade inerentes às operações executadas.”<sup>492</sup> Neste viés, a saúde do trabalhador estava comprometida e, como destaca Anna Beatriz de Sá Almeida, “para a classe trabalhadora era clara “a relação entre o acometimento pela doença e as precárias condições de trabalho e de vida, estando o combate à mesma vinculado à me-

---

<sup>489</sup> Em 1981, *O Parafuso* denunciou que um operário chamado, Francisco Pereira, de 17 anos, faleceu ao ser esmagado por uma prensa na empresa Sharp, no dia 12 de março do referido ano. Segundo o jornal, outro trabalhador já havia falecido há alguns meses antes sob as mesmas circunstâncias. A empresa Moto Honda também foi denunciada quando um trabalhador, que não teve a identidade revelada de acordo com o jornal, perdeu parte no braço esquerdo em uma máquina. Tais denúncias apontadas pelo *O Parafuso*, exigiam que o sindicato, o Ministério do Trabalho e até mesmo o governo do estado, tomassem providências quanto às condições de trabalho oferecidas nas empresas do Distrito Industrial. Jornal *O Parafuso*, Ano II, nº 05, março de 1981, p. 03.

<sup>490</sup> Podemos compreender essa preocupação com a segurança dos trabalhadores, sobretudo, a partir de um acidente envolvendo três coletivos que faziam o transporte dos trabalhadores das empresas Evadin e Di Gregório em 11 de janeiro de 1986. Ao todo, foram dezenove mortos e cerca de sessenta feridos. Esse acidente evidenciou a precariedade dos ônibus que transportavam os trabalhadores do DI, demonstrando o sucateamento da frota e a falta de fiscalização, associados à negligência das empresas. Sobre esse episódio, discutimos brevemente no primeiro capítulo desta dissertação. É importante ressaltar que a aprovação da cláusula envolvendo acidente de trabalho, traria um respaldo aos trabalhadores em caso de mutilação ou morte, obrigando a empresa a pagar indenizações conforme a gravidade do acidente.

<sup>491</sup> SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevençionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, Recife, 2016, p. 35.

<sup>492</sup> Idem, 149.

lhorias destas condições”<sup>493</sup> Desta forma, o papel dos sindicatos nesta conjuntura obtêm melhores resultados do que os trabalhadores seriam capazes de alcançar com seus próprios esforços, como aponta Tomas Dwyer.<sup>494</sup>

Para os metalúrgicos do Distrito Industrial, as CIPAs teriam como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. Neste caso, as eleições para a CIPA seriam convocadas através de edital explicitando o local e o prazo para a inscrição dos trabalhadores. Todo o processo eleitoral e a apuração dos resultados seria acompanhado tanto pelo sindicato patronal, como pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Uma das principais reivindicações era assegurar a integridade e a segurança dos trabalhadores, bem como identificar os riscos no ambiente de trabalho e preveni-los. Neste sentido, seria de suma importância a atuação da CIPA na orientação dos trabalhadores quanto à prevenção e na realização de treinamentos que introduzissem nas empresas a cultura da segurança do trabalho, há tanto tempo aviltada no setor metalúrgico. Observamos uma preocupação bastante justificável por parte dos trabalhadores em relação à questão da insalubridade e da periculosidade, sobretudo, por considerarem que as empresas deveriam “garantir aos empregados o direito fundamental de prestar serviços em ambientes seguros e higiênicos, com manifestação do direito de trabalhar e ganhar seu salário sem que isso implique em ficar doente ou mutilado.”<sup>495</sup> Neste sentido, as CIPAs e as comissões de fábrica deveriam ser responsáveis por fiscalizar e promover diligências trabalhistas e sanitárias sempre que a integridade física do trabalhador se encontrasse em perigo pela ausência das medidas de proteção. Mesmo considerando que os EPIs não eliminavam totalmente os riscos à saúde e à vida do trabalhador, tais equipamentos minimizariam os impactos causados pelo ambiente insalubre de trabalho nas empresas do Distrito.

Outra pauta que gerou inúmeras discussões foi em relação à higiene e à limpeza nas empresas. Além das constantes queixas encontradas nos jornais e nas falas dos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa, os documentos encontrados na Convenção

---

<sup>493</sup> ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. *As doenças ‘do trabalho’ no Brasil no contexto das políticas públicas voltadas ao trabalhador (1920-1950)*. Revista Mundos do Trabalho | vol. 7 | n. 13 | p. 65-84 | janeiro-junho de 2015 p. 77.

<sup>494</sup> DWYER, Tomas Patrick. *Vida e morte no trabalho: acidentes do trabalho e a produção social do erro*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

<sup>495</sup> Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 34.

Coletiva apontam que os trabalhadores estavam sendo obrigados pelas empresas a executarem serviços de faxineiro, o que, segundo o sindicato, configurava desvio ou acúmulo de função. Para combater essa prática, os metalúrgicos exigiam que o posicionamento das empresas fosse revisto e que a higienização dos locais de trabalho fosse executada pelos trabalhadores responsáveis por esse setor. Ainda em relação ao acúmulo de função, a convenção coletiva também estabelecia que o trabalhador deveria ter direito a receber por função acumulada e uma gratificação de no mínimo 50%.<sup>496</sup>

Ao que parece, o Sindicato dos Metalúrgicos buscou captar através da convenção, as demandas mais urgentes da categoria, sobretudo, no que se referiu a admissões, horas- extras, férias, gratificação por substituição, aviso prévio, garantia de rescisões, estabilidade, demissões de membros da CIPA, comunicação de acidente de trabalho, garantia de emprego ao acidentado, complementação previdenciária, auxílio funeral, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, ausência justificada, feriado aos sábados, estágio, turnos revezados, marcação do cartão de ponto, períodos de experiência, exames supletivos e vestibulares, estabilidade do aposentado, intervalos para descanso, atraso no pagamento, quadro de avisos, extrato do FGTS, anotações na CTPS, acordos coletivos de compensações, terceirização, comissão de fábrica, pagamentos de vales, desconto assistencial, contribuição associativa, sindicalização, indenização especial e participação nos lucros da empresa.<sup>497</sup>

Cabe destacar que inicialmente eram 45 pautas de reivindicações e que, ao longo das reuniões entre patrões e empregados, foram acrescidas mais 13 demandas, somando um total de 58 reivindicações na convenção coletiva de 1986. Pela documentação analisada, não é possível saber com exatidão os motivos que levaram à incorporação destas outras demandas no decorrer das negociações. Contudo, ao observar a convenção, notamos que a inclusão de novas pautas sugeriu uma preocupação da categoria metalúrgica com os processos que envolviam admissão, função e os salários dos trabalhadores, bem como o descumprimento por parte do sindicato patronal de qualquer cláusula referente ao que fosse acordado.

Para debater estas demandas, o Sindicato dos Metalúrgicos organizou uma comissão formada por 04 pessoas, sendo 01 um diretor do sindicato e 03 técnicos,

---

<sup>496</sup> Idem, p. 20.

<sup>497</sup> Idem, p. 21-52

formados por advogados e economistas do DIEESE, vindos diretamente de São Paulo.<sup>498</sup> Essa estratégia foi adotada para acompanhar mais de perto o processo de negociação entre patrões e empregados, sobretudo, pela morosidade apresentada pelo sindicato patronal em responder às demandas dos trabalhadores.<sup>499</sup> Na documentação analisada, observamos que os trabalhadores se organizaram internamente para a convenção coletiva, dividindo-se em grupos de locução, transporte, som, coleta de dados, segurança, alojamento e hospedagem, datilografia, mecanografia, imprensa, divulgação e panfletagem. Cada grupo foi composto de 05 a 10 trabalhadores, entre diretores do sindicato e representantes das comissões de fábrica para facilitar o trabalho daqueles que estavam à frente das negociações.<sup>500</sup>

Neste sentido, dois pontos merecem destaque: o primeiro corresponde ao caráter representativo que a campanha salarial obteve naquele ano, sobretudo, pela vitória parcial alcançada na greve geral de 1985 e pela conquista inédita adquirida pelos trabalhadores da Moto Honda nos tribunais. Notamos pela documentação examinada que a Convenção Coletiva se tornou um evento no calendário da categoria metalúrgica, fixando para este período o debate dos procedimentos que norteariam o acordo salarial dos trabalhadores do Distrito Industrial. Um segundo ponto a ser salientado foi concernente ao pedido do Comitê da Mulher Trabalhadora<sup>501</sup> para incluir na comissão de negociação da convenção uma representante do sexo feminino, tendo em vista serem elas a maioria dentro da categoria.<sup>502</sup> Diante disso, verificamos que as trabalhadoras começavam a reivindicar seu lugar de direito, em um ambiente predominantemente masculino, como é o caso do sindicato. Mesmo sendo sindicalizadas e participando ativamente das assembleias e reuniões, salvo raras exceções, elas permaneceram fora das instâncias de poder do

---

<sup>498</sup> Documento “Paralisação no Distrito Industrial de Manaus” – agosto de 1986, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 90.

<sup>499</sup> Neste contexto, vale ressaltar que o Sindicato Patronal também estava bem assessorado. Formou-se uma comissão especialmente para negociar com os trabalhadores, formada por 5 gerentes de relações industriais das empresas, cujo representante foi Pedro Guilherme de Souza Campos, gerente da empresa Gradiente. Além dessa comissão principal, foram constituídas mais quatro para dar apoio e que se reuniram separadamente para cuidar dos assuntos técnicos, logísticos, econômicos e jurídico do sindicato patronal. *Jornal A Crítica*, 16 de julho de 1986, p. 07.

<sup>500</sup> Documento “Paralisação no Distrito Industrial de Manaus” – agosto de 1984, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 83.

<sup>501</sup> De acordo Iraildes Caldas Torres, o Comitê da Mulher Trabalhadora foi fundado em 1986 com o intuito de aglutinar e representar a luta das mulheres em Manaus, agregando não só as mulheres metalúrgicas, mas também outras categorias de mulheres do movimento popular, do sindicato das assistentes sociais, da construção civil e associações de moradores. VER TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazônicas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

<sup>502</sup> Documento “Paralisação no Distrito Industrial de Manaus” – agosto de 1984, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 83.

sindicato, prevalecendo uma diretoria formada por trabalhadores. Contudo, mesmo sem uma representatividade efetiva na diretoria, as trabalhadoras do Distrito nos momentos de conflitos se fizeram presentes na maioria dos piquetes e nos momentos decisivos das greves, tendo atuação fundamental na luta em defesa dos direitos da categoria, como analisaremos no próximo capítulo.

Desse modo, o processo de organização e reestruturação interna do sindicato aproximou a base operária do movimento sindical metalúrgico, principalmente na tomada de decisão em relação ao andamento das negociações que pouco avançavam, mesmo com toda a pressão exercida sobre os empresários, com os trabalhadores de braços cruzados. Neste sentido, convém salientar que a presença dos trabalhadores no campo jurídico foi se acentuando, sobretudo, pelas relações de conflitos e desigualdades entre as partes envolvidas. Neste sentido, a Justiça do Trabalho ressignificou as formas de luta da classe trabalhadora e sua busca por direitos. Partindo desta perspectiva, Clarice Speranza destaca que “a Justiça do Trabalho atuou no sentido de limitar o arbítrio patronal, garantindo um mínimo de direitos aos trabalhadores,”<sup>503</sup> ampliando com isso paulatinamente os direitos da classe trabalhadora, embora as relações de trabalho ainda estivessem reguladas pelo aparato corporativista.

Em relação aos metalúrgicos do Amazonas, observamos que, desde o princípio das negociações da Convenção Coletiva de 1986, o sindicato esteve muito bem assessorado juridicamente e organizado internamente, embora tenha amargado, como veremos mais adiante, uma derrota sem precedentes nos tribunais. Segundo Fernando Bomfim, representante do sindicato patronal, a lentidão no processo de negociação da convenção era ocasionada pelos próprios trabalhadores, que discutiam isoladamente cada contraproposta, demandando mais tempo. Bomfim afirma que eram os trabalhadores que não respondiam às contrapropostas e que todas eram levadas em assembleia geral, mas no dia seguinte, não eram postas novamente em discussão, ficando a pauta sem uma definição.<sup>504</sup> Ainda segundo Bomfim, a maior dificuldade durante as reuniões era manter o diálogo com os trabalhadores, que se mostravam irredutíveis quanto à questão do piso salarial, inviabilizando um possível acordo.

O grande obstáculo para o sindicato patronal residia no fato de que havia diferenças estruturais e financeiras entre as empresas do DI, uma vez que existiam

---

<sup>503</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Confluências e impasses na produção historiográfica recente sobre a Justiça do Trabalho*. 16º Encontro Nacional da ABET. UFBA, Salvador (BA). p.01-16, 2018, p. 11.

<sup>504</sup> *Jornal do Commercio*, 24 de julho de 1986, p. 07.

empresas de pequeno, médio e grande porte. Por esse motivo, a rentabilidade e os custos operacionais eram diferenciados. Com isso, a exigência de um piso de 4,5 salários-mínimos para a categoria seria totalmente inviável para os empresários. Mesmo tentando seguir um cronograma, as negociações pouco avançaram e uma possível iminência de greve não esteve descartada durante todo este processo. A previsão para a última reunião ficou para o dia 31 de julho para que a data-base da categoria pudesse vigorar a partir de 01 de agosto. De acordo com *Jornal do Commercio*, as últimas reuniões foram marcadas pela ausência de compromisso e responsabilidade por parte dos empresários, que estariam levando o debate até as últimas consequências a fim de enfraquecer o poder de barganha dos trabalhadores. Das 58 pautas de reivindicação, até o dia 25 de julho, apenas 6 haviam sido aprovadas.<sup>505</sup>

A recusa em discutir com profundidade as demandas dos trabalhadores, principalmente as econômicas, demonstra que a convenção daquele ano estava fadada ao fracasso antes mesmo do prazo final estipulado entre os sindicatos. Vale ressaltar que as poucas reivindicações que foram aceitas, como por exemplo, aquelas relacionadas à alimentação e transportes, não representavam de fato uma grande conquista, pois eram pautas já obtidas na greve geral de 1985. Mesmo sem uma definição, o sindicato pediu aos trabalhadores união e paciência, esperando um posicionamento mais flexível dos empresários, segundo o *Jornal do Commercio*.<sup>506</sup> Prevendo a permanência do impasse, o sindicato intensificou as panfletagens nas portas das fábricas, principalmente com a proximidade do final das negociações.

Conforme o relatório das negociações da convenção coletiva de trabalho, a maioria das cláusulas foi negada ou não teve uma contraproposta do sindicato patronal, como por exemplo em relação à constituição de uma comissão de fábrica, participação nos lucros da empresa, estabilidade para as gestantes, direito à creche para menores de 3 anos, gratificação de 50% para o acúmulo de funções, reajuste salarial e trimestral, indenizações em caso de acidente de trabalho, redução da jornada, estágio, intervalo para repouso, anotações na CTPS e estabilidade para reclamante na justiça do trabalho.<sup>507</sup> É preciso pontuar que, entre essas pautas, a participação nos lucros da empresa foi pleiteada pela primeira vez em 1986. Mesmo sendo negada, foi um importante passo na luta dos

---

<sup>505</sup> *Jornal do Commercio*, 26 de julho de 1986, p. 05.

<sup>506</sup> *Idem*, p. 05.

<sup>507</sup> Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 53-66.

trabalhadores, sobretudo, pela postura patronal em alegar dificuldades financeiras para não conceder aumentos salariais.<sup>508</sup> Neste sentido, devemos compreender que a atitude do sindicato patronal em dificultar as negociações deve ser encarada com hostilidade em relação às demandas trabalhistas, prejudicando qualquer tipo de ação direta dos trabalhadores. Possivelmente, a derrota do sindicato patronal na greve da Moto Honda, alguns meses antes da convenção coletiva, tenha levado os patrões a agirem com rigidez no decorrer das negociações, temendo que a mobilização dos metalúrgicos se fortalecesse. Ao retratar esse processo de negociação, o *Jornal do Commercio* destacou que “os empresários se prepararam com mais rigor para fazer frente à movimentação operária.”<sup>509</sup> Essa conduta mais severa foi enfatizada pelo *Jornal do Commercio*, *A Crítica* e *A Notícia*.

Mesmo considerando inviáveis as reivindicações dos metalúrgicos, o representante do Sindicato Patronal, Fernando Bonfim, declarou ao jornal *A Crítica* que as greves ocorridas em 1985 e início de 1986 apresentaram um saldo positivo tanto para os trabalhadores como para os empresários, sobretudo por reconhecer o poder e os espaços que foram conquistados, ressaltando que “aos empresários coube se aparelhar e a aprender a negociar com os trabalhadores.”<sup>510</sup> No entanto, este discurso pacificador escondia o endurecimento e a intransigência que caracterizaram a postura dos empresários nas negociações, sem recuar em nenhum momento. Durante a discussão das pautas, não houve qualquer indício de que os trabalhadores levariam a convenção coletiva de trabalho a uma possível greve. Ao contrário, o Sindicato dos Metalúrgicos manteve todos os esforços para que, se houvesse essa possibilidade, seria o último recurso, devendo ser amplamente debatida com a categoria.

Algumas estratégias utilizadas pelo patronato durante as negociações – tais como demissões, ameaças aos líderes sindicais e repressão dentro das fábricas – foram episódios denunciados pelo Sindicato dos Metalúrgicos aos jornais locais. No jornal *A Crítica*, por exemplo, os trabalhadores da Gradiente e da Ericson denunciaram que estavam sendo mantidos em cárcere privado dentro das empresas. “Lá ninguém entra e ninguém sai”, disse uma operária ao se referir à Gradiente.<sup>511</sup> Outro caso apontado foi dos gerentes da

---

<sup>508</sup> A participação nos lucros deveria ser paga em agosto de 1986 e janeiro de 1987, no montante de 20% do lucro obtido pelas empresas referente aos anos de 1985 e 1986. *Jornal do Commercio*, 29 de junho de 1986, p.05. Apesar de ter sido uma luta antiga, os trabalhadores do Distrito somente conseguiram em 2002, o direito à Participação nos Lucros e Resultados (PRL).

<sup>509</sup> *Jornal do Commercio*, 01 de julho de 1986, p. 06.

<sup>510</sup> *Jornal A Crítica*, 01 de julho de 1986, p. 04.

<sup>511</sup> *Jornal A Crítica*, 06 de agosto de 1986, p. 03.

CCE que estavam oferecendo Cr\$ 50 para quem trabalhasse normalmente, segundo o vice-presidente da CIPA da empresa, João Batista. De acordo com o trabalhador, “isso aconteceu no passado e alguns trabalharam, mas este ano ninguém vai se sujeitar a isso.”<sup>512</sup> No *Jornal do Commercio*, os operários da empresa Coelma denunciaram que além do corte na alimentação, os cabeças da greve estavam sendo ameaçados de demissão.<sup>513</sup> O jornal *A Crítica*, a certa altura da greve, noticiou que o segundo tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos, Elias Sereno, havia sido preso pelo “Comando Vermelho” e apesar dos esforços dos advogados do sindicato, continuava preso.<sup>514</sup>

Essas atitudes foram encaradas pelo sindicato como um mecanismo para afastar os trabalhadores da campanha salarial e do seu direito de acompanhar esse processo. Neste sentido, as demissões foram motivo de desentendimento entre ambos os sindicatos – o dos Metalúrgicos e o Patronal –, onde os trabalhadores afirmavam que os patrões estavam burlando o acordo, e os empresários, por sua vez, rebatiam dizendo que em casos de justa causa ou em período de experiência elas seriam legais e que havia apenas uma recomendação, e não uma exigência em relação às demissões. Segundo Bomfim, a entidade sindical não tinha poderes para determinar que os empresários não fizessem demissões, estando esta determinação fora de sua alçada.<sup>515</sup>

Conforme o prazo para o fim das negociações se aproximava, mais as queixas em relação ao endurecimento por parte dos empresários aumentavam, sobretudo, pela reclamação de que as cláusulas eram discutidas, mas não se chegava a nenhum acordo. O próprio Ricardo Moraes chegou a afirmar que da “forma como os patrões estão radicalizando as discussões é evidente que existe uma vontade de provocar o confronto.”<sup>516</sup> Como as negociações pareciam fadadas ao fracasso, o confronto de fato aconteceu e já era noticiado pela imprensa que uma grande greve estava na iminência de ser deflagrada. Em um artigo encontrado no jornal *A Crítica*, intitulado “Convivência Harmônica”, vemos que a greve já era apresentada como um fato concreto e, naquele cenário, inevitável, mostrando que tanto os empresários como os metalúrgicos não admitiam recuos. O artigo procurou apontar que ambos os sindicatos deveriam se unir para derrotar um inimigo comum: a crise econômica. Segundo o jornal, se a conciliação

---

<sup>512</sup> Idem, p. 03.

<sup>513</sup> *Jornal do Commercio*, 08 de agosto de 1986, p. 04.

<sup>514</sup> De acordo com o jornal *A Crítica*, o sindicalista foi preso n dia 12 de agosto de 1986, acusado de subversão pela Polícia Militar, mas foi liberado após um dia. *Jornal A Crítica*, 06 de agosto de 1986, p. 03.

<sup>515</sup> *Jornal do Commercio*, 24 de julho de 1986, p. 06.

<sup>516</sup> *Jornal A Crítica*, 24 de julho de 1986, p. 05.

não fosse alcançada, empresários e trabalhadores dariam uma prova pública que eram insuficientes para administrarem seus próprios problemas, dando margem para que o Estado intervisse através da Justiça do Trabalho.<sup>517</sup> O discurso do artigo era de que a conciliação demonstraria a maturidade nas negociações e do caráter de consciência e responsabilidade das partes envolvidas, de uma verdadeira “convivência harmônica e de paz social.”<sup>518</sup>

Embora não fosse o objetivo do Sindicato dos Metalúrgicos, o indicativo de greve se consolidava a cada negativa dos empresários. Em um dos panfletos de mobilização distribuídos em uma das assembleias gerais, intitulado “Vamos repetir a dose – 36 mil metalúrgicos na luta”, fica evidente a disposição dos trabalhadores para o confronto. A insatisfação dos trabalhadores foi agravada por um estudo divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que apresentava uma comparação entre os salários médios das fábricas de São Paulo e Manaus: tomando como fonte as guias de contribuição sindical, as empresas de São Paulo pagavam até 118% a mais em relação às de Manaus.<sup>519</sup> Segundo o técnico do DIEESE, essa diferença salarial poderia ser explicada pelo fato de estar relacionada ao grande contingente de mão de obra feminina e de operários sem qualificação. No entanto, para o sindicato patronal, a divulgação deste estudo atrapalhava o já conflituoso processo das negociações, tendo em vista que esses dados reacendiam antigas divergências salariais entre os setores eletroeletrônico e metalúrgico de Manaus e de São Paulo.

Conforme o cronograma, a última reunião ocorreu no dia 31 de julho de 1986,<sup>520</sup> uma quinta-feira, sem que empregados e patrões chegassem a um acordo, principalmente no quesito econômico. Em assembleia geral que contou aproximadamente com 2.500 trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos descartou que o início da greve pudesse ocorrer no dia 01 de agosto, sexta-feira. Tal decisão foi adiada para o dia 04 de agosto, segunda-feira, com o intuito de terem a oportunidade de fechar um possível acordo durante o final de semana, afastando a possibilidade de paralisação das empresas do Distrito.<sup>521</sup> No entanto, a contraproposta patronal de um piso salarial de Cr\$ 1.600,00<sup>522</sup>,

---

<sup>517</sup> *Jornal A Crítica*, 28 de julho de 1986, p. 05.

<sup>518</sup> *Idem*, p. 05.

<sup>519</sup> *Jornal do Commercio*, 29 de julho de 1986, p. 07.

<sup>520</sup> Cabe salientar que o piso salarial vigente era de Cr\$ 700 mil, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho de 1985.

<sup>521</sup> *Jornal do Commercio*, 31 de julho de 1986, p. 05.

<sup>522</sup> Cabe salientar que o piso salário vigente era de Cr\$ 700 mil, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho de 1985.

aumento real de 4% e redução da jornada de trabalho de 48 para 46 horas semanais foi considerada pela categoria metalúrgica como “pólvora pura” para que a greve fosse deflagrada.<sup>523</sup> Tal proposta foi considerada indecente e sem coerência por parte dos trabalhadores, o que causou insatisfação geral na categoria. Na avaliação do último dia de negociação, a comissão que representava os operários do Distrito lamentou que as duas únicas cláusulas de cunho político – que eram estabilidade no emprego e a criação de comissões de fábrica – não foram sequer discutidas, tendo sido recusadas imediatamente pelo sindicato patronal. Outra constatação feita foi de que o diálogo se manteve enrijecido, onde o *Jornal do Commercio* caracterizou esse momento como “uma verdadeira batalha de corpo a corpo, no qual o tempo é o pior inimigo”.<sup>524</sup> Todos esses caminhos apontavam em direção à paralisação, confirmando a tendência de que os trabalhadores estavam ainda mais mobilizados e organizados do que em 1985.

Sem acordo, aproximadamente 3.000 trabalhadores decidiram em assembleia geral realizada em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos, no dia 04 de agosto de 1986, pela deflagração da greve.<sup>525</sup> Segundo o jornal *A Crítica*, foi uma assembleia inflamada, onde sequer surgiu uma proposta contrária à ideia de greve. O próprio presidente dos metalúrgicos, Ricardo Moraes, pediu cautela e paciência aos trabalhadores, argumentos estes que foram interrompidos aos gritos de “greve! greve! greve já.”<sup>526</sup> No início da assembleia, Moraes fez uma breve retrospectiva da proposta patronal, que a cada cláusula era interrompida sob vaias e gritos de greve. Ao final, o sindicalista pontuou que o sucesso ou o fracasso do movimento dependia de cada trabalhador. Neste momento, todos pediam a paralisação do Distrito Industrial. Colocada em votação, a decisão pela greve foi aprovada por unanimidade, conforme o jornal *A Crítica*.<sup>527</sup>

No entanto, apesar da aprovação da categoria, a diretoria do sindicato parecia divergir quanto à decisão de paralisação. Enquanto Ricardo Moraes parecia apoiar a decisão dos trabalhadores, o vice-presidente dos metalúrgicos, Elson Melo, tentou acalmar os ânimos, argumentando que a diretoria estava incitando os trabalhadores a aderirem à greve. Para Elson, a proposta patronal deveria ser novamente discutida, o que

---

<sup>523</sup> A categoria metalúrgica reivindicava um piso salarial de Cr\$ de 3.618.00, aumento real de 24% e redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais. *Jornal A Crítica*, 02 de agosto de 1986, p. 03.

<sup>524</sup> *Jornal do Commercio*, 03 de agosto de 1986, p. 04.

<sup>525</sup> A assembleia geral teve início às 19:00 do dia 04 de agosto de 1986 em clima de euforia e com faixas e bandeiras da campanha salarial. A greve teve início logo nas primeiras horas do dia 05 de agosto.

<sup>526</sup> *Jornal A Crítica*, 05 de agosto de 1986, p. 05

<sup>527</sup> *Idem*, p. 05.

não ocorreu pela interrupção dos trabalhadores pedindo a imediata paralisação das empresas.<sup>528</sup> Ao recordar esse episódio, Elson Melo destaca que:

Eu cheguei na assembleia, comecei a fazer a introdução para já fazer o clima, quando comecei a discutir melhor a proposta, a volta a mesa de negociações, para que não se evoluísse para se fazer uma greve, a reação foi péssima. Nunca tinha levado uma vaia, e naquele dia, eu levei uma vaia daquelas. A nossa assembleia foi em frente do sindicato dos metalúrgicos e aquela rua estava toda tomada. Da Ferreira Pena à Leonardo Malcher, e o palanque foi armado em frente ao sindicato. Ali eu levei uma vaia e aí eu pensei, ninguém vai brincar com essa assembleia, não. Eles queriam greve. Eles gritavam: “É greve, é greve, é greve!!! Ali eu já me queimei, e Ricardo disse: não se queima, vai lá e propõe a greve. Éramos só nós dois para discutir naquele momento. Então eu disse: “Vou acompanhar a assembleia”. Não vamos brincar com a assembleia de jeito nenhum. Aí fomos para a greve.<sup>529</sup>

Por essa fala, observamos que os trabalhadores estavam dispostos a encarar todos os percalços e desafios que uma greve impunha, sobretudo, pela postura adotada pelo sindicato patronal de intransigência e inflexibilidade. Após acalmados os ânimos e com a aprovação da greve, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos iniciou as orientações aos trabalhadores acerca de como proceder no primeiro dia de greve, ressaltando os cuidados com a repressão e a organização do movimento dentro e fora das empresas. A partir daquele momento, o Distrito Industrial pararia novamente, desta vez, com desdobramentos diferentes daqueles vistos em 1985.

### **3.3 – Das mesas de negociações aos tribunais: os desdobramentos da greve geral de 1986**

Na arena jurídica, o significado das negociações articulava interesses de classe e proteção legal. Nesta relação, a Justiça do Trabalho e a legislação trabalhista, evidenciou as lutas da classe trabalhadora pela conquista e efetiva concretização de seus direitos, sobretudo, pela representação dos trabalhadores nos tribunais. Em relação aos metalúrgicos de Manaus, por exemplo, está atuação reconheceu os conflitos fabris via justiça, especialmente nas relações entre patrões, empregados e sindicato. Diante disso, esgotadas todas as tentativas de negociações como vimos anteriormente, a greve teve início logo nas primeiras horas do dia 05 de agosto de 1986. Neste primeiro dia, seguindo uma estratégia diferente daquelas adotadas em greves anteriores, os trabalhadores se concentraram na área externa das empresas e cruzaram os braços, ao mesmo tempo, em que as comissões de fábrica formadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos percorreram outras

---

<sup>528</sup> Idem, p. 05.

<sup>529</sup> Entrevista com Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 13 de abril de 2019, p. 07.

empresas para que estas aderissem ao movimento, objetivando a paralisação em massa do Distrito Industrial.<sup>530</sup> De acordo com o *Jornal do Commercio*, um total de 16 empresas paralisaram total e parcialmente neste primeiro dia. Na estimativa do sindicato, paralisaram por volta de 13 mil operários, correspondendo a cerca de 70% dos trabalhadores sindicalizados e cerca de 30% do total da categoria metalúrgica.<sup>531</sup>

Conforme a fala de Elson Melo ao *Jornal do Commercio*, os piquetes que foram realizados no dia 05 não tiveram qualquer incitação direta por parte da diretoria do sindicato, sendo uma iniciativa dos próprios trabalhadores. A adesão contou ainda com ampla participação das empresas de grande porte, como a Gradiente, Sony, Philips, Sanyo, CCE e Ericson.

**Tabela 1 – primeiro dia da greve**

<b>Empresa</b>	<b>Número de empregados existentes (*)</b>	<b>Percentual paralisado (%)</b>
CCE	3.000	90%
Ericson	850	90%
Neo Life	350	90%
Philips	1.500	90%
Sanyo	1.500	20%
Gradiente	4.000	90%
Coelma	300	80%
Moto radio	700	70%

Fonte: dados organizados pela autora a partir dos documentos encontrados no arquivo da Pastoral Operária

Nesta tabela, previamente podemos mapear a adesão de empresas de pequeno e grande porte no primeiro dia de paralisação. O efeito cascata é nítido neste primeiro momento, mobilizando as grandes empresas e se estendendo para as menores. Conforme os jornais locais, a empresa Gradiente foi a primeira a aderir ao movimento, “no pátio da fábrica, centenas de trabalhadores circulavam com seus uniformes ou permaneciam na grama. Todos afirmavam em coro que a fábrica estava totalmente parada.”<sup>532</sup> Em outras empresas, como a CCE e a Sanyo, ocorreram registros de tumultos em decorrência da intervenção da Polícia Militar. Neste sentido, cabe salientar que a polícia esteve de perto para vigiar e reprimir os trabalhadores, sobretudo, onde a adesão alcançou os maiores índices. Nas empresas Ericson e Coelma, além da proeminente presença da polícia, houve

<sup>530</sup> Documento “Paralisação no Distrito Industrial de Manaus” – agosto de 1986, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 02-03.

<sup>531</sup> Dados encontrados no documento intitulado, “Greve Geral de 1986” - arquivo da Pastoral Operária, p.13.

<sup>532</sup> *Jornal A Crítica*, 06 de agosto de 1986, p. 04.

por parte dos trabalhadores denúncias de agressões físicas cometidas por seguranças e gerentes. Até mesmo a imprensa ao cobrir o movimento foi duramente contida pela diretoria das empresas, sobretudo, ao serem questionados sobre quais passos deveriam ser adotados pelo sindicato patronal a fim negociar o retorno dos operários ao trabalho.<sup>533</sup> A instrução era não dar informações à imprensa sobre qualquer movimentação dentro das empresas, gerando um clima de incerteza e terror no Distrito Industrial.

Mesmo com a presença massiva dos trabalhadores, na avaliação do sindicato patronal, o movimento paredista não foi considerado de grandes proporções, minimizando os impactos da greve. Para Fernando Bomfim, o endurecimento nas mesas de negociações poderia levar novamente os operários aos tribunais, caso não houvesse um acordo. O tom era conciliador, sobretudo, por considerar que a continuidade do movimento não beneficiaria nem os empresários e muito menos os trabalhadores. Apesar deste discurso, inúmeras queixas são encontradas nos jornais fazendo referências as formas de coação e pressão sofridas pelos operários. Ao lembrar deste primeiro momento da greve, Ricardo Moraes ressalta que “os trabalhadores estavam naquele instante, recebendo propostas de aumento salarial e gratificações ou mesmo que pudessem convencer os companheiros a retornar ao trabalho.”<sup>534</sup> A partir desta fala, podemos observar que todo o tipo de tática e estratégia foi utilizado pelos patrões para persuadir o operário. Tal método também foi usado na greve geral de 1985, dos quais muitos trabalhadores foram enganados com a promessa de promoções e recompensas.

Outro procedimento adotado pelas empresas foi o corte na alimentação, igualmente utilizado em outros movimentos. O objetivo era enfraquecer a mobilização operária, provocando a retomada compulsória ao trabalho. Houve denúncias de operárias grávidas que ficaram horas sem o fornecimento de alimentação e água no período inicial da greve. Uma dessas operárias declarou ao jornal *A Crítica* “que mesmo sem comer nada, da greve eu não saio.”<sup>535</sup> Segundo o próprio jornal, a trabalhadora em questão se chamava Edna Santos, possuía 22 anos e estava grávida de 6 meses. Sua denúncia dizia a respeito do tratamento destinado às mulheres na empresa CCE, incluindo cárcere de privado. É possível observar que nessa empresa, em especial, a greve esteve sob a liderança das operárias, fazendo frente ao movimento. Obviamente que essa característica não se

---

<sup>533</sup> Idem p. 04.

<sup>534</sup> Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 04 de fevereiro de 2021, p. 04.

<sup>535</sup> Jornal *A Crítica*, 06 de agosto de 1986, p. 04.

restringiu apenas à CCE, tendo em vista que as mulheres representavam uma parcela significativa da categoria metalúrgica e foram atuantes no decorrer das greves.<sup>536</sup> Acerca destes episódios, a ex-trabalhadora da empresa Evadin, Miracelma Silva Souza recorda que “a pressão era ainda maior em cima das lideranças mulheres. Era um terror psicológico enorme. E em 86, eles fizeram mais pressão. Eu como liderança fui muito perseguida.”<sup>537</sup> Quanto mais o movimento paredista se fortalecia, mais coação as trabalhadoras e os trabalhadores sofreram. E foi assim durante todo o processo de paralisação.

Apesar desta constatação, ainda no primeiro dia de greve, o presidente dos metalúrgicos considerou o movimento vitorioso, considerando que a projeção inicial era de paralisar 10 empresas e, ao todo, trabalhadores de 16 empresas aderiram à greve. Moraes declarou que a greve foi mais consciente que a de 1985 e que os metalúrgicos estavam mais unidos.<sup>538</sup> Segundo o sindicalista, a estratégia de manter os trabalhadores nas dependências das empresas foi mais eficaz daquela adotada em 1985, cuja concentração de operários se deu pelas ruas do Distrito, onde a repressão e violência foram ainda maiores. Mesmo diante de um quadro aparentemente vitorioso, como os empresários se recusaram a negociar, a Delegacia Regional do Trabalho foi convocada para mediar os trabalhos. A primeira reunião foi marcada para o 06 de agosto, às 09:00. Dentro deste contexto, é preciso sublinhar que a categoria recebeu o apoio de entidades como da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB).<sup>539</sup> Essa cooperação foi importante para dar fortalecimento à causa operária, auxiliando os metalúrgicos a prosseguir na greve.<sup>540</sup>

Na DRT, a reunião foi presidida pelo delegado Manoel Nogueira, contando com a presença de Pedro Guilherme de Souza Campos, coordenador das comissões das

---

<sup>536</sup> Em relação à participação feminina nas greves, discorreremos no próximo capítulo.

<sup>537</sup> Entrevista com Miracelma Silva Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 20 de março de 2021, p. 05.

<sup>538</sup> Convém destacar que o mesmo grupo que esteve à frente do sindicato dos metalúrgicos nas mobilizações em 1985, permaneceu o mesmo na greve geral de 1986. *Jornal A Crítica*, 06 de agosto de 1986, p. 05.

<sup>539</sup> *Idem*, p. 05.

<sup>540</sup> É preciso pontuar que o ano de 1986 foi o período de eleições estaduais. Neste sentido, o Sindicato dos Metalúrgicos chegou a declarar em algumas ocasiões durante a greve que alguns partidos políticos, sem citar quais, estava tentando tirar proveito do movimento paredista para se promover. Com isso, o sindicato alertou os trabalhadores que se algum partido político viesse falar em nome do sindicato, tal afirmação seria enganosa. Para evitar alguma desavença, o sindicato adesivou com a logo da entidade, os carros que percorriam o Distrito Industrial para facilitar a identificação de quem fazia parte efetivamente do movimento. *Jornal A Crítica*, 08 de agosto de 1986, p. 06.

empresas, e o advogado José Roberto Cazeri. Do lado dos trabalhadores, esteve Ricardo Moraes, o assessor jurídico, Paulo Araújo, e o advogado José de Oliveira Barroncas.<sup>541</sup> Nesta audiência de conciliação, o delegado solicitou das partes envolvidas as propostas e contrapropostas para colocar em pauta na negociação. O Sindicato dos Metalúrgicos, neste momento, entregou a pauta de reivindicações dos trabalhadores e um relatório das negociações que foram realizadas, onde continha a contraproposta dos empresários. O sindicato patronal, por sua vez, declarou que a contraproposta realizada se tornava sem validade, considerando que a greve havia sido deflagrada. O representante dos metalúrgicos, porém, afirmou que estava disposto a negociar, chegando a perguntar ao delegado, Manoel Nogueira, que permanecendo a negativa dos empresários, se a própria DRT não poderia apresentar uma proposta conciliatória para ambos.<sup>542</sup>

Neste momento, a DRT apresentou uma proposta intermediária, não de 24% como almejavam os trabalhadores e nem os 4% oferecidos pelos empresários. A DRT propôs 15% de aumento salarial, cuja proposta foi sequer debatida e logo em seguida rejeitada pelo sindicato patronal, que não aceitou negociar enquanto os metalúrgicos estivessem em greve. Com este argumento, a decisão da DRT foi encaminhar a pauta para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para a instauração do dissídio coletivo.<sup>543</sup> Acerca desta decisão, o jornal *A Crítica* noticiou que a imprensa foi impedida de acompanhar a reunião de conciliação a pedido do sindicato patronal, com a argumentação de que os jornalistas poderiam atrapalhar as negociações. Desta forma, a alegação dos empresários foi aceita pelo delegado, que prontamente solicitou a retirada da imprensa da sala da DRT. O jornal ainda ressaltou que o posicionamento de ambos os sindicatos foi bem dividido e definido. Enquanto os metalúrgicos apontavam uma disparidade considerável na questão salarial em relação a outros trabalhadores de outras regiões, os empresários retrucaram dizendo que forneciam alimentação e transporte, o que justificaria os baixos salários. Os trabalhadores munidos de vários dados econômicos que comprovavam a defasagem salarial refutaram esse argumento.<sup>544</sup>

Um dos motivos para a permanência do impasse foi essa alegação falaciosa por parte dos empresários, endossando ainda mais as divergências entre patrões e empregados. Enquanto as discordâncias persistiam, os comandos de greve se mobiliza-

---

<sup>541</sup> Processo TRT N° DC02/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 130.

<sup>542</sup> Idem, p. 133.

<sup>543</sup> Idem, p. 133.

<sup>544</sup> Jornal *A Crítica*, 07 de agosto de 1986, p. 04.

vam mais intensamente na porta das fábricas. Como relembra Elias Sereno de Souza, trabalhador da empresa Philips e ex-dirigente do sindicato, a tática utilizada neste momento foi de “mobilizar os comandos na porta de cada fábrica. A kombi do sindicato percorreu todo o Distrito assim. Fazendo um rápido discurso de mobilização, chamando os que ainda não estavam de greve a parar também.”<sup>545</sup> Esta estratégia foi empregada para evitar que os grevistas saíssem da empresa e fossem surpreendidos pela ação da polícia, que esteve presente no entorno das fábricas no decorrer da greve. Após a tentativa frustrada no TRT, o dia 06 de agosto, o segundo dia de greve, as adesões ao movimento se intensificaram, conforme a tabela abaixo.

**Tabela 2 – segundo dia da greve**

<b>Empresa</b>	<b>Número de empregados existentes (*)</b>	<b>Percentual paralisado (%)</b>
Sharp	2.000	80%
Mabrás	250	100%
Dismac	500	100%
Semp Toshiba	1.000	95%
Icel	50	100%
Caloi	600	100%
Telefunken	900	100%

Fonte: dados organizados pela autora a partir dos documentos encontrados no arquivo da Pastoral Operária

Pela tabela descrita acima, o segundo dia de greve foi caracterizado pela anuência das empresas de pequeno porte, diferentemente do que ocorreu no primeiro dia. Com isso, o número de empresas paradas subiu para 23, somando um total de quase 20 mil operários de braços cruzados. Com este aumento substancial, o sindicato patronal impetrou um pedido de ilegalidade da greve junto ao TRT, o qual teve julgamento previsto para o dia 07 de agosto. Ainda no segundo dia, a mobilização dos metalúrgicos contou com o apoio da estatal Siderema, do ramo da siderúrgica, fortalecendo a greve. Ao todo, foram 400 operários que também se juntaram aos trabalhadores do Distrito pedindo aumento salarial. O próprio Ricardo Moraes comandou a paralisação da Siderema, mesmo não sendo o presidente da categoria.<sup>546</sup> Isso mostrou a confiança e a força política adquirida pela

<sup>545</sup> Entrevista com Elias Sereno de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 20 de fevereiro de 2021, p. 03.

<sup>546</sup> A Companhia Siderúrgica da Amazônia Sociedade Anônima (SIDERAMA), sociedade por ações de capital autorizado, regida por estatuto e disposições legais, com prazo de duração indeterminado e sede social em Manaus, no estado do Amazonas, tinha por finalidade a fabricação, transformação, importação, exportação e comercialização de produtos siderúrgicos nacionais e estrangeiros e de suas matérias-primas. Seu estatuto social consolidado foi aprovado por Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 1978, que o adaptou à lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Inicialmente sob o controle acionário da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM),

categoria metalúrgica dentro do sindicalismo amazonense, sobretudo, em um contexto de crise econômica, determinando o nível de organização dos trabalhadores em comparação às experiências vividas anteriormente.

Na audiência de conciliação no TRT, no dia 07 de agosto, terceiro dia de greve, o sindicato patronal não apresentou nenhuma contraproposta. Desta forma, o TRT apresentou uma proposta de 13% de aumento salarial, reajuste automático toda vez que a inflação atingisse 10% e redução da jornada de trabalho de 48 para 45 horas. Como resposta, os empresários alegaram ser totalmente inviável tal oferta e que não haveria contraproposta. Sem novamente um acordo, uma nova audiência foi marcada para o dia 08 de agosto às 09:00.<sup>547</sup> A análise do pedido de ilegalidade da greve foi adiada e remarcada para esta nova audiência. Mesmo sob forte pressão, o movimento paredista continuou crescendo, como podemos observar abaixo.

**Tabela 3 – terceiro dia da greve**

<b>Empresa</b>	<b>Número de empregados existentes (*)</b>	<b>Percentual paralisado segundo a categoria (%)</b>	<b>Percentual paralisado segundo os empresários (%)</b>
Philips	2.500	95%	45%
CCE	5.000	95%	90%
Gradiente	4.000	95%	50%
Sharp	3.500	80%	10%
Ericsson	800	98%	22%
Coelma	300	90%	40%
Caloi	—	98%	100%
Monark	—	50%	50%
Motovespa	—	70%	—
Same/Pirelli	150	90%	60%
Sony	—	80%	16%
Lesson	100	90%	100%
Neo Life	150	80%	—
Motorádio	700	80%	21%
CIA	—	80%	90%
Sanyo	1.200	90%	35%
Yamaha	—	80%	50%

conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 1 de julho de 1983, passou a ser vinculada ao Ministério da Infraestrutura, conforme estatuto referendado pela reunião da Diretoria, em 18 de outubro de 1990. A resolução n. 10, de 18 de setembro de 1997, do Conselho Nacional de Desestatização (CND), aprovou a dissolução da empresa e o decreto n. 2.361, de 31 de outubro de 1997, regulamentou a sua extinção. Na época da greve geral do Distrito, a Siderema tinha como diretor presidente da empresa, o Cel Joaquim Pessoa Igreja Lopes. No entanto, não foi possível identificar qual sindicato representava os trabalhadores da estatal. Informações retiradas do site: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/>

<sup>547</sup> Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 225-226.

Dismac	500	80%	10%
Alfa Digital	100	90%	—
Semp Toshiba	1.000	80%	20%
Telefunken	800	80%	1%
Icel	—	80%	—
Sedasa	160	80%	40%
ICA	—	90%	—
Metalmecânica	250	30%	—
Siderema	500	100%	26%
Metalfino	50	—	
Digiponto	150	70%	—
Douglas	800	20%	10%
Milmar	850	—	60%
SBR	800	—	35%

Fonte: dados organizados pela autora a partir dos documentos encontrados no arquivo da Pastoral Operária e nos jornais durante o período da greve.

Fazendo uma avaliação preliminar da greve até este momento, podemos observar que a resistência operária foi uma das características do movimento paredista em 1986, sobretudo, pela pressão exercida pela polícia no entorno das fábricas. No entanto, estas intimidações não frearam a atuação dos trabalhadores, endossando ainda mais as críticas à legislação trabalhista, ao governo e ao autoritarismo patronal. Como pode ser notado nas tabelas descritas acima, a greve contou com uma rápida adesão da categoria metalúrgica, angariando inclusive o apoio de outras classes de trabalhadores. Em relação às adesões, como pode ser analisado na tabela 3, houve divergências nos índices de paralisações entre os dados informados pelo Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato Patronal. Enquanto, até o terceiro dia, os metalúrgicos informavam que a greve no Distrito Industrial havia atingido mais de 20 mil operários e parado 31 fábricas. Os empresários rebateram esta informação, dizendo que o número oficial não ultrapassava 12 mil trabalhadores e 25 fábricas paralisadas.<sup>548</sup> Segundo dados do próprio Sindicato dos Metalúrgicos, nesta fase da greve a adesão correspondeu a cerca de 72% da categoria.<sup>549</sup> Contestando esta estatística, os empresários argumentaram que o percentual não ultrapassava 24%, afirmando que “os trabalhadores não dispunham de um departamento estatístico para informar com precisão quem de fato estava em greve.”<sup>550</sup> Desta forma, o percentual apresentado pelo sindicato patronal foi consideravelmente inferior ao apontado pelos metalúrgicos.

<sup>548</sup> *Jornal do Commercio*, 08 de agosto de 1986, p. 11.

<sup>549</sup> Este dado foi encontrado em um documento intitulado, “Greve Geral de 1986” - arquivo da Pastoral Operária, p. 15.

<sup>550</sup> *Jornal do Commercio*, 08 de agosto de 1986, p.11.

Podemos compreender essa divergência como um método de desmerecimento utilizado pelos empresários em relação à organização operária. Admitir tais características era reconhecer a mobilização metalúrgica no interior das fábricas, apesar das limitações impostas pela legislação trabalhista e da forte repressão patronal e policial. Além disso, depreciar a amplitude da greve colocava em xeque a própria legitimidade da paralisação e da rede de apoio alcançada pelos metalúrgicos junto à sociedade civil, à imprensa e aos partidos políticos. Apesar das enormes discrepâncias, a greve de 1986 contemplou novos padrões de ação coletiva dentro Distrito Industrial, derivados de interesses comuns e de articulações proletárias. Tal interpretação é semelhante às apontadas por Francisco Barbosa de Macedo, ao examinar a greve de 1980 e as redes sociais de mobilização dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Para o autor, apontar as expressões negativas de mobilizações operárias tinha o efeito de desqualificá-las, atribuindo conotações divergentes das movimentações coletivas.<sup>551</sup>

Retomando a questão da conciliação entre patrões e empregados, a audiência de conciliação marcada para o dia 08 de agosto, quarto dia de greve, com mediação do TRT o sindicato patronal frisou que não negociava enquanto os metalúrgicos estivessem em greve, destacando que seriam improcedentes as reivindicações por eles levantadas diante da situação econômica de crise que o país atravessava, reforçando o pedido de ilegalidade da greve. Para os empresários, a greve não seria apenas ilegal por não cumprir as formalidades previstas na Lei 4.330/64, mas principalmente pelo seu aspecto essencialmente político, “inserindo-se no Plano Nacional liderado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) de boicote à desestabilização do Plano Cruzado instituídos pelos Decretos Leis 2283/86 e 2284/86.”<sup>552</sup> Expostas tais alegações, o Sindicato dos Metalúrgicos contestou, dizendo que os procedimentos para a deflagração da greve foram cumpridos e que as reivindicações realizadas, principalmente em relação à questão do aumento salarial, foram baseadas no aumento do custo de vida em Manaus em 1986, atingindo um aumento de 6,2% no mês de junho.<sup>553</sup>

---

<sup>551</sup> VER MACEDO, Francisco Barbosa. *A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo*. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2010.

<sup>552</sup> Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 225-226.

<sup>553</sup> O Sindicato dos Metalúrgicos utilizou dados estatísticos para rebater os empresários. Segundo dados do DIEESE, o custo de vida em Manaus em 1986 subiu 387,65%, enquanto a base de reajuste salarial foi de 233,65%. Por outro lado, o lucro líquido declarado pelas empresas cresceu em média 1.702,9%, quando no mesmo período, os salários foram reajustados apenas em 228%. Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 235.

Mediante as premissas expostas por ambos os lados, o TRT decidiu rever as cláusulas da Convenção Coletiva com o objetivo de eliminar as disparidades, sem, contudo, propor um novo acordo intermediário para os sindicatos. Esta decisão visou assegurar os direitos já adquiridos pelos trabalhadores no decorrer das negociações. Em relação às formalidades previstas na Lei 4.330/64, o tribunal considerou improcedente o pedido dos empresários. Uma nova audiência foi marcada para o dia 09 de agosto, um sábado. Enquanto isso, os trabalhadores marcaram uma assembleia geral para fazer uma avaliação geral do movimento. No quarto dia de greve, a adesão girou em torno de 34 empresas paralisadas, somando um total de 22 mil trabalhadores. Neste momento, a tensão aumentou, sobretudo, pelo risco de decretação da ilegalidade da greve pelo TRT. Caso fosse considerada ilegal, as empresas poderiam demitir os operários por justa causa, de acordo com legislação trabalhista com base na Lei 4.330/64.<sup>554</sup>

Nesta fase, a greve passou a representar um perigo para os trabalhadores. Mesmo confiando na disposição dos operários em permanecer de braços cruzados, Ricardo Moraes começou a dar sinais de que o movimento paredista não se sustentaria por muito tempo. Ao relembra este instante crucial da greve, Moraes recorda que, naquele momento, “apesar da boa vontade, a gente sabia que a categoria não sustentava aquela greve por muito tempo. Nós tínhamos isso claro pelas avaliações feitas naqueles dias. As audiências no TRT foram tensas e sem qualquer tipo de resolução.”<sup>555</sup> Nesta altura, a repressão começou a se intensificar na porta das fábricas. O sindicato começou a denunciar as atitudes coercitivas da Polícia Militar, onde dezenas de trabalhadores estavam sendo espancados, principalmente aqueles que tentavam iniciar algum piquete. Segundo o jornal *A Crítica*, as empresas Sharp, CCE, Gradiente e Telefunken foram as recordistas em denúncias de práticas violentas contra os metalúrgicos, incluindo mulheres grávidas.<sup>556</sup> Na CCE, por exemplo, “estavam carimbando em vermelho a carteira dos funcionários para não arrumarem outro emprego.”<sup>557</sup> Na empresa Gradiente os crachás estavam sendo confiscados e na Telefunken, trabalhadoras gestantes estavam desmaiando por falta de alimentação.<sup>558</sup>

---

<sup>554</sup> Jornal *A Crítica*, 08 de agosto de 1986, p. 07.

<sup>555</sup> Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 04 de fevereiro de 2021, p. 04.

<sup>556</sup> Jornal *A Crítica*, 08 de agosto de 1986, p. 07.

<sup>557</sup> Idem, p. 07.

<sup>558</sup> Idem, p. 07.

Nesta etapa da greve, o diálogo cedeu lugar à repressão. Os operários que tentavam convencer outros trabalhadores a aderirem o movimento foram duramente contidos pelos seguranças das fabricas que, por diversas vezes, foram até mais violentos que a própria PM. Esperando uma solução, patrões e empregados aguardavam o julgamento do TRT com apreensão, levando em conta que o movimento se arrastava para o quinto dia. Surpreendentemente no dia 09 de agosto, o tribunal decidiu por unanimidade pela “extinção da greve”, sem entrar no mérito quanto às formalidades intrínsecas exigidas pela Lei 4.330/64. O juiz considerou que o estado de greve seria incompatível com o julgamento do dissídio coletivo, ou seja, seria impossível julgar o pedido de dissídio enquanto a greve estivesse em andamento.<sup>559</sup>

A princípio, tal decisão culminaria na volta dos metalúrgicos ao trabalho para que fosse dada a continuidade do julgamento de dissídio coletivo. Antes de deliberar a extinção do movimento, o TRT tentou a última proposta de conciliação, sugerindo um reajuste salarial de 10% e um piso de três salários-mínimos. Neste instante, o Sindicato dos Metalúrgicos pediu a suspensão do julgamento para que as partes pudessem retomar as negociações, frisando que os trabalhadores estavam dispostos a rever suas pautas. Imediatamente, o sindicato patronal retrucou dizendo que não tinha como aceitar a proposta do TRT e que desejava a ilegalidade da greve. Esta audiência foi permeada de discussões, controvérsias e ânimos exaltados. Neste sentido, Ricardo Moraes rememora que “o cansaço já tomava conta do ambiente quando foram lançadas as propostas dos juízes. O relator disse que não podia votar em um dissídio sob pressão. Os trabalhadores teriam que voltar ao trabalho.”<sup>560</sup> Foi neste ambiente extenuante que os metalúrgicos escutaram atentamente o desenrolar das discussões entre os juízes que, em algumas ocasiões, divergiram quanto ao entendimento da greve e da apreciação de sua ilegalidade. Segundo o jornal *A Crítica*, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos saíram do tribunal confusos. O mesmo sentimento foi partilhado pelo sindicato patronal, afirmando que “a decisão do TRT foi inusitada, mas também que entendiam a sentença praticamente estava decretando a ilegalidade da greve, mesmo sendo uma deliberação incomum.”<sup>561</sup>

Neste sentido, criou-se um leve tumulto entre ambos os sindicatos. De acordo com o *Jornal do Comercio*, “ninguém jamais ouviu falar sobre extinção da greve, no qual as

---

<sup>559</sup> Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 240.

<sup>560</sup> Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 04 de fevereiro de 2021, p. 05.

<sup>561</sup> *Jornal A Crítica*, 10 de agosto de 1986, p. 08.

partes tentavam entre si, entender o veredito do TRT. Não sabiam definir se havia greve ou não.”<sup>562</sup> Imediatamente, o Sindicato dos Metalúrgicos pediu para que o juiz explicasse o termo “extinção da greve”, cujo desconhecimento era generalizado. Nesta ocasião, o TRT respondeu que a extinção cessaria os conflitos, sem o risco de ocorrer sanções aos trabalhadores, optando por não analisar a questão jurídica que pairava sobre a ilegalidade da greve. Pelo discurso encontrado nos jornais, o Sindicato Patronal entendeu o parecer do TRT como favorável à ilegalidade do movimento paredista, disseminando uma possível vitória sobre os metalúrgicos. Finalizada a audiência de conciliação, os representantes dos trabalhadores se mantiveram em silêncio e decidiram não conversar com a imprensa, sobretudo, por terem ficado estarecidos com o resultado do julgamento. Em razão da audiência ter ocorrido em um sábado, ficou difícil reunir um número expressivo de trabalhadores. Conforme os jornais locais, o sindicato marcou uma entrevista coletiva ao final do dia 09 de agosto, na sede da entidade, com o objetivo de fornecer mais detalhadamente as medidas que deveriam ser adotadas com a “extinção da greve”, mas a imprensa encontrou os portões do sindicato fechado e juntamente com um pedido de desculpa de Ricardo Moraes pela ausência.<sup>563</sup>

Em que se pese a singularidade da decisão ocorrida na greve geral de 1986, a Justiça do Trabalho, neste caso especificamente, exerceu um poder de vanguarda ao decidir sobre as condições de trabalho aplicáveis no âmbito das categorias profissionais e econômicas em processos de dissídio coletivo.<sup>564</sup> Após a “extinção da greve”, foi notório que os aspectos organizativos e institucionais do movimento paredista foram fortemente fragmentados e descentralizados na base. É interessante notar como o poder de tal decisão abriu uma fissura no setor metalúrgico e em suas práticas. Neste sentido, a extinção da greve fez com que os trabalhadores reencontrassem o caminho da licitude grevista, ainda que contrariando suas expectativas. Sem um posicionamento definido, a diretoria do sindicato somente voltou a se reunir com a categoria no dia 11 de agosto, quinto dia de greve, uma segunda-feira, passada a surpresa inicial. Reunidos novamente em assembleia, os metalúrgicos decidiram por unanimidade pela continuidade da greve, ignorando a

---

<sup>562</sup> *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 1986, p. 11.

<sup>563</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>564</sup> Esta perspectiva nos remete ao que foi analisado por Clarice Speranza em sua tese de doutorado, no qual a autora entendi o entrelaçamento do trabalhador e de suas relações com as leis e o Estado como ambíguas, em que “a crença nos direitos se somava à esperteza na interpretação das leis e a coragem de brigar por elas nos tribunais, junto à opinião pública e à representação política.” VER SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando Direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50*. 2012. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

decisão do TRT. Segundo o próprio Ricardo Moraes, em discurso na assembleia, “a partir de agora a repressão deverá acontecer, pois a greve vai contrariar o que foi dito pelo TRT e a qualquer momento alguma liderança poderá ser presa, mas a greve deve continuar.”<sup>565</sup> Como podemos observar, apesar de prosseguirem com a greve, os trabalhadores estavam cientes das consequências do descumprimento da ordem judicial. Mesmo demonstrando um discurso uniforme perante a categoria, houve discordância entre os diretores do sindicato e os comandos de greve, assim como aconteceu no início da deflagração do movimento. Acerca desses conflitos internos, Elson Melo, ex-dirigente sindical, relembra que

A greve foi a julgamento. Chegou no tribunal, o tribunal não julgou nem legal e nem ilegal. O tribunal mandou parar a greve. Nós fizemos uma assembleia que foi ali na Bola da Suframa. As grandes assembleias eram ali e naquele dia estava lotado. Reunimos o nosso pessoal e dissemos o seguinte: “Se a gente mandar os trabalhadores voltarem, eles vão dizer que somos fracos”. Naquele momento seria a melhor proposta, mas eles não aceitavam e aquilo ia nos desmoralizar. E depois de ouvir todos os comandos de greve, que apontava que eles queriam continuar a greve. Cada empresa tinha um comando e esse comando se reunia e tirava a opinião e apresentava ao comando geral de greve. Cada empresa tinha o seu comando e dava o diagnóstico por amostragem das decisões de cada empresa, a gente sabia que trabalhador queria continuar a greve. Mas o ideal era mandar parar a greve mesmo, que o tribunal já tinha determinado e seguir com a negociação, era a posição mais racional no momento, mas nós íamos ser atropelados. A pior coisa que pode existir no movimento é uma direção ser atropelada, entendeu? Porque aí você demonstra fraqueza e o trabalhador deixa de confiar em você e cria muita dúvida e a liderança que fica desprestigiada depois. E a pior coisa é uma liderança que já não tem mais ressonância no seio de uma categoria ou de um movimento.<sup>566</sup>

Este depoimento indica que a direção do sindicato tinha clareza de que a categoria não sustentaria a greve por muito mais tempo, sobretudo, por não terem conquistado nenhuma demanda importante até aquele momento. Naquela conjuntura, o país passava por intensas transformações econômicas e sociais que compunham um cenário que favoreceu fortemente o discurso patronal. Apesar de vermos um repertório organizativo mais permanente e resistente, os metalúrgicos foram sufocados pela inesperada decisão do TRT. No mesmo dia em que a categoria metalúrgica decidiu pela continuidade da greve, um manifesto de solidariedade circulou na cidade Manaus, assinado por entidades e partidos políticos<sup>567</sup> prestando apoio aos trabalhadores, ressaltando que os baixos sa-

---

<sup>565</sup> Jornal *A Crítica*, 12 de agosto de 1986, p. 07.

<sup>566</sup> Entrevista com Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 13 de abril de 2019, p. 10.

<sup>567</sup> O manifesto dizia As Entidades e Partidos Políticos abaixo assinados, comprometidos com todos os movimentos e formas de luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, de trabalho e de salário, assegura solidariedade concreta a todos aqueles que hoje realizam suas greves e ocupações de terra para moradia e trabalho, entre outras formas de luta. Por isso, vêm de público prestar sua irrestrita solidariedade e comprometimento com a luta dos trabalhadores metalúrgicos de Manaus que, neste momento,

lários, o alto custo de vida, a dificuldade de moradia e as longas jornadas de trabalho teriam levado os operários do Distrito Industrial ao extremo. Compreendendo serem justas as reivindicações, o manifesto conclamou que as entidades da sociedade civil e a população em geral prestassem ajuda financeira e política aos operários, tendo em vista que o movimento era de caráter pacífico e buscava melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores.<sup>568</sup>

Em relação às questões legais, o Sindicato dos Metalúrgicos, após uma avaliação junto ao seu corpo jurídico, entendeu que a sentença proferida pelo TRT não obedeceu aos requisitos básicos no caso de dissídio coletivo e tampouco manifestou pela procedência ou não dos argumentos apresentados pelos trabalhadores, sem mencionar as custas do processo que seriam pagas pela parte vencida, deixando ainda de apreciar os pedidos de revisão das normas coletivas de trabalho, ilegalidade da greve e atendimento das pautas de reivindicações.<sup>569</sup> Desta forma, o TRT teria, na opinião da diretoria do sindicato, desconsiderado os pedidos feitos tanto pelos trabalhadores como pelos empresários, decidindo além dos limites propostos pelas partes envolvidas. Neste sentido, o entendimento do sindicato foi de que houve apenas uma recomendação. Por esta razão, a greve permaneceu. Por outro lado, o sindicato patronal, diante da decisão do TRT, optou por recorrer da sentença para efetivar o caráter suspensivo do dissídio coletivo com a intenção de invalidar o acordo anterior.<sup>570</sup>

Temendo uma possível represália, os metalúrgicos somente aceitavam retornar ao trabalho mediante garantias legais, como estabilidade de 6 meses para aqueles que participaram da greve. Cabe salientar que a permanência do estado de greve se ancorou

---

pressionados pela situação econômica de baixos salários, alto custo de vida, falta de alimentos, dificuldade de moradia e trabalho em excesso, realizam uma greve por estabilidade no emprego, redução de 48 para 40 horas semanais, a jornada de trabalho e piso salarial de R\$ 3.618,00 com aumento real de salário, entre outras reivindicações. Esse quadro revela a situação extremamente crítica em que vivem os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus. Compreendendo a justiça das reivindicações e o caráter pacífico das formas de luta adotadas, conclamam todas as Entidades da Sociedade Civil e a população em geral, a prestarem seu apoio material e político a essa categoria de milhares de operários que, cora seu trabalho, tem gerado inúmeras riquezas ao maior Estado da União e que, nem por isto, hoje dispõem de uma vida digna como pessoas humanas e como cidadãos brasileiros. O manifesto foi assinado pelo Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM), Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), Sindicato dos Assistentes Sociais do Amazonas, Convergência Socialista e Comissão da Pastoral da Terra.

<sup>568</sup> Manifesto intitulado “Nota à população de Manaus”, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 01.

<sup>569</sup> *Jornal A Crítica*, 12 de agosto de 1986, p. 07.

<sup>570</sup> *Idem*, p. 07.

na inexistência de uma decisão dentro dos limites da lei, sobretudo, por não haver uma sentença de ilegalidade até aquela ocasião. Com as insatisfações de ambos os lados, uma nova audiência foi marcada para o dia 12 de agosto, sexto dia de greve, uma terça-feira, no TRT. Diferentemente do que ocorreu na audiência do dia 09 de agosto, os juízes nesta nova reunião retiraram do processo a expressão “extinção da greve” e decretaram a sua ilegalidade por unanimidade.<sup>571</sup> Os juízes se fundamentaram na tese de que o movimento paredista se opunha à situação de crise vivida pelo Brasil, argumento que foi fortalecido pelo descumprimento dos metalúrgicos ao não retornarem ao trabalho. Os advogados do Sindicato dos Metalúrgicos por sua vez, alegaram que a continuidade da greve não foi um desacato ao tribunal, mas o resultado da intransigência patronal em não discutir as propostas conciliatórias em torno das reivindicações da categoria.

Por 5 votos a 0, os trabalhadores foram derrotados por desobediência à Justiça do Trabalho. Após ser julgada a ilegalidade, entrou-se na segunda preliminar que seria o julgamento do dissídio coletivo. Segundo o relator do caso, o juiz Antônio Carlos Marinho Bezerra, não existiria a necessidade de se julgar o dissídio coletivo, uma vez que a greve foi decretada ilegal e não havia pedido de dissídio junto ao tribunal de nenhuma das partes envolvidas. Entretanto, os demais juízes foram contra esta proposta e pediram o julgamento das cláusulas. Assim sendo, o relator foi voto vencido e o dissídio coletivo foi julgado cláusula por cláusula. Desta forma, apreciando e julgando as pautas de reivindicações dos trabalhadores, foram instruídas as seguintes normas e condições de trabalho: aumento real de 5% para toda a categoria, estabilidade de apenas 6 meses às gestantes, direito à creche para menores de 3 anos, garantia de alimentação e transportes a preços subsidiados aos trabalhadores, fornecendo alimentação especial a todos os empregados que dele necessitassem, sob orientação médica. Os trabalhadores não poderiam ser obrigados a executar serviços de limpeza na empresa. Nos casos de acidentes fatais nas dependências das fábricas, o sindicato deveria ser comunicado no prazo de 48 horas. A jornada de trabalho foi reduzida de 48 para 45 horas semanais. Foi permitida a sindicalização dentro das empresas uma vez por ano, período em que essas

---

<sup>571</sup> Como consta ata a decisão foi a seguinte o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 11ª região, por unanimidade dos votos, rejeitou a preliminar de nulidade da instância de instrução apresentada pelo sindicato dos empregados, acatou a preposição formulada pelo Exmo Sr. Juiz Relator para decretar a extinção da greve, acatou a representação formulada pela Procuradoria Regional do Trabalho e decretou a ilegalidade da greve. Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 264.

atividades seriam convencionadas entre as partes. Multa de 20% ao sindicato patronal caso alguma das cláusulas da Convenção Coletiva fosse descumprida.<sup>572</sup> As questões referentes a reajuste salarial, piso salarial, participação nos lucros da empresa e horas extras foram consideradas improcedentes pelo TRT.<sup>573</sup> Conforme a própria ata da audiência, as demais reivindicações presentes na sentença deveriam ser posteriormente dirimidas pela Justiça do Trabalho.

Finalizada a audiência, os trabalhadores aguardavam os resultados do tribunal, tendo em vista que a greve chegava ao sexto dia. Em assembleia geral convocada pelo sindicato, que reuniu mais de 3 mil trabalhadores, a categoria novamente decidiu pela continuidade da greve mesmo sendo julgada ilegal pelo TRT. Imediato à sentença, os empresários agiram rapidamente, demitindo 150 trabalhadores da empresa Siderema e ameaçando de justa causa 600 trabalhadores da CCE caso não retornassem ao trabalho imediatamente.<sup>574</sup> Naquela conjuntura, mais de 36 empresas permaneciam paralisadas, somando um total de 24 mil metalúrgicos de braços cruzados. É importante frisar que, neste instante, as repressões foram se intensificando, os comandos de greve começaram a denunciar inúmeras ameaças de demissões em massa e prisões de trabalhadores e dirigentes sindicais. Apesar da disposição dos metalúrgicos em manter a greve, observamos nas manchetes dos jornais um tom de recuo no discurso do Sindicato dos Metalúrgicos, em relação às possíveis consequências do enfrentamento direto com os empresários. É possível observar que a diretoria agiu com cautela mediante as circunstâncias, levando em conta a posição desfavorável da categoria.

Em um comunicado publicado nos jornais de grande circulação, o sindicato patronal convocou o retorno dos metalúrgicos ao trabalho, lembrando que “o próprio presidente do tribunal ponderou os riscos de continuidade do movimento, podendo caracterizar um crime contra a organização do trabalho e da administração da justiça.”<sup>575</sup> Por esta nota, verificamos que os empresários estavam dispostos a enfrentamentos radicais, valendo-se da ilegalidade decretada para se respaldar. Diante dos fatos e com o movimento enfraquecido, os metalúrgicos retornaram gradativamente ao trabalho no Distrito Industrial no dia 13 de agosto de 1986. O fim da greve somente foi considerado efetivamente por ambos os sindicatos no dia 14 de agosto, quando os trabalhadores da

---

<sup>572</sup> Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 264-268.

<sup>573</sup> *Jornal A Crítica*, 13 de agosto de 1986, p. 08.

<sup>574</sup> *Idem*, p. 08.

<sup>575</sup> *Jornal do Commercio*, 13 de agosto de 1986, p. 11.

empresa Moto Honda retornam aos postos de trabalho, sendo que estes foram os últimos a regressar. Ao todo, foram 8 dias de greve geral no Distrito Industrial de Manaus. Os trabalhadores que insistiram na greve foram demitidos por justa causa.

Segundo os dados do próprio Sindicato dos Metalúrgicos, após o retorno dos trabalhadores, houve mais de 2 mil demissões sob a acusação de participarem de uma greve subversiva e política. “Alguns trabalhadores que tentavam permanecer dentro das fábricas para voltar ao trabalho foram retirados à força e levados por policiais. Nem as mulheres grávidas foram poupadas.”<sup>576</sup> Segundo o jornal *A Crítica*, o terror foi grande e muitos trabalhadores chegaram a desmaiar. Na empresa Gradiente, seguranças armados foram utilizados para retirar os operários. Na Gradiente, milhares de grávidas foram demitidas, até mesmo aqueles que não aderiram ao movimento. O jornal destacou que “acusadas de participar de uma greve subversiva e política, nem as mulheres grávidas foram poupadas de justa causa.”<sup>577</sup> Na Neo Life, o próprio gerente agrediu os operários e na Ericsson, a polícia foi chamada para conter os demitidos que se indignaram com a arbitrariedade cometida.<sup>578</sup> Por essas notícias, verificamos que o posicionamento intransigente dos empresários cedeu lugar à violência explícita, legitimada pela decisão judicial.

Como consequência desses atos, milhares de trabalhadores perderam seus empregos. Tentando reverter essa situação, os metalúrgicos demitidos recorreram à Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho, pedindo a anulação das demissões ou pelo menos que se retirassem as justas causas para que o operário recebesse seus direitos trabalhistas. Na estimativa do Sindicato dos Metalúrgicos, as demissões giraram em torno de 2.500, dos quais as empresas CCE e Gradiente foram as líderes em número de dispensas. Nas palavras do próprio presidente do sindicato patronal, Fernando Bomfim, em entrevista ao jornal *A Crítica*, o objetivo das demissões seria fragmentar a organização dos metalúrgicos dentro das fábricas, despedindo principalmente as lideranças.<sup>579</sup> Ainda de acordo com o jornal, a greve teve um final infeliz, o movimento paredista fracassou nas intenções, os operários foram acusados de subversão e a justa causa foi o resultado da resistência operária.

---

<sup>576</sup> Jornal *A Crítica*, 15 de agosto de 1986, p. 06.

<sup>577</sup> Idem, p. 06.

<sup>578</sup> Idem, p. 06.

<sup>579</sup> Idem, p. 06.

Algumas empresas como a Sharp e a Sony fizeram pequenas readmissões no dia 15 agosto. Os readmitidos, porém, não chegaram a 100 funcionários. Tais números foram considerados irrelevantes se comparados com o grande contingente dispensado após a decretação da ilegalidade da greve. Alguns jornais, como o *Jornal do Commercio*, chegaram a apontar que o número de demitidos ultrapassou 2.700. Vale ressaltar que, pela carência de fontes, não é possível efetivar um quantitativo exato dessas demissões. Contudo, pela repercussão na imprensa e pelos depoimentos colhidos para esta pesquisa, essa demissão em massa representou o princípio da fragmentação da categoria metalúrgica, tornando os processos de mobilização e organização ainda mais difíceis após a greve.

Como forma de protesto, os metalúrgicos demitidos fizeram inúmeras passeatas, pedindo a interferência do poder executivo para revogar as demissões junto aos empresários. Na passeata do dia 21 de agosto de 1986, por exemplo, os trabalhadores demitidos tentaram ser recebidos pelo governador do Estado, Gilberto Mestrinho, como forma de sensibilizar as autoridades em relação à arbitrariedade estabelecida aos metalúrgicos com o fim da greve. Apesar dos diversos esforços, Mestrinho se recusou a prestar apoio à categoria, alegando que as demissões foram um direito dos empresários e que o governo não tinha poder para intervir.<sup>580</sup> Sem terem a quem recorrer, os metalúrgicos pediram ajuda à Assembleia Legislativa para interceder em favor dos demitidos e, como ocorreu com Gilberto Mestrinho, a resposta também foi negativa. A categoria metalúrgica igualmente recorreu ao prefeito, Manoel Ribeiro, e à Câmara de Vereadores, sem obter qualquer amparo legal.

No caso da Assembleia Legislativa, o próprio Ricardo Moraes recebeu duras críticas dos parlamentares em relação ao desfecho da greve. Para o deputado José Maria Monteiro, Ricardo Moraes teria induzido os trabalhadores a permanecerem em estado de greve após a decretação de sua ilegalidade pelo TRT, mesmo sabendo das possíveis retaliações. Conforme o *Jornal do Commercio*, o deputado caracterizou Moraes como “um falso líder sindical”, atribuindo-lhe a responsabilidade pelas demissões. Destacou-se ainda que o líder metalúrgico era um agitador incompetente que vivia sob as regalias do sindicato, enquanto os trabalhadores passavam por privações e humilhações. As acusações ainda diziam que Moraes usou os operários do Distrito Industrial para se promover politicamente, comprometendo a vida milhares de operários.<sup>581</sup> Diante desses

---

<sup>580</sup> *Jornal A Crítica*, 22 de agosto de 1986, p. 07.

<sup>581</sup> *Jornal do Commercio*, 15 de agosto de 1986, p. 12.

fatos, observamos uma pulverização da luta operária dentro do Distrito Industrial em 1986, sobretudo, pelo limite no qual a luta sindical foi construída naquela conjuntura. Além da fronteira política e ideológica, a prática da greve, embora tenha tornado o sindicato ativo e próximo das bases, não pôde negar que os trabalhadores foram os mais prejudicados com desfecho. Apesar das apelações à DRT, ao TRT e aos governos estadual e municipal, os trabalhadores amargaram um saldo de quase 3 mil demitidos.

Após as demissões em massa, houve uma intensa perseguição às lideranças sindicais. Muitos operários entraram para a “lista negra” das empresas, principalmente aqueles que eram filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos. Esse intercâmbio de informações entre as fábricas contribuiu para que os trabalhadores praticamente fossem alijados do mercado formal de trabalho, tendo que migrar em alguns casos, para outros segmentos. Podemos citar, por exemplo, o caso de Luzanira Varela da Silva, ex trabalhadora da Evadin. Segundo a operária, após o retorno ao trabalho, ela foi demitida, mas logo em seguida foi reintegrada por estar grávida. Passado o período de estabilidade, foi demitida da Evadin por justa causa. Retornou ao Distrito Industrial apenas em 1993. Neste período, Luzanira Varela recorreu à Justiça Trabalho contestando sua demissão. Após recorrer à última instância da justiça, obteve sentença favorável, recebendo todos os seus direitos trabalhistas.<sup>582</sup>

De modo geral, podemos considerar que as relações sociais e a ação coletiva foram afetadas drasticamente. Nesta perspectiva, o sindicato, como instrumento formal de organização e expressão política dos trabalhadores, apresentou limitações para sustentar a greve diante dos tribunais. Apesar das inúmeras represálias e perseguições, não se pode tirar o mérito da categoria, sobretudo, pelas contraditórias e múltiplas pressões vividas no decorrer da paralisação. Mesmo sob intensa e aguda insegurança, os metalúrgicos efetivaram suas escolhas, ainda que seus efeitos tenham perdurado longos anos. No julgamento de Ricardo Moraes, “avaliando hoje, nós estávamos equivocados com o que a categoria queria, por que tínhamos o termômetro do momento político, mas a decisão mais sensata foi acompanhar a categoria. Hoje em dia somos criticados por isso”<sup>583</sup> Pensamento semelhante foi apontado por Elson Melo, ao dizer que:

Foram demitidos 3 mil trabalhadores por justa causa naquela época e foi aí que veio a parte mais dolorosa, porque tu vais dizer o que para o trabalhador. Mas nós fizemos uma leitura correta, porque os trabalhadores entenderam que não

---

<sup>582</sup> Entrevista com Luzanira Varela da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 24 de março de 2021, p. 04.

<sup>583</sup> Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 04 de fevereiro de 2021, p. 06.

foi culpa do sindicato. A categoria não aguentou a repressão e também entendeu que aquele movimento de 86, obrigou que a empresa começasse a investir. E na guerra de informação em 86, a imprensa local ficou contra o movimento. É o interesse, tudo tem o interesse. Todo mundo tira proveito de cada movimento. Os interesses externos influenciaram mais que os conflitos internos. É o interesse entre o capital e trabalho, é o choque direto, mas o interesse existe em ambos os lados. A greve de 86 não deixou de ser vitoriosa. No ano seguinte, tivemos uma eleição, nós ganhamos e o Ricardo foi reeleito. Depois disso, nós fomos reconstruir o movimento do zero de novo. Ficou um refluxo muito grande, a perseguição das empresas era enorme. Nós tínhamos 40% da categoria sindicalizada, isso caiu para quase 20%, então fomos fazer tudo de novo, um trabalho de reconstrução e tudo mais. O sindicato ficou enfraquecido até no ponto de vista econômico, por que quando um sindicato consegue um bom acordo, ninguém contesta ajudar o sindicato. A categoria toda sente prazer em contribuir, mas quando sofre um atropelamento desse, todo mundo fica contra, principalmente os meios de comunicação.<sup>584</sup>

A partir deste depoimento, dois pontos na fala de Elson Melo merecem destaque: o primeiro, em relação ao papel da imprensa na greve de 1986 e o segundo diz respeito ao refluxo ocorrido no Sindicato dos Metalúrgicos após o movimento paredista. No que tange à imprensa, observamos uma transformação significativa nos discursos proferidos pela grande mídia, especialmente em 1986, onde as estratégias concernentes às práticas sindicais e políticas da classe trabalhadora metalúrgica estavam em franca expansão e consolidação, ao menos, teoricamente. Diferentemente do apoio recebido em 1985 pela imprensa, os trabalhadores em greve passaram a ser caracterizados pelos grandes jornais como subversivos e perigosos à paz social, transformando-os em grandes agitadores perante a opinião pública, associando-os a uma imagem violenta. Por diversas vezes, as manchetes distorceram as falas dos trabalhadores em favor dos empresários, que se aproveitaram desse discurso para invalidar e enfraquecer o movimento sindical construído pelos metalúrgicos. Embora se inaugurasse então um contexto presumivelmente mais democrático, a repressão midiática às mobilizações operárias indicava que se pretendia impor limites bastante restritos aos protestos de trabalhadores que eclodiam.

No que diz respeito à retração do movimento sindical metalúrgico após a greve, podemos associá-la às transformações econômicas e políticas do país, bem como, ao receio dos trabalhadores em repetir o mesmo desfecho de 1986. Como assinalou Elson Melo, os metalúrgicos tiveram que reconstituir a categoria, sobretudo, pela queda nos índices de sindicalização que impactaram diretamente no trabalho realizado junto às bases

---

<sup>584</sup> Entrevista com Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 13 de abril de 2019, p. 10-11.

ao longo da década de 1980. Neste sentido, a oposição sindical metalúrgica voltou a ser derrotada por esta conjuntura. A repressão do sindicato patronal e a fragmentação da luta operária no interior das fábricas enrijeceram as negociações entre patrões e empregados. Diante disso, a categoria nos anos seguintes se reorganizou, impulsionados pelas experiências acumuladas em outras paralisações. Dessas experiências, adotou-se como medida preventiva a realização de greves por empresas, o que não havia sido experimentado pelos metalúrgicos do Amazonas até aquele momento. Passou-se a mobilizar as empresas, e não mais a categoria. Naquela conjuntura, as perdas salariais produzidas pela política de arrocho salarial fomentaram essa nova estratégia de atuação dos metalúrgicos.<sup>585</sup> Portanto, rearticulou o movimento sindical e operário dentro do Distrito Industrial, assim como nos tribunais.

Como vimos anteriormente, a batalha enfrentada pelos metalúrgicos foi além dos limites políticos e ideológicos. Desde as discussões da Convenção Coletiva até a deflagração da greve em 1986, tanto os empresários como os trabalhadores se mostraram irredutíveis em seus posicionamentos. Apesar da mobilização grevista ter malogrado após 1986, podemos perceber que as mobilizações operárias permaneceram como um instrumento recorrente de luta reivindicativa. Em decorrência da reconstituição da categoria e do desmonte das práticas sindicais, novas estratégias de luta e mobilização operária passaram a ser praticadas. Diante do que foi exposto, parece-nos inadequado caracterizar a greve de 1986 como um fracasso para a categoria metalúrgica, embora o mais correto seria indicar que foi um modo de estratégia de enfrentamento contra o sindicato patronal, ou que no mínimo, foram consequências previsíveis da intransigência dos empresários. Fato é que a radicalização, sobretudo, do lado patronal neutralizou as reivindicações dos trabalhadores na Justiça do Trabalho.

A greve geral de 1986 teve uma grande importância simbólica, especialmente no plano das organizações coletivas, nas dimensões de mobilização e na atuação operária. A suspensão da greve e posteriormente, a deflagração de sua ilegalidade demarcaram a

---

<sup>585</sup> Mesmo sob o desgaste gerado pela greve geral de 1986, Ricardo Moraes foi reeleito para presidente do Sindicato dos Metalúrgicos neste mesmo ano para um mandato de 3 anos. As eleições foram disputadas por Augusto César A. Batista, chapa 1, Ricardo Moraes, chapa 2 e Carlos Cavalcante Lacerda, chapa 3. As eleições ocorreram entre os dias 15 e 18 de dezembro de 1986. A chapa 2, encabeçada por Ricardo Moraes venceu com 4.888 votos, derrotando as chapas 1 que recebeu 616 votos e a chapa 3 que obteve 2.506 votos. *Jornal A Crítica*, 19 de dezembro de 1986, p. 05.

dimensão política e organizacional adquirida pelos metalúrgicos do Amazonas. Ao longo desta pesquisa, percebemos que o movimento operário dentro do Distrito Industrial avançou significativamente, como vimos no capítulo anterior, mas também soube recuar quando foi necessário. A centralidade deste capítulo esteve em responder à seguinte questão: os trabalhadores saíram vitoriosos ou derrotados após 8 dias de greve? Partindo desta indagação, podemos dizer que os metalúrgicos inauguraram um novo modo de confrontação com o patronato e com a Justiça do Trabalho. Deste enfrentamento, observamos o fortalecimento da consciência operária, pautados em momentos de retração e desenvolvimento. Cabe salientar que não foi apenas uma greve que buscou ganhos econômicos ou que reivindicou a redução da jornada de trabalho ou garantias de direito às gestantes. A principal bandeira de luta foi questionar a exploração e as condições de trabalho vividas pelos metalúrgicos no interior das fabricas do Distrito Industrial de Manaus. Ao experimentar o gosto amargo de quase 3 mil demissões, a greve de 1986 significou uma derrota política para a categoria. Embora, o desfecho tenha demonstrado o esgotamento da resistência operária, o movimento paredista de 1986 deve ser reconhecido como a representação da identidade e da força coletiva dos metalúrgicos.

## CAPÍTULO 4 – AS LUTAS FEMININAS NO DISTRITO INDUSTRIAL: MACHISMO, EXPLORAÇÃO E POLÍTICA REPRODUTIVA

Como vimos nos capítulos anteriores, as greves no Distrito Industrial de Manaus foram forçadas em um contexto de forte crise econômica e de aumento da exploração no trabalho. Neste contexto de lutas operárias, buscaremos dar centralidade à ampla participação feminina no movimento grevista na categoria metalúrgica em Manaus, considerando sua predominância nos postos de trabalho. Como foi possível perceber ao longo da dissertação, as mulheres tiveram atuação proeminente nas assembleias gerais, nas ações promovidas pelo sindicato e no envolvimento direto nos dias de paralisação. Diante disso, buscaremos compreender o caminho percorrido pelas operárias na vida sindical, a partir de um enfoque de gênero. O objetivo é associar a questão de gênero, exploração e política sexista praticada no chão das fábricas do Distrito Industrial. E por fim, buscou-se entender como as operárias resistiram a inúmeras formas de exploração e dominação de seus corpos, sobretudo, no campo do debate político dos direitos sexuais e reprodutivos na região amazônica, a partir da atuação do “Projeto *Pathfinder*”. Ressaltar a importância do fortalecimento das ações de proteção a mulher operária e de sua marcante presença nas esferas de luta e decisão dentro categoria metalúrgica é o que buscaremos compreender a seguir.

### 4.1 – Sindicalismo, protagonismo feminino e combate à política sexista

Antes de adentrarmos ao protagonismo feminino das trabalhadoras do Distrito Industrial, devemos primeiramente traçar o perfil destas operárias para melhor compreender a formação deste novo operariado em franca expansão a partir da década de 1980.<sup>586</sup> No caso de Manaus, as mulheres eram maioria na categoria metalúrgica<sup>587</sup>. Segundo Iraildes Torres, a mão-de-obra feminina representava cerca de 50,4% da categoria. Em sua maioria, eram mulheres jovens, com idades entre 16 e 25 anos.<sup>588</sup> Geralmente vinham do interior do Amazonas e a maioria estava em seu primeiro emprego. Por se enquadrarem em uma mão-de-obra não qualificada, ocupavam as linhas de montagem onde o trabalho exigia mais agilidade e precisão, sobretudo, no setor de

---

<sup>586</sup> Embora o objetivo do capítulo seja discutir a participação feminina nas greves no Distrito Industrial, as análises aqui apresentadas são incipientes, cujos desdobramentos serão desenvolvimentos em outro momento.

<sup>587</sup> VER TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazonidas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005

<sup>588</sup> SCHERER, Elenise. *Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus*: Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: EDUA, 2005.

eletroeletrônico. Esse trabalho nas linhas de produção favorecia, essencialmente as indústrias de modelo japonês, cujas características, nas palavras de Irecê Barbosa, privilegiavam a “submissão, a polivalência e a multifuncionalidade no trabalho, principalmente entre a fabricação, manutenção, controle de qualidade e gestão da produção.”<sup>589</sup> Outro ponto a ser destacado é que essas jovens mulheres não tinham qualquer experiência laboral, o que favorecia o controle das ações das operárias. Para a ex-trabalhadora do Distrito Industrial, Valdiza Ferreira da Silva, essa grande reserva da mão de obra feminina nas fábricas:

Se dava pelas poucas oportunidades disponíveis na época. Eu era muito jovem, com uma filha recém-nascida. Precisava trabalhar. Mesmo ganhando pouco e trabalhando muito foi o que me deu sustento naquele tempo. Hoje eu vejo o quanto éramos exploradas. Estávamos submetidas a várias humilhações, mas aguentávamos caladas porque precisávamos. O trabalho era puxado, tínhamos hora para entrar, mas não tínhamos hora para sair e aí da gente que recusasse uma extra.<sup>590</sup>

Este depoimento reforça as mais variadas formas de exploração, cristalizando, em termos simbólicos, os estereótipos de trabalhadora subordinada a uma rígida disciplina de trabalho. Outro fato interessante e que merece ser destacado é em relação aos baixos salários. Obviamente que pela baixa ou quase nenhuma qualificação, as mulheres recebiam salários inferiores em relação a outros trabalhadores, mesmo exercendo função semelhante. Por exemplo, a ex-trabalhadora Valdiza Ferreira, em 1985, exercendo a função de auxiliar de montagem na empresa Sony, recebia o equivalente a Cr\$571.908, enquanto um trabalhador com o mesmo cargo recebia Cr\$1.060, segundo alguns registros encontrados no Sindicato dos Metalúrgicos.<sup>591</sup> Embora seja difícil de definir com exatidão, é possível refletir que tais dados são a expressão da política sexista praticada no Distrito Industrial, mostrando que força de trabalho jovem e feminina tinha a preferência do empresariado industrial por representar uma mão de obra barata e facilmente disponível.

No que concerne às diferenças salariais entre homens e mulheres no Brasil, Verônica Fagundes Araújo e Eduardo Pontual Ribeiro destaca que, em grande parte, as maiores desigualdades se davam pelo salário intra-ocupacional, ou seja, dentro da mesma

---

<sup>589</sup> BARBOSA, Irecê. *Chão de fábrica – Ser mulher operária no Polo Industrial de Manaus*. Editora Valer, 2007, p. 57.

<sup>590</sup> Entrevista com Valdiza Ferreira da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 23 de março de 2019, p.05.

<sup>591</sup> Carteira de Trabalho de Valdiza Ferreira da Silva, nº 71034, série 00001-AM. Contrato de Trabalho, p. 10.

função. Embora a participação feminina no mercado de trabalho represente uma das principais transformações sociais no país nas últimas décadas, na perspectiva de Ribeiro e Araújo, “sua inserção tem-se caracterizado por uma clara desvantagem em relação aos homens em termos de rendimentos.”<sup>592</sup> Nesta segregação ocupacional, a formação de “estereótipos masculinos e femininos, além de falsear a imagem social de importantes segmentos humanos, afetam negativamente os estímulos às qualificações, contribuindo para perpetuação de desigualdades socioeconômicas.”<sup>593</sup> Esta desvantagem provocaria no setor industrial, dois mercados de trabalho com características diferentes, segundo José Márcio Camargo e Franklin Serrano. Para os autores, por razões sociais e culturais, homens e mulheres acabam reservados a cargos diferentes e por força de determinação, seus salários também são alterados.<sup>594</sup> Para Lauro Ramos e Ana Lúcia Soares, o ponto fundamental em relação às desigualdades salariais recai sobre as práticas discriminatórias que resultam na exploração do trabalho feminino.<sup>595</sup> Estas marginalizações também foram observadas nas trabalhadoras do Distrito, e reafirmaram a política sexista praticada no interior das fábricas.

Além disso, as operárias estiveram expostas a diversos casos de violência moral e psicológica contra as mulheres, abusos exercidos pelos empregadores de forma arbitrária e tirânica. Um exemplo disso eram as idas ao banheiro: “a operária recebia uma ficha depois de muita insistência, entrava numa fila, esperando chegar à substituta, e saía carregando uma grande tabuleta no peito escrito “banheiro”, para ser ridicularizada”<sup>596</sup>. Essa narrativa não se trata de um caso isolado, uma vez que fazia parte do cotidiano das operárias. Ainda de acordo com o relato de Valdiza Ferreira, “no início era 1 hora de almoço e, depois, com a desculpa de sair mais cedo, foi reduzido para 45 minutos. Era tudo muito rápido, dava mal tempo de almoçar e correr para a linha, principalmente quando tinha material para entregar”<sup>597</sup>. A trabalhadora lembra que na Sony, também havia “vigias” nas linhas de montagem, geralmente “eram os próprios supervisores ou os

---

<sup>592</sup> ARAUJO, Verônica Fagundes. RIBEIRO, Eduardo Pontual. *Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional*. Textos para discussão. Programa de Pós-graduação em Economia – UFRGS, p.01-22, 2001, p. 03.

<sup>593</sup> Idem, p.03.

<sup>594</sup> CAMARGO, José Márcio. SERRANO, Franklin. *Os dois mercados homens e mulheres na indústria brasileira*. Revista Brasileira de Economia. v37, nº4, p.435-448, 1983.

<sup>595</sup> RAMOS, Lauro. SOARES, Ana Lúcia. *Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil*. Brasília, IPEA, (Texto para discussão nº350), 1994.

<sup>596</sup> TORRES, Iraídes Caldas. Op. Cit, 2005, p. 174.

<sup>597</sup> Entrevista com Valdiza Ferreira da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 23 de março de 2019, p. 04.

reservas que ficavam na função de nos vigiar se estávamos fazendo o trabalho direito. Era uma pressão muito grande sobre a gente. Tínhamos que sempre bater as metas”<sup>598</sup>. Ainda segundo o relato da operária,

os chefes eram grosseiros, viviam gritando conosco. Nos chamando de inúteis, que a empresa não estava fazendo caridade, que ali era lugar de trabalho e não de gente preguiçosa. E era esse tipo de coisa que ouvíamos o tempo todo. Isso quando não nos chamávamos de coisa pior e aguentávamos por que precisávamos. Eu lembro que muitas meninas choravam de tanta humilhação. Era tempos difíceis mesmo. Era uma luta dobrada ser mulher no Distrito.<sup>599</sup>

A partir deste relato, fica evidente que administração da fábrica mobilizava instrumentos de controle e de disciplina para condicionar o tempo dos trabalhadores e do trabalho. Isso nos remete ao conceito de “uso econômico-do-tempo”<sup>600</sup>, que nos permite compreender mecanismos de condicionamento impostos pelas empresas. Quanto às humilhações, por serem ainda muito jovens, muitas mulheres eram assediadas, sendo que havia uma “divulgação de concepção que caracteriza a operária cabocla como ‘liberada sexualmente’”<sup>601</sup>. Perspectiva semelhante é apresentada por Iraildes Torres, que afirma que as mulheres eram frequentemente rotuladas como prostitutas pelas chefias. A empresa se tornou um espaço de ofensas, de discriminações e de manipulação dos corpos femininos. Na memória de Miracelma Silva Souza, ex-trabalhadora da empresa Evadin, os casos de assédios eram muito grandes. Ela pontua que:

Se você dissesse que concordava com tudo, eles prometiam até não te colocar na linha de montagem, mas você tinha que sair com chefes e tal. Quer dizer, a gente era submetida a vários tipos de assédio. E quando você passava pela parte médica dentro da fábrica era outra humilhação. A gente tinha que tirar a roupa e desfilar pro médico olhar pra você e muitas vezes ele ia lá, te apalpava, tocava nos seios. Era muita humilhação mesmo. E a gente se submetia a isso, éramos tudo nova, mas eu sempre lutei contra isso e não compactuava com essas atitudes e eles viram que comigo isso não ia rolar.<sup>602</sup>

No que tange à questão do assédio, Marie-France Hirigoyen compreende esta prática como:

Qualquer conduta abusiva, manifestando-se, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos, que possam trazer dano à personalidade, à

---

<sup>598</sup> Idem, p,04.

<sup>599</sup> Idem, p,05.

<sup>600</sup> O conceito de uso-econômico-do-tempo utilizado por Thompson remete ao tempo empregado para as atividades laborais, no qual o tempo vai se transformando em uma moeda de troca, ou seja, o empregador passa a ser dono de parte do tempo do empregado. VER THOMPSON. Edward P. *Costumes em comum: Estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 176.

<sup>601</sup> RIBEIRO, Marlene. Op. Cit., 1987, p. 289.

<sup>602</sup> Entrevista com Mirecelma Silva Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 20 de março de 2021, p. 04.

dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.<sup>603</sup>

A partir deste conceito, entendemos que a realidade da trabalhadora brasileira é revestida de práticas discriminatórias e de violências psicológicas, tornando o ambiente de trabalho um espaço de intimidação. Para Elisabeth Souza-Lobo, no caso de assédio sexual:

Ele não data de hoje, pois a “cantada” do chefe é velha como o mundo, mas é gravado por outras formas de pressão sobre as operárias. O “sofrimento mental” aparece na fala das trabalhadoras associado à organização do trabalho e às novas formas de controle, em particular o autocontrole.<sup>604</sup>

Na perspectiva de Reginald Felker, o assédio é visto juridicamente como um:

Dano moral é todo ato que atinge direitos da personalidade do trabalhador, empregador, como pessoa física, de pessoa jurídica empregadora ou da coletividade, decorrente de violação à liberdade, honra, dignidade, intimidade, imagem, reputação, bom nome profissional e empresarial”. O dano moral é de responsabilidade civil e implica em reparação.<sup>605</sup>

Através destas perspectivas é reforçada a necessidade de mudanças nas relações de trabalho e nas formas de subordinação feminina, especialmente no setor industrial. Pelos fortes depoimentos mencionados anteriormente, notamos a depreciação da condição de mulher nas fábricas do Distrito, reforçando as marcas das desigualdades e do comportamento abusivo nos espaços fabris. Este enfrentamento ao assédio sexual enquanto constituição e desenvolvimento de uma forma específica de violência no ambiente de trabalho enfatizou as consequências da organização operária metalúrgica, especialmente em torno do sindicato, encarando a violência de gênero não apenas como uma luta de classe, mas sobretudo, cidadã. Estas condutas abusivas adotadas pelas empresas foram o ponto de partida para que as operárias pudessem se unir e se organizar na luta contra a desvalorização e a cooptação dentro das fábricas. Nesta perspectiva, Iraíldes Caldas Torres enfatiza que “os processos de reorientação socioeducativa das operárias se fizeram acompanhar por uma matriz de revolta, sobretudo quando elas descobriram que a sua força de trabalho era explorada e usada em benefício do capital internacional”<sup>606</sup> Cabe salientar que este processo de reorientação política e sindical teve

---

<sup>603</sup> HIRIGOYEN, Marie-France. *Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010, p. 65.

<sup>604</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Editora Fundacao Perseu Abramo, 2011, p. 15.

<sup>605</sup> FELKER, Reginaldo. *O dano moral, o assédio moral e o assédio sexual nas relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2006, p. 18.

<sup>606</sup> TORRES, Iraíldes Caldas. Op. Cit., 2005, p. 185.

início antes mesmo das grandes greves de 1985 e 1986, onde as mulheres tiveram grande proeminência.

É imprescindível pontuar também que as trabalhadoras, além de denunciarem as práticas de violências psíquicas e morais, foram igualmente responsáveis por delatar a precariedade existente nos espaços fabris do Distrito. Aspectos relacionados a insalubridade, higiene, transporte e alimentação estiveram entre as principais queixas das operárias, de acordo com o jornal *O Parafuso*.<sup>607</sup> Além disso, é possível encontrar no jornal operário uma certa “convocação” para que as mulheres se politizassem. Fortalecendo esse movimento, em 1981, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, se realizou o “I Encontro da Mulher Trabalhadora”, no qual ocorreram diversas denúncias e protestos contra a discriminação da mulher na sociedade, especialmente no Distrito Industrial.<sup>608</sup> Neste encontro, estiveram presentes os representantes da Pastoral Operária, a Associação Amazonense de Defesa dos Direitos Humanos, Comitê da Mulher Universitária, Pastoral da Juventude e o Partido dos Trabalhadores (PT). Essas entidades reforçaram as vozes das mulheres e se manifestaram contra a opressão exercida sobre as mulheres trabalhadoras amazonenses.

O I Encontro teve como participação expressiva a colaboração da Pastoral Operária apontando uma série de denúncias e irregularidades dirigidas às operárias do Distrito, sobretudo, em relação à supressão de direitos trabalhistas e a formas de perseguição à mulher trabalhadora, segundo o jornal *O Parafuso*. Compete mencionar ainda que a Pastoral Operária, cuja importância para o movimento operário metalúrgico foi destacada em outros capítulos, foi de igual relevância dentro do movimento de mulheres e da construção de sua identidade. O encontro teve palestras, discussões e exibição de filmes, cujo desfecho originou em um documento apresentando soluções aos problemas enfrentados pelas operárias, o qual seria entregue aos representantes das empresas do Distrito Industrial.<sup>609</sup> Embora não tenha sido possível identificar as irregulares apresentadas no encontro e nem as prováveis soluções apontadas, a preocupação em relação ao comportamento das empresas diante da condição feminina,

---

<sup>607</sup> Tais denúncias foram comuns entre os anos de 1980 a 1984 nas edições encontradas no jornal *O Parafuso*.

<sup>608</sup> Esse primeiro realizou-se no dia 08 de março de 1981, no Auditório do Colégio Dom Bosco. *O Parafuso*, Ano II, Ed. 05, março de 1981.

<sup>609</sup> *O Parafuso*, Ano II, Ed. 05, março de 1981, p.08.

ganhava notoriedade no domínio público, fazendo ferrenhas críticas ao patronato local e ao modelo ultrapassado de divisão sexual do trabalho.

As lutas prosseguiram e, em 1982, em uma publicação no *O Parafuso* se refletiu sobre o papel da mulher na sociedade e a importância de sua organização, analisando sua exploração no trabalho, na família e nas instâncias da educação. O texto tentou mostrar que a mulher não era sexo frágil e que marcas da violência deveriam ser urgentemente discutidas e combatidas, sejam elas no ambiente de trabalho ou não.<sup>610</sup> Mesmo com um viés religioso, o discurso do *O Parafuso* pregava a união entre as trabalhadoras. O jornal destacou que:

As mulheres estão se destacando cada vez mais, mostrando que elas também têm condições de assumir qualquer posto de trabalho, seja ele qual for. Não que a luta seja contra os homens, mas contra um sistema mal organizado, em que todas as pessoas são obrigadas a aceitar. Em muitas lutas que aconteceram dentro e fora do país, a mulher sempre esteve presente. Até mesmo armas elas chegaram a usar. Isso prova que nós não queremos assumir o lugar dos homens, pois somos mulheres, mas queremos nos conscientizar que a transformação depende também do trabalho da mulher organizada.<sup>611</sup>

Foi ressaltado ainda que a mulher era explorada nos mais diversos espaços, fosse no ambiente de trabalho ou no espaço familiar. Segundo *O Parafuso*:

A mulher era explorada no trabalho, no estudo e na família. No trabalho porque em primeiro lugar, a mulher trabalha o mesmo ou mais que os homens, mas ganha menos. No estudo, a mulher deve saber menos e se informar pouco. Na família, geralmente é criada para ser uma boa mãe e esposa. Assim não temos direito sobre nosso próprio corpo. Por isso precisamos nos unir para lutar contra o custo de vida, a violência, por creches e escolas para os nossos filhos, por melhores salários e assim construir uma sociedade mais humana, como queriam Cristo e sua Mãe Santíssima.<sup>612</sup>

Essa tendência reforça, por exemplo, o ensaio da luta feminina em resposta as representações que punham a mulher em um estado de inferioridade em relação aos homens. A partir desse momento, identificando-se como exploradas, as trabalhadoras passaram a partilhar suas experiências, discutindo política e traçando estratégias de ação e planejamento, principalmente através da Pastoral Operária. Sobre este processo, Luzanira Varela relembra que:

Nessa época, não sabíamos o que era luta de classe, luta de gênero, direito da mulher. Pra mim, a gente queria uma comida melhor, um transporte melhor e um salário melhor. Fora isso, a gente não tinha outras pretensões, mas isso foi importante para que eu me informasse e para que eu entendesse o que era luta operária e foi nesse momento que eu li a primeira vez o Manifesto Comunista.

---

<sup>610</sup> *O Parafuso*, Ano III, Ed. 07, junho de 1982, p.04-05.

<sup>611</sup> Idem, p.04.

<sup>612</sup> Idem, p. 05.

Mas o que me despertou na minha exploração foi o livro que o padre lá da minha comunidade vendia a um preço simbólico, que foi o livro Igreja, Fé e Política, do Dom Evaristo Arns e ali caiu a minha ficha. E ali eu fui abrindo os olhos e saindo daquela bolha que o trabalhador vive.<sup>613</sup>

Este despertar para a luta operária cristalizou, em termos simbólicos, uma batalha contra o autoritarismo, o machismo e a política sexista que tornava o embate de gênero no setor metalúrgico ainda mais invisível. Considerar esses aspectos é refletir sobre as relações sociais entre capital e trabalho, apontando para uma mudança comportamental do operariado feminino na dinâmica do processo produtivo. Para Valdiza Ferreira, essa primeira aproximação com a política sindical:

Permitiu que a gente mesmo nova, com pouca idade e experiência, nos aproximássemos da luta operária. Eu, por exemplo, quando entrei no Distrito não sabia nada. Só a partir dessas formações foi que fui me politizar, fui saber de verdade o que era exploração. Me dei conta de que estávamos trabalhando muito e ganhando pouco e sendo mulher era pior ainda.<sup>614</sup>

Este encorajamento para a vida sindical também é compartilhado por Miracelma Silva, ao lembrar que sua entrada no sindicato se deveu em grande parte, pelas humilhações sofridas, lhe dando impulso para lutar por melhores condições de trabalho, mas também por dignidade.<sup>615</sup> Por essas falas, observa-se um grande impulso na combatividade feminina nos espaços fabris, confirmando as mudanças no comportamento das trabalhadoras frente à desvalorização de seu trabalho. É importante destacar também que essas mesmas operárias estiveram envolvidas nas primeiras formações da Pastoral Operária, no surgimento do Partido dos Trabalhadores no Amazonas, na construção da Oposição Metalúrgica e nas grandes greves do Distrito Industrial. Em certas ocasiões, suas histórias se entrelaçam e se confundem com a história do movimento sindical e operário amazonense.

Neste contexto, as operárias passaram a participar ativamente de reuniões e formações, promovidas pela Pastoral Operária e posteriormente pela Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional (FASE). As trabalhadoras desdobravam-se entre o papel de operária e militante e algumas delas, entre o de esposa e de mãe. Para

---

<sup>613</sup> Entrevista com Luzanira Varela da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 24 de março de 2021, p. 04.

<sup>614</sup> Entrevista com Valdiza Ferreira da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 23 de março de 2019, p. 02.

<sup>615</sup> Entrevista com Mirecelma Silva Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 20 de março de 2021, p. 03.

Luzanira Varela que em 1982, era casada e possuía 3 filhos, a jornada era desgastante.

Ela relembra que:

Na época da organização da Oposição Sindical Puxirum, eu comecei a participar de algumas reuniões e eu levava meus filhos. Quando tinha reunião dia de domingo, eu batia muito o pé pra não ser, mas quando eu era voto vencido, eu levava meus filhos e era providenciado uma pessoa para cuidar das crianças. E as mulheres da minha época que tinha filho, todas levavam os seus e era providenciado uma ou duas pessoas para cuidar deles enquanto a gente fazia as formações. Muitas das vezes, quem ficava com nossos filhos era estudante de pedagogia que achava bonita a nossa causa e nos davam essa ajuda.<sup>616</sup>

Apesar das dificuldades impostas às mulheres e da dupla jornada, as trabalhadoras foram figuras cativas nessas formações, ao mesmo tempo em que teceram uma rede de solidariedade entre si. Já dotadas de uma consciência de classe, a partir de uma formação político sindical, as operárias iniciaram no chão das fábricas um trabalho árduo de mobilização, mesmo correndo o risco de serem demitidas. De acordo com a operária Luzanira, as trabalhadoras que já faziam parte do Sindicato dos Metalúrgicos, foram o elo entre a base operária e o sindicato, utilizando diversas estratégias para driblar os empresários. Entre esses mecanismos, “esteve o de utilizar os intervalos de almoço para repassar as informações do sindicato, usando como desculpa, reuniões religiosas e leituras da bíblia para camuflar luta operária”<sup>617</sup>, tendo em vista que não era tolerada pelos supervisores e chefias a militância dentro das fábricas. Embora não seja exclusivo da categoria metalúrgica, a interpretação desse maior envolvimento das mulheres na vida sindical nesse período visou romper com a herança histórica e cultural de inferioridade outorgada às operárias, concentrando-se na necessidade de uma maior participação sociopolítica.

No contexto das greves gerais de 1985 e 1986, as mulheres tiveram papel de destaque. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Moraes, “no geral, as mulheres eram âncoras das greves, arregaçavam as mangas nos piquetes e nos grandes confrontos”<sup>618</sup>. De acordo com o *Jornal do Commercio*, “a maioria dessas greves eram lideradas por mulheres, tinham homens, mas a liderança maior era das mulheres. Elas garantiram a presença de todas as pessoas durante os três anos das grandes greves”<sup>619</sup>. Nessas mobilizações era fundamental a atuação dos comandos de fábricas, porque eram

---

<sup>616</sup> Entrevista com Luzanira Varela da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 24 de março de 2021, p. 05.

<sup>617</sup> Idem, p. 06.

<sup>618</sup> TORRES, Iraildes Caldas. Op. Cit., 2005, p. 203.

<sup>619</sup> *Jornal do Commercio*, 09 de março de 1986, p. 04.

elas que se articulavam junto aos trabalhadores dentro das empresas e se reuniam, posteriormente, no decorrer das greves, com a diretoria do sindicato para definir as estratégias que seriam adotadas. A sincronização entre os comandos de greves liderados, em sua maioria, por mulheres – e o Sindicato dos Metalúrgicos ajudou a fortalecer o movimento operário amazonense, reorientando as formas de organização no chão das fábricas.

Na assembleia geral que decidiu pela greve geral em 1985, a maioria foi composta por mulheres. Cabe destacar que, embora estivessem à frente do movimento paredista, as mulheres não participaram das negociações. Essa foi uma prerrogativa masculina. A missão das mulheres foi essencialmente parar as linhas de montagem, onde se concentrava a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras. Na greve de 1985, por exemplo, Miracelma Silva recorda que:

Na linha de montagem onde eu trabalhava, eu consegui parar todas as trabalhadoras e várias deram apoio e isso ajudou muito. A maioria era mulher e eram tudo corajosa. E por conta disso, nós fomos muito perseguidas pelos patrões, por que eles já sabiam quem eram as lideranças. E no meu caso, eu fui vigiada e sofri muita pressão psicológica. E a minha responsabilidade era muito grande. Como parar uma linha de montagem, sendo vigiada todo o tempo. Era muito complicado você ver aquele monte de mulher esperando uma posição sua era difícil. Mas eu fiz assim mesmo, parei a linha e sai correndo. Parando a linha e mandando todo mundo correr e a ameaça foi constante. Tivemos até fuzil apontado para a nossa cabeça. Foi muito difícil mesmo.<sup>620</sup>

A violência no decorrer das greves não fez distinção de sexo, como podemos observar no depoimento acima. É importante ressaltar que, após o fim das greves, as mulheres foram as mais prejudicadas nas demissões. Segundo Ricardo Moraes, “elas eram mais audaciosas, falavam mais e expunham mais, então ficava mais fácil para os gerentes descobrirem quem era quem.”<sup>621</sup> Ainda assim, as trabalhadoras não se acovardaram, mesmo enfrentando repressão, agressões físicas e todas as formas de violência. Ao lembrar a atuação das mulheres, Hamilton Madeira Macedo, trabalhador das empresas Philco e Philips e também ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, resalta que “as mulheres foram muito atuantes nas greves, foram grandes trabalhadoras. Tinham mulheres que se destacavam mais que os homens. Tinha muito homem covarde no movimento.”<sup>622</sup> Acerca dessa perspectiva, Iraíldes Caldas Torres pontua que “as

---

<sup>620</sup> Entrevista com Mirecelma Silva Souza, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 20 de março de 2021, p. 04.

<sup>621</sup> TORRES, Iraíldes Caldas. Op. Cit., 2005, p. 203

<sup>622</sup> Entrevista com Hamilton Macedo Madeira, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 18 de dezembro de 2019, p. 05.

mulheres fortes, poderosas e destemidas inscreveram seus nomes nos anais da história pela via da transgressão e pelo estilo radical da luta política, mudando as regras do jogo.”<sup>623</sup> Essa percepção apontada pela autora demonstra como as mulheres se transvestiram de protagonistas, edificando através do movimento operário metalúrgico, uma identidade de gênero que se deparou com uma série de preconceitos e obstáculos, cujos objetivos estiveram fundamentados na conquista de direitos sociais básicos.

Partindo dessa perspectiva, ao analisar o processo de formação do proletariado feminino no Distrito e de sua trajetória nas fábricas, Cheywa Rojza Spindel destacou que sua participação nas greves representou o primeiro *round* de seu enfrentamento enquanto classe. No que se refere às greves gerais, para a autora, elas foram o termômetro da solidariedade operária, “mostrando estar crescendo a consciência de classe de luta, fortalecendo o sentimento de solidariedade de classe e não mais uma solidariedade inconsequente.”<sup>624</sup> Um erro apontado por Spindel foi o posicionamento das empresas em encarar a participação das mulheres nas greves como irresponsável e imprudente, considerando-as como “Maria vai com as outras”, ou seja, sem opinião própria se deixando levar pelos outros. Essa característica de influenciável é totalmente incondizente com o padrão das operárias nesse período, sobretudo, por que foram elas as maiores responsáveis pela paralização de 100% das empresas do Distrito no período das greves.

Após a primeira grande greve, como resultado da organização das operárias dentro e fora do sindicato, um comitê foi formado por trabalhadoras do Distrito para debater os principais problemas enfrentados pelas operárias metalúrgicas. Esse grupo se reuniu no Dia Internacional da Mulher, no 1º Encontro da Mulher Operária de Manaus, em 1986, para discutir temas como o “mercado de trabalho, a discriminação profissional e sexual, direito à creche, equiparação salarial, discriminação ao aborto e outras questões”<sup>625</sup>. O objetivo do encontro foi o de incentivar a participação das mulheres amazonenses na luta por igualdade de gênero nas fábricas do Distrito e se assemelhou ao I Encontro da Mulher Trabalhadora, ocorrido em 1980. Durante o evento, as mulheres relataram seus problemas e dificuldades, principalmente na conciliação entre trabalho /lar/ exploração. Alguns

---

<sup>623</sup> TORRES, Iraíldes Caldas. Op. Cit., 2005, p. 203.

<sup>624</sup> SPINDEL, Cheywa Rojza. Op. Cit., 1987, p.29.

<sup>625</sup> *Jornal do Commercio*, 09 de março de 1986, p. 04.

membros da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos usaram esse espaço para orientar e incentivar lutas futuras, sobretudo, para conquistar novas adeptas para o comitê.<sup>626</sup>

Neste mesmo evento, também foi proferida uma palestra discorrendo sobre a medicina no trabalho, controle da natalidade, métodos contraceptivos e acidentes de trabalho. Essa questão da saúde da mulher estava no centro dos debates como veremos mais adiante. Houve também uma palestra da professora Marilene Corrêa, invocando o tema da educação para as trabalhadoras, frisando que a melhoria do ensino e a conversão da educação para o interesse dos trabalhadores também deveria ser uma bandeira de luta, tanto da ignorância como da dominação política, rompendo com os elementos que tornavam a educação, um elemento que mantinha classe dominante no poder.<sup>627</sup> Neste momento foram expostas questões envolvendo as dificuldades das trabalhadoras no prosseguimento dos estudos, apontando como principal obstáculo, a falta de tempo e de condições financeiras que permitissem as operárias de desdobrarem entre o estudo e o trabalho. Além disso, também foi mencionado que a jornada exaustiva aliada à falta de interesse dos empresários no incentivo ao aprimoramento dos trabalhadores prejudicava a continuidade dos estudos, tendo em vista que a maioria dos operários possuía o nível de escolaridade corresponde ao segundo grau incompleto.<sup>628</sup>

A partir destes apontamentos, a ideia inicial do encontro era reunir através de um documento oficial, as principais reivindicações apontadas pelas trabalhadoras, nas quais posteriormente deveria ser posta em prática. Entretanto, o número reduzido de participantes (07 operárias) levou a organização do encontro a definir uma nova data para aprovação de um documento resultante desse primeiro evento.<sup>629</sup> Diante disso, como podemos observar, apesar da pouca adesão, essa iniciativa, que contou com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT/AM), serviu como o primeiro passo para o despertar da consciência de classe amazonense, fortalecendo o movimento sindical de Manaus, especialmente da categoria metalúrgica que representava uma parcela considerável da força de trabalho do Distrito Industrial.

Sob um enfoque de gênero e refletindo o compromisso com a implementação de ações da saúde da mulher trabalhadora, consolidando os avanços no campo dos direitos

---

<sup>626</sup> Relatório do Movimento sindical feminino no Amazonas – 1986, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 03.

<sup>627</sup> Idem, p.05-07.

<sup>628</sup> SPINDEL, Cheywa Rojza. Op. Cit., 1987, p. 09.

<sup>629</sup> Idem, p. 04.

sexuais e reprodutivos, realizou-se ainda no ano de 1986, no período de 12 a 14 setembro, na Escola de Enfermagem da Universidade do Amazonas, a “I Conferência Estadual de Saúde e Direitos da Mulher”, com o apoio do Comitê da Mulher Trabalhadora. Neste evento, participaram diversos segmentos da sociedade amazonense, com a finalidade de debater temas relativo à participação da mulher na vida sociopolítica. Discutiuiu-se durante os dias de evento a importância da tomada de um posicionamento político da mulher, sobretudo, no campo do direito, pontuando aspectos da discriminação social e das cobranças que recaíam sobre as mulheres naquele período. De acordo com o relatório da conferência, foram abordados temas polêmicos como: sexualidade feminina, violência e abuso sexual, identidade da mulher negra e indígena, aborto, esterilização e planejamento familiar.<sup>630</sup>

Este evento possibilitou a discussão ampla entre vários setores, sobre a caracterização de doenças profissionais pelas quais as mulheres estavam sendo vitimadas. Na fala de Lucy Antony, uma das palestrantes da conferência, “o acúmulo de responsabilidades no trabalho, em casa e na família, tem levado nos últimos anos, a um crescente número de mulheres em tratamento psiquiátrico, principalmente no Distrito.”<sup>631</sup> Ela ainda ressaltou “que não deveria ser esquecida, a saúde mental da mulher. As autoridades governamentais também deveriam criar creches nos locais de trabalho e de escolas maternas públicas.”<sup>632</sup> É preciso pontuar que, a essa altura, as relações entre saúde e trabalho estavam em voga, sobretudo, pelo crescimento de doenças profissionais apresentadas, a partir do depoimento de trabalhadoras. Não é possível, pela carência de fontes, descrever quais eram essas doenças e nem o depoimento dessas operárias, contudo, esse compartilhamento de experiências deu visibilidade à importância de uma assistência integral à saúde da mulher trabalhadora no Amazonas.

Certamente, uma das pautas mais polêmicas e debatidas no evento foi a questão da saúde reprodutiva, especialmente em relação aos meios contraceptivos e esterilização. Convém destacar que esse panorama conceitual e político relativo aos direitos reprodutivos e sexuais no Brasil é relativamente novo, em que essa terminologia tem início a partir de 1984, segundo Sônia Corrêa e Maria Betânia Ávila. De acordo com as autoras, essa noção de saúde reprodutiva foi elaborada pela Organização Mundial de

---

<sup>630</sup> Relatório da “I Conferência Estadual de Saúde e Direitos da Mulher” – 1986, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p.03-04.

<sup>631</sup> Idem, p. 04.

<sup>632</sup> Idem, p. 05.

Saúde (OMS), a partir da segunda metade da década de 1980, mas desde a década de 1970, a sexualidade ocupava um lugar central na agenda feminista brasileira.<sup>633</sup> Diante disso, podemos considerar que o movimento das trabalhadoras dentro do Distrito Industrial, articulou integralidade na atenção à saúde da mulher ao direito a autodeterminação no que se refere as esferas da sexualidade, reprodução e luta contra a violência, principalmente no campo das políticas públicas.

Embora não seja uma discussão exclusiva do setor metalúrgico manauara, esse debate apontou para as dificuldades de articulação entre a defesa dos direitos individuais e os direitos sociais, em uma sociedade marcada pela discriminação de gênero. Partindo de um campo político em relação aos direitos reprodutivos no Brasil, Leila Linhares Barsted destaca que “o repúdio do movimento de mulheres à violência trouxe à tona o debate sobre o direito da mulher dizer não e decidir com autonomia sobre suas escolhas sexuais e afetivas.”<sup>634</sup> Sem dúvidas, esses questionamentos foram amplamente explorados pelas operárias do Distrito, procurando instrumentos de proteção que incorporasse a autonomia da mulher sobre o seu corpo ao mesmo tempo em que denunciava as violências praticadas contra elas. Como um desdobramento do 1º Encontro da Mulher Operária de Manaus, o Comitê da Mulher Trabalhadora, lançou ainda no ano de 1986, uma campanha pelo fim da violência contra a mulher operária, que somados as propostas do evento, buscou preservar a imagem social da mulher, como mãe, trabalhadora e cidadã, independente de gênero, raça ou etnia.<sup>635</sup>

Embora no ano de 1986, as discussões em torno da saúde da mulher tenham ganhado notoriedade e suas denúncias fossem do conhecimento de público, a própria Delegacia Regional do Trabalho chegou a declarar que os problemas apresentados pelas trabalhadoras eram demagogos e infundados, pontuando que as denúncias expostas eram um caso de saúde pública e sanitária, dos quais a DRT não teria qualquer jurisprudência.<sup>636</sup> Obviamente que este posicionamento da DRT é contraditório e incompatível com um órgão que deveria proteger os interesses dos trabalhadores. É preciso ponderar que tais

---

<sup>633</sup> CORRÊA, Sônia. ÁVILA, Maria Betânia. *Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros*. In: BERQUÓ, Elza. (Org). *Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2003.

<sup>634</sup> BARSTED, Leila Linhares. *O campo político-legislativo dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil*. In: BERQUÓ, Elza. (Org). *Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2003, p. 83.

<sup>635</sup> *Jornal do Commercio*, 12 de outubro de 1986, p. 09.

<sup>636</sup> *Jornal do Commercio*, 13 de outubro de 1986, p. 13.

declarações da DRT provocaram indignação entre as trabalhadoras, expondo o caráter machista e sexista da delegacia. Os relatos aqui mencionados, reforçaram o protagonismo feminino nos espaços fabris e sindicais e que apesar dos avanços assinalados, o discurso sobre a igualdade de gênero e o exercício sobre a sexualidade e o direito reprodutivo feminino, em grande medida, ainda estava atrelado a uma tendência autoritária e hierarquizante. Convém salientar que a maior circulação de mulheres nos espaços públicos, não significou necessariamente em uma maior autonomia, mas permitiu uma integralidade simbólica e modesta nas dimensões de poder. As questões aqui pontadas, expressam posições resultantes de uma cultura ainda bastante discriminadora nas relações entre os indivíduos, especialmente nas pautas de gênero. Romper com essas fronteiras foi o esteio de luta das trabalhadoras do Distrito, sobretudo, na expansão de direitos e respeito à dignidade humana em sua integralidade.

#### **4.2 – O machismo no sindicato e as lutas das operárias**

Ao longo da pesquisa, pudemos observar claramente a participação expressiva das mulheres nas indústrias do Distrito Industrial e sua atuação no movimento sindical, embora a presença masculina ainda fosse prevacente. Partindo desta perspectiva, Margareth Rago, ao pontuar as transformações advindas dentro do movimento feminista a partir da década de 1970, em meio à violência da ditadura, destacou que muitas mulheres passaram a se unir, criando novas formas de existir, passando a ocupar espaços públicos até então de predominância masculina. Para Rago, “desde 1980, percebe-se uma mutação nessa atitude e busca de ressignificação do feminismo”. Tal como apontou a autora, esta atitude sugere a evidência de uma inserção das mulheres na vida pública e a participação ativa na vida social e política em espaços como, dos quais podemos destacar, os sindicatos, as universidades, os partidos políticos e as centrais de trabalhadores.

No entanto, a despeito desta notável atuação, pudemos perceber a tentativa de imposição de uma posição inferior da grande maioria delas no mercado de trabalho. A reprodução de uma política sexista permaneceu estável em forma de desigualdade salarial, assédio sexual e dificuldades de acesso a promoções e a cargos de chefias. Para Ângela Araújo e Verônica Ferreira, no âmbito sindical, “o machismo e o não reconhecimento da especificidade da condição feminina por parte das lideranças sindicais, conduzem à percepção das lutas das mulheres como complementares a luta dos

homens.”<sup>637</sup> Acerca desta perspectiva, a ex- trabalhadora do Distrito Industrial, Luzanira Varela ressalta que:

Não existe instituição mais machista que o sindicato e os partidos políticos. Havia muita exploração dos homens sobre as mulheres no sindicato. As mulheres só serviam para ser secretarias, organizar reuniões. Mas para você chegar numa presidência ou vice-presidência ou mesmo numa tesouraria era muito difícil. Algumas até chegam, mas é preço muito alto a se pagar. Eu por exemplo, consegui ser presidente do PT em 93-94 e enfrentei muita oposição, mas consegui enfrentar todos.<sup>638</sup>

Para a operária Valdiza Ferreira, o sindicato representou:

Um espaço em que muitas lutas foram conquistadas, mas também significou uma briga para que as mulheres permanecessem nelas. Éramos muito requisitadas para parar a linhas, mas para assumir uma presidência, por exemplo, nunca éramos consultadas. Participávamos, mas sempre nos bastidores. Lugar onde ninguém vê, nunca é reconhecido, mas é onde tudo acontece. A nossa história deveria ter mais destaque neste sentido, por que fomos nós que demos fôlego para todas essas greves.<sup>639</sup>

A partir destes depoimentos, é reforçado o entendimento de que havia uma hierarquização das atividades do sindicato, deixando às mulheres as ações mais “braçais” e de mobilização dentro do movimento sindical, relegando-as quase sempre a um papel secundário. Para Maria Berenice Godinho Delgado, a participação das mulheres dá-se mais intensamente nas “greves e nas práticas de resistência dentro das fábricas, mas no interior do sindicato, onde as práticas cotidianas são estabelecidas de acordo com as expectativas do grupo majoritário, portanto, o masculino.”<sup>640</sup> Ou seja, mesmo fazendo o trabalho árduo, os créditos geralmente eram atribuídos aos homens. Diante disso, a emergência de ampliação e conquista de novos espaços, fomentou a reorganização da identidade de gênero e de uma relação mais democrática no interior dos sindicatos.

Nesta perspectiva, Milton Melo dos Reis Filho destaca que, embora houvesse um nível alto desigualdade entre homens e mulheres dentro do sindicato, as trabalhadoras do Distrito firmaram um número expressivo no Sindicato dos Metalúrgicos. Operárias como “a Luzanira Varela, Socorro Carioca, Flávia Carneiro, Rosilene Martins, Isabel Guimarães, Antônia Cândida, Antônia Priante, Emília Valente, dentre outras mulheres

---

<sup>637</sup> ARAUJO, Ângela M. C. FERREIRA, Verônica C. *Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988)*. Revista de Sociologia e Política, 10/11. 55-81, 1998, p.56.

<sup>638</sup> Entrevista com Luzanira Varela da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 24 de março de 2021, p. 07.

<sup>639</sup> Entrevista com Valdiza Ferreira da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 23 de março de 2019, p.05.

<sup>640</sup> DELGADO, Maria. Berenice Godinho. *A Organização das Mulheres na Central Única dos Trabalhadores - A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*. São Paulo, PUC/SP, Dissertação. Mestrado, 1996, p. 52.

deixaram suas marcas de mulheres combativas.”<sup>641</sup> Entendimento semelhante é apontado por Iraildes Caldas Torres, ao salientar que as mulheres:

Por seu turno, adentraram a esfera pública com ativez e determinação enfrentando os obstáculos e as sanções decorrentes desse processo. Elas não se intimidaram e nem se acovardavam no reino da grande política, enquanto que, na política sindical, algumas delas são compelidas a romper com este lugar.<sup>642</sup>

Diante disso, as mulheres se sobressaíam e deixaram a sua marca no sindicato, embora a luta operária tenha encontrado forte oposição dentro e fora da entidade. Como esclarece, Milton Melo: “soma-se a isto o fato de que algumas fábricas não estendiam o pagamento da insalubridade às mulheres porque esse benefício só era concedido aos homens.”<sup>643</sup> Mesmo compondo a maioria da categoria metalúrgica, as mulheres permaneciam em posição de inferioridade em relação a outros trabalhadores, apesar dos esforços no combate à desigualdade. A combatividade dessas trabalhadoras fez com que suas experiências no ambiente laboral as politizassem sindicalmente, sobretudo, pelo comprometimento com a questão de gênero dentro do sindicato.

Convém destacar que, no contexto das greves gerais, as mulheres estiveram à frente dos piquetes realizados nos dias de paralisação. Como aponta Reis Filho, ainda no período das campanhas salariais, “elas dormiam coletivamente para cedo estarem juntos. Essa estratégia era necessária para a realização das grandes mobilizações. Após o café da manhã, todos saíam rumo à porta das fábricas para panfletarem.”<sup>644</sup>, ressaltando que “esse evento se repetia em todos os períodos de campanha salarial.”<sup>645</sup> Conforme o relato de Luzanira Varela:

Muitas de nós, dormíamos duas ou três horas por dia. Chegava em casa dez horas da noite. Às quatro horas da manhã, a gente estava voltando para a porta do Distrito. Na Philco, por exemplo, o pessoal chegava cedo e a gente já tinha que está lá pra encontrar os trabalhadores e distribuir panfletos e era essa a nossa vida de militante sindical. Fizemos muito isso, só que isso não nos deu direito de assumir uma posição de destaque no sindicato.<sup>646</sup>

A partir deste depoimento, observamos que as mulheres permaneceram marginalizadas e enfrentaram muita discriminação dentro sindicato. Cabe destacar que,

---

<sup>641</sup> FILHO, Milton Melo dos Reis. *Fragments e retalhos da vida operária: desafios das mulheres trabalhadoras do polo industrial de Manaus*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, p.01-24, 2017, p. 03.

<sup>642</sup> TORRES, Iraildes Caldas. Op. Cit., 2005, p.248.

<sup>643</sup> FILHO, Milton Melo dos Reis. Op. Cit., 2017, p. 04.

<sup>644</sup> Idem, p. 05.

<sup>645</sup> Idem, p. 05.

<sup>646</sup> Entrevista com Luzanira Varela da Silva, realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio no dia 24 de março de 2021, p. 08.

para participar ativamente do sindicato, muitas trabalhadoras abdicaram do convívio familiar em prol da causa operária. Ainda na fala de Luzanira Varela nos deparamos com a seguinte afirmação:

Quando eu ia nas assembleias no sindicato, em casa sempre dava briga. Até que um dia, o meu marido pegou os panfletos da minha bolsa e mandou eu escolher: o sindicato ou ele. E eu escolhi o sindicato. Na verdade, não era nem o sindicato, era militância. Eu nem sabia nada direito, eu só queria melhores condições de trabalho.<sup>647</sup>

Estas renúncias, como esclareceu a operária, foram uma escolha consciente, abrindo a possibilidade para novas atuações nos espaços públicos, fossem eles sindicais ou não. Partindo desta premissa, John D. French e Mary Lynn Pedersen Cluff, ao analisar as mobilizações operárias em São Paulo, destacam que “as trabalhadoras casadas eram desencorajadas de participar das atividades políticas e sindicais pela desaprovação dos pais, maridos ou namorados,”<sup>648</sup> indicando que a família em determinadas ocasiões, serviu de obstáculo à participação política feminina. No caso das trabalhadoras do Distrito, a família não foi empecilho para o que o envolvimento no movimento sindical ocorresse. De acordo com uma das trabalhadoras entrevistadas por Milton Melo, as mulheres surgiram na direção do sindicato, dos partidos políticos, construíram suas próprias agendas. “Eu não fui dirigente. Mas as mulheres que participaram da direção têm muito a contar, muitas mágoas da falta de compreensão dos homens.”<sup>649</sup> Apesar de não ser possível identificar as causas destes ressentimentos, entendemos que as mulheres permaneceram subjugadas na esfera sindical amazonense, especialmente, na categoria metalúrgica.

No entanto, embora se reconheça a estrutura sexista que operava nos sindicatos e nos partidos políticos, devemos ressaltar o protagonismo de mulheres como Luzanira Varela da Silva, Valdiza Ferreira da Silva e Miracelma Silva Souza, operárias do Distrito Industrial que, juntamente com suas companheiras, tiveram atuação destacada nas lutas operárias do período, levando à mesa de negociações pautas que beneficiariam diretamente as mulheres nas fábricas. Ao solicitar, por exemplo, a inclusão de uma representante do sexo feminino para participar das negociações durante as greves, mos-

---

<sup>647</sup> Idem, p. 07.

<sup>648</sup> French & Cluff, J. D. M. L. P. *As mulheres e a mobilização Operária na época de pós-guerra em São Paulo, 1945-1948*. História Social, (7), 171-211, 2010, p.199-200.

<sup>649</sup> FILHO, Milton Melo dos Reis. Op. Cit., 2017, p. 07.

trou que as trabalhadoras estavam reivindicando seu espaço dentro do sindicato. Acerca desta perspectiva :

Um fato curioso despertou a atenção de Luzanira Varela ao rememorar uma greve de 1985. A ex-operária não soube precisar exatamente a quantidade de dias parados nesta greve, só lembra a decisão da coordenação quando decidiu a hora de encerrar a greve e aceitar a proposta do patrão. Então, indicou uma mulher na Assembleia da Bola da Suframa, a Cleide Mota, para defender o fim da greve. Nesta ocasião, enfatiza Luzanira Varela “a mulher foi muito importante. Me questionei: por que a maioria da direção do sindicato sendo homens, tiveram que indicar uma mulher? A Cleide que só era militante foi escolhida. Ela era da Pastoral Operária, trabalhava na Sharp, uma grande companheira que falava muito bem. Hoje ela é técnica de enfermagem.”<sup>650</sup>

Esta conduta reafirma a presença da mulher nos momentos decisivos do movimento empreendido no Distrito, desencadeando mudanças fundamentais na luta de gênero em Manaus. Aos poucos, a pauta das trabalhadoras foi sendo incorporada nas reivindicações da categoria metalúrgica, como o direito a creche, estabilidade para as gestante e licença maternidade. No Brasil, no tocante a questão das creches, um estudo de Fúlvia Rosenberg aponta que na década de 1980, “o movimento de feminista encontrou nas reivindicações por creche uma possibilidade de mobilizar e organizar mulheres”<sup>651</sup>, mesmo que trabalhadoras com filhos, interferissem ou limitassem a participação feminina no mercado de trabalho, como destaca Cristina Bruschini.<sup>652</sup> De acordo com Reny Scifoni Schifino, a “situação vivida pelas mulheres trabalhadoras, na década de 1980, agregou entidades sindicais e movimento social na luta pela educação e por cuidados da pequena infância”<sup>653</sup>, ou seja, as primeiras lutas por creches se inserem no âmbito da luta operária. Nesta perspectiva, estavam incorporados também temas como sexualidade, planejamento familiar, discriminação do aborto e o controle da mulher sobre o seu próprio corpo.

Ainda em relação às creches, o jornal *O Parafuso* denunciou que:

A empresa com mais de 30 empregadas, deve por obrigação instalar creches para o atendimento aos filhos das trabalhadoras, o que não tem sido respeitado. As poucas creches que foram criadas são para burlar as leis, por que elas não oferecem a menor condição para as crianças que ali se encontram, uma vez que é comum a constatação de doenças transmissíveis. É preciso resguardo dos nossos direitos.<sup>654</sup>

---

<sup>650</sup> Idem, p. 08.

<sup>651</sup> ROSENBERG, Fúlvia. *O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil*. Caderno de Pesquisa. São Paulo, (51), p.73-79, 1984,

<sup>652</sup> VER BRUSCHINI, Cristina. *O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes*. Revista Estudos Feministas. Ano 2, p.179-199, 1994.

<sup>653</sup> SCHIFINO, Reny Scifoni. *A luta das mulheres operárias por creche: do “balde” ao direito à educação*. Olh@res, Guarulhos, v. 4, n. 2, p. 94-111, novembro 2016, p. 100.

<sup>654</sup> *O Parafuso*, Ano II, Ed. 05, março de 1981, p. 08.

Conforme exposto acima, a trabalhadora estava tendo seus direitos negligenciados pelas empresas do Distrito, suscitando inúmeras discussões em torno do tema. No que concerne este debate, o Comitê da Mulher Trabalhadora teve papel fundamental. A entidade surgiu como uma proposta de mulheres de várias categorias, nascidas de movimentações intensas a partir de 1986. Apesar disso, como esclareceu a trabalhadora Flávia Carneiro ao jornal Art-Mulheres<sup>655</sup>, “o movimento de mulheres em Manaus lida com extremas dificuldades, por exemplo, o CMT não tem sede, e a participação da mulher ainda é tímida. As militantes não conseguem avançar na conquista de novas aliadas.”<sup>656</sup> Para Flávia Carneiro, o movimento de mulheres nesta conjuntura buscou:

Salários iguais para funções iguais, creche, estabilidade após a licença maternidade, liberação do aborto). Entretanto, o número de mulheres sindicalistas é muito pequeno. Podemos dizer que as mulheres brigam por isso ou por aquilo.<sup>657</sup>

Na avaliação da trabalhadora, ainda era preciso “investir na nossa formação, exercitar o respeito por nós mesmas, dar um basta no machismo-feminista e ter maior clareza sobre as questões que nos preocupam como mulher e como trabalhadora.”<sup>658</sup> Diante disso, observamos que apesar dos esforços das trabalhadoras, os debates em torno da igualdade de gênero e luta por direito encontrava resistência no meio sindical amazonense. Este entendimento coincide com o de Paola Giuliani que, ao analisar a participação feminina no movimento sindical no Nordeste na década de 1980, encontra marcas de resistências em aceitar a presença das mulheres no ambiente sindical, levando as trabalhadoras a denunciarem esta atitude no IV Congresso de Trabalhadores Rurais, solicitando uma moção de apoio à sindicalização feminina.<sup>659</sup> Reforçando esta perspectiva, Cristina Bruschini pontua que, apesar das conquistas das últimas décadas, “as mulheres ainda enfrentam barreiras, ocupam os lugares menos privilegiados na economia, ganham menos do que os homens e tem condições de trabalho mais precá-

---

<sup>655</sup> O jornal Art-Mulheres era uma publicação bimensal de responsabilidade do grupo articulação de mulheres do Amazonas. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. Jornalista responsável — Ivânia Vieira (Reg. Prof. n 0 10) Redatores: Terezinha Patrícia Viana (Reg. Prof.n 0 287) Rosha (Reg. Prof. n 0 199) Marcus Stoyanovith Fotógrafo: Cleoberto Castro Diagramação: Rosário Reis (Reg. Prof. n 0 148) Fotocomposição: Mara Hidaka Revisão: Edson Mello (Reg. Prof. n 0 125) Endereço para correspondência: Rua 47, Casa 953, Conjunto 31 de março — CEP 69068 — Japiim I, Manaus/Am.

<sup>656</sup> Jornal Art-Mulheres Edição Nº 04, Ano I, julho/agosto 1991, p. 05.

<sup>657</sup> Idem, p. 05.

<sup>658</sup> Idem, p. 05.

<sup>659</sup> GIULIANI, Paola. *Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986*. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina (orgs.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas, 1989.

rias.”<sup>660</sup> Entretanto, a autora ressalta que “as trabalhadoras têm revelado, em vários momentos da História, toda sua força e poder de organização.”<sup>661</sup> A partir desta interpretação, se fortalece o entendimento de que embora as trabalhadoras estivessem ausentes de posições de destaque dentro do sindicato, sua participação se manteve intensa na defesa dos direitos de toda a classe trabalhadora e não apenas nas lutas de gênero.

Essa questão de gênero desempenhou no movimento sindical um relevante papel nas concepções acerca da classe trabalhadora como um coletivo singular, dotado de contradições, desigualdades e posicionamentos divergentes. A participação feminina nesses espaços colabora na democratização interna do sindicato e no desenvolvimento de atividades que promovam a presença das mulheres na militância sindical. Ao analisar os estudos de gênero e a epistemologia feminista enquanto expressão individual e cidadã das mulheres no pós-modernismo, Margareth Rago pontua que:

Para além da desconstrução das configurações ideológicas, conceituais, políticas, sociais e sexuais que norteiam e organizam nosso mundo feminismo deu visibilidade não apenas às mulheres e às questões femininas, mas às formas insidiosas e perversas da exclusão que operam sobretudo na esfera pública. Ao mesmo tempo, propôs formas alternativas de organização social e sexual fundamentais para a construção de relações mais igualitárias não apenas entre os sexos, já que se trata fundamentalmente da construção de um novo conceito de cidadania, num campo em constante mutação.<sup>662</sup>

Pela análise de Rago, observamos que as mulheres ainda permanecem silenciadas não apenas em suas reivindicações, enfrentamentos e lutas cotidianas, mas também de suas ações, realizando um duplo esforço em terem reconhecimento profissional finalmente respeitado. Todas as questões que envolvem demandas de direito, luta política e divisão sexual do trabalho, buscam se contrapor as mais variadas formas de disciplinamento, exploração e arbitrariedade. No caso das trabalhadoras do Distrito Industrial, suas formas de resistências foram pioneiras em romper com a tradição de subordinação e predomínio masculino existentes no chão das fábricas, assim como no Sindicato dos Metalúrgicos. Tais procedimentos abriu precedentes para que as trabalhadoras metalúrgicas estivessem alinhadas ao processo de organização e amadurecimento da classe operária amazonense. Cabe salientar que embora a presença feminina tenha sido maioria no espaço fabril do Distrito, sua participação em espaços de representação profissional ainda se mostrou restrita. No período analisado, esta

---

<sup>660</sup> BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho das Mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, (Textos FCC 17), 1998, p. 41.

<sup>661</sup> Idem, p. 69.

<sup>662</sup> RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo? Feminismo e pós-modernidade no Brasil*. Cadernos AEL n° 3/4, p.11-43, 1996, p. 43

constatação revela que o ambiente sindical ainda era pouco hospitaleiro à participação feminina, fossem como representantes sindicais ou mesmo como membros efetivos do sindicato, reforçando a concepção de um espaço eminentemente masculinizado.

Mesmo assim, embora restrita, vimos a integração das mulheres no Sindicato dos Metalúrgicos ocorrer gradativamente, mas de forma sistemática a partir de 1985 e de maneira mais intensa, em 1986. Vimos nos capítulos anteriores que as demandas das trabalhadoras passaram a ser incorporadas na Convenção Coletiva de Trabalho, significando um passo importante na luta de gênero no setor metalúrgico. Neste sentido, é interessante notar que foi crescente as discussões em torno das desigualdades e da política sexista praticada tanto nas fábricas como no sindicato, sobressaindo novas forças sociais, que incluíam a classe operária e as mulheres.

#### **4.3- Esterilização ou planejamento familiar? O Projeto *Pathfinder* como política de controle da natalidade no setor metalúrgico em Manaus**

Como vimos anteriormente, a partir da segunda metade da década de 1980, houve um aprofundamento do debate em torno da sexualidade, gênero, direitos sexuais e reprodutivos em todo o Brasil. Deste momento em diante, a noção de direito reprodutivo passou a ser incorporada nas pautas do movimento feminista, analisando as contradições e a coexistência entre liberdade e repressão. Neste sentido, o objeto deste tópico se propôs em refletir sobre a reprodução como uma possibilidade de escolha e não como uma imposição, fazendo uma imersão nos novos significados na questão dos direitos reprodutivos, especialmente no que tange à prevalência dos métodos contraceptivos e da esterilização feminina e os problemas identificados em relação ao planejamento familiar.

Como vimos nos capítulos anterior, a predominância da mão de obra feminina favoreceu a exploração e a depreciação da condição de mulher dentro do Distrito Industrial de Manaus. Nos deparamos no decorrer da pesquisa com inúmeros casos de arbitrariedades cometidos contra as trabalhadoras do setor metalúrgico manauara. Um desses eventos foi a distribuição de métodos contraceptivos e imposição de procedimentos que evitassem que as trabalhadoras que ficassem grávidas durante a permanência nas fábricas. De acordo com Elisabeth Meloni Vieira, “a esterilização feminina se apresenta como um fenômeno generalizado em todo o Brasil, tendo iniciado

seu aumento progressivo em meados da década de 1980.”<sup>663</sup> Segundo a autora, o método de esterilização foi crescente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país, sobretudo, em áreas mais pobres, rurais e com mulheres de pouca escolaridade.

Esse processo de maneira geral, passou a regular os aspectos individuais de cuidado com o corpo feminino, aumentando a cultura da esterilização<sup>664</sup> em todo o país. No caso das trabalhadoras do Distrito Industrial, o procedimento de esterilização demonstrou que a orientação era que não houvesse gestantes no quadro de empregados. Geralmente no processo de contratação, a preferência era por mulheres solteiras e sem filhos. Neste contexto de arbitrariedade, um exemplo de controle sobre os corpos femininos foi a implantação do *Projeto Pathfinder*. Teoricamente, implantado com o objetivo de estimular e apoiar soluções inovadoras no campo populacional e de estratégias de planejamento familiar. Na prática, tinha o intuito de esterilizar as operárias do Distrito Industrial de Manaus, em um prazo de 12 meses a contar de julho de 1985, inicialmente atingindo 2.400 famílias. “O projeto pretendia desenvolver as seguintes ações: doação de 60% de anticoncepcionais orais, 20% de aplicação de DIU, 10% de laqueaduras e 10% de outros métodos”<sup>665</sup>

Com isso, a empresa se tornou um espaço de discriminação e manipulação dos corpos femininos, evitando que as operárias ficassem grávidas. De acordo com Marlene Ribeiro, o principal objetivo da implementação deste projeto no setor industrial era “eliminar atrasos, faltas e licenças que prejudicassem a produção, assim como, conter o aumento excessivo do exército de reserva”<sup>666</sup>. A implantação do projeto no Distrito Industrial de Manaus nasce por iniciativa dos empresários, com o apoio do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Departamento Materno-Infantil da Universidade do Amazonas através da empresa americana *Pathfinder Fund*, especializada em programas de planejamento familiar nos países da África, Ásia, Europa e América Latina. A empresa foi fundada em 1957, mas iniciou suas atividades antes mesmo da década de 1920, com o Dr. Clarence Gamble, fundador da empresa. No Brasil, passou a operar no início da

---

<sup>663</sup> VIEIRA, Elisabeth Meloni. *Políticas públicas e contracepção no Brasil*. In: BERQUÓ, Elza. (Org). *Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2003, p.167.

<sup>664</sup> O conceito de “cultura da esterilização” é utilizado por Elza Berquó para se referir as mulheres que tem a sua capacidade reprodutiva encerrada, a partir de uma visão geral da regulação da fecundidade no Brasil. Ver: BERQUÓ, Elza. *Esterilização e raça em São Paulo*. Revista Brasileira de Estudos da População. 11(1), 1994, p.19-26.

<sup>665</sup> *Jornal A Crítica*, 05 de maio de 1986, p. 05.

<sup>666</sup> RIBEIRO, Marlene. Op. Cit., 1987, p. 289.

década de 1980, com sede situada em Salvador, Bahia, tendo como representante legal, o professor da Universidade Federal da Bahia, José Santiago Gonzales.<sup>667</sup>

No Amazonas, essa prática já vinha sendo frequentemente denunciada. A atividade do planejamento familiar foi amplamente condenada, como foi possível notar em carta aberta destinada ao Papa João Paulo II, em visita a Manaus em julho de 1980. Nesta carta – assinada pelo Comitê da Mulher Operária Amazonense, Comitê da Mulher Universitária do Amazonas, Partido dos Trabalhadores (PT/AM), Fórum da Amazônia e entidades solidárias como a Associação dos Professores do Amazonas (APPAM) e Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas (ADUA) –, é possível notar o repúdio quanto ao controle da natalidade praticado pelo Governo do Estado do Amazonas nas mulheres da região. A nota denuncia que, aproximadamente desde 1978, alguns municípios do interior do Amazonas estavam praticando o projeto de “planejamento familiar”, através de um médico suíço (cujo nome não foi divulgado), a serviço de uma empresa estrangeira.<sup>668</sup>

A questão do planejamento familiar se mostrou bastante polêmica, trazendo múltiplas interpretações dos quais nenhuma considera a mulher como agente principal. De acordo com Anelise Rodrigues Machado de Araújo, a discussão pública em torno das práticas de reprodução, ganharam notoriedade e passaram a ser pautadas pelo Estado e pela imprensa midiática como uma narrativa de controle da natalidade, nos quais “presença das políticas norte-americanas no Brasil foi institucionalizada e suas principais defesas, tais como a liberdade de consumo e a estabilidade da família nuclear, ecoaram pela imprensa periódica do maior país sul-americano.”<sup>669</sup> Houve, sobretudo, um abuso sobre o corpo feminino, uma cadência centrada no aspecto de depreciação moral da mulher operária e de sua saúde reprodutiva. Segundo dados do Portal Estudos do Brasil Republicano, a partir da virada para a década de 1980, a questão do planejamento familiar passou a obter maior abrangência, derivados das indagações das mulheres que defendiam políticas que contemplassem o contexto da saúde integral da mulher, incluindo contracepção, atendimento ginecológico geral e não apenas reprodutivo ou de gestação.

---

<sup>667</sup> Documento intitulado “Educação e serviços de planejamento familiar no Distrito Industrial de Manaus”, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 07.

<sup>668</sup> *Jornal do Commercio*, 07 de julho de 1980, p.07.

<sup>669</sup> ARAUJO, Anelise Rodrigues Machado de. “*População, o problema do nosso tempo*”: controle da natalidade, culturas políticas e relações de gênero (estados unidos/brasil, 1960-1970). Anais do XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, p.01-09, 2015. p. 09.

Neste sentido, em 1983, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) seguindo estas orientações.

De acordo com Maria José Martins Duarte Osis, esse programa foi vanguardista por ser a primeira vez que o Estado propôs explicita e oficialmente, ações concernentes ao planejamento familiar, ou seja, um programa que contemplava o controle da reprodução. A proposta do PAISM se baseava em atender as necessidades da população feminina, “enfazitando as ações dirigidas ao controle das patologias mais prevalentes nesse grupo; estabeleciam também a exigência de uma nova postura de trabalho da equipe de saúde em face do conceito de integralidade do atendimento.”<sup>670</sup> Os debates ocorridos em 1986 incluíram uma preocupação com as crises econômicas e como o aumento demográfico poderia acentuar problemas estruturais e prejudicar o desenvolvimento econômico. Para Luiz Carlos Bresser Pereira, essas questões são carregadas de conotações ideológicas, sobretudo, por não reconhecer com clareza quais as verdadeiras intenções por detrás do controle populacional ou do planejamento familiar. O autor enfatiza que “o problema do planejamento familiar, portanto, está diretamente relacionado com a capacidade dos países subdesenvolvidos de se desenvolver, distribuindo a renda de forma muito mais igualitária.”<sup>671</sup> Sem uma elevação no padrão de vida da população, essas medidas estavam fadadas ao fracasso. No entanto, dentro do próprio governo, o consenso era de que o controle coercitivo da natalidade não era uma opção, preferindo-se considerar que a disponibilidade de métodos contraceptivos deveria ser um direito de todo cidadão e sua oferta, um dever do Estado. Foi ancorado neste discurso inflamado de crise econômica que o controle da natalidade se tornou pauta do Estado.

Partindo desta premissa, o *Jornal do Commercio* noticiou que o Governo do Amazonas, através da Secretaria de Saúde, implantou ainda no ano de 1980 um programa de planejamento familiar destinado principalmente ao atendimento das mulheres trabalhadoras. O método contraceptivo utilizado seria uma injeção de origem japonesa que havia sido proibida nos Estados Unidos por provocar, a longo prazo, câncer uterino e outras doenças graves. A nota de repúdio seguiu dizendo que o Governo do Amazonas pretendia oferecer às mulheres amazonenses como cobaias para os laboratórios

---

<sup>670</sup> OSIS, Maria José Martins Duarte. *Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil*. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 14(Supl. 1):25-32, 1998. p. 27.

<sup>671</sup> PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Controle da população e ideologia*. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, out./dez. 18(4):45-50, out./dez. 1978, p. 49.

estrangeiros. A empresa *Pathfinder Fund* passou a atuar no Amazonas oficialmente desde 1985, como um projeto alternativo na área da saúde da mulher.<sup>672</sup> Em Manaus, o intuito era gerar ainda mais lucros às multinacionais instaladas no Distrito Industrial. Desta forma, a questão econômica – como dito anteriormente – era a principal alegação para a implantação do projeto em terras amazonenses.

A discussão se mostrava um tanto polêmica. O que para uns era considerado um programa de planejamento familiar, para outros seria a esterilização em massa de mulheres contra a sua vontade. De acordo com um artigo publicado pela socióloga Sandra Jouan no *Jornal do Commercio*, a questão do planejamento familiar suscitava muitas dúvidas. Para o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas, o planejamento familiar deveria ser uma opção livre e consciente da mulher e do casal em relação ao número de filhos, assim como à melhor maneira para preveni-los. A partir do posicionamento do Governo do Amazonas, o Centro da Mulher se colocava contra qualquer forma sutil imposta à população feminina quanto à sua composição familiar. No caso da mulher trabalhadora, os riscos eram dobrados: “a eminência de serem demitidas e de terem o filho ainda no ventre, contaminado dadas as péssimas condições de trabalho das empresas”<sup>673</sup>

Mesmo com dados imprecisos, o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas acreditava que cerca de 33% das mulheres amazonenses trabalhadoras com menos de 30 anos haviam sido esterilizadas pelo *Projeto Pathfinder*, segundo foi apontado pela socióloga Sandra Jouan.<sup>674</sup> Este projeto revelou os métodos arbitrários e a condição humilhante aos quais estavam sujeitas as operárias do Distrito Industrial. Segundo algumas notícias veiculadas neste período, a questão do controle da natalidade era um caso de saúde pública nacional e uma preocupação das autoridades, no entanto, como afirmou o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas, a política de planejamento não era apenas um debate sobre a reprodução da mulher, mas uma discussão ampliada sobre a necessidade de garantias a essas mulheres.<sup>675</sup>

Além do Amazonas, o projeto foi implantado nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Curitiba e Brasília.<sup>676</sup> No entanto, após alguns testes, foi comprovado pelo Ministério da Saúde que uma série de irregularidades vinham sendo

---

<sup>672</sup> Documento intitulado “Educação e serviços de planejamento familiar no Distrito Industrial de Manaus”, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 10.

<sup>673</sup> *Jornal do Commercio*, 03 de outubro de 1980, p. 05.

<sup>674</sup> *Idem*, p. 05.

<sup>675</sup> *Jornal do Commercio*, 29 de janeiro de 1986, p. 13.

<sup>676</sup> Documento intitulado “Relatório das atividades da Pathfinder Fund”, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 16.

cometidas em relação às pesquisas iniciadas em mulheres de todo o país desde 1985. O risco à saúde da mulher ficou eminente.<sup>677</sup> Houve diversas denúncias divulgadas nos jornais de grande circulação da época que cobravam um posicionamento por parte do poder público, inclusive da própria imprensa, que segundo o Comitê da Mulher Trabalhadora, tratava o assunto com “sensacionalismo e desrespeito às mulheres”, considerando antiético o modo como o tema vinha sendo tratado.<sup>678</sup>

Ainda com o intuito de minimizar a polêmica causada em torno das denúncias das operárias do Distrito Industrial de Manaus, o representante da empresa *Pathfinder Fund* no Brasil, o professor universitário José Santiago Gonzales, procurou o *Jornal do Commercio* para esclarecer que não houve qualquer tentativa de esterilização em massa previsto para as trabalhadoras do Distrito Industrial, sob o comando da empresa norte-americana. O que houve, segundo, José Gonzales, foi o envio do “rascunho” de um projeto de controle da natalidade, mas que o SESI respondeu negativamente ao interesse de implantá-lo.<sup>679</sup> O professor ainda ressaltou que a Universidade do Amazonas não estava envolvida neste projeto, como teria sido divulgado amplamente. Foi sugerida apenas “a participação de uma instituição mais credenciada para realizar este tipo de trabalho.”<sup>680</sup>

O representante da *Pathfinder Fund* no Brasil destacou que Manaus não faria mais parte da rota de seus projetos devido à repercussão negativa que trouxe à fundação. De acordo com José Gonzales, “agora somos nós que não queremos implantá-lo mais, nem que nos peçam.”<sup>681</sup> A empresa se defendeu, dizendo que a empresa já havia implantado mais de 40 projetos do mesmo gênero em todo o Brasil, utilizando-se de Universidades de renome e até de Secretárias de Saúde. O argumento da implantação do *Projeto Pathfinder* girava em torno da mesma justificativa: o controle da natalidade. Com a propaganda de que “não podemos deixar que as mulheres pobres tenham filhos indiscriminadamente. O que oferecemos não é esterilização, mas um controle familiar mais adequado”<sup>682</sup> De acordo com o próprio “rascunho” do *Projeto Pathfinder*, o maior beneficiado seria o setor industrial que, contratando esta empresa, poderia controlar, por exemplo, a vida privada das jovens operárias do Distrito. As empresas se fundamentavam em um projeto que visava educar e prestar serviço a uma população predominantemente

---

<sup>677</sup> *Jornal do Commercio*, 16 de janeiro de 1986, p. 06.

<sup>678</sup> *Jornal do Commercio*, 15 de outubro de 1987, p. 05.

<sup>679</sup> *Jornal do Commercio*, 16 de agosto de 1986, p. 11.

<sup>680</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>681</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>682</sup> *Jornal do Commercio*, 09 de agosto de 1986, p. 10.

jovem que trabalhava no setor industrial, entendido como parte do processo de desenvolvimento econômico e social empregado desde o início da implantação da Zona Franca de Manaus. Essa ideia ainda era hegemônica na década de 1980. O *Projeto Pathfinder* viria para consolidar a expansão do planejamento familiar na região Amazônica, pelo menos na teoria.

Neste quadro de divergências, a chefe do Departamento Materno Infantil da Universidade do Amazonas, Laise Leitão de Brito, reconheceu que participou, de acordo com o *Jornal do Commercio*, de dois congressos patrocinados pela *Pathfinder Fund* – em Atibaia (SP), em 1984, e em Salvador (BA), em 1985. Reconheceu ainda que a Universidade do Amazonas recebeu doações de medicamentos e equipamentos da *Pathfinder Fund*, mas que não pactuava com os objetivos do projeto.<sup>683</sup> A partir destas afirmações, é possível perceber que as autoridades competentes e órgãos de saúde buscavam se eximir de qualquer responsabilidade. No entanto, a polêmica em torno da esterilização em massa abriu um amplo debate na sociedade manauara sobre a moralidade ou não do projeto.

Acerca desses insumos recebidos pela Universidade do Amazonas, o sub-reitor e médico, Silas Guedes, considerou “um desperdício o barulho que estava fazendo em torno do assunto”<sup>684</sup> Para o sub-reitor, esses medicamentos e aparelhos doados pela *Pathfinder Fund* à Universidade do Amazonas tinham apenas fins didáticos e não teriam qualquer relação com o controle da natalidade dirigido, inicialmente a mais de 2.400 operárias das principais empresas do Distrito Industrial de Manaus. Porém, ao ser confrontado pelo *Jornal do Commercio* sobre a quantidade de medicamentos, o reitor não soube explicar o quantitativo elevado das doações se o objetivo era apenas para exposições em sala de aula. Seus argumentos inclinavam-se para mostrar que a “universidade era um centro de formação e propagação do conhecimento acadêmico e apenas com essa finalidade.”<sup>685</sup>

A Universidade do Amazonas também esteve envolvida na polêmica da utilização do medicamento *Nortplant*, cujo fornecimento vinha da empresa *Pathfinder Fund*, onde a pesquisa era coordenada por Lourivaldo Rodrigues de Souza. O *Nortplant* era um dos principais contraceptivos distribuídos entre as operárias do Distrito. Além do Amazonas, as cidades de São Paulo, Pernambuco, Paraná, Minas Gerais e Porto Alegre estavam realizando pesquisas com o *Nortplant* mesmo com a proibição da vigilância sanitária do

---

<sup>683</sup> *Jornal do Commercio*, 15 de agosto de 1986, p. 08.

<sup>684</sup> *Idem*, p. 08.

<sup>685</sup> *Idem*, p. 08.

Ministério da Saúde pelos efeitos nocivos causados pela medicação. Os testes foram realizados em mais de 3 mil mulheres nestes estados.<sup>686</sup> Em Manaus, o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas repudiou tais atos e se mostrou firme em não se calar diante do ultraje aos direitos da mulher amazonense. Unidos a diversos segmentos da sociedade, o Centro da Mulher Brasileira exigiu maiores esclarecimentos e a elucidação daquilo que considerou um “abuso” ao direito de escolha e livre arbítrio das mulheres.<sup>687</sup>

É possível notar que as notícias veiculadas nos jornais locais relacionavam à questão da esterilização das mulheres operárias do Distrito ao planejamento familiar, o que não condiz com a verdade dos fatos. Um tema tão abrangente e controverso, foi tratado de forma simplista, priorizando mais seus efeitos do que suas causas. De acordo com o *Jornal do Commercio*, o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas se “posicionou contra qualquer forma sutil imposta a população amazonense, através de discursos pseudodemocráticos para limitar o direito das mulheres.”<sup>688</sup> O uso de métodos contraceptivos foi usado indiscriminadamente nas mulheres brasileiras, como apontou o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas. Sua preocupação incidia em cobrar do Governo do Amazonas maior seriedade quanto à questão da saúde da mulher amazonense, principalmente as operárias do Distrito Industrial de Manaus.

O Conselho Federal de Medicina também rejeitou a proposta de implantação do *Projeto Pathfinder* no Distrito Industrial, por não preencher os princípios éticos em seus parâmetros e por ferir os direitos de dignidade humana. De acordo com presidente do Conselho Regional, José Wilson Cavalcante, a posição contrária se devia, dentre outras irregularidades, ao aumento expressivo no número de participantes estipulado oficialmente, à falta de informações sobre o protocolo utilizado, à inclusão de instituições sem o conhecimento do poder público e à ausência de acompanhamento a longo prazo das voluntárias envolvidas no *Projeto Pathfinder*.<sup>689</sup> Diante da ameaça à vida dessas mulheres, a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) descartou, no primeiro semestre de 1986, a implantação total do *Projeto Pathfinder* por parte das empresas do Distrito Industrial de Manaus. De acordo com o secretário da pasta, Fernando Ferreira, o projeto foi rejeitado devido as pressões de diversas entidades da sociedade civil. O parecer desfavorável do Conselho Federal de Medicina acelerou o processo de suspensão das

---

<sup>686</sup> *Jornal do Commercio*, 17 de fevereiro de 1985, p. 06.

<sup>687</sup> *Jornal do Commercio*, 21 de agosto de 1986, p. 10.

<sup>688</sup> *Jornal do Commercio*, 12 de agosto de 1986, p. 08.

<sup>689</sup> *Jornal do Commercio*, 10 de setembro de 1986, p. 09.

pesquisas clínicas que envolviam o *Projeto Pathfinder*, o que levou o Ministro da Saúde, através da Portaria 32 de 28 de janeiro de 1986, a criar um grupo para desenvolver critérios de supervisão às equipes de pesquisa, o que garantiria em tese o acesso às informações e métodos alternativos de controle de reprodução nas instituições participantes, divulgando entre as voluntárias e a população em geral os resultados obtidos.<sup>690</sup>

Conforme o *Jornal do Commercio*, no mês de outubro de 1986 foi instaurada uma sindicância para apurar o envolvimento da Universidade do Amazonas junto à *Pathfinder Fund* no projeto de esterilização em massa das mulheres amazonenses. A comissão foi presidida pelo professor e médico Mena Barreto. O médico reafirmou a todo momento a sua indignação quanto a “abominável ação de controle da natalidade adotado pelas empresas multinacionais instaladas em Manaus, acarretando em um modelo econômico gerador de desigualdades e injustiças sociais.”<sup>691</sup> Acompanhando os trabalhos da sindicância e se empenhando em denunciar e cobrar um posicionamento das instituições ligadas à saúde, podemos dar destaque para o papel do Comitê da Mulher Trabalhadora.<sup>692</sup> Além do trabalho de fiscalização, o comitê desenvolveu um trabalho base com o objetivo de conscientizar as operárias do Distrito Industrial quanto ao perigo de utilização de métodos contraceptivos fornecidos pelas empresas sem a devida procedência.

A pressão exercida por diversas entidades ligadas à defesa do direito das mulheres no Amazonas contribuiu para alertar a sociedade civil quanto aos perigos oferecidos pelo *Projeto Pathfinder* na região, sem considerar as características locais e sem consultar as mais interessadas neste processo: as trabalhadoras. A arbitrariedade das empresas esbarrou na resistência feminina construída paulatinamente dentro do movimento operário do Distrito desde o início da década de 1980. A recusa da esterilização em massa foi apenas o princípio desta luta que prosseguiu durante muitos anos. No entanto, apesar da grande repercussão, a sindicância não conseguiu comprovar a participação efetiva de nenhuma instituição no *Projeto Pathfinder* em Manaus. Diante disso, foi concluído que nenhum programa de controle da natalidade ou esterilização em massa nas trabalhadoras do Distrito Industrial de Manaus patrocinado por qualquer organização internacional.

---

<sup>690</sup> *Jornal do Commercio*, 13 de setembro de 1986, p. 09.

<sup>691</sup> *Jornal do Commercio*, 18 de outubro de 1986, p. 11.

<sup>692</sup> *Jornal do Commercio*, 06 de junho de 1986, p. 08.

Convém frisar que as discussões em torno dos direitos reprodutivos permaneceram, sobretudo, em relação as denúncias que apontavam que as esterilizações ainda estavam sendo praticada indiscriminadamente nas fábricas do Distrito. É possível encontrar algumas pequenas denúncias apresentadas pelo Comitê da Mulher Trabalhadora nos jornais de grande circulação em 1987 que reafirmavam o prolongamento de violações relativos ao planejamento familiar e a saúde reprodutiva da mulher trabalhadora. Uma compreensão acurada desse fenômeno deve, portanto, considerar o equilíbrio entre liberdade e proteção, redefinindo as fronteiras entre o público e o privado, suscitando debates do ponto de vista feminista, da regulação estatal e da liberdade dos indivíduos nas esferas da reprodução e da sexualidade.

Desta forma, a ampla discussão acerca do que se convencionou chamar de planejamento familiar apresentou não apenas no Amazonas, mas em outras regiões do Brasil, ações rígidas de controle dos corpos femininos, havendo inúmeras denúncias sobre a prevalência de tais práticas. Com o intuito de averiguar possíveis irregularidades, em 1991, acatando o requerimento da deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ), foi instalada pelo Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – composta por deputados e senadores – para investigar a esterilização em massa de mulheres no Brasil e cujo relatório foi aprovado em fevereiro de 1993. Naquele momento, o Brasil não adotava uma política oficial de controle da natalidade, embora houvesse demanda das mulheres neste sentido. O Código Penal proibia a esterilização cirúrgica, como método irreversível, considerando-o um crime de mutilação.

A CPI da Esterilização, como ficou conhecida, documentou o cenário de riscos para a saúde das mulheres, face aos abusos de uma prática clandestina, conduzida de forma indiscriminada pelo governo. Perante tais constatações, se investigou causas e consequências da prática ilegal, a partir de dados e pesquisas da época, mostrando que mais de 45% das brasileiras em idade reprodutiva foram esterilizadas. No Amazonas, esse percentual chegou a 55,4% de acordo com os dados da CPI.<sup>693</sup> Pressões de cunho arbitrário exercido por empresas, exigiam o atestado de esterilização para a admissão das mulheres no emprego, como foi o caso do Distrito Industrial de Manaus. A CPI denunciou a ação não oficial de controle da natalidade financiada com recursos internacionais instalada no Brasil desde a década de 1960, como o realizado pela *Pathfinder Fund*. Confirmou que este cenário foi mais frequente em regiões pobres, verificando que a maior a proporção

---

<sup>693</sup> Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Incidência de Esterilização em Massa de Mulheres no Brasil nº796/91, p. 54.

foi de mulheres negras. Destacou o baixo nível de informação sobre fecundação e anticoncepção e a oferta restrita de alternativas contraceptivas. Todos esses dados estatísticos foram oriundos do relatório final da CPI, nos quais verificou-se o uso abusivo das políticas públicas de atenção à saúde da mulher para intervir sobre os corpos de mulheres trabalhadoras em idade reprodutivas.

O relatório da CPI recomendou a mobilização de todas as esferas governamentais para estancar este processo, qualificado como de degradação humana, envolvendo relações sociais, econômicas e políticas – internas e do âmbito das relações internacionais – que poderiam se agravar. Foi consenso entre os/as parlamentares que o Brasil precisava regulamentar a esterilização cirúrgica e todas as ações para o planejamento familiar. O PL 9.263 de 1996 cumpriu este objetivo, dentro da visão de atendimento integral à saúde e proibindo ações políticas para qualquer tipo de controle demográfico. As pressões exercidas sobre a saúde da mulher trouxeram para o espaço público o debate acerca do direito individual, dos limites do que era esterilização em massa ou planejamento familiar. Remetendo às trabalhadoras do Distrito Industrial de Manaus, expôs a violação no campo dos direitos humanos, da cidadania e das relações sociais.

Ao longo deste estudo, observamos o crescimento e a reconstrução da imagem da mulher operária do Distrito Industrial de Manaus e suas singularidades, alicerçados nos aspectos de gênero, das lutas feministas e das noções de direito reprodutivo. A partir das trabalhadoras, foi possível analisar mais profundamente, os fatores que contribuíram para o fortalecimento do sindicalismo feminino, tanto no presente como no passado. Tais estudos seguramente são fundamentais para fortalecer o desenvolvimento de reflexões no tocante aos estudos sobre mulheres, a partir de um enfoque de gênero. Um estudo a partir trabalhadoras do Distrito, permitiu a compreensão do debate geral da luta por direitos, das relações de trabalho, da organização sindical e da divisão sexual do trabalho. Neste sentido, não restam dúvidas de que as operárias metalúrgicas possuem lugar cativo na história do sindicalismo amazonense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta dissertação, procurei analisar o processo de resistência dos metalúrgicos nas greves gerais de 1985 e 1986 no Distrito Industrial de Manaus. Portanto, enfatizei a luta dos trabalhadores contra a superexploração nos espaços fabris do setor metalúrgico. Neste sentido, busquei compreender a expressão das reivindicações da categoria, a organização em torno do Sindicato dos Metalúrgicos e sua capacidade de mobilização e luta. A partir desses fatores, pude perceber a evolução da atividade grevista neste setor, em contraste com padrões referentes aos períodos de repressão e autoritarismo característicos da ditadura civil-militar. A delimitação cronológica proposta de 1985 e 1986, reverberou sobre o desencadeamento da primeira greve geral no Distrito Industrial e da capacidade dos trabalhadores e trabalhadoras na organização e mobilizações em ações coletivas. A proposta de compreender a ação grevista de 1986 buscou contrapor o ano de 1985, em relação aos recuos e avanços, reflexos das circunstâncias políticas de uma década de transição democrática, sob condições de instabilidade econômica e de inflação.

Podemos compreender as greves gerais do Distrito na década de 1980 como uma expressão de descontentamento da classe trabalhadora metalúrgica e como forma de correção dos desequilíbrios de poder entre empresários, trabalhadores e o Estado. Neste contexto envolvendo aspectos de protesto e confronto, observamos as primeiras experiências dos operários junto à Justiça do Trabalho e no incurso das negociações e na judicialização das relações de trabalho. Para realizar a análise de tais propostas, procurei inicialmente a partir da imprensa oficial e da imprensa operária, demonstrar que o movimento grevista no Amazonas, vinha em franca expansão antes mesmo da década de 1980. Ao que se refere as relações fabris e conflitos nas empresas, enfatizei aos espaços e condições de trabalho sob a ótica das demandas e denúncias dos trabalhadores. Durante este processo ficou evidente a importância da Pastoral Operária e da Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional (FASE) na formação político-sindical dos trabalhadores, especialmente no plano da identidade e da consciência operária.

No tocante às mobilizações e à organização operária metalúrgica, busquei fazer uma incursão na trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos como mecanismo de compreensão do trabalho desenvolvido junto ao operário do Distrito e na formação da oposição metalúrgica nas eleições para o sindicato 1984. Deste modo, a partir de uma organização nascida nos locais de trabalho, os metalúrgicos puderam aglutinar-se para

debater os problemas ocorridos no chão das fábricas, recorrendo ao sindicato para buscar possíveis alternativas para a categoria. Ao analisar a greve na empresa Sanyo, observamos a riqueza concernente à articulação espontânea e à mobilização consciente. Tais características se aprimoraram na greve geral de 1985 e deram uma prova tangível de sua capacidade de dirigir o movimento grevista. Nesta ocasião, vimos uma greve coesa e pujante, apoiada pela Igreja Católica, partidos políticos e pela sociedade civil. Por ser a primeira greve geral experimentada pelos metalúrgicos, o movimento adquiriu uma dimensão revolucionária na história do sindicalismo amazonense.

A greve geral de 1986, no entanto, teve uma importância simbólica, embora tenha sido considerada uma derrota política para a categoria. No eixo analítico dos trabalhadores, representou o confronto direto entre patrões e empregados na Justiça do Trabalho. Neste sentido, os metalúrgicos aprenderam duramente mais com o fracasso do que com a vitória. O resultado disso evidenciou suas limitações, mas também propiciou um salto qualitativo no avanço da consciência operária. Através das convenções coletivas, dos dias de paralisação e das audiências de conciliação, se forjou não apenas um espaço próprio de expressão das reivindicações da categoria, mas também da capacidade de negociação e resistência dos trabalhadores. Todo este repertório foi sustentado pelo engajamento político e sindical dos metalúrgicos e pela reestruturação do Sindicato dos Metalúrgicos, tendo como pano de fundo, a intransigência e a repressão patronal.

A partir das experiências dos trabalhadores, da imprensa e da Justiça do Trabalho, pudemos recuperar a trajetória dos metalúrgicos e da retórica sindical. Devemos considerar ambas as greves como um divisor de águas na história do movimento operário amazonense. Conforme demonstrei anteriormente, as greves gerais no Distrito ultrapassaram os limites econômicos, se consolidando como um instrumento cultural e político das lutas de classe no chão das fábricas. Assim como outros trabalhos já existentes, este estudo contribuiu para demonstrar os aspectos de dominação no ambiente de trabalho no setor metalúrgico na década de 1980, os mecanismos de exploração, as formas de resistência operária e a representação do Sindicato dos Metalúrgicos acerca das experiências vividas pelos trabalhadores. Cabe salientar que este trabalho avançou quanto aos estudos concernentes à greve de 1986 que até o momento pouco havia sido explorado.

Também dei destaque à participação das mulheres na estrutura sindical para tratar a questão de gênero no setor metalúrgico de Manaus, abordando o machismo e a política sexista no sindicato. A formação do movimento de mulheres em geral e das trabalhadoras

do Distrito Industrial em particular, marcou definitivamente a participação das operárias nos movimentos sociais, o que significou em termos simbólicos, a ocupação de espaços públicos, como é o caso dos sindicatos. No espaço fabril, busquei através da esterilização em massa das operárias, apresentar de forma mais aguda e dramática, as dificuldades que as trabalhadoras enfrentaram no controle de sua vida reprodutiva, envolvendo questões de controle da natalidade, políticas públicas e direitos sexuais.

Ressalto que o repertório do movimento grevista metalúrgico é amplo e não se esgota aqui, especialmente pela importância desta categoria para a história do operariado amazonense, sobretudo, no empreendimento de ações coletivas no espaço fabril. É importante sublinhar que o nível de consciência alcançado pelos metalúrgicos nas greves analisadas foram a expressão de um movimento forte e organizado, sinalizando uma efetividade política e visibilidade social aos trabalhadores. Neste contexto, a construção de uma identidade de classe fomentou uma luta por direitos há muito tempo reivindicada, possibilitando aos metalúrgicos elaborar estratégias que lhes permitissem minimizar os conflitos oriundos das relações de trabalho. Em uma clara tentativa de se desvencilhar do desdém do empresariado local, os trabalhadores promoveram uma verdadeira mudança na estrutura sindical da categoria. Na prática, tal combinação resultou em uma identidade coletiva recém experimentada pelos metalúrgicos, reafirmando o caráter espontâneo e consciente das mobilizações desencadeadas pelo proletariado do Distrito Industrial de Manaus.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. *As doenças do trabalho no Brasil no contexto das políticas públicas voltadas ao trabalhador (1920-1950)*. Revista Mundos do Trabalho | vol. 7 | n. 13 | p. 65-84 13 | janeiro-junho de 2015.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (Org). *Pacto Social na Nova República*. In: Mercado de Trabalho Brasileiro – Estrutura e Conjuntura, MTb – Instituto de Economia Industrial – UFRJ, 1978.
- ALVES, Hosenildo Gato Alves. *Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Manaus: UFAM, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980*. São Paulo, Campinas. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC, Lula)*. 2ed. Campinas, São Paulo. Autores associados, 2005.
- ARAÚJO, Ângela M. C. FERREIRA, Verônica C. *Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988)*. Revista de Sociologia e Política, 10/11. 55-81, 1998.
- ARAÚJO, Anelise Rodrigues Machado de. “População, o problema do nosso tempo”: controle da natalidade, culturas políticas e relações de gênero (estados unidos/brasil, 1960-1970). Anais do XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, p.01-09, 2015.
- ARAÚJO, Moisés Dias de. *O grito dos trabalhadores: movimento operário, reivindicações e greves na Manaus da Grande Guerra (1914-1918)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
- ARAÚJO, Nice Ipiranga Benevides de. *O milagre manauara: Zona Franca de Manaus. Uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da universidade como formadora de mão de obra especializada*. Dissertação apresentada a Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1985.
- ARAÚJO, Verônica Fagundes. RIBEIRO, Eduardo Pontual. *Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional*. Textos para discussão. Programa de Pós-graduação em Economia – UFRGS, p.01-22, 2001.
- ARIENTI, Wagner Leal. *O pacote e os salários*. Revista Textos de Economia. UFSC, Florianópolis, SC, v.1, nº1, p.45-48, 1986.

- AZEVEDO, Dermi. *A Igreja e o seu papel político no Brasil*. Revista Estudos Avançados. São Paulo, 18 (52), p.109-120, 2004.
- BARBOSA, Ierecê. *Chão de fábrica – Ser mulher operária no Polo Industrial de Manaus*. Editora Valer, 2007.
- BARSTED, Leila Linhares. *O campo político-legislativo dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil*. In: BERQUÓ, Elza. (Org). *Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2003.
- BATISTA, James da Costa. *Da Lousa à Luta: Organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2018.
- BAVA, Silvio Caccia. *A Nova República e o movimento dos trabalhadores*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, Volume: 3, Número, p.51-55, 1987.
- BERQUÓ, Elza. *Esterilização e raça em São Paulo*. Revista Brasileira de Estudos da População. 11(1), p.19-26, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2003
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOFF, Clodovis. *Como trabalhar com o povo*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1984.
- BOITO, Jr. Armando. *Reforma e persistência da estrutura sindical*. In: BOITO, Armando. (Org). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *A greve e ação política*. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho das Mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, (Textos FCC 17), 1998.
- CALIRI, Jordana Coutinho. *Folhas da Província: a imprensa amazonense durante o período imperial (1851-1889)* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 2014.
- CAMPOS, Silvia Horst. *Salários e política salarial no final dos anos 80: uma discussão*. Indicadores Econômicos – FEE, Porto Alegre, v17, p.157-175, 1990.
- CAMARGO, José Márcio. SERRANO, Franklin. *Os dois mercados homens e mulheres na indústria brasileira*. Revista Brasileira de Economia. v37, nº4, p.435-448, 1983.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. SP: Contexto/EDUSP, 1988.

- CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. *O empresário local e a zona franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica* / Tese (Doutorado em Sociologia) - Porto Alegre, 2009.
- CASTRO, Lavinia. *Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985- 1989)*. In: GIAMBIAGI, Fábio. (Org). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 116-140, 2005.
- CATTANI, Antônio David. *Movimento sindical – o permanente desafio da renovação*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.14 n°2, p.667-686, 1993.
- CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na justiça do trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011.
- CORRÊA, Sônia. ÁVILA, Maria Betânia. *Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros*. In: BERQUÓ, Elza. (Org). *Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2003.
- COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando o viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890-1915)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC, 1987.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. JOFFILY, Mariana. *Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968)* In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida. (Org.) *O Brasil Republicano 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais do século XX*. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DECCA, Maria Auxiliadora Cuzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil 1880-1930*. São Paulo: Atual, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário de São Paulo – 1927-1934*. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1983.
- DELGADO, Maria. Berenice Godinho. *A Organização das Mulheres na Central Única dos Trabalhadores - A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*. São Paulo, PUC/SP, Dissertação. Mestrado, 1996.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho*. (5. ed. ampliada). São Paulo: Cortez-Oboré, 1997.
- DIAS, Luciana. *Santos Dia: quando o passado se transforma em história* / Luciana Dias, Jô Azevedo, Nair Benedicto. – 2.ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2019.

- DROPPA, Alisson. LOPES, Aristeu Elisandro Machado. SPERANZA, Clarice Gontarski. *História do Trabalho Revisitada: justiça, ofícios e acervos*. 1ed. Jundiá, São Paulo: Paco, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Direitos trabalhistas: Legislação, Justiça do Trabalho e trabalhadores no Rio Grande do Sul (1958- 1964)*. 2015. 281f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2015.
- DWYER, Tomas Patrick. *Vida e morte no trabalho: acidentes do trabalho e a produção social do erro*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.
- FARIA E SOUZA, João Batista de. *A Imprensa no Amazonas: 1851 a 1908*. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.
- FELKER, Reginaldo. *O dano moral, o assédio moral e o assédio sexual nas relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2006.
- FERREIRA, Jorge. “O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática”. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.); O Brasil Republicano. O tempo da Nova República: Da transição democrática à crise política de 2016. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FERREIRA, Maria de Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.
- FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. Trad. Paulo Fontes. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FRENCH & CLUFF, J. D. M. L. P. *As mulheres e a mobilização Operária na época de pós-guerra em São Paulo, 1945-1948*. História Social, (7), 171-211, 2010.
- FICO, Carlos. *Como eles agem. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis. v.9 n20, p.05-70, jan/abr, 2017.
- FILHO, Milton Melo dos Reis. *Quem Vai Descer a Acará? Processo de Construção do Fazer-se Classe do Operariado do Parque Industrial de Manaus – anos 1980*. Dissertação de Mestrado do Programa Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Fragmentos e retalhos da vida operária: desafios das mulheres trabalhadoras do polo industrial de Manaus*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, p.01-24, 2017.
- FOLLMANN, José Ivo. *Igreja, Ideologias e Classes Sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1985.

- FONTES, Paulo. (Org) *A química da cidadania. Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo: 20 anos de lutas, democracia e conquistas.* São Paulo: Viramundo, 2002.
- FORTES, Alexandre. *Reverendo a legalização dos sindicatos: Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)* In: Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho / Alexandre Fortes, Campinas, SP. Editora Unicamp, 1999.
- GIULIANI, Paola. *Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986.* In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina (orgs.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina.* São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. *Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157-186, jul.-dez. 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil.* Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania e Direitos do Trabalho.* Rio de Janeiro: Zahar, 2002
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva.* São Paulo. Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990. BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos.* 2. ed, São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.
- HIRIGOYEN, Marie-France. *Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano.* Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010.
- HOFFMANN, Rodolfo. *A distribuição de renda no Brasil em 1985, 1986 e 1987.* Revista de Economia Política. São Paulo, Brasiliense, (9)2 p.121-126, abr/jun, 1989.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil,* 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994 e Francisco Oliveira, *Elegia para una re(li)gión: Sudene, Nordeste. Planificación y conflictos de clases,* México, D. F., Fondo de Cultura Económica, 1982.
- LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho.* Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2013.
- LISBOA, Armando de Melo. *O pacote econômico e a transição para a democracia.* Revista Textos de Economia. UFSC, Florianópolis, SC, v.1, nº1, p.18-24, 1986.
- KAREPOVS, Dainis. *A história dos bancários: lutas e conquistas, 1923- 1993.* São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, 1994.

- MACEDO, Francisco Barbosa. *A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo*. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2010.
- MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiás, 2008.
- MACHADO, Gerônimo Wanderley. *O Plano Cruzado como tentativa de congelamento da luta de classe*. Revista Textos de Economia. UFSC, Florianópolis, SC, v.1, nº1, p.35-38, 1986.
- MARANGONI, Gilberto. *Anos 80: década perdida ou ganha*. Revista de informações de debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Edição 72, Ano 9, 2012.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1ed. São Paulo: Expresso popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O Sindicalismo Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. Tradução: Eduardo Saló. Introdução: Elementos para a teoria da mais-valia: Edmilson Costa. Bauru, São Paulo: Edipro, 2004.
- MODIANO, Eduardo Marco. *A ópera dos Três Cruzados*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- MONTENEGRO, Antônio. *Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil-militar*. In: GOMES, A. C.; SILVA, F. T. (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 303-347, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)* São Paulo: Boitempo, 2004.
- NEGRO, Antônio Luigi Negro. SOUZA, Edinaldo. *Que “fosse procurar os seus direitos” – Justiça do Trabalho e poder disciplinar na Bahia: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948)*. In: GOMES, A. C.; SILVA, F. T. (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 123-156, 2013.
- NORONHA, Eduardo. *A explosão das greves na década de 80*. In. BOITO, Armando. (Org). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

- OSIS, Maria José Martins Duarte. *Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutivano Brasil*. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 14(Supl. 1):p. 25-32, 1998.
- PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982)*. 2ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Controle da população e ideologia*. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, out./dez. 18(4):45-50, out./dez. 1978.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Mundos do Trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Imprensa e Sociedade nos Confins da Amazônia (1880-1920)*. Diálogos (Maringá. Online), v. 18, n.1, p. 297-323, jan.-abr./2014.
- \_\_\_\_\_. *Histórias do trabalho no Amazonas: matrizes, estudos e tendências*. In: QUEIRÓS, César Augusto B. (Org). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: Trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. 2ed. Manaus: EDUA, 2003.
- PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. Revista Projeto História. São Paulo, (15), abril, p.13-49, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Um trabalho de relação: observações sobre a história oral*. Tradução: Lila Cristina Xavier Luz Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.7, nº13 jul-dez, 2017
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *A casa do Trabalhador no Amazonas: o quartel general dos trabalhadores da terra cabocla (1944-1964)* In: Clarice Gontarski Speranza. (Org.). *História do Trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas*. 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2019, v. p. 227-263.
- \_\_\_\_\_. *“Que fizeram com meu pai?”: Sindicalismo e Ditadura no Amazonas*. Revista Escritas do Tempo – v. 2, n. 4, mar-jun/2020 – p. 183-206, p.189.
- \_\_\_\_\_. *O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas*. Revista Mundos do Trabalho. v. 8, p. 49-65, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Papagaio que está trocando as penas não fala”:* Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964. História Unisinos 23(1):73-83, janeiro/abril 2019.

- RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo? Feminismo e pós-modernidade no Brasil*. Cadernos AEL n° 3/4, p.11-43, 1996.
- RAMOS, Lauro. SOARES, Ana Lúcia. *Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil*. Brasília, IPEA, (Texto para discussão n°350), 1994.
- REZENDE, Vinícius Donizete de. *A experiência de sapateiras no Sindicato dos Trabalhadores na indústria de calçados de Franca nos anos 1980*. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. São Paulo, n° 1, Ano I, 2007.
- RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*. Dissertação de mestrado em Educação apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.
- RODRIGUES, Iram J. “O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva”. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, v. 9, n. 3, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. Cortez: Rio de Janeiro: FASE, 1990.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In. BOITO, Armando. (Org). O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O declínio das taxas de sindicalização: a década de 80*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 13 N°36, p.1-31, 1998.
- ROSENBERG, Fúlvia. *O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil*. Caderno de Pesquisa. São Paulo, (51), p.73-79, 1984.
- ROSSI, Waldemar. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. Waldemar Rossi, William Jorge Gerab. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SABOIA, João. *Salário e produtividade na indústria brasileira os efeitos da política salarial a longo prazo*. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 20, n°3, p.581-599, 1990.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALAZAR, João Pinheiro. *O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis*. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo-USP, 1992.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social 1945-1990*. Editora Ática, São Paulo, 1994.

- SAMPAIO, Vanessa Cristina da Silva. *Distrito Industrial de Manaus: a história de luta das mulheres grevistas na década de 1980*. Revista Ars Histórica. n°19, vol. 2, jan-jun 2020.
- SANTIAGO, Maria Célia. *Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: A construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus* / Maria Célia Santiago, 2010.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática*. Revista Política e Sociedade. n°13, p. 279-309, outubro de 2008.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano, vol.4 - O tempo da ditadura. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Classe trabalhadora, confronto político e democracia: o ciclo de greves do abc paulista e os desafios do sindicalismo atual*. Revista Lua Nova, São Paulo, 104: 19-65, 2018
- In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida. (Org.) O Brasil Republicano 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais do século XX. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (online) - Vol. 14 n°41. p.103-120, outubro de 1999.
- \_\_\_\_\_. *O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 10/11, pp. 19-35, 1998.
- SANTOS, Diego Tavares dos. *A fábrica em que o sindicato nunca entrou: paternalismo industrial no ABC Paulista*. 1ed. São Paulo: Alameda, 2019.
- SANTOS, Luiz Fernando de Souza. *Entre o mágico e o cruel: a Amazônia no pensamento marxista brasileiro*. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – São Paulo, 2018.
- SITRÂNGULO, Cid José. *Conteúdo dos dissídios coletivos (1947 - 1976)*. São Paulo: LTr, 1978.
- SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a*

*ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, Recife, 2016.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Entre o acordo e o acordão: a Justiça do trabalho paulista na antevéspera do golpe de 1964*. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores no Tribunal. Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964*. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

SILVA, Maria Sângela. *A Justiça do Trabalho e os trabalhadores em Fortaleza (1946-1964)*. 2012. 284f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2012.

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1997.

SILVA, Patrícia Rodrigues. *Disputando espaços, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna – Manaus/AM – 1967-2010*. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Edinaldo. *Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950)*. 2015. 286f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Editora Fundacao Perseu Abramo, 2011.

SCHERER, Elenise. *Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus*: Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: EDUA, 2005.

SCHIFINO, Reny Scifoni. *A luta das mulheres operárias por creche: do “balde” ao direito à educação*. Olh@res, Guarulhos, v. 4, n. 2, p. 94-111, novembro, 2016.

SPERANZA, Clarice Gontarski. *A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre - 1983-1984)*. (Dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cavando Direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50*. 2012. 272 f. Tese (Doutorado

em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

\_\_\_\_\_. *Nos termos das conciliações: os acordos entre mineiros de carvão do Rio Grande do Sul e seus patrões na Justiça do Trabalho entre 1946 e 1954*. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. *Confluências e impasses na produção historiográfica recente sobre a Justiça do Trabalho*. 16º Encontro Nacional da ABET. UFBA, Salvador (BA). p.01-16, 2018.

SPINDEL, Cheywa Rojza. *Formação de um novo proletariado: as operárias do Distrito Industrial de Manaus*. *Revista Brasileira sobre estudos de população*. São Paulo, v. 4 n.2 p.1-38, jul/dez, 1987.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa, v. I, A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TELES, Luciano Everton Costa. *A vida operária em Manaus: Imprensa e mundos do trabalho (1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazônidas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

UGARTE, Auxiliomar Silva. QUEIRÓS, César Augusto B. (org). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana* – organizado por Auxiliomar Silva Ugarte; César Augusto Bubolz Queirós – Manaus: Editora Valer, 2019.

VANNUCCHI, Marco Aurélio; SPERANZA, Clarice Gontarski; DROPPA, Alisson. *Direito e Justiça social: a historiografia acerca da Justiça do Trabalho no Brasil*. In: Fabiano Engelmann. (Org.). *Sociologia política das instituições judiciais*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, p. 151-174, 2017.

VARGAS, Fatima Medianeira Flôres de. *Trabalho e Adoecimento no Setor de Duas Rodas do Polo Industrial de Manaus: o caso da Moto Honda da Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, 2006.

VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalhadores e frigoríficos na Justiça do Trabalho Oeste do Paraná, décadas de 1990 e 2000*. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando

- Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- VIEIRA, Elisabeth Meloni. *Políticas públicas e contracepção no Brasil*. In: BERQUÓ, Elza. (Org). *Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2003.
- WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. Cadernos Cebrap, São Paulo, v. 5, 1972.

## **FONTES CONSULTADAS**

### **Periódicos**

Jornal do Commercio, Manaus.

Jornal A Crítica, Manaus.

Jornal A Notícia, Manaus.

Jornal O Parafuso, Manaus.

Jornal Art-Mulheres, Manaus.

### **Entrevistas**

Elias Sereno de Souza, realizada no dia 20 de fevereiro de 2021.

Hamilton Macedo Madeira, realizada no dia 18 de dezembro de 2019.

Luzanira Varela da Silva, realizada no dia 24 de março de 2021.

Miracelma Silva Souza, realizada no dia 20 de março de 2021.

Raimundo Elson de Melo Pinto, realizada no dia 13 de abril de 2019.

Ricardo Moraes de Souza, realizada no dia 04 de fevereiro de 2021.

Valdiza Ferreira da Silva, realizada no dia 23 de março de 2019.

### **Processos**

Processo TRT N° DC03/84. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11.

Processo TRT N° DC05/85. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11.

Processo TRT N° DC08/85. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11

Processo TRT N° DC02/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11.

Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissídio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11.

### **Outros documentos**

Convenção Coletiva de Trabalho – 1984.

Convenção Coletiva de Trabalho – 1985.

Convenção Coletiva de Trabalho – 1986.

Ata de reunião realizada na Delegacia Regional do Trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a diretoria da Sanyo, realizada no dia 28 de março de 1985.

Termo de audiência no Tribunal Regional do Trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a diretoria da Sanyo, realizada no dia 28 de março de 1985.

Ata da reunião de assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias metalúrgicas, Mecânicas e de material Elétrico de Manaus, realizada no dia 16 de julho de 1985.

Ata da reunião de assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias metalúrgicas, Mecânicas e de material Elétrico de Manaus, realizada no dia 22 de julho de 1985.

Ata da reunião de assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias metalúrgicas, Mecânicas e de material Elétrico de Manaus, realizada no dia 26 de julho de 1985.

Ata da reunião de assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias metalúrgicas, Mecânicas e de material Elétrico de Manaus, realizada no dia 31 de julho de 1985.

Termo de audiência no Tribunal Regional do Trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato Patronal, realizada no dia 05 de agosto de 1985.

Termo de audiência no Tribunal Regional do Trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato Patronal, realizada no dia 07 de agosto de 1985.

Termo de audiência no Tribunal Regional do Trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato Patronal, realizada no dia 08 de agosto de 1985.

Termo de audiência no Tribunal Regional do Trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato Patronal, realizada no dia 13 de agosto de 1985.

Certidão de julgamento do dissídio coletivo DC08/85.

Termo de audiência no Tribunal Regional do Trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a diretoria da Moto Honda, realizada no dia 25 de março de 1986.

Certidão de julgamento do dissídio coletivo DC02/86 – greve da Moto Honda.

Ata da reunião de assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias metalúrgicas, Mecânicas e de material Elétrico de Manaus, realizada no dia 09 de julho de 1986.

Ata da reunião de assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias metalúrgicas, Mecânicas e de material Elétrico de Manaus, realizada no dia 27 de julho de 1986.

Ata de reunião realizada na Delegacia Regional do Trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato Patronal, realizada no dia 06 de agosto de 1986.

Termo de audiência no Tribunal Regional do Trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato Patronal, realizada no dia 07 de agosto de 1986.

Termo de audiência no Tribunal Regional do Trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato Patronal, realizada no dia 08 de agosto de 1986.

Certidão de julgamento do dissídio coletivo DC10/86– greve geral de 1986.

ANEXO 1

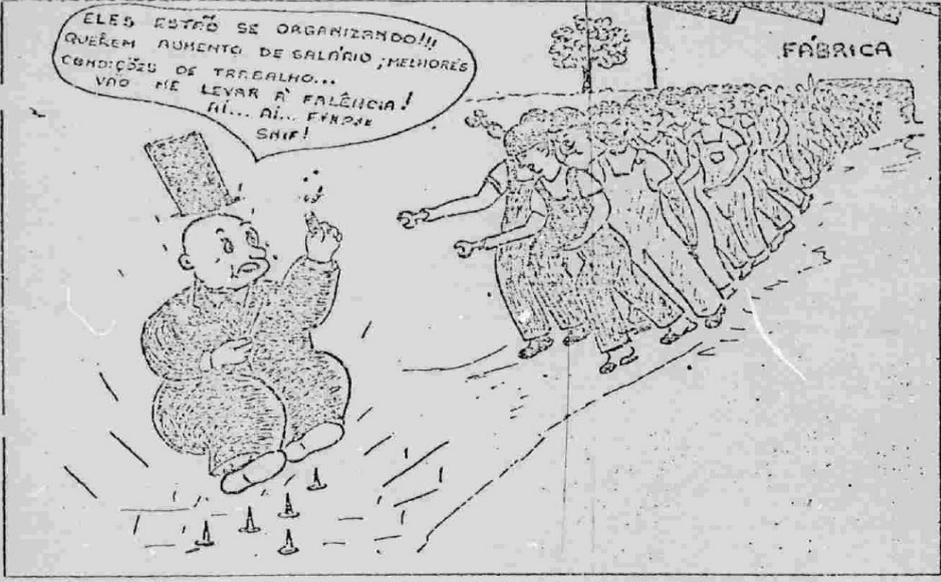
JORNAL O PARAFUSO

**O PARAFUSO** 950 80 ②

UMA PRODUÇÃO DO TRABALHADOR PARA O TRABALHADOR I

ANO I - Nº 1 ABRIL/80

ORGÃO DA PASTORAL OPERÁRIA REGIONAL NORTE I



NESTA EDIÇÃO:



- COMO SURTIU A PASTORAL OPERÁRIA-CONGRESSO DE LEIGOS
- NOTAS OPERÁRIAS - EXPLORAÇÃO NAS FÁBRICAS
- PÁGINA COMERCIAL - ZONA FRANCA DE MANAUS - PALCO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
- RELATÓRIO DA PASTORAL OPERÁRIA
- DIA NACIONAL DA MULHER
- 1º DE MAIO - A LUTA DOS TRABALHADORES
- MOVIMENTO OPERÁRIO EM SÃO PAULO

ANEXO 2

JORNAL ART MULHERES

